

MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE
PORTUGUESA

Filipe Tércio
Ingegnere e Architetto
em Portugal
1577 – 1597

José António Salazar Ribeiro

M

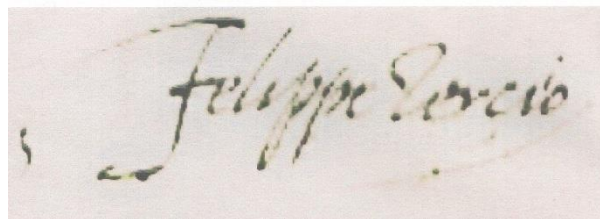
2016



José António Salazar Ribeiro

Filipe Tércio

Ingegnere e Architetto em Portugal
1577 – 1597



A.G.S. M.P.& D., Mç. 07, Fl. 135

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa, orientada
pelo Prof. Dr. Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Setembro 2016

Filipe Tércio *Ingegnere e Architetto* em Portugal

1577 – 1597

José António Salazar Ribeiro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado de História da Arte Portuguesa, orientada
pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Membros do Júri

Presidente: Professora Doutora Ana Cristina Correia de Sousa, Professora Auxiliar da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vogais: Professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes, Professor Auxiliar da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Professor Auxiliar com Agregação
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Dedicatória

Aos meus netos Luisa e Francisco que são o futuro, a minha alegria e orgulho,
e a todos os que sentem paixão pela História e pela História da Arte, e acalentam o fascínio pela
investigação histórica;

Sumário

	Pág.
- Agradecimentos	8
- Resumo	9
- <i>Abstract</i>	10
- Índice das Fotografias	11
- Índice de Cartas, Plantas, Desenhos e Gravuras	12
- Lista de abreviaturas e siglas	14
- Introdução	17
 1 . Capítulo 1 - Biografia de Filipe Tércio (o Homem, o Engenheiro Militar e Arquiteto)	
1.1 – Em Itália (1520-1576)	19
1.2 – Em Portugal (1577-1597)	29
1.3 – Os dois Tércios	31
1.4 – O <i>Taccuino</i>	31
1.5 – Questões Pessoais e Familiares	41
1.6 - Honras, Dignidades e Rendimentos	43
 2 . Capítulo 2 – A profissão de engenheiro e/ou arquiteto no século XVI, no contexto do Renascimento	44
 3 . Capítulo 3 – Intervenções de Filipe Tércio	49
3.1 – Obras Documentadas	
3.1.1 – Engenharia Militar	
3.1.1.1 – Forte do Cabo de S. Vicente	50
3.1.1.2 – Forte de Nossa Senhora da Queimada do Pessegueiro	51
3.1.1.3 – Forte de S. Filipe de Setúbal	52
3.1.1.4 – Fortes de Nossa Senhora da Luz em Cascais e Cabeça Seca	54
3.1.1.5 – Forte de Peniche	57
3.1.1.6 – Forte de Santa Catarina na Figueira da Foz	58
3.1.1.7 – Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo	59
3.1.2 – Engenharia Hidráulica	
3.1.2.1 - Aqueduto de S. Sebastião	61
3.1.2.2 – Aqueduto de Pegões Altos	62
3.1.3 – Arquitetura Religiosa	
3.1.3.1 – Derrube da muralha e obras na Igreja de Nossa Senhora do Loreto	65
3.1.3.2 – Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora	68

3.1.3.3 – Convento da Ordem de Santiago de Palmela	74
3.1.3.4 – Desenhos para a Misericórdia de Aveiro	77
3.1.4 – Arquitetura Civil	
3.1.4.1 – Torreão da Ribeira	77
3.1.4.2 – Ponte Real de Coimbra	83
3.1.4.3 – Crasta do Convento de Cristo em Tomar	85
3.1.4.4 – <i>Loggia</i> do Paço Episcopal em Coimbra	90
3.1.4.5 – Colégio de Santo Agostinho, Novo ou da Sapiência	91
3.1.4.6 – Construção de um molhe em Vila do Conde	94
3.1.5 – Arquitetura Efémera	97
4 – Outras Obras Atribuídas	
4.1 – Arquitetura Religiosa	
4.1.1. – Igreja de S. Roque do Colégio da Companhia de Jesus em Lisboa	101
4.1.2 – Igreja do Convento da Cartuxa em Évora	102
4.1.3 – Mosteiro da Serra do Pilar	104
4.1.4 – Convento dos Marianos de Santos em Lisboa	105
4.1.5 – Convento do Desterro em Lisboa	106
4.1.6 – Colégio de Santo Antão-o-Novo em Lisboa	107
4.1.7 – Ermida de Nossa Senhora da Conceição em Tomar	108
5 – Conclusão e Considerações Finais	110
6 – Referências Bibliográficas	112
6.1 – Levantamento de fontes documentais utilizadas na bibliografia sobre Filipe Tércio	
6.1.2 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
6.1.3 – Archivo General de Simancas	
6.1.4 - Archivio di State de Firenze	
6.1.5 – Biblioteca Oliveriana de Pesaro	
6.1.6 – Arquivo Municipal de Vila do Conde	
6.1.7 – Biblioteca Municipal do Porto	
6.2 – Fontes Eletrónicas	113
6.3 – Bibliografia	116
Anexo 1: Documentos	122
Anexo 2: Cartas, Planos, Desenhos e Gravuras	
2.1 – Cartas	146
2.2 – Plantas	147
2.3 – Desenhos	161
2.4 – Gravuras	163

Agradecimentos

Agradeço à minha Família, no seio da qual constituímos uma Fortaleza;
À minha mulher, e às minhas filhas Susana e Gabriela que sempre estiveram comigo;
Aos meus Amigos (todos), que sempre me incentivaram ao sucesso;
À Dr^a. Isabel Aguirre Landa, pela sua valorosa ajuda no Archivo General de Simancas;
A Ramon Patiño Gomez, arqueólogo e historiador galego, que me ajudou nas transcrições
dos documentos inéditos de Simancas;
À Dr^a. Cristina Giesteira do CEPOPORMAR – Centro de Documentação dos Portos
Marítimos Quinhentistas em Vila do Conde, que sempre me incentivou, ajudou e
entusiasmou;
Às Dr^{as}. Alice e Mafalda Cêpa, e à Dr^a. Emanuella Letízia Bruno que foram fulcrais nas
traduções de italiano para português;
À Biblioteca da FLUP, nas pessoas da Laura, Marlene e Carolina, sempre solícitas,
simpáticas e disponíveis;
Aos meus colegas de jornada, Maria Luisa Pimenta, Carlos Brito, João Duarte, Licínio
Soares, Leandro Campos, António Miguel Santos, Catarina Soares, Cátia Oliveira, Cláudia
Cunha, Liliana Oliveira e Nisa Félix, pela sua partilha de conhecimento;
E por fim, e não de somenos, ao meu orientador, Prof. Dr. Manuel Joaquim Moreira da
Rocha, que me acompanhou e me orientou, de uma forma decisiva para o desenvolvimento
e conclusão desta Dissertação, a quem rendo o meu mais sincero e profundo agradecimento
com a maior admiração, no culminar desta carreira académica que começou por ser uma
aventura;

Resumo

Pretende-se através deste trabalho, dar a conhecer quem foi Filipe Tércio, nas suas vertentes de homem, engenheiro militar e arquitecto, assim como o trabalho que desenvolveu em Portugal durante os 20 anos que aqui permaneceu, e onde acabaria os seus dias. Como veio para Portugal por convite real de D. Sebastião, como se soube movimentar na esfera da Corte independentemente do soberano, assim como no relacionamento com os seus pares, como conseguiu ver premiados os seus sucessos através do reconhecimento real e material, traduzidos em compensações financeiras importantes, e ainda o reconhecimento nobiliário através de honras e dignidades, acompanhado das respectivas tenças, pelo acervo que nos deixou, granjeando-lhe uma posição de elevado prestígio. A obra que lhe está atribuída, elencada pela engenharia militar, hidráulica, religiosa, civil e efémera. Por fim, conclusão do trabalho, onde se alvitram novos caminhos para a investigação futura sobre este personagem e a sua obra em Portugal.

Abstract

Our aim through this work is to let know who has been Filipe Tércio, as an individual human being, military engineer and architect, as well as all the work developed in Portugal during the 20 years that remained here, and where he will passed way at the end of his days. How he came to Portugal, due to an invitation of our King D. Sebastião, how he was able to manage inside the Royal Court, independently of the sovereign, as well in the relationships with other pairs, how he was able to see rewarded his successes through the important royal material recognition, as well too the nobiliary recognisement through honors and dignities, together with the respective annuities, by the several legacy that left us, garnering him an important position of prestige. All attributed work, dressed on military engineering and hydraulic, religious, civil end ephemeral. For last, but not for least, the conclusions of this work, when new challenged ways for investigation are proposed about this person and all works remaining in Portugal.

Keywords: Modern Age> Architecture> Renaissance > Portugal > Filipe Tércio

Índice de Fotografias

Foto 1 – Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, Itália

Fotos 2 e 3 – Forte do Cabo de S. Vicente

Fotos 4 e 5 – Forte de N^a. Sr^a. da Queimada em Porto Côvo

Fotos 6 e 7 – Forte de S. Filipe de Setúbal

Fotos 8 e 9 – Forte de N^a. Sr^a. da Luz de Cascais

Fotos 10 e 11 – Forte de Peniche

Foto 12 – Forte de St^a. Catarina da Figueira da Foz

Fotos 13 e 14 – Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo

Fotos 15 e 16 – Aqueduto de S. Sebastião em Coimbra

Fotos 17 e 18 – Aqueduto de Pegões Altos, Vale dos Pegões, Tomar

Fotos 19 e 20 – Igreja de N^a. Sr^a. do Loreto em Lisboa

Fotos 21 e 22 – Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa

Fotos 23 e 24 – Convento da Ordem de Santiago em Palmela

Fotos 25 e 26 – Crasta principal do Convento de Cristo em Tomar

Fotos 27 e 28 – *Loggia* do Paço Episcopal de Coimbra

Fotos 29 e 30 – Colégio de St^o. Agostinho, Novo ou da Sapiência em Coimbra

Foto 31 – Entrada da barra de Vila do Conde

Foto 32 – Documento assinado por Filipe II de juramento nas Cortes de Tomar

Fotos 33 e 34 – Igreja de S. Roque em Lisboa

Fotos 35 e 36 – Igreja do Convento da Cartuxa em Évora

Fotos 37 e 38 – Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia

Fotos 39 e 40 – Convento dos Marianos de Santos em Lisboa

Fotos 41 e 42 – Convento do Desterro em Lisboa

Fotos 43 e 44 – Santo Antão-o-Novo em Lisboa

Foto 45 – Ermida de N^a. Sr^a. da Conceição em Tomar

Índice de Cartas, Plantas, Desenhos e Gravuras

Cartas:

- *Descrição do Rio de Lisboa (1589-1580)* – Códice da Casa Cadaval nº. 29, fls. 79 e 80 in RAMALHO, Margarida de Magalhães, (2011) *A Defesa de Cascais*, Revista Monumentos Nº. 31, Lisboa p.37

Plantas:

- Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (6) – A.G.S. MP&D, 07, 135 e 19, 130
- Forte de Nossa Senhora da Luz de Cascais – SERRA, Maximiano José da, (1796) *Plantas dos Fortes e Fortalezas da Costa do Norte do Reino de Portugal* in BPMP_MS_49_27 e 49
- Planta de Cascaes 1 – A.G.S. MP&D, 12, 161
- Planta de Cascaes 2 – A.G.S. MP&D, 31, 006
- Planta do Forte de Peniche - SERRA, Maximiano José da, (1796) *Plantas dos Fortes e Fortalezas da Costa do Norte do Reino de Portugal* in BPMP_MS_49_49
- Reconhecimento do Aqueduto de Pegões Altos na morfologia do terreno, in ANTUNES, Tiago Molarinho, (2012) *O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar: análise preliminar da estrutura hidráulica*, Publ. pela FLUC, IHES, Coimbra
- Plantas comparativas da Igreja de S. Vicente de Fora e Igreja del Gesù em Roma in PEREIRA, Paulo, (2011) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.590
- Torreão da Ribeira (2) in MOREIRA, Rafael, (1983), *O Torreão do Paço da Ribeira* in Mundo da Arte, Separata do Nº. 14, Lisboa

Desenhos:

- Tablado de Madeira para artilharia no Forte da Cabeça Seca – A.G.S. MP&D, 12, 166

Gravuras do texto:

- Assinatura de Filipe Tércio: AGS, M.P.&D, Mç.07, Fl.135
- Palácio dos Estaus 1:
<https://www.google.pt/search?q=palacio+dos+estaus&biw=1350&bih=646&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi2xoGrxaDOAhWIWRQKHbX8B2AQsAQIIQ#imgrc=8FTR6F-yQx08EM%3A> e
- Palácio dos Estaus 2: NEVES, André Lemoine, *Território, O Pensamento sobre a cidade do Renascimento e seus reflexos em Portugal, séculos XV-XVII*, Humanae, v.1, nº. 3, pp.27-43, dezembro 2009, disponível em:
<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/104f.pdf> [Consulta realizada em: 01/08/2016]

Gravuras em Anexo:

- Frontespício do livro de Francisco de Holanda *Da Fabrica que falece há Cidade de Lisboa (1571)* in PEREIRA, Paulo, (2011) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.585
- Portada do livro *De architettura*, de Vitruvius, (1511), tradução, edição impressa e ilustrada do texto por Cesare Casariano, 1521 in PEREIRA, Paulo, (2011) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.557

- Proémio do Tratado de Arquitetura *Proposições Matemáticas* de António Rodrigues (1579) in BPMP_MB-95_02

O *Taccuino* (BN Res. Cod. 12956)

Torreão do Paço da Ribeira 1: HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Ed. J. Rodrigues, Lisboa s/d, p.54

Ponte Real de Coimbra: BRITO, A. da Rocha, *Filipe Tércio e a Ponte Real de Coimbra*, in Arquivo Coimbrão, Vol. X, Coimbra 1947, p.8 (anexo)

Assinatura de Filipe II (AGS, PTR-LEG, maço 26, fl. 36) Yo El Rey f

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMVC – Arquivo Municipal de Vila do Conde

AM – Arquivo Municipal

DIRASS – Direção de Assessoria

PROJIN – Projeto de Investigação

NI – Número de Inventário

NINCQ – Núcleo de Investigação de Vila do Conde Quinhentista

AGS – Archivo General de Simancas

CG – Consejo de Guerra

E - Estado

GA – Guerra Antigua

GM – Guerra y Marina

M, P & D – Mapas, Plantas & Dibujos

ANBL – Academia Nacional de Belas Artes

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ASF – Archivio di Stato de Firenze

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BA – Biblioteca da Ajuda

BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BMP – Bibliotecas Municipais do Porto

BN – Biblioteca Nacional

BNE – Biblioteca Nacional de Espanha (Madrid)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BOP – Biblioteca Oliveriana de Pesaro

CEDOPORMAR – Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ESTT-IPT – Escola Superior de Tecnologia de Tomar – Instituto Politécnico de Tomar

FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

FLUC-IHES – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

HCI – História da Companhia de Jesus

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda

MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro

c. – Carta

cx. - Caixa

Cod. – Códice

Dims. - Dimensões

Doc. – Documento

Ed. - Edição

f. – Filza (corda, que entendemos maço)

fl. ou fls. – Fólio ou Fólios

in – dentro de

in loco – no local

l., lv. ou Lvº. – Livro

Lx^a ou Lix^a. - Lisboa

N^a. – Nossa

Nº. – Número

PT - Portugal

Publ. - Publicação

Res. – Reservas

Rs. – Reis (moeda)

S. – São

S.a. – Sem atribuição de Autor

Sic - Assim

Sr^a. - Senhora

St^a. – Santa

Stº. – Santo

UC – Unidade Curricular

Introdução

Com este trabalho, pretende-se dar a conhecer quem foi Filipe Tércio e a obra que nos deixou legada, durante o período que permaneceu em Portugal, e até à sua morte, já que ele nos surge referido em muitas obras, o que suscitou o nosso interesse e curiosidade. Foi nosso objectivo analisar o personagem como pessoa, como engenheiro e como arquitecto. Este trabalho surge na sequência de um outro académico anterior, realizado no âmbito da UC de História da Arquitectura Moderna, e que, por pensarmos que muito mais haveria a investigar, termos encetado este desafio, com o entusiasmo inerente a quem parte à descoberta de mais conhecimento, como se de novos mares se tratassem.

Este nosso objecto de estudo assentou no que já havia publicado, mas também através de outros recursos inéditos até agora. Efetivamente, a nossa percepção foi que embora apareçam referências em bibliografia de História de Arte, com artigos e intervenções sobre temas mencionando-o nos mais variados aspetos, estes eram reconhecidamente parcelares, havendo necessidade de uma obra de fundo que fosse mais abrangente sobre a sua vida e obra, e que compreendesse o seu percurso de vida desde o nascimento até à sua morte.

Naturalmente, não temos a veleidade de considerar este modesto trabalho como uma obra exaustiva, e mal seria se assim fosse, pois deparámo-nos com lacunas cronológicas de eventos, por falta de recursos, ou porque essas fontes persistem no anonimato, abrindo pró-ativamente novas capacidades de descoberta futura a investigadores que se queiram dedicar à continuação deste tema.

Sobre o Estado da Arte, rodeamo-nos do exequível, dentro do exaustivo, até se começarem a gisar perspectivas de que algo de novo e diferente iria surgir, com um critério selectivo sempre exigente, mas sempre almejando a excelência. Analisámos vária bibliografia, alguma antiga, mas a maior parte recente e mais actualizada, e com novas perspectivas, de reconhecidos historiadores de arte e investigadores.

A metodologia seguida começou por lograr obter dados mais genéricos através das várias Histórias da Arte publicadas. Consoante os temas a investigar, obtivemos bibliografia mais específica através das várias bibliotecas universitárias da Universidade do Porto e de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal, Bibliotecas Municipais do Porto, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, assim como no Arquivo Municipal e Centro de Memória de Vila do Conde e do CEDOPORMAR – Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas.

Seguiu-se a obtenção das fontes primárias. Assim, recorremos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consultando localmente documentos, especialmente nas Chancelarias da Ordem de Cristo, ao Archivo General de Simancas onde recolhemos também localmente documentos e plantas várias inéditas, e à Biblioteca Oliveriana de Pesaro, onde pudemos obter documentos seiscentistas que por serem inéditos, ainda não tinham sido divulgados. Também recorremos à Biblioteca Nacional de Espanha em Madrid por uma questão específica, mas não plenamente recompensada.

Todas as fotos apresentadas ao longo deste trabalho, foram obtidas pelo próprio autor deste, desde o Cabo de S. Vicente no Algarve, até ao Forte de Santiago da Barra na Foz do Lima, e até em Roma, com uma máquina fotográfica digital OLYMPUS, 7.1 Mpx, C7070WZ, com as dims. de 3072 x 2304, com resolução horizontal e vertical de 72 ppp.

Esperamos ter reunidos os incentivos necessários para que o que se apresenta seja lido com entusiasmo. De nossa parte, foi desafiante levá-lo a efeito desde a recolha de dados, ao seu desenvolvimento e tratamento, e ao fascínio que foi a investigação pela descoberta contínua.

1. Capítulo 1 - Biografia de Filipe Tércio (o Homem, o Engenheiro Militar e Arquiteto)

1.1 – Em Itália (1520-1576)

Começamos esta biografia de Filipe Tércio imaginando-o em Março de 1576 numa manhã fria a cavalgar lentamente em direção a Fano, deixando para trás San Bartolo, levando consigo a pouca bagagem, mas também as suas valiosas ferramentas de desenho na parte traseira de uma mula presa ao seu cavalo, com destino a Roma cuja viagem demoraria dois dias. Esta tinha sido a resolução tomada com tristeza a fim de evitar o exílio e talvez mesmo a prisão, na qual já tinha recentemente experimentado nas caves do Castelo. Vil destino para um homem bom, honesto e duro como ele. Havia ajudado o filho Alfonso – normal para um pai – seu único varão, violento, arrogante e perdulário, e isso ditou o seu abandono de Pesaro, assim como a sua função de arquiteto ducal ao serviço de Guidobaldo II della Rovere. Aos 56 anos de idade, depois de uma reconhecida carreira em Pesaro e Urbino, a vida tinha-lhe reservado esta contingência, mas também a perspectiva do reconhecimento e fama noutras terras¹.

Filipe Tércio nasceu em Bolonha no ano de 1520, e era filho de Bartolomeu, um relojoeiro habilidoso que, por volta de 1530 se mudou com a família para Pesaro, incluindo os filhos Filipe e Ludovico, cidade que tinha reputação no campo dos instrumentos de precisão mecânicos, assim como também na indústria relojoeira. Como outros jovens cavalheiros da época em Pesaro, Filippo frequenta a prestigiosa escola técnico-científico-militar de Urbino, estudando engenharia, matemática e arquitetura, cenografia e os tratados, arte militar, hidráulica, geometria, desenho e estética, tornando-se aluno de Federico Commandino, Girolamo Genga (autor da *Villa Imperiale di Pesaro*) e Ranieri del Monte, este educador do próprio Duque, seguindo o estilo clássico da enraizada cultura humanística do Renascimento, sempre muito favorecida pelos Malatesta, pelos Sforza, pelos Medici, pelos Farnese e obviamente pelos Della Rovere (ALVAREZ, 1965: 355), e como escrevia o Duque de Urbino: «*criado na nossa casa*». O irmão Ludovico, também ele arquiteto que se sabe por uma carta em que refere «*iremos continuar na profissão que fazemos*», andou pela Calábria ao serviço do Príncipe de Bisignano, marido de Isabella della Rovere, primogénita do Duque.

¹ VENTURI, Luciano Baffioni, (2005), *Filippo Terzi, grande architetto del 1500*, disponível em: <http://www.lospecchiodelacitta.it/articolo.asp?tit=Aprile%202005&titolo=Aprile%202005%20/%20Lettere%20e%20Arti&id1=100&Numero=0&IDAnno=0&Azione=Find&ID=4645>. [Consulta realizada em 25.09.2016]

O que havia ocorrido foi que Federico del Monte, filho de Rainier e irmão de um famoso matemático Guidobaldo, atentou contra a vida de Alfonso. Em carta de 9 de Agosto de 1574, constante dos arquivos da Biblioteca Oliveriana de Pesaro, relata:

Sigr. Federico filho de Raniero del Monte, juntamente com Camillo Mazzoleni, disparou um tiro de arcabuz contra o braço de Messer Alfonso no dia anterior, filho de Messer Filippo Terzo de Fonte Magnana, o qual estava desarmado, e em seguida os dois fizeram cinco ou seis feridas no mesmo que tinha só a espada e tinha enviado as suas mulheres para Possessione, quando aqueles tinham aparecido a cavalo (VENTURI: 2005).

Este único filho de Tércio sempre se tinha revelado alguém irresponsável, propenso a celebrações e jogos de azar com cartas de baralho, obrigando o pai Filipe a pagar uma multa em Fevereiro de 1576 no montante de 100 coroas², arriscando a prisão e o vexame da inflição de açoites, tendo até de se refugiar procurando asilo no Convento de San Domenico, de onde fugiu pela calada da noite, ajudado pelo Bispo de Cagli, Paolo Mario della Rovere, com destino a Roma para trabalhar na corte pontifícia.

Este Alfonso, filho único de Filipe Tércio que enviuvara muito cedo, havia casado com uma nobre pesarense, Barbara Padovani, fazendo por essa ocasião avultadas e exageradas despesas, e contraindo graves dívidas. Por essa razão, o pai tanto se condoía. Noutra ocasião ter-se-ia deslocado a Roma sem motivo, contraindo para isso mais dívidas.

Hoje Pesaro, recorda este engenheiro apenas pela “*via Filippo Térzi*”, uma pequena rua a poucos metros da Muraglia, coisa pequena para este vulto, filho de Pesaro, primeiro arquiteto do duque, mais tarde engenheiro do Rei de Portugal e considerado o maior arquiteto renascentista deste país (VENTURI: 2005). É pois, este percurso que iremos percorrer, primeiro, em Itália e após 1577, em Portugal.

Foi através de Federico e Guidobaldo de Montefeltro o mérito de nos anos de quatrocentos terem feito confluir à Corte de Urbino, artistas como Pietro della Francesca, Leon Battista Alberti, Luciano Laurana, Francesco di Giorgio e Baccio Pontelli, provendo e alimentando a cidade ducal de uma nova cultura do Humanismo. Aos Della Rovere deve-se no entanto, já a partir de quinhentos e por mais de um século, a difusão desde Itália para o resto da Europa, do gosto e da cultura do renascimento italiano, sobretudo através da criação de escolas de engenheiros, arquitetos, artistas e cientistas, tornando-se quase todos famosos nessa mesma Europa, mormente nos territórios de França, Espanha, Flandres, e nas cortes de Paris, Madrid e Lisboa.

Filipe Tércio pertenceu a essa geração, constituindo-se um dos expoentes máximos dessa série de arquitetos, sendo um dos mais ativos entre aqueles que viveram na segunda metade do século XVI, e um dos que mais concretizaram as relações e o conhecimento da

² Atualmente cerca de € 25.000.-

engenharia e arquitetura a partir de Urbino, trazendo os seus conhecimentos para Portugal. Fazendo jus ao que aprendera na corte dos Della Rovere, o seu nome estará sempre intrinsecamente ligado à construção de muralhas e fortificações nas várias cidades do ducado como Pesaro, Senigallia, Fano, Barchi e Urbino, propondo-nos uma complexa questão de interpretação crítica extrapolada pela relação arte-técnica (ALVAREZ, 1965: 356), vertida numa interpretação do Classicismo do Renascimento, já direcionado para um «*maneirismo*», visível numa fase de Tércio mais madura e já em Portugal, anunciando até os primórdios do barroquismo. Efetivamente, coube-lhe a ele ter ligado as cortes de Guidobaldo II e Francesco Maria II della Rovere às de Madrid e Portugal, e em particular a Filipe II, o mais prestigiado e poderoso soberano da altura na Europa, cabendo-lhe o mérito de ter trazido o renascimento italiano ao lado de protagonistas da arquitetura ibérica como Diogo de Torralva, Francisco de Holanda ou Juan de Herrera. Ao longo da história, vários cronistas, historiadores e investigadores se têm referido a Tércio, quer pela pessoa quer pela obra deixada: Zacconi³, (*vidé* Doc. N.º. 1) Antaldi, Bonamini, Grossi, Promis, Haupt, Celli, assim como os que se sucederam a Vernarecci: Vaccaj, Serra, Rocchi, Battelli e Coelho, Fiocco, Bresciani Alvarez, Tafuri, Brancati, Lucchetti, Sycorsky, Rimondini e Valazzi (VOLPE, 2002: 79).

Aqui, procuraremos analisar o percurso de Filipe Tércio, seguindo uma organização cronológica, mas em consonância também pela itinerância constante pelas localidades em cujas obras trabalhou.

Em 1929, Guido Battelli afirmava: «*Bem poco di lui sappiamo avanti la sua venuta in Portogallo*» (BATTELLI, 1929: 4). Hoje, já não será bem assim, pois a investigação progrediu, e baseados em bibliografia mais ou menos atual, podemos saber e analisar com mais detalhe quem foi o “nosso” Filipe Tércio, como mais comumente ficou conhecido em Portugal.

Comecemos primeiro pelo apelido. Citado em documentos oficiais de diferentes formas, como: Terzi, Terzo ou Terzio, num documento de 1564, é referido com precisão no registo como sendo Giovanni Filippo, tendo sempre mais tarde adotado o nome de Filippo Terzi. O ano de nascimento mais vulgarmente reconhecido é de 1520, e o local também grandemente aceite é Bolonha. Num documento de Novembro de 1568, onde Filipe aparece na qualidade de terceiro árbitro numa controvérsia em Urbino, é citado como: “*Phillipum Tertium de Bononia architettum ... Urbini ducis*”, assim como em outro citado por Bonamini (VOLPE, 2002: 80).

³ ZACCONI, *Terzi Cav: Filippo – Ingegniere ed Soldado Excellente in B.O.P.* Ms. 1063_2_c.124r, Ms. 1063_2_c. 124v. e 125r, e Ms. 1063_2_c. 125v.

Fato interessante de referir é que na publicação de Battelli e Coelho, numa das cartas escritas por Tércio, datada de 1589, este mostra a intenção de chamar a Portugal Taddeo, que Bonamini pensara ser outro filho deste, mas mais não era do que o neto, único filho varão de Alfonso, de um total de cinco, e que entretanto se fez monge e como se refere nos Anais Camaldulenses de Mitarelli e Costadoni, foi eleito geral no ano de 1639 e morreu em 1665 (BATTELLI & COELHO, 1935:91).

A família Terzi, de uma forma geral, é dada por extinta em 1640. De Filipe Tércio, existiu no passado um retrato, hoje desaparecido ou em parte incerta, atendendo ao que vem escrito num inventário do Palácio Ducal de Urbino de 1631, referido por Fert Sangiorgi, que a dada altura refere: “*Um quadro em tela médio com o retrato de Filippo Terzo, com moldura em noz decorada em ouro*” (VOLPE, 2002: 81). E nada mais se sabe ...

Sobre os trabalhos realizados na região italiana das Marques, sabe-se que após a morte de Girolamo Genga em 1551, e posteriormente de Bartolomeo Genga em 1558 em Malta, fazem com que em 1559, Tércio seja nomeado arquitecto-mor e por via disso, assuma o controlo e direcção dos variados estaleiros de obras abertos no Ducado de Urbino sob Guidobaldo II della Rovere, assumindo assim, para o próximo vinténio, o prestigioso título de “arquiteto do Duque”.

O ano de 1558, é também muito importante não só para Tércio, mas também para toda a política ducal, já que nesse ano Guidobaldo II entra ao serviço do soberano de Espanha Filipe II, como Geral do Reino de Nápoles. Este fato terá, como será bom de avaliar, enormes repercussões também sobre quer a vida quer as obras de Tércio nos anos vindouros. No entanto, a sua vida profissional tinha já sido iniciada muitos anos antes, mais propriamente em 1541-42 na construção dos estábulos duais de Pesaro, ou cavalariças. Estas instalações, construídas para cem cavalos, e que se encontrava perto da Porta Curina, já não existem, havendo em seu lugar o Teatro Rossini. Como assinala Zacconi, já referido atrás sobre esta obra: «*segundo o modelo e desenho do senhor Filipe Tércio, engenheiro por ele muito amado e em similar profissão muito experimentado...*»⁴. Desta construção, nos dias de hoje poder-se-á admirar somente o grande portal de grandes curvaturas irregulares, com colunas e meias-colunas em dados sobrepostos e sobrejacente pelo esquema roveresco, sendo sobrepujado por um friso detendo a inscrição: «*G.V.II.V.D.III (Guidus Ubaldus Secundus Urbini Duz Quartus)*» (VOLPE, 2002: 82).

A presença de Tércio é documentada mais vezes neste ano em diferentes lugares do Ducado. No referente à atualização do circuito murário da cidade de Pesaro, de que

⁴ B.O.P. Ms. 1063_2_c.125r

Guidobaldo II foi forte apoiante, estamos em crer que a maioria dos trabalhos executados sobretudo após a morte de Genga, terão sido executados sob a supervisão de Tércio, o que terá eventualmente continuado mesmo após a morte do Duque ocorrida em 1574 e até pelo menos até 1576.

Também o engenheiro foi acometido da responsabilidade na supervisão dos trabalhos de melhoria e manutenção de aquedutos, das fontes e do porto, em suma, de todos os equipamentos e serviços de caráter público e de higiene urbana, conforme relata Promis: «*No dia 12 de Outubro de 1565 o Conselho da cidade deu-lhe o encargo de drenar as águas estagnadas dos prados de Genica, cavar e descarregar a dita Genica conforme a obra proposta em 1550 por Bartolomeo Campi*» (VOLPE, 2002:84).

Mas a obra mais surpreendente da sua atividade enquanto arquiteto urbanista é sem dúvida a requalificação da *platea magna* defronte do Palácio Ducal, transformando-o em lugar de eleição e representação não só para a cidade e Corte, mas de todo o ambiente aristocrático que gravitava à sua volta. A partir de 1564, como refere Bonamini, «*entre as outras coisas que ele operou em Pesaro, foi a ampliação da praça defronte ao Palácio Ducal, deitando abaixo as casas do Marquês do Monte*» (VOLPE, 2002:85), conforme relatam os documentos coevos. Foi também por esta altura que, após ampliada a praça, teve Filipe Tércio a tarefa de fazer linda e bem-disposta a fachada da *paggeria* ducal (local onde se educavam os pagens), cujo edifício se situava mesmo diante da corte, conforme o descrito em livros públicos. Como resultado deste novo ordenamento, e para que a praça se ampliasse, era necessário que se demolisse o Palácio Velho, assim como a compra de uma casa do senhor Ranieri (del Monte), tendo a estimativa do preço de compra orçado em 1.293,36 escudos ducais. Esta escritura está assinada pela mão de Filipe Tércio. Ainda como consequência desta operação urbanística, procedeu-se à demolição da antiga Câmara Municipal (*Palazzo Communalle*), assim como de algumas casas adjacentes, para assim dar lugar ao grandioso e cenográfico Palácio da Paggeria, destinado aos funcionários e servidores da corte, projeto este que, citando Bonamini: «*a qual fabricação tanto brilho dá a toda a praça e a toda a cidade, por ter sido feito perfeitamente com as mais elegantes regras da arquitetura*» (VOLPE, 2002: 86). Com este projeto de Filipe Tércio, a praça torna-se o verdadeiro centro da cidade, representativo e cenograficamente adequado às ambições dos Della Rovere.

Como resultado de todas estas modernizações, também o palácio ducal sofreu ampliações e modificações várias, que se estenderam por um decénio, entre 1564 e 1574. Toda a nobreza local foi impelida a participar no embelezamento da cidade, reabilitando as suas próprias mansões. Assim, se renova o Palácio Baviera já na segunda metade do século

XVI, por expressa decisão de Guidobaldo II, com base no desenho de Filipe Tércio, o Palácio Baldassini (já del Monte), cuja paternidade é atribuída também a Tércio, o Palazzo Giordani com o projeto do mesmo, e que a ter sido terminado seria um dos edifícios mais imponentes da cidade. Carecem ainda de confirmação documental, mas também lhe são atribuídos o Palácio Bonamini na praça de Santo Agostinho, do Palácio Fronzi (agora Mancini), do Palácio Leonardi (agora Scrocco), do Arco da Ginevra, da Casinha Vaccaj, do Palácio Barignani e de outros edifícios com os portais de quinhentos, por detrás do Palácio da Paggeria. Há ainda um testemunho de Atanasio Monaldi que era bobo da corte dos Rovere e que refere no seu diário uma inspeção feita em 1562 na sua casa de Pesaro: «*Messer Filipe Tércio engenheiro veio ver a minha casa e assim me ordenou de coisa em coisa como eu haveria de a arranjar*» (VOLPE, 2002: 88). Mais tarde, perante a compra de uma nova propriedade, tornou a pedir conselho a Tércio para a reestruturar.

Mas Filipe Tércio não se ficou somente pelas arquiteturas de âmbito urbano. O palácio privado mais representativo nos arredores de Pesaro, depois do Palácio Imperial, ao qual é atribuída uma vasta responsabilidade a Tércio (enquanto continuador do trabalho dos Genga), é a Villa Miralfiore (agora Torrette), que anteriormente havia pertencido aos Sforza, posteriormente à família Bonamini, e cuja beneficiação teria sido uma das primeiras ocupações de Tércio depois dos estaleiros dos estábulos duais.

Também em arquitetura efémera, Tércio foi exímio como decorador e cenógrafo e como criador de arquiteturas decorativas e artísticas, quer para situações felizes, como para as mais tristes também, como a que aconteceu em 1565 quando elabora em Pesaro um monumento fúnebre em honra do Imperador Carlos V. Em 1571, projeta e dirige a preparação de aparatos cenográficos, das decorações e arcos triunfais para as núpcias de Francesco Maria II della Rovere e Lucrécia d'Este. Nesta altura foram feitos quatro arcos, decorações, festões e arquiteturas pintadas, quer no interior do pátio do palácio ducal, quer sobre a fachada da câmara municipal (VOLPE, 2002: 88).

São de sua autoria também, monumentos funerários, como os túmulos das beatas Felicita e Serafina, na igreja do Corpus Domini de Pesaro. Estas duas arcas de mármore, executadas por encomenda de Guidobaldo e Vittoria Farnese sua esposa, encontram-se hoje na Catedral, onde existe também um sacrário do S.S. Sacramento «*tão lindo quanto outra coisa se possa imaginar em Itália*» (VOLPE, 2002: 90).

Reportando-nos a Urbino, embora a obra para o novo apartamento de Guidobaldo II no Palácio Ducal, tivesse sido começada por Bartolomeo Genga em 1555, após a partida deste para Malta, sucederam-lhe na direção das obras Tércio e Giulio da Thiene, que para além desta benfeitoria, também trabalharam na sobrelevação de outras partes do palácio em

volta do pátio de honra. É de Tércio uma parte relevante da arquitetura e das decorações (portais, chaminés, colunas, assentos, traves, janelas, estuques, etc.), desde a parte alta do palácio e da loja em direção ao pátio do Pasquino, obras estas decorrentes entre 1558 e 1576, existindo também uma pequena capelinha ao lado da Sala das Audiências no primeiro piso, cujo desenho é atribuível a Tércio.

Mas, todos estes trabalhos não foram isentos de problemas, mormente os económicos, como se constata por uma carta de Março de 1573, escrita por Tércio ao Duque em que este exprime a sua preocupação acerca do pagamento devido aos mestres trabalhadores, em que referia que estes mestres *«temem não ser pagos, como lhes aconteceu na construção da Corte»* (VOLPE, 2002; 90). O mesmo viria a ocorrer mais tarde, durante a construção da *loggia* do palácio. Decorrente do arranjo do Palácio Ducal em Urbino, dá-se início também a arranjos externos, como a ampliação da praça em direção a Santo Domingo, criando-se uma nova centralidade, consubstanciada numa renovada praça. Este desenho de 1564 é de Tércio, como é também de sua autoria um outro de 1568 que foi um trabalho métrico relativo à adaptação das muralhas necessária para este projeto. Destas obras, nem o projetista nem o duque lhe viram o fim, devido aos enormes custos da construção, que motivaram até uma revolta popular em 1572-1573.

A reconstrução da fortaleza de Urbino, está datada de 1573. Como refere Celli num documento publicado em 1893: *«temos decidido, por uma maior segurança e tranquilidade de aquela nossa cidade, de refazer e arranjar aquela rocca ... As coisas das quais convém fazer fornecimento, vos serão ditas pelo Tércio nosso arquiteto»*. Exemplo disso são também as instruções do duque aos encarregados pelas despesas e direção dos trabalhos das várias obras espalhadas pelas várias localidades do ducado: *«...como entendeis do Tércio nosso arquiteto ... onde entenderão do nosso arquiteto...»*. Em Março de 1573, em carta enviada ao Duque de Urbino, Tércio informa-o da necessidade de providenciar a recolha de dinheiro para pagar aos mestres trabalhadores aplicados na fabricação, e em Outubro desse mesmo ano o Conde Giulio da Thiene também escreve ao duque informando-o que após a sua supervisão às fortificações da cidadela, tinha deixado o lugar a Filipe Tércio a quem deu instruções de execução. Neste trabalho com as muralhas e fortificação, já tinha antes estado ocupado em 1561 e 1562. Existem documentos referentes a pagamentos de refeições e cavalos fornecidos a Tércio durante as supervisões que efetuara nos estaleiros da muralha, e das deslocações entre Pesaro e Urbino. Num destes documentos com os custos de deslocação, é referida uma troca de cavalos em Cappone, entre Pesaro e Urbino, localidade bastante próxima da nova ponte sobre o Rio Aspa, onde Tércio terá sido envolvido, mas sem grande sucesso no seu projeto, já que depois desta ponte de madeira concluída, esta apresentava deficiências, precisando de arranjos. Num

inventário do Palácio Ducal de 1599 é referido «*um modelo de ponte de madeira feito pelo Filipe Tércio e um outro mais pequeno*». Poderiam ter sido estas maquetes a inspiração para a futura construção da nova ponte sobre o Aspa (?). Na fábrica das máquinas necessárias aos trabalhos dirigidos pelo Tércio nos vários portos do Ducado, é referido um documento de 1564, onde o Tiziano, na sua dúplice função de pintor e mercador de madeira, recorda um contrato estipulado entre o seu filho Orazio e o Tércio referente a uma certa quantidade de madeira destinada às obras nos portos de Urbino (VOLPE, 2002: 96).

Também nesta cidade decorreram festividades comemorativas do casamento de Francesco Maria II e Lucrécia d'Este, com enfeites de cenografias de festa. É nesta altura que se constrói em Urbino a nova Porta Valbona, um verdadeiro “arco triunfal” e cujo desenho é conservado na Biblioteca Universitária de Urbino.

É assinalada também a presença de Tércio em Senigallia, com intervenções no âmbito da engenharia hidráulica e fortificação militar, como em Fano também em 1561, onde executa para o altar-maior da catedral desta cidade um tabernáculo «*que se resolveu fazer para o S.S. Sacramento. Elegeram por isso com muita honra a pessoa de M. Filippo Terzo arquiteto de V.E... aquela cidade certamente se contenta muito do engenho e da virtude deste M. Filippo, e por aquilo que se fala, a obra irá sair muito linda...*» (VOLPE, 2002: 97). Mas esta não será o único trabalho de Tércio em Fano, uma vez que também interveio na Catedral, e eventualmente na construção da igreja de S. Silvestro Papa (Madona da Praça).

No ano de 1564, executa Filipe a traça do *Palazzo Communale de Fossombrone* (Câmara Municipal). Segundo documentos existentes nesta edilidade, revelam-nos que o projeto deste edifício é de Filipe Tércio, coadjuvado pelo seu filho Alfonso, cujas obras terminaram em 1571 (VOLPE, 2002: 81). Existe também uma referência da participação de Tércio na “*casa della pesa*” (edifício de difícil identificação). Seria a casa do peso, onde existiria a balança para pesagem de mercadorias?

Em 1559, o Conde Pietro Bonarelli era vassalo de Guidobaldo II nas terras de Orciano e de outras localidades entre Metauro e Cesano. Aqui também se inicia um processo de renovação urbana e dos principais monumentos sob o risco de Filipe Tércio, sendo que o mais consistente, é sem dúvida, o alteamento da torre da igreja de Santa Maria Novella, obra do século XV e da autoria de Baccio Pontelli, resultando no campanário mais elevado e belo de toda a província. Sobre isto se há-de referir diretamente Tércio numa carta escrita em 8 de Abril de 1579 desde Portugal, dirigida a Giulio Vetarani, secretário do duque de Urbino: «*enquanto eu estava em Orciano...*» (BATTELLI & COELHO, 1935: 7).

No final dos anos sessenta, quando o Conde Pietro Bonarelli se torna também senhor de Barchi e de outros castelos vizinhos, Filipe reorganiza inteiramente a estrutura urbanística do castelo dos Barchi a partir do recinto das muralhas, com um sistema de torres circulares afogadas na cortina semelhantes à da fortaleza de Albornoz, e até à porta principal de entrada da aldeia, assim como o monumental arco triunfal, descrito nos documentos como a “*nova Janua*” do castelo. Mas o mais interessante no aspeto arquitetónico, foi a intervenção efetuada no interior da aldeia, com o arranjo da praça e das estradas, a construção da câmara municipal com a respetiva torre e de uma nova igreja. Como resultado destas melhorias, outras famílias reestruturaram as próprias residências, como os De Grandis, os Henrici ou os Libertani, podendo-se aventar que eventualmente Tércio estaria envolvido também nestes trabalhos. Ainda no território entre Barchi e Fano, arranja entre 1571 e 1574 o antigo moinho de Cerbara, do qual se serviam todas as comunidades do vigariato de Mondavio (VOLPE, 2002: 102).

Filipe Tércio é referenciado na qualidade de arquiteto militar em Pesaro, Urbino e Barchi, só para mencionar os locais documentados. É datado de 1571 um documento do Duque de Urbino, em que refere o prestígio que usufrui fora do Ducado, uma série de engenheiros militares da corte, entre eles o Tércio. Esta relação, redigida pelo arquiteto Giacomo Fontana, está guardada na Biblioteca Apostólica Vaticana, onde se refere também ao grande projeto de fortificação de Ancona. Tércio aqui, atua como consultor-especialista, sobre a qualidade do projeto, emitindo o seu parecer ao Conde Giulio da Thiene.

Finalizando, cabe-nos concluir que estamos perante um personagem multifacetado na sua arte de engenheiro e arquiteto, que serve a corte e a nobreza, assim como o clero e as administrações de um ducado inteiro, ao lado de artistas que completariam as suas obras, como Brandani, Barocci ou Tiziano. Todas estas realizações ocorreram durante a época de Guidobaldo II della Rovere, alimentadas por ambições e aspirações de grandeza que a Espanha infundia nas cortes italianas a ela ligadas.

O desaparecimento do duque em 1574, sela o final de um período, e o fim dessas ambições. Os anos seguintes serão testemunhas do desaparecimento de muitos dos seus protagonistas de então. Nobres, Ministros ou Dignatários da Corte são expatriados ou feitos prisioneiros, quando não vítimas de purgas impostas por Francesco Maria II. Possivelmente, Filipe Tércio estaria no seio dos atingidos. G. Rimondi afirma que “*caiu em desgraça e foi despedido*” (VOLPE, 2002:103). De verdade, entre 1574 e 1576, faltam de todo referências documentais sobre a atividade de Filipe Tércio (ALVAREZ, 1965: 359). Não sabemos o motivo da hostilidade do sucessor de Guidobaldo II, mas entendemos que Tércio foi o fiel intérprete e original executor da política urbanística deste. Por não

podermos ir para além dos fatos históricos, concluímos que depois da morte de Guidobaldo II (1538-1574), seu amo e senhor como por várias vezes referia nas suas cartas, ele foi afastado de Pesaro e continuado noutros lugares a sua atividade. Ressentiu-se muito desta situação e mesmo após dez anos, ainda se lamentava nas suas cartas. Havia servido dois duques (Guidobaldo II e Francesco Maria II della Rovere), e após a morte do primeiro viu-se envolvido num problema com a justiça cuja história surge um pouco nebulosa, mas que teria eventualmente ajudado à decisão de se afastar da região das Marques.

Como descrevemos no princípio deste texto, na primavera de 1576, ele foi para a Cúria de Roma, ao serviço da administração papal. Terá sido nesta altura que será procurado por Vittoria Farnese que o estimava muito, mas esta afirmação pode não ser fidedigna, embora seja referida por vários investigadores. E foi em Roma que encontrou o embaixador de Portugal, João Gomes da Silva que o aliciará para servir D. Sebastião e a Corte de Portugal (VOLPE, 2002: 103), capítulo de que nos ocuparemos adiante. Todavia, antes de abandonar Roma, não partiu sem garantir as boas graças do Duque de Urbino que o recomendou através do seu agente em Roma, Pietro Ricardi: «*Andandosene hora messer Filippo Terzi a servire il Re di Portogallo nella sua professione d'architettura e fortificazione, voglia l'A.V. aver per raccomandata la sua casa*⁵».

⁵ REIS, 1987 : 15, *apud* A. S. F. Urbino f. 141 c.879

1.2 – Em Portugal: 1577-1597

1577 - A chegada a Portugal

Embora se ache publicado que Filipe Tércio terá chegado a Portugal ainda em 1576, as três cartas encontradas pelo Prof. Léon Bourdon na Biblioteca da Universidade de Harvard publicadas por Reynaldo dos Santos, e que aqui reproduzimos, vêm confirmar uma maior probabilidade de realmente ter chegado somente nos princípios de 1577, confirmando a sua primeira intervenção no derrube de uma muralha e obras na Igreja de Nossa Senhora do Loreto, como veremos adiante.

De facto, o processo de contratação foi longo, atendendo à primeira carta enviada em Abril de 1576:

De João Gomes da Silva a D. Sebastião, Roma, 26 de Abril de 1576

Estou em partido com hu engenheiro por meo de Latino Orsino geral que foy de Venecianos que me aprova ser homem pratico e esperementado na arte a que chamão Fellipo Tertio. Estava concertado com a Senhoria de Luca que lhe dava XXX escudos ao mês, não quiere menos de XXXX en Portugal e as condições que mando neste memorial. Offrecilhe o partido que digo noutro memorial que mando. Não no aceitou. De presente não a na terra quem possa servir senão ele. Tenholhe mandado dizer que partindo-se por todo Setembro, e lhe concederei até Outubro, lhe darei o que pede visto como o partido a de ser cada quatro anos (SANTOS, 1951 :43) .

Como não havendo resposta, segue outra carta em Setembro:

De João Gomes da Silva a D. Sebastião, Roma, 14 Sept. 1576

A XXVI d'Agosto mandei a V.A. as condições com que achara hu engenheiro que fosse servir ao Reyno. Desaviemonos no tempo que ele não queria ir senão em Março. Não me parece baratto porque não quer ir com menos de quarenta cruzados ao mês e dinheiro para ir e vir, obrigando-se somente por tempo de quatro anos e que estivesse en escolha de cada hu distratar. Não se acharão homes sófficientes que vão lá senão com partidos extraordinários porque não querem deixar suas casas. Se lhe a V.A. contentar este neste tempo, deveme mandar avisar e dos partidos que lhe darão aos italianos que la servirão e os que poderei dar aos que quizerem ir. Não falto de solicitar outros (SANTOS, 1951:44).

Finalmente, a proposta do nosso embaixador teve provisão, conforme esta carta expedida de Roma no 1º. Dez. de 1576:

Felippo Terzi ingenheiro é partido desta cidade com obrigaçam de aos XV deste ser en caminho para esse reino. As condições do contrato leva por hua via e por outra as ínvio a Miguel de Moura (SANTOS, 1951:44).

Por aqui se conclui que, tendo embarcado em Dezembro de 1576, só deveria ter chegado a Portugal em princípios de 1577. As hesitações e exigências de Filipe Tércio teriam ainda melhor justificação se ele adivinhasse que no ano seguinte ficaria ferido e cativo após a batalha de Alcácer-Quibir, tendo passado as maiores provações até retornar ao Reino.

Por outro lado, subsistiam também outras razões que pensamos influíram na sua decisão: primeiro o facto de andar fugido por causa de um problema judicial, como anteriormente foi referido, quando teve de se escapular sub-repticiamente de Pesaro, pois não poderia lá voltar nos tempos mais próximos por correr o sério risco de ter de cumprir prisão em virtude do problema que o filho Alfonso tinha causado. A segunda razão prende-se com o facto de, ultimamente ter sido “afastado” de Pesaro e da corte ducal, acompanhando obras em Urbino, Senigallia, Fano e Orciano. Como já referimos, entre 1574 e 1576, são inexistentes as referências a obras de Tércio, aventando-se a hipótese de ter caído em desgraça por via da purga levada a efeito por Francesco Maria II. Por último, não será displicente considerar que as vantajosas condições oferecidas por Portugal também não seriam de desprezar, pensando ele que passados quatro anos regressaria à sua terra natal, onde com certeza as coisas estariam mais calmas e as condições de trabalho mudado. Tal não aconteceu, tendo Filipe Tércio trabalhado em Portugal durante vinte anos, até à sua morte.

Já com a sua posição consolidada em Portugal, e sabendo que se mantinha sem resolução o caso judicial pendente na sua origem, pediu uma carta de recomendação do Cardeal D. Henrique e do Rei D. Sebastião ao Duque de Urbino, pedindo uma interseção a seu favor e para o filho, como segue⁶:

Lisboa, 22 de Outubro de 1577

Ilustríssimo Senhor,

Felipe Tercio, o Rei nosso Senhor como seu engenheiro, faz-me saber Afonso Tercio, seu filho, tem certo negócio com os oficiais de Justiça de V.E. e por causa de depender a muitos anos, deseja fazer um acerto, antes que continua-la, pedindo-me que desse valor esta sua vontade a V.E. porque com isso tivesse uma folga de lhe fazer a graça e de o favorecer neste concerto, do que eu receberei particular contentamento, e de oferecer-lhe nesta particular causa em que possa fazer o gosto.

Nosso Senhor tenha na sua guarda a ilustríssima pessoa de V.E.

O Cardeal Henrique” (BATTELLI & COELHO, 1935: 85)

No próprio dia da partida para Alcácer-Quibir (Ksar-er-Kebir), onde acompanhou o Rei naquela malograda empresa, ainda pede uma outra recomendação real a favor do filho datada de 24 de Junho de 1578⁷:

Ilustrissimo e excelente Príncipe,

Felipe Tercio, meu engenheiro, deu-me conta de como já vos serviu nas coisas da sua profissão, e desejava que o Afonso Tercio, seu filho, fizesse o mesmo, pedindo-me houvesse por bem escrever-Vos sobre ele. Pelo que com afeto peço-vos é que vós sirvais dele, e haja por encomendado, porque pelo serviço que me faz Felipe Tercio, o receberei de vocês com muito particular gosto. Illmo.

⁶ REIS, 1987: 16 *apud* A.S.F. *Urbino*, f. 253, c.314

⁷ REIS, 1987: 16) *apud* A.S.F. *Urbino*, f. 253, c.313

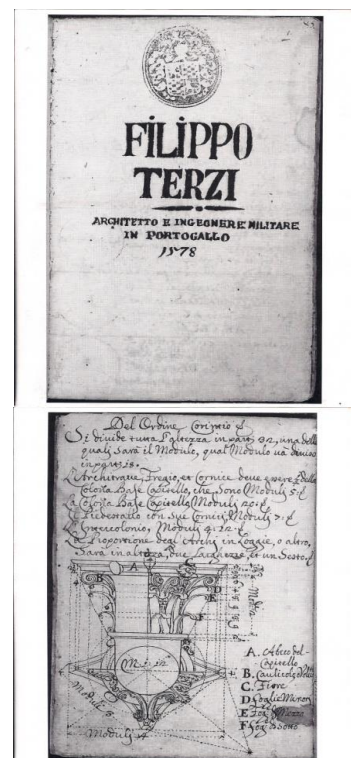
1.3 - Os dois Tércios

Afinal, quem foi Filipe Tércio? Como descrito já no capítulo da biografia em Itália, este engenheiro tinha sido formado “*em casa*” do Duque de Urbino, local então reconhecido como um autêntico “*viveiro*” de arquitetos militares, e que detinham a vanguarda da ciência da fortificação e da literatura especializada (nada mais do que 17 tratados), na 2ª. metade do século XVI (MOREIRA, 1986:146). Agora que conhecemos já todo o percurso deste personagem à volta de Pesaro e Urbino, não podemos olvidar que contemporaneamente, existiu um outro Filipe Tércio que com relação ao de Pesaro só era homónimo, já que, conforme refere Albrecht Haupt (HAUPT, 1910: 61), este era natural de Bérghamo e em 1550 exercia o ofício de pintor e gravador na corte do arquiduque Fernando, tio de Filipe II, portanto outro personagem que não este⁸.

1.4 - O Taccuino

Constitui um caso atípico este *taccuino* (caderno) de Filipe Tércio, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (BN Res. Cod. 12956), apenas com dezasseis fólios e datado na portada de 1578, e que corresponderá por isso aos seus primeiros anos ao serviço da Coroa portuguesa, cujo material deverá provir de anotações recolhidas ainda antes da viagem que o trouxe a Portugal (SOROMENHO, 2009: 124). Este manuscrito, escrito em italiano, de título: “*Estudos de embadometria, estereometria e as ordens de arquitetura*”, contém desenhos à pena, em sépia, é composto de figuras e sólidos geométricos, colunas e capitéis das ordens de arquitetura, canhões, um altar e baias para cavalos, conforme se descreve a seguir:

A obra é constituída por: "Embadiometria, o Misura di Superficie" (f. 1v.-2); "Stereometria, o misura de Corpi Solidi" (f. 2v.-4); "Del Ordine Toscano" (f. 5v.-6); "Del Ordine Dorico" (f. 6v.-7); "Del Ordine Ionico" (f. 7v.-8); "Del Ordine Corintio" (f. 8v.-9); "Del Ordine Composito" (f. 9v.-10); [Cálculos das



O Taccuino - Portada e um fólio (BN Res. Cod. 12956)

⁸ Para maior conhecimento sobre este outro Tércio, consultar: CHECA, Fernando (1992) *Felipe II Mecenaz de Las Artes*, Ed. Nerea, Madrid na BNE;

proporções dos elementos constitutivos de capitéis, fustes, bases e cornijas de diferentes ordens de arquitectura] (f. 10v.-11v.); "Sagome di Piedestalli con Base Toscane" (f. 12); "Sagome di Cornici, Fregi, et Architravi Dorici" (f. 12v.); "Jonico. Cornici, Fregi, Architravi. Piedestalli, et Base et Imposte d'Archi" (f. 13); "Corintio, et Composito. Cornici, Fregi, Architravi et Capitelli. Quatro Imposte d'Archi" (f. 13v.); "Corintio et Composito. Cornici, Fregi, Architravi, Capitelli, et Imposte d'Archi, d'Ordine Corintio, Composito et Piedestalli " (f. 14); "Corintio, et Composito. Cornici, Fregi, Architravi, Capitelli, Base, et Bassamenti, con Imposte d'Archi" (f. 14); " Cime di Palazzi, o altro" (f. 15-15v.); [Cálculos para fazer cancelas numa coluna, e cálculo das proporções dos elementos constitutivos de um altar, e de "poste per cavalli"] (p. 15v.-16)⁹.

Este documento, essencialmente desenhado, que não pretende ser um tratado, mas tão só um caderninho de apontamentos, apresenta uma organização didáctica. Os primeiros quatro fólios revelam os conhecimentos da geometria elementar e depois a sequência das ordens arquitetónicas e elementos associados. Estes primeiros fólios são dedicados apenas aos procedimentos básicos de medição de figuras e sólidos geométricos – *Embadometria, o Misura di Superficie e Stereometria, o misura de Corpi Solidi*. No fundo, é uma síntese do mínimo conhecimento em geometria, exigido para o exercício da arquitetura. Neles se ensina a medir o círculo, o triângulo, o “quadrângulo curvilíneo” e a oval, com as demonstrações desenhadas a derivar da forma circular, enquanto na estereometria, ao contrário, começa com os paralelepípedos e poliedros, passando seguidamente para os cilindros, cones e pirâmides, e só depois a esfera e aos corpos esféricos, explicados em várias etapas, dada a maior dificuldade das operações.

Seguem-se dois desenhos representando um canhão com o respectivo reparo em diferentes posições, incluindo o perfil esquemático do parapeito, obviando talvez a sua formação como engenheiro militar.

Após esta anotação dissonante deste pequeno conjunto, separa as operações de medição da sequência muito organizada das cinco ordens arquitetónicas: *Del Ordine Toscano, Del Ordine Dorico, Del Ordine Jonico, Del Ordine Corintio e Del Ordine Composito*. Aqui se revela que este é o assunto principal do *tacuinno*, pela minúcia posta nas explicações e no rigor dos módulos e medidas, essencial para a aprendizagem dos candidatos ao lugar de arquiteto. Em termos de citação de autoridade, apenas Vignola é referido, a propósito das minudências de uma cornija. Também é apresentada a maneira de desenhar o conjunto do pedestal, coluna e entablamento, nas respectivas proporções.

⁹ FERREIRA, Teresa A. S. Duarte, *Estudos de embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura*, disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-terzi.html>. [Consulta realizada em 24/07/2016]

Os restantes fólhos, revelam o detalhe na construção dos elementos constitutivos de pedestais, bases, fustes, capitéis, arquitraves, frisos e cornijas, consoante as diferentes ordens. O desenho do fuste da *coluna toscana dorica* e do fuste espiralado, é-nos mostrado também em pormenor. Finalmente, surge a explicação dos cálculos para executar as caneluras dos fustes, para a proporção de uma mesa de altar de medidas bolonhesas, terminando com o desenho proporcional para os *poste per cavalli*. (CONCEIÇÃO, 2015:339).

Em artigo publicado na Revista de História de Arte (NUNZIATELLA & CAVI, 2014: 62), Nunziatella Alessandrini cita Lanzarini que atribui este *tacuinno* a Fray Giovanni Vincenzo Casalle, facto em que colocamos sérias dúvidas, já que Filipe Tércio quando chegou a Portugal, aparentemente ainda não conhecia Casalle, tendo-se encontrado com ele somente em 1592 quando este veio a Portugal ver algumas fortificações, acompanhado por Tibúrcio Spannochi, a mando de Filipe I, tendo por cá ficado e falecido em Lisboa em 1593.

1578 - Alcácer-Quibir

Já aqui referimos que Filipe Tércio ficou ferido e cativo na batalha de Alcácer-Quibir, e foi com muito sacrifício e privações que conseguiu chegar a Ceuta, e mais tarde a Portugal, como nos relata na carta enviada à Madre Abadessa do Mosteiro do Corpo de Cristo em Pesaro, já mencionada (*Vidé* Doc. Nº. 2). Sousa Viterbo cita Frei Bernardo da Cruz na sua *Chronica de S. Sebastião*, capítulo LX, pág. 239: «*para sitiadores de campo iam Philipe Estercio italiano e Nicolao de Frias, grandes architectos*». Para além destes, também mais dois engenheiros tomaram parte desta desditosa campanha, João Nunes e António Mendes.

O Cardeal D. Henrique empenhou-se grandemente para que Filipe Tércio fosse resgatado, tendo recomendado este negócio a D. Rodrigo de Menezes, como se pode verificar do trecho de uma carta a ele dirigida a 6 de Setembro de 1578:

Tereis cuidado e lembrança de mandardes saber de Filippe Tercio, que é um engenheiro italiano, que ia no exército do Senhor Rei meu sobrinho que Deus tem, e o fareis resgatar logo, porque é homem útil e que convem para o serviço da sua profissão. (VITERBO, 1922:94)

1579 – Regressa a Portugal. Tença de 20\$000 reis e Hábito de Cristo

Chegado a Portugal, foi-lhe dada a tença de 20\$000 rs., assim como o hábito de Cristo, conforme se pode comprovar pela carta emitida por D. Henrique a favor de Tércio

em que menciona a dada altura: «[...]ey por bem e me praz fazerlhe merce de XX rs de tença em cada hum anno com o abito da dita ordem que já tem...» (VITERBO, 1922 :94).

Esta carta e benesse foi-lhe dado como referido no documento “*auendo eu respeito ao bom seruiço que Felipe Tercio, engenheiro italiano, fez ao senhor Rei meu sobrinho...*», é referido como já tendo o hábito da Ordem de Cristo, facto que não conseguimos comprovar, mormente através das habilitações. Fica-nos a dúvida se «*que já tem*» lhe tivesse sido concedido nessa altura, ou se remontava a data anterior. Esta carta encontra-se transcrita nos apêndices documentais (*Vidé* Doc. Nº. 3).

Não está bem claro quais as obras que terá concretizado ao serviço do Cardeal D. Henrique, mas parece-nos que para além de serem muito poucas, foram-no também de pouca importância. Aliás, entre a chegada a Portugal e a morte de D. Henrique, pouco tempo haveria de decorrer.

1580 – União Ibérica

Concretizada a união ibérica, cai nas boas graças do novo soberano português Filipe I, ao proporcionar-lhe as plantas dos paços reais entregues em Évora, assim como as peças das casas da alcáçova do castelo de Lisboa.

1581 – Pedido a favor do irmão.

Em carta enviada ao Duque de Urbino, de 20 de fevereiro, pede a sua interseção a favor do irmão Ludovico Terzi. Informa que está a aprontar em Abrantes a residência de Filipe II «*que é um local que dista de Tomar nove milhas, onde fui chamado nos dias passados, e intervim nas ordens dadas para acomodar a habitação de S. Majestade*», (BATTELLI & COELHO, 1935:10) mantendo-se os usuais encargos, referindo-se aos trabalhos que envolviam o Torreão da Ribeira, «*o edifício onde haverá de viver quando venha a esta Cidade*» (BATTELLI e COELHO, 1935: 8)¹⁰.

1582 – Ordem do Tosão de Ouro. Estojo de desenho

Numa carta para Giulio Veterani de 23 de Julho, escreve que Sua Majestade está ocupado com o capítulo dos Cavaleiros da Ordem do Tosão de Ouro, e que por esse motivo fez instalar a loja e a casa para o joalheiro dentro do Palácio, «*onde S.M. vai ver, tendo*

¹⁰ Apud A.S.F., *Urbino*, filza 253, carta 331

feito intervenções no desenho do colar que tem de usar o rei de Armas nas solenidades». (BATTELLI & COELHO 1935: 22)¹¹.

A 5 de Dezembro, envia carta ao duque de Urbino fazendo-lhe saber do seu empenhamento para lhe obter a Ordem do Tosão de Ouro (REIS 1987:19)¹². O Duque estava compreendido no elenco dos candidatos para esta Ordem, mas na realidade só o veio a conseguir em 1585.

A 2 de Dezembro roga ao Conde Giovanni de Tomasi, conselheiro do Duque de Urbino, que lhe obtenha de Simão Baroccio (irmão do célebre pintor de igual apelido), um novo estojo de desenho, já que havia perdido o anterior, na ocasião em que esteve preso na Berberia¹³. O Duque de Urbino oferecer-lhe-á o seu próprio estojo de desenho¹⁴ (*Vidé Doc. Nº. 4*), como se constata do teor das duas cartas escritas por Francesco Maria II, e que aqui reproduzimos. Nesta mesma carta refere-se às sepulturas de D. Sebastião e D. Henrique em Belém, o que fará supor da possibilidade de ter sido Tércio o autor do risco do mausoléu? (REIS 1987: 20).

1583 – Ida a Coimbra

Desloca-se a Coimbra para examinar quer as obras na ponte do rio Mondego como também os mosteiros de S. Francisco e Santa Clara ameaçados de assoreamento em virtude do grande arraste de areias provocados pela corrente do rio, sobretudo durante o inverno. Também, a 27 de Novembro foi-lhe feita a mercê, por uma só vez, de 300 cruzados em bens tomados para a fazenda real (VITERBO 1922:95), gesto de apreciação dos monarcas, não tendo obrigatoriamente relação direta com esta deslocação, casuístico sim, mas gestos destes ir-se-íam repetir ao longo da sua carreira.

1584 – Nomeado mestre das obras do convento de Tomar

Sucedendo a Francisco Lopes, a 22 de Janeiro de 1584 é nomeado mestre das obras do Convento de Tomar, conforme carta do Rei Filipe I, e que viria a ser substituído por Pero Fernandes de Torres após a sua morte (*Vidé Doc. Nº. 5*).

Sabemos que, através da biografia de Baltazar Álvares, que Filipe Tércio também foi mestre das Ordens de Santiago e de Avis, embora ainda não se tenha encontrado a

¹¹ *Apud* B.O.P. f. 426, c. 378

¹² *Apud* A.S.F. *Urbino*, f. 253, c. 332

¹³ *Apud* B.O.P. f. 426, c. 385

¹⁴ *Apud* A.S.F. *Urbino*, f. 275, c. 580

respetiva carta, mas sim outra de 2 de outubro de 1597, nomeando Álvares, e mencionando especificamente que ele sucedia neste cargo a Filipe Tércio, por cujo falecimento vagara (VITERBO 1922: 97).

1586 – Cai enfermo. Nomeação do irmão Ludovico

Em carta dirigida a Giulio Veterani, secretário do Duque de Urbino, datada de 6 de Dezembro, com quem Filipe Tércio amiúde se correspondia e que muito o ajudou, escreve: «[...] *E porque nestes dias estive doente e ainda estou, se bem que graças a Deus estou a caminho da convalescença [...]*¹⁵» (BATTELLI & COELHO, 1935: 33)

Nesta mesma carta, congratula-se por D. Filipe I ter nomeado o seu irmão engenheiro do Reino de Nápoles: «*S. Majestade assumiu Ludovico Terzi, meu irmão ao seu serviço no Reino de Nápoles, na qual se vê ainda a lembrança que tem dos meus serviços e a boa informação que teve do valor do meu irmão*» (BATTELLI & COELHO, 1935:34). O Cardeal-Regente dá-lhe 200 ducados do Mestrado da Ordem de Cristo (REIS 1987: 20)¹⁶.

1587 – Viagem a Tomar. Carteia-se com D. Teotónio de Bragança.

As visitas regulares a Tomar tinham de ser efetuadas, conforme o que dispunha o alvará de nomeação como mestre das obras do convento de Tomar. São relatadas nas suas cartas idas a esta vila não só neste ano, como em 1592 também.

Neste ano, inicia-se a correspondência de Tércio com D. Teotónio de Bragança, sucessor do Cardeal D. Henrique na diocese de Évora e fundador do Convento da Cartuxa. No entanto, embora Filipe Tércio tivesse apresentado um esquiço para o projeto da igreja, a resolução definitiva recaiu sobre fray Giovanni Vincenzo Casalle, proveniente de Nápoles, que a Portugal se tinha deslocado a fim de explicar a D. Filipe I vários projetos de fortificações, e que por cá ficou retido, encarregado mormente do Forte da Cabeça Seca. (REIS, 1987:21)

¹⁵ *Apud* A.S.F. *Urbino*, f. 275, c. 752

¹⁶ *Apud* A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 163

1588 – Invencível Armada. Encargo de fortificar a costa até à Galiza.

A 13 de Fevereiro dá conta da co-organização da que se chamou Invencível Armada¹⁷ (BATTELLI & COELHO, 1935: 42), a 27 de mesmo mês dos seus preparativos, e a 15 de Abril das dificuldades para a sua largada¹⁸. Já em carta anterior se tinha referido às 300 peças de artilharia que tinham sido fabricadas sob sua direção¹⁹.

Em carta dirigida a Veterani a 26 de Março, dá conta do desejo do Conde de Portalegre, D. João da Silva de possuir um quadro pintado por Federico de Urbino, e por isso pede a sua ajuda nessa empresa, querendo saber o custo necessário para tal. Foi acompanhado de um memorial sobre o que o Mordomo-mor desejaria ver na obra, mas Federico Barocci devido ao fato de estar assoberbado de trabalho, não pode atender ao pedido do cavaleiro português²⁰ (BATTELLI & COELHO, 1935: 55).

Obsequia o Duque de Urbino com umas porcelanas, a serem-lhe entregues através do filho, que não as julgando suficientes para agradecer toda a cortesia e admiração que tinha por ele, humildemente as enviou como préstito e gesto «*deste seu servo de alma pura e boa vontade*²¹» (BATTELLI & COELHO, 1935: 51).

Em abril está de partida para o Algarve, a fim de erguer uma fortaleza no Cabo de S. Vicente²². A 21 de maio já tinha regressado do Algarve e preparava o envio para Madrid dos relatórios e plantas das obras a efectuar²³ (REIS, 1987: 24). A 11 de setembro acompanha o Vice-Rei à vila e palácio de Sintra, aproveitando os 15 dias de permanência ali para inspeccionar as fortalezas mais próximas²⁴ (REIS, 1987: 24). A 5 de novembro refere já o encargo de fortificar a costa até à Galiza, como fizera em relação ao Algarve²⁵. Refere-se ele nestes termos: «*sto di partita per la visitazione di quest'altra parte della costa che è di qui a Galizia, dove starò doi mesi a ritornare*²⁶». Em investigação efectuada sobre se Filipe Tércio teria eventualmente desenvolvido alguma actividade profissional como engenheiro de fortificações na Galiza, após consultada vária bibliografia²⁷, nada

¹⁷ Apud A.S.F. Urbino, f.276, c. 290 e 295

¹⁸ Idem, apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 316 e 335

¹⁹ Ibidem, apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 282

²⁰ Ibidem, apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 308

²¹ Ibidem, apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 335

²² REIS, 1987: 23 apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 316

²³ REIS, 1987: 24 apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 333

²⁴ REIS, 1987: 24 apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 393

²⁵ REIS, 1987: 24 apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 424

²⁶ REIS, 1987: 23 apud A.S.F. Urbino, f. 276, c. 445

²⁷ SORALUCE BLOND, Jose Ramon, *Castillos y fortificaciones de Galicia*, Ed. Fundacion Pedro Barrié de La Maza, Conde de Fenosa, 1985, SORALUCE BLOND, Xose Ramon, *O Castelo de San Anton*, Nº. 1, Ed. Museo Arqueologico e Historico Provincial «Castelo de San Anton». A Coruña 1984, VILLASANTE PRIETO, Juan A. Rodriguez, *Historia y tipologia arquitectónica de Las Defensas de Galicia – Funcionalidad, forma e ejecución del diseño classicista*. Edición do Castro, 1984 e SORALUCE BLOND,

encontramos, mas tão só menções a engenheiros reais como os irmãos Jacome Palearo e Jorge Fratin, Juan Bautista Antonelli e o seu irmão Baptista Antonelli, ou Tiburcio Spannochi, sendo que todos eles (excluindo Baptista) intervieram em Portugal, mas nada sobre o envolvimento de Tércio. O grande argumento para esta vinda ao norte, prende-se com a necessidade premente do reforço das fortificações nesta parte do país, em virtude do recrudescimento dos ataques dos ingleses, após o retumbante fracasso da Invencível Armada (REIS 1987: 24). Uma vez em Viana do Lima, aproveita para visitar Santiago de Compostela²⁸. A presença de Filipe Tércio em Viana registou-se entre dezembro de 1588 e março do ano seguinte. O traçado exterior ou perímetro do Forte de Santiago é de sua autoria, embora posteriormente Tiburcio Spannochi lhe tivesse infligido alterações.

1589 – Carta a falar sobre os planos e mencionando os “*ellevati*”.

Numa outra carta enviada a Veterani, refere-se aos seus “*allevati*” nestes termos: «*Irei enviar um dos meus alunos nesta profissão, com os desenhos aprovados por S. Majestade para acompanhar aquela fortaleza que eu fui visitar há alguns meses no reino do Algarve, no Cabo de S. Vicente, e agora irei ver esta outra, donde deixarei um outro meu aluno para a execução desta*²⁹». Estaria certamente a referir-se à Fortaleza de Santiago. Daqui se conclui que a orgânica de funcionamento destas fábricas, não implicava a presença obrigatória do autor do risco, podendo as funções de seguimento serem delegadas num dos tais ajudantes, aliás dentro do espírito que presidiu à criação dos «*três lugares para aprender a arquitetura*». Posteriormente passará a usar o termo de “*discepoli*” em detrimento do “*ellevati*”, para designar os seus colaboradores.

1590 – Vai a Madrid. Nova nomeação. Envio de medicamentos para o Duque.

Esta ida a Madrid produziu significativas mudanças na vida de Tércio. Por um alvará com força de carta, de 28 de junho, foi nomeado «*mestre de todas as minhas obras que se fizerem à custa da minha fazenda*³⁰» (VITERBO 1922:97)», (Vidé Doc. Nº. 6) cargo que tinha vagado por falecimento de António Rodrigues e com efeito a contar de 1 de março anterior, com um ordenado de 60\$000 reis a contar da mesma data, fixado por provisão de 13 de novembro³¹ (VITERBO 1922: 97-98).

José Ramon, *Las Fortificaciones de Galicia durante el Reinado de Filipe II*, ISBN 84-453-2189-7, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela 1998

²⁸ REIS, 1987: 23 *apud* A.S.F. Urbino, f. 276 c. 445

²⁹ REIS, 1987: 26 *apud* A.S.F. Urbino, f. 276, c. 445

³⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, l. 24, fl.47

³¹ ANTT, *Chancelaria de Filipe I, Doações*, l. 16, fl. 407

Como resultado desta visita, obtém do Rei a favor do filho o hábito da Ordem de Cristo, em reconhecimento dos bons serviços que Filipe Tércio lhe prestou como «*meu engenheiro e cavaleiro da dita ordem*», fazendo-se a investidura na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, a 22 de agosto de 1593³².

Neste ano, vê aprovada e assinada pelo Rei, a planta da Igreja e Mosteiro de S. Sebastião e S. Vicente, mais comumente designada por S. Vicente de Fora, cujo documento original se encontra na Academia Nacional de Belas Artes, assim como uma posterior cópia extraída por João Nunes Tinoco e também existente na mesma Academia.

Envia alguns medicamentos via Madrid para o Duque de Urbino, provenientes das Índias. A 3 de setembro, Bernardo Maschio escreve:

Alteza Sereníssima,

Com a presente vem uma caixa na qual estão as coisas de medicamentos de Lisboa, e particularmente duas pedras bazar, com o comprovativo escrito da perfeição e do preço delas, e estão entre as maiores facetas do cardo santo. O peso expresso das outras coisas é posto como V.A. verá, nas embalagens próprias das coisas que se enviam, mas não vem outra indicação. Partiu-se, vindo de Lisboa, o vaso com líquido de ambra, mas irei enviar outro na próxima ocasião. O mesmo aconteceu com uma confeção de Jacintos e do Diascórdio, ou seja, partiu-se o vidro mas, por ser um material volumoso, pode-se recolher tudo e colocar num outro vaso de terra. Beijo as mãos de V. A.

Segue numa folha separada a nota dos medicamentos: Macias de Cochim (noz moscada), Palo de la Siepe, Assa-fétida, Sandali Citrini, Machocoan (jalapa), Bálsamo, Cardo Santo, Tacamaca (resina parecida com o insenso), Costo, Liquidâmbar (balsamo odorífero) e Diascórdio³³.

1591 – Nova visita ao Algarve.

Sabe-se que neste ano terá viajado novamente até ao Algarve, embora não subsistam referências dos trabalhos por ele desenvolvidos nesta região, pressupondo-se eventualmente alguns ligados à questão da fortificação militar.

1592 – Ida ao Convento de Cristo, Coimbra e Vila do Conde.

A 5 de Abril em carta dirigida a Bernardo Maschio, embaixador do Duque de Urbino em Madrid, anuncia que no dia seguinte partiria para Tomar, conforme era obrigação sua. Esta deslocação também se justificava pela necessidade dos estudos preliminares à execução do projeto para o aqueduto de Pegões Altos, cuja construção se iniciaria no ano seguinte, e que só terminaria em inícios do século XVII.

Segue-se Coimbra, onde foi resolver um certo “negócio”, e entregar uma carta do Rei ao Corregedor na casa do Bispo, e verificar várias infraestruturas relacionadas com o

³² REIS, 1987: 26 *apud* ANTT, *Coleção especial*, cx. 27

³³ BATTELLI & COELHO 1935: 88 *apud* A.S.F. *Urbino*, f. 158, c. 997

transporte da água, cujo trabalho incluiu contatos com os Religiosos de St^a. Cruz, o Juiz de Fora e a Câmara, como se constatará na descrição das obras da autoria de Filipe Tércio, e que surgem elencadas mais adiante. Enquanto se aprontava o que era necessário, nesse ínterim resolve dar provimento a uma diligência que lhe tinha sido ordenada, que mais não era do que se deslocar a Vila do Conde, a fim de analisar a possibilidade da construção de um molhe, tudo levando a crer que teria posteriormente retornado a Coimbra.

1593 - Colégio de Santo Agostinho. Comenda de St^a. Luzia.

Assiste ao começo das obras do Colégio de Santo Agostinho, Novo ou da Sapiência.

Por um alvará de 28 de abril, faz-se saber ao Juiz de Fora da vila de Trancoso que deveria mandar fazer demarcação, medição e tombo de todos os bens e propriedades da comenda de Santa Luzia, extramuros da vila, de que é comendador Filipe Tércio, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, (REIS, 1978: 28)³⁴ na forma de estilo (*Vidé Doc. Nº.7*).

1594 - Aulas de Arquitetura.

Coube a Filipe Tércio a responsabilidade de ser o primeiro professor de arquitetura no nosso país. A exemplo com o que já acontecia em Madrid desde 1583 com a Academia de Matemáticas e Arquitetura, sob a direção de Juan de Herrera, institui o Rei em Portugal «*três lugares de aprender a arquitetura*» sob a dependência de Tércio e com a tutela do Provedor das Obras Reais, Gonçalo Pires Carvalho. Baltazar Álvares e Diogo Marques Lucas foram seus discípulos, como se depreende de um alvará de 14 de setembro de 1594 (*Vidé Doc. Nº. 5*) em que este era nomeado «*para um dos três logares que ora ordenei de pessoas naturais deste Reynno para auerem daprender architectura com Filipe Tercio*» (VITERBO 1922: 97). (*Vidé Doc. Nº. 8*)

Nas cartas que escreve, confidencializa que se sente cansado, pelos seus muitos afazeres e itinerância, e porque a sua propecta idade também começava a pesar. Neste ano, conclui também a traça do convento de Palmela.

³⁴ ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, l. 10, fl. 270.

1596 – Retorna a casa em Italia.

Após 19 anos de trabalho em Portugal, regressa a casa para ver o filho e os netos, mas não tardará a regressar ao local onde realizara a maior parte, e a melhor da sua obra, e onde acabaria os seus dias, trabalhando.

1597 – Morre em Lisboa a 10 de Abril.

Em carta do Embaixador Bernardo Mashio ao Duque de Urbino este refere-se: «*no segundo dia da Páscoa foi surpreendido por um acidente de apoplexia tão terrível, que logo perdeu a palavra*³⁵». Filipe Tércio, grande engenheiro e arquiteto estava morto!

Após a sua morte, foi Gonçalo Pires Carvalho que recolheu o espólio daquele que tendo vindo para Portugal como engenheiro de fortificações, ganhou também através da obra feita o epíteto de arquiteto, e que incluíam plantas e outros elementos projetuais de obras diversas, em que se incluíam, porventura, os modelos das fábricas e fortalezas que se fazem no reino, que ele referia, quando recebia a visita do Vice-Rei para ver as maquetes de futuras obras.

1.5 – Questões Pessoais e Familiares

Filipe Tércio foi sempre um homem bom e orientado para os valores familiares. Embora tivesse enviuvado cedo, menosprezou várias possibilidades de bons casamentos, segundo o seu testemunho³⁶. Orgulhava-se do seu amor à arte, da sua fidelidade no servir, da sua mestria e autoconfiança, afirmando várias vezes que só prometia o que sabia poder cumprir. Por isso, foi sempre tão bem considerado pelo seu soberano, e orgulha-se ao dizê-lo.



Foto 1 - Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, Itália

Ao saber que o irmão Ludovico, ao serviço do Príncipe de Bisignano na Calábria, estava em enormes dificuldades, pois não lhe pagavam os salários normais, escreve ao Duque de Urbino a favor da sua interseção para a resolução do assunto. Finalmente conseguiu em 1586 que Filipe II o nomeasse engenheiro do Reino de Nápoles, muito por força dos bons serviços e das boas graças granjeadas ao longo de muitos anos ao serviço do Rei.

³⁵ BATTELLI & COELHO, 1935: 90 *apud* A.S.F., *Urbino*, f. 186, c. 792

³⁶ REIS, 1987 :21 *apud* A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 14

O seu calvário foi sempre o filho Alfonso, que só lhe deu desgostos. Para além de ter de abandonar Pesaro para fugir à prisão por causa das dívidas contraídas por ele, e de ir sabendo dos seus constantes devaneios, esteve sempre pronto a ajudá-lo, quer com dinheiro que de Portugal lhe mandava, quer olhando pelo seu bem-estar, da sua mulher e dos seus netos, através do seu grande amigo Giulio Veterani. Durante estes 20 anos que aqui viveu, em grande percentagem das suas cartas fazia menção das suas preocupações com relação ao filho. Para além das ajudas pecuniárias que enviava daqui, foi gradualmente pagando as dívidas do filho, contando com a supervisão de Veterani: *«através de si, consegui pagar muitas centenas de escudos por dívidas, e ele prometeu-me que iria viver com prudência»*. Mas, em muitas dessas cartas se lamentava: *«Alfonso, como não sabe a fadiga e o trabalho com que se ganha o dinheiro [...] aquilo que me dá maior desgosto é de considerar que a maior parte desse dinheiro seja por interesse e não por benefício da sua casa»*. Ou, *«o Alfonso não estar ocupado em alguma coisa de entretenimento, por isso que com uma ocupação se libertasse do ócio e se retivesse das despesas tentadoras»*.³⁷.

Mas, mesmo assim, sempre lhe teve um grande amor de pai. Escreveu várias vezes ao Duque de Urbino para que aceitasse o filho ao seu serviço, para que ele tivesse com que se ocupar, e conseguiu para ele a honra de frei da Ordem de Cristo, que Filipe I lhe concedeu, como Grão-Mestre da Ordem, mais uma vez em reconhecimento dos bons serviços de Filipe Tércio, e sem que o filho tivesse feito algo para o merecer. Mesmo a obtenção desta dignidade que lhe foi dada na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, (Foto nº. 1) não decorreu sem incidentes. Em carta endereçada a Maschio, Tércio escrevia: *«Envio para Roma com este correio as provisões necessárias para conferir-se a cruz deste hábito para o Alfonso, pedindo que V. S. me favoreça com o Senhor Grazioso Graziosi para receber e ter em sua casa esse meu filho, naqueles poucos dias que lhe será necessário para esse efeito [...] Suplico a V.S. que o faça carinhosamente, certificando que não empregará mal o seu favor e que serei um bom recompensador dos incómodos que o meu filho dará»*.³⁸.

Era seu costume mandar presentes quer à nora, quer aos netos. Inclusivé, tentou trazer o neto Taddeo para Portugal, mas que entretanto este seguiu a via eclesiástica.

³⁷ BATTELLI & COELHO 1935 : 77, *apud* A.S.F. Urbino, f. 189, c. 641

³⁸ BATTELLI & COELHO, 1935 : 66 *apud* A.S.F. Urbino, f. 185, c. 981

1.6 - Honras, Dignidades e Rendimentos

A arquitetura começava a tornar-se então uma atividade financeiramente aliciante, como confessava Filipe Tércio em carta de 31 de janeiro de 1587, reconhecendo-se satisfeito com a sua situação económica, que lhe tinham permitido a construção de uma casa, ter “*servitori e cavali*”, e “*viver onoratamente, stando la casa sempre provvista di un ano per l’altro*”, e até investir em “*beni stabili*” na sua pátria, sendo que este italiano era um exemplo particularmente bem-sucedido de enriquecimento pessoal e de ascensão social por esta via. (SOROMENHO 2009: 93).

Logo em 1579, assim que chegado de Ceuta, foi agraciado com a tença anual de 20\$000 reis com o Hábito, sendo cavaleiro-fidalgo da Ordem de Cristo. Em 1583 granjeia uma mercê extraordinária de 300 cruzados em propriedades e fazendas, e que retribuía o seu apoio à causa filipina (*Vidé* Doc. Nº 9), reconhecimento reforçado em 1584 com a nomeação de «*mestre das obras do convento de Cristo*», em 1590, de «*mestre de todas as obras que se fizerem à custa da minha fazenda*», com as remunerações de 80\$000 reis e 60\$000 reis por ano, respetivamente. Em data incerta, mas possivelmente em 1581, Filipe Tércio fora já designado «*mestre das obras dos paços da Ribeira*», também pago a 60\$000 reis, «*arquitecto das Ordens de Santiago*»³⁹ e de «*S. Bento de Aviz e engenheiro-mor do reino*», embora para este último cargo, não se conheça o alvará de nomeação. O Vice-Rei Alberto Ernesto, também lhe ofereceu 200 cruzados, como sinal de apreciação pelo seu trabalho.

Em 1593, conforme referido atrás, foi agraciado com a comenda de Santa Luzia, sendo que ao Juiz de Fora foi dada ordem para mandar fazer demarcação, medição e tombo de todos os bens e propriedades que se situavam extramuros da vila de Trancoso.

Além de ter sido bem-sucedido profissionalmente, ser protegido do Rei, usufruía de compensações materiais e imateriais altamente compensatórias, e adiantamos, justas.

³⁹ Até 1597, data da sua morte, que por carta de 2 de Outubro foi nomeado Balthasar Álvares que lhe sucedeu.

2 . Capítulo 2 – A profissão de engenheiro e / ou arquiteto no século XVI, no contexto do Renascimento

O que era ser engenheiro ou arquiteto no século XVI? Como se ascendia à classe, e como se progredia hierarquicamente? Qual a relação “*inter pares*”, e qual a cooperação entre estes agentes? E quanto aos encomendadores? Será isto que iremos analisar.

A arquitetura e os arquitetos tiveram uma progressiva elitização (com o correspondente distanciamento face à “cultura oficial”, e que nesse percurso implicou a “academia científica” formada em 1536 no âmbito das lições de Pedro Nunes ao infante D. Luis, e promoveu em Lisboa no Colégio de Santo Antão, o aparecimento da Aula da Esfera, que já funcionava antes de 1580, e a criação em 1594 dos três lugares de aprender a arquitetura, com Filipe Tércio. Os vocábulos ‘risco’, ‘debuxo’, ‘traça’, ‘amostra’, ‘modelo’, ‘desenho’, ‘ideia’, ‘apontamentos’, e ‘Regimento’, são normalmente empregues até ao final do século XVII, para designar o projeto arquitetónico (CRAVEIRO, 2009 : 131-133).

Como inovação instituída por Filipe I, este monarca estabelece uma clara distinção entre a tarefa projetiva em Portugal (realizada na “casa das obras” do Paço da Ribeira) e os trabalhos de construção entregues a empreiteiros e operários locais. Neste sentido, (a exemplo do que praticava desde 1583 nos ateliers do El Escorial e Madrid), criou em 1594 em Portugal três lugares de “discípulos” ou assistentes para auxiliarem na execução dos cálculos e traças o arquiteto-mor Filipe Tércio, (tendo mais tarde sido substituído por Nicolau de Frias (1597-1610), que tinha também em sua casa uma “escola-oficina”), e que se tornariam o meio corrente de ingresso nos quadros oficiais da carreira, sendo esta quiçá a mais duradoura contribuição de Tércio para a arquitetura portuguesa, tendo constituído as primeiras aulas de arquitetura entre nós, conforme nos descreve Sousa Viterbo, transcrevendo o Alvará de 14 de Dezembro de 1594, em que se estabelecia o ensino da arquitetura e geometria, nestes termos:

Eu, El-Rei faço saber aos que este aluará uirem que eu ey por bem de fazer merce a Diogo Marquez de huu dos trez lugares que ora ordenei de pessoas naturais deste Reynno para auerem daprender Arquitectura com Filipe Tercio, mestre de minhas obras, e asistirem sempre com elle ou qualquer outro mestre das minhas obras, que lhe for mandado, e aprenderá geumitria de Johão Bautista Labanha, cosmógrafo mor destes Reinnos e averá de ordenado cada anno emquanto estiver no dito lugar vinte mil reis, que lhe serão pagos com certidão do provedor de minhas obras de como he contino no dito estudo e asistencia, e mando ao vedor da minha fazenda que ora he e ao diante for que lhe faça asentar os ditos vinte mil r.s no Livro das ordinárias della, e despachar cada anno para lugar onde deles aja bom pagamento com declaração que lhe serão pagos com a dita certidão do provedor das obras, e este ei por bem que valha &c. João Aluarez o fez em Lx^a. a xiiij de setembro de mil bc. Lriiij (1594).

Sebastião Perestrello o fes escrever. (VITERBO, 1922 :139)

Sobre a questão do ensino da arquitetura nas Aulas do Paço da Ribeira ocupar-nos-emos deste assunto em detalhe mais adiante.

Como conclui Lurdes Craveiro, em Portugal nunca se desenvolveram inteiramente os pressupostos do arquiteto humanista. Os registos de atividade de homens como Miguel de Arruda, Filipe Tércio, os Afonso e Baltazar Álvares, ou António Rodrigues que nos deixou em 1579 um Tratado de Arquitetura denominado *Proposições Mathemáticas* (Vidé Proémio nos Anexos), deverão inscrever-se no âmbito restrito das bolsas de vanguarda protegidas pelo poder e vocacionadas quer para a imposição da cristianíssima imagem do País, quer pela assistência aos valores imperiais vertidos para a arquitetura militar (CRAVEIRO, 2009: 131-133).

Ao longo do século XVI, foram os engenheiros italianos quem controlavam as fortificações da monarquia espanhola, e que veio a ocorrer também em Portugal a partir de 1577 com D. Sebastião, prosseguindo esta opção D. Filipe I. Todos os responsáveis da defesa, estavam conscientes de que sem um bom engenheiro, não era possível fazer uma fortificação eficiente, sabendo-se que o prestígio alcançado por estes engenheiros não só em Itália, como um pouco por toda a Europa, acrescentava sempre uma valorosa mais-valia no que concerne à defesa.

Vários engenheiros italianos trabalharam para a monarquia espanhola (e aqui referimo-nos só ao período contemporâneo do Filipe Tércio (1577-1597), como foram o cremonês Leonardo Turriano, que haveria de lograr obter o cargo de engenheiro-mor de Portugal, os irmãos Giacomo Palearo (mais conhecido por capitão Fratin) e Jorge Fratin, Tércio, Tiburcio Spanochi, e Juan Bautista Antonelli, que teve um preponderante papel na progressão do exército do Duque de Alba na tomada de Lisboa, e que afirmava que embora engenheiro militar, seria melhor conquistar Lisboa por meio das boas-vontades, como já tinha ocorrido em Nápoles, Milão ou Antuérpia, do que por castelos, já que para ele, as fortalezas não se construíam contra os portugueses, mas contra os possíveis ataques ingleses (CÁMARA, 1998: 61).

Uma outra característica da profissão de engenheiro era que estavam ao serviço de quem lhes pagava. Podiam passar de estar ao serviço do rei de França ou de Espanha, ou ao da Senhoria de Veneza, o que por vezes poderia causar desconfianças, se bem que se valorizava sempre a quantidade de informação que possuíam dos territórios e fortalezas em que já tinham trabalhado, ou seja, um perfeito serviço de inteligência à época e com agora mais de 400 anos, sem que a intenção primeira fosse prover serviços de espionagem sobre as posições das fortificações inimigas, havendo de forma geral um consensual sentimento de lealdade.

Factor primordial e o ideal na fortificação, era que o engenheiro fosse também militar e acumulasse as duas funções. Quando assim não era, nomeava o Rei um de cada,

para que se pusessem de acordo. Recordemos aqui, que em 1590 ao decidir-se se se fazia o Forte da Cabeça Seca, a traça de Tibúrcio Spannochi só foi feita após terem sido disparados dois tiros de peças de artilharia, para se poder ver até donde podiam travar os ataques inimigos. Aliás, este arquiteto italiano era conhecido pelos seus contínuos conflitos com os militares. A função de “mestre de campo” também importava. E aqui, lembramos de Pedro Bermudez que esteve encarregue por exemplo das obras de alargamento do Forte de Santiago na Foz do Lima do risco de Filipe Tércio, a que nos referiremos posteriormente aquando a enumeração das obras deste engenheiro. São reportadas situações em que o engenheiro diante de um conflito militar, assumia uma patente, geralmente capitão, como foi o caso de Tércio em Alcácer-Quibir, que tinha no campo de batalha a posição de “triário”, ou seja, combatente de terceira linha.

Neste século, a forma mais comum de alguém se formar como engenheiro, começava por ser ajudante de um já experimentado, durante anos. Estes ensinamentos empíricos ou acompanhados de tratados de suporte, eram transmitidos entre membros da mesma família e não só, já que também ocorriam relações mestre-discípulo. Maria de Lurdes Craveiro refere-se a um bom exemplo, embora a um outro nível, apontando um contrato datado de 1581 em que o arquiteto Jerónimo Francisco de Coimbra, se compromete a ensinar o ofício de pedreiro a um jovem filho de um lavrador no prazo de quatro anos e meio, incluindo esta formação a provisão de alimentação e vestuário, implicando uma dependência e obediência contratuais na mão-de-obra necessária nos estaleiros das obras de arquitectura (CRAVEIRO, 2009: 132).

Recordamos aqui Antonio Simón, ajudante de Tércio que após a sua morte em 1597, se converteu em ajudante de Leonardo Turriano, concluindo-se que nunca nenhum destes grandes engenheiros trabalhou sozinho (CÁMARA, 1998:116).

Depois ... temos a constante itinerância. Só se a obra fosse de capital importância é que estes se mantinham lá mais tempo. De resto, era um ir e vir constante visitando lugares, projetando obras, obtendo autorizações com base nos projetos e visitando a Corte quando era necessário. Resgatamos aqui a nomeação de Filipe Tércio em 1584 como «*mestre das obras do Convento de Cristo*», que quando nomeado teria de lá residir, e que não o fazendo em virtude das várias obras a que tinha de assistir, teria de visitar a obra pelo menos três vezes por ano. Na profissão de engenheiro, nunca ocorreu o que se passou com os arquitetos que tiveram de lutar para serem considerados tracistas e não mestres-de-obras. Os grandes mestres engenheiros quando reconhecidos, detinham um ofício quase vitalício. Enquanto que para ser engenheiro, a experiência da guerra era imprescindível, a

figura de mestre-de-obras começa a definir-se à mesma velocidade que a do arquiteto-tracista que só se ocupa do risco nesta fase do Renascimento.

Uma outra variante do engenheiro que, sem ser o autor das traças – que eram só reservadas aos grandes, mais sábios ou experimentados – era o seguimento das obras, como o que ocorreu com o acompanhamento da construção do forte do Cabo de S. Vicente no Algarve, e depois com o forte de Santiago em Viana do Lima, em que Filipe Tércio enviou para cada obra um dos seus discípulos para acompanhamento da mesma.

Pessoalmente, a vida destes engenheiros era solitária. Deixavam as suas famílias nas suas terras de origem durante anos e às vezes para toda a vida. Jorge Fratin, pouco antes de morrer, pôde ir a Itália e voltar a casa em 1588 uma vez que o irmão tinha morrido, mas por exemplo o seu irmão, o capitão Fratin, havia solicitado em desespero em 1578 o regresso a casa a fim de ver a sua mulher e filhos depois de 14 anos de ausência, e foi-lhe recusado. Tércio só conseguiu voltar a casa para visitar o filho, nora e netos após 19 anos de serviço em Portugal.

Estes, viajavam frequentemente com criados e ajudantes, que não se poderão confundir com os mestres-de-obras ou mestres de campo.

Depois, temos as discrepâncias de opinião. Parecia comum que os intentos dos engenheiros opinando sobre uma mesma obra, era sobretudo contradizerem-se uns aos outros. Porque a técnica nas construções ia evoluindo, e tendo em consideração que estas por vezes duravam anos, décadas, se não séculos até, havia de se reformularem as traças já posteriormente aprovadas por obsoletas, o que parecia por vezes uma empresa impossível. Mas fazia-se !

Em 1587, foi o engenheiro Fratin questionado pelo facto de no Castelo de S. João de Lisboa não ter deixado preparos para a artilharia, pois confiava que este forte não era pelo mar que poderia ser atacado. Filipe Tércio de sua parte, teve de aceitar que não se seguissem as suas indicações em Lisboa⁴⁰. Nessa altura, Don Juan da Silva informava desde Lisboa no dia 4 de Junho de 1594 «*que se había acabado la plataforma, y Philippo Tercio y los demás que por no hezerse por su traça no acabavan de aprobarla no hallaron que dezir contra ella*». Aqui constatamos que aquilo que os vários engenheiros opinavam, não era aceite de ânimo leve. Quando subsistia uma disputa de opinião, os planos eram revistos por outros engenheiros e remetidos para o Conselho de Guerra em Madrid, anulando o que se tinha tornado obsoleto e aprovando-se o que se considerava mais adequado. Por vezes, estas discrepâncias de opinião entre os autores das traças, chegavam

⁴⁰ CÁMARA, 1998. 121 *Apud* A.G.S. Maço 402, fol. 39

ao referido Conselho convertidas em imagem para que melhor se pudesse decidir. Já alguns anos antes, Peruzzi tinha afirmado no seu tratado de arquitetura militar *«que os capitães deviam possuir a “arte do desenho”, pois esta era o meio para fazer entender as coisas que o homem podia compreender com a sua inteligência»* (CÁMARA, 1998 : 129).

Também Giovanni Battista Aleotti, arquiteto do Duque Alfonso II d’Este referia nos finais do século XVI que *«o soldado-arquiteto, para além de conhecer as letras, deveria possuir “arte pictórica” para fazer plantas e perfis, e conhecer a geografia, a corografia, a aritmética e a perspectiva»* (CÁMARA, 1998: 129).

Assim ocorreu em 1594 com os perfis do Forte da Cabeça Seca, onde estavam patentes os desacordos entre frei Juan Vincenzo Casalle e Tiburcio Spannochi, ambos enviados para Madrid. O Conselho de Guerra acabou por decidir pelo projeto de Casalle, que deixou ao sobrinho Alexandre Masay a quem tinha começado a ensinar a profissão, quando morreu em Lisboa em 1593 com uma erisipela. Filipe Tércio esteve envolvido nesta obra, conforme veremos mais tarde, quando nos referirmos às obras deixadas.

Já nos referimos aqui sobre a formação em engenharia assegurada por estes engenheiros aos seus familiares, e bem era precisa a fim de garantir a continuação da profissão. Subitamente, uma geração de grandes engenheiros foi desaparecendo: o capitão Fratin morreu em 1586; o seu irmão Jorge em 1589; Juan Bautista Antonelli em 1588; frei Vincenzo Casalle em 1593, e que quando morreu deixou nos seus pertences mais de trezentas traças, na maioria esquiços de fortalezas, e que era também muito solicitado pela nobreza em Portugal, especialmente na construção de *alegreteres*, os jardins das casas senhoriais. E por fim Filipe Tércio em 1597. Em resumo, foram desaparecendo quase todos os engenheiros militares que serviram Filipe I de Portugal, excluindo Spannochi e Turriano.

Os engenheiros já mencionados eram especialistas quer na construção de palácios ou fortalezas para o rei, com a diferença de que nas fortalezas se incluíam toda uma série de outros edifícios à margem da estrita cinta bastionada. A arquitetura dos engenheiros do século XVI é a arquitetura da representação do poder, dizendo a arquitetura pública segundo uma perspectiva clássica e Renascentista. Mas, mais do que isso, era a arquitetura política e militar a que nos referimos antes (CÁMARA, 1998: 138).

Concluindo, dizia-se que no Renascimento, o príncipe era o intelecto, o grande capitão o olho e o engenheiro a mão.

3 . Capítulo 3 – Intervenções de Filipe Tércio

3.1 – Obras Documentadas:

3.1.1 – Engenharia Militar

Como engenheiro militar, e conforme já referido, Tércio foi contratado em 1576 aquando conheceu o embaixador de Portugal na Santa Sé, João Gomes da Silva, tendo chegado a Portugal no ano seguinte. A importância da arquitetura militar tinha ganho especial relevo por força do ocorrido em 1540 com a queda de Santa Cruz do Cabo Gué (Agadir) em Marrocos, na mão de corsários. Isso levou mais tarde El-Rei D. Sebastião, sempre com mui peculiar interesse por tudo o que dissesse respeito à guerra, a contratar este engenheiro entre outros.

Já em 21 de Abril de 1570, este monarca havia manifestado a sua intenção à Câmara de Vila do Conde de fortificar “... *todos os logares de cesto de Portugal que estão da villa de Cascaes ate a villa de Caminha*⁴¹ ...” (ALMEIDA 2002: 219-220) Similar documento foi também enviado para o Porto⁴².

A primeira obra documentada em que participou Filipe Tércio foi o derrube da torre norte da muralha defensiva de Lisboa, junto à Porta de Santa Catarina e para que no tocante à Igreja de Nossa Senhora do Loreto: «*pera a dita Igreja se poder alargar e fazer na perfeição que he necessário [...] e pera a dita Igreja correr por diante*» (OLIVEIRA, 1889: 348-349) , abrindo-se um novo eixo urbano que a unisse à Igreja de S. Roque, como já mencionado anteriormente.

Ainda como engenheiro militar, acompanha el-Rei D. Sebastião em 1578 à malograda empresa de Alcácer-Quibir como “sitiador de campo”, onde ficou ferido e cativo, e foi pelo empenho do Cardeal D. Henrique que foi resgatado, tendo chegado a Portugal em 1579 proveniente de Ceuta.

Com referência à arquitetura militar, Filipe Tércio esteve ativo particularmente nos anos de 1587, 1588 e posteriores, desde o Cabo de S. Vicente até à Foz do Rio Lima, construindo um sistema de defesa da costa, (SILVA, 1996: 244) e é este recorrido que vamos analisar mais em pormenor:

⁴¹ *Apud* AHVC, N.º. 14, Pasta 2, A-73, Fl. 1-1v.

⁴² *Idem*, Corpus Codicum, Vol. 4, pp.109-110 in BPMP

3.1.1.1 - Forte do Cabo de S. Vicente:

Em Abril de 1588, Filipe Tércio está de partida para o Algarve, para erguer esta fortaleza⁴³ (REIS, 1987: 24). No seu gabinete de trabalho no Palácio Real, é possível «*vedere o modelli delle fortezze e fabbriche che si fanno nel Regno*⁴⁴» (REIS, 1987: 24) Sobre as «*fabbriche*» não se refere detalhadamente, enquanto que das fortalezas se refere mais amiúde. Regressa a 21 de maio do Algarve, e prepara o envio para Madrid dos relatórios e desenhos das obras efetuadas para aprovação pelo Conselho de Guerra⁴⁵ (REIS, 1987: 24)⁴⁶.



Fotos 2 & 3 - Forte do Cabo de S. Vicente

É a propósito de uma ida a Viana, entre Dezembro de 1588 e março do ano seguinte (de que nos ocuparemos mais adiante), que Filipe Tércio se refere aos seus discípulos pela primeira vez na sua correspondência:

Ieri mandai uno de' mei alevati in questa professione, com i disegni approvati da S. Maestà, ad eseguire quele fortezze ch'io fui a visitare alli mesi passati nel regno dell' Algarve, capo di San Vicentio, ed ora vado io risoluto per provvedere a quest'altre, dove lascieró un altro mio allevato simile per la execuzione di esse⁴⁷ (REIS, 1987 :26).

Em Outubro e Novembro de 1591, Filipe Tércio foi novamente ao Algarve, como consta da carta dirigida a Giulio Veterani de 30 deste último mês, mas não podemos assegurar o que o teria feito nesse tempo e lugar, nem o porquê.

⁴³ *Apud* Archivio di Stato di Florenza, Urbino, f. 276, carta 316

⁴⁴ *Apud*, A.S.F., Urbino, f.276, carta 335

⁴⁵ *Apud*, A.S.F., Urbino, f.276, carta 333

⁴⁶ Esta fortificação também é referida por A. da Rocha Brito (BRITO, 1947 : 25) e Reynaldo dos Santos (SANTOS, s/d :198).

⁴⁷ *Apud* Archivio di Stato di Florenza, Urbino, f. 276, carta 445

3.1.1.2. - Forte de Nossa Senhora da Queimada do Pessegueiro:



Fotos 4 & 5 - Forte de N^{ra}. Sr^a. da Queimada em Porto Côvo

Filipe Tércio aparece-nos também como autor do projeto de ampliação e defesa do porto do Pessegueiro, no litoral alentejano, em 1588, que previa a ligação artificial da Ilha do Pessegueiro (também designada Ilha de Fora) ao Penedo do Cavalo, e deste ao continente, ampliando a sua capacidade, que foi aprovado pelo Vice-Rei de Portugal, Cardeal Alberto Ernesto de Habsburgo (1583-1593)⁴⁸. Construiu-se primeiro o Forte de Nossa Senhora da Queimada do Pessegueiro, também conhecido por Forte da Ilha de Dentro ou Forte da Praia do Pessegueiro⁴⁹, e iniciou-se o corte de blocos de pedra que haveriam de ser lançados entre os dois pontos referidos.

De planta poligonal estrelada, com tenalha de dois baluartes triangulares virados para terra e uma bateria poligonal sobre a praia é um conjunto envolvido por fosso circundado por muro baixo, construções no interior disposto em planta em U, cobertas por terraço. Muros espessos em talude, em alvenaria, cunhais em cantaria, encimados por parapeito acima de um toro semicircular envolvente. Guarita circular a meio do pano virado para o mar, porta rasgada a meio do pano virado para terra, com acesso por ponte levadiça em madeira, cruzando o fosso. Casamatas abobadadas com chaminés no interior dos muros. No extremo do braço N. a Ermida de Nossa Senhora da Queimada, com cobertura em abóbada⁵⁰.

⁴⁸ MENDONÇA, Isabel, 1992, SIPA, *Forte do Pessegueiro*, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4092 [Consulta realizada em 09/04/2016]

⁴⁹ OLIVEIRA, Catarina, 2006, DGPC, *Forte do Pessegueiro, incluindo a ilha do mesmo nome, abrangendo o Forte da Ilha de Dentro*, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74610/> [Consulta realizada em 09/04/2016]

⁵⁰ MENDONÇA, Isabel, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4092 [Consulta realizada em 09/04/2016]

Parece-nos que a ideia no contexto de pirobalística de defesa era que estes dois fortes pudessem cruzar fogo, e com isso defender o porto, como o que ocorria entre os Fortes de S. Vicente e Beliche, Santiago de Outão e S. Filipe de Setúbal, ou Forte de S. Julião da Barra e o de S. Lourenço da Cabeça Seca. Dirigiu estes trabalhos até 1590. A partir deste ano, a direção dos trabalhos ficaram sob responsabilidade do engenheiro militar e arquiteto Alexandre Massay, sobrinho de Giovanni Vincenzo Casalle, e que terá iniciado posteriormente na Ilha do Pessegueiro a construção do Forte de Santo Alberto, tão necessário como antes, para a defesa contra as investidas corsárias.



Foto 6 - Forte de S. Filipe de Setúbal (1)

3.1.1.3 - Forte de S. Filipe de Setúbal:

Esta será talvez a obra militar de maior vulto de Filipe Tércio, no tocante a fortificações militares. Filipe I de visita a Setúbal em 1582, encomenda a Tércio o projeto de uma nova fortificação para o reforço da defesa daquele porto, tendo assistido em pessoa ao lançamento da pedra fundamental da nova fortificação⁵¹, e que complementaria a do Forte de Santiago do Outão, conforme já referido. Esta fortaleza abaluartada (hoje uma pousada inativa desde 1 de Novembro de 2014 por questões de instabilidade estrutural e que em outubro de 2015 a Câmara de Setúbal declarou pretender assumir a gestão da fortificação), foi construída num morro sobranceiro à cidade, relativamente distante do rio, o que faz supor que para além da missão de defesa marítima, teria concomitantemente a função de manter uma guarnição fiel e assegurar o controlo sobre a cidade, que na altura se mostrava hostil ao domínio castelhano (MOREIRA, 1986: 149).

Mas Filipe Tércio não foi o exclusivo arquiteto deste forte. Em carta do Conde de Fuentes datada e expedida de Lisboa em 30 de Novembro de 1592, dirigida ao Rei escreve: *«El capitan don Alfonso de Alfaro me dijo tenia orden de V.M. de acudir a mi para unos almacenes que hay en la casa de el [...], del carbón y también y nombre por fray Juan Vicencio casal y con el y Felipe Tercio le fue a ver y parece que no solo es necessário*

⁵¹ CRUZ, Carlos Luis M. C. da, s/d, *Fort of São Filipe de Setúbal*, disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=670 [Consulta efectuada em 10/04/2016]

*cubrirlo para que estén en las cosas de la artilleria...*⁵² », (Vidé Doc. Nº. 10) prática costumeira à época, de se trabalhar em parceria.

Refere Rafael Moreira que o arquitecto-mor Filipe Tércio foi o responsável por uma nova vaga de “*italianismo*” que se poderia classificar de “*maneirista*”, ou “*à maniera*” (que é como Giorgio Vasari (1511-1574) utilizava como sinónimo de estilo seguido pelos grandes mestres do passado), como é o caso desta construção que se poderá designar de cidadela isolada junto à cidade, que acontece não só aqui, como também em Viana do Castelo no Forte de Santiago da Barra e no Forte de N.ª. Sr.ª. da Luz em Cascais. A sua planta estrelada e irregular de 6 pontas, teria eventualmente sido inspirada no velho Castelo de Santelmo de Nápoles, pois conforma-se perfeitamente aos acidentes do terreno, pois mais do que ter as características de uma fortaleza moderna para defender a entrada no rio Sado, é outrossim uma *rocca* à antiga, pesada e imponente, destinada a manter uma guarnição fiel e assegurar o controlo sobre a cidade, como já atrás referimos (MOREIRA, 1989: 155).

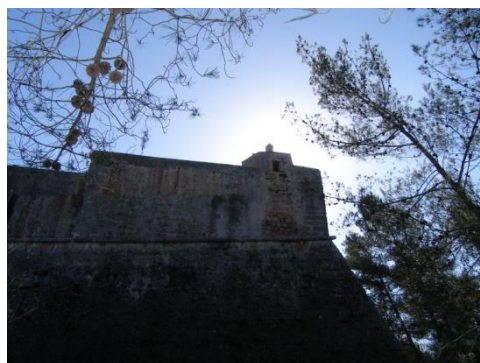


Foto 7 - Forte de S. Filipe de Setúbal (2)

Datam de 8 de Junho de 1594 várias plantas do «*Castillo San Felipe de Setuval*»⁵³, um dos dois documentos conhecidos, assinados e legendados pela própria mão de Tércio, numa mistura de castelhano, italiano e português e que se conservam no Archivo General de Simancas, enviados ao Conselho de Guerra em Madrid para aprovação (Vidé Doc. Nº. 11). Estes desenhos revelam uma excecionalidade de execução, sobre o que concerne aos alojamentos dos soldados e dividindo-se em vários planos e corte exibindo as várias dependências da fortificação (CÁMARA, 1998: 148) (Vidé Plantas em Anexos). Coube a Tércio organizar dentro da fortaleza os ditos alojamentos, já que os soldados não cabiam e estavam alojados na vila. Esta necessidade primava na perfeição das formas ou volumes, o que segundo o conde de Portalegre, «*o engenheiro havia dado uma boa solução para obter mais alojamentos*», sem compromisso do sítio e sem nada prejudicar, antes «*com provecho de fábrica*»⁵⁴. Em carta na qual o remetente não é legível, datada de Madrid, a 28 de Setembro de 1594, pode lêr-se:

Senor

Habiéndosele ordenado al conde de Portalegre que volviese a reconocer y ver la tarea que el envio de philipe tercio de lo que conviene crecer en el castillo de San Felipe de Setubal asi para su fortificacion como para alargar el alojamiento de la gente de guerra que alli sirve Responde V.M. en

⁵² A. G. S., G.A. Maço 327 fl. 10

⁵³ A. G. S., M.P. y D. VII-135 e M.P.D. 19, 130 (corte)

⁵⁴ A. G. S., G.A., maço 402, fl.112-115. Ainda sobre estes desenhos: maço 377, fl.28 e maço 411, fl.407

carta de 17 de este que no haya cosa que pueda cambiar ni excusar de la dita traça y asi le parece convendria que V.M. se serviese de resolverlo, si aqui no se descubre algun defecto de ella y habiéndolo el consejo visto, lo aparecido consultado a V.M. y acordar que sobre la primera consulta quede esto visto que fue parecerle, se ejecutase la dicha traça proveyendo para ella treinta e un mil e tantos reales, no se le ofrece ahora do que te lo trazado V.M. mandara lo que mas fuese,

E que mereceu a seguinte resposta do Conselho de Guerra de 28 de Outubro de 1594:

El consejo de guerra sobre la nuevamente trazada en el castillo de San Felipe de Setubal --- Prada trate com Laguna provea esta cantidad y com ella se prossiga la obra conforme al plano⁵⁵.

Filipe I em cartas dirigidas às suas Infantas Meninas (ALVAREZ, 1998 :121), de Lisboa, a 29 de Janeiro de 1582 refere que «...*para além do castelo de S. Gião (S. Julião) que se amplia, faz-se ainda outro em Setúbal, que ainda não vi...*». Noutra carta datada de 16 de Abril do mesmo ano, relata el-Rei que «... *depois de amanhã tenciono passar este rio e ir dormir ao Barreiro e depois a Setúbal para ver aquele porto e o forte que ali se faz.*» Por aqui se vê o especial interesse que o Rei tinha nesta fortificação, ou não fosse o orago escolhido o epíteto do seu próprio nome.

Esta obra, após a morte de Filipe Tércio em 1597, foi continuada por Leonardo Turriani, que a concluiu em 1600⁵⁶.

3.1.1.4 - Fortes de Nossa Senhora da Luz em Cascais e Cabeça Seca:

Cascais era o porto oceânico mais próximo de Lisboa, o primeiro de chegada das embarcações, mas também onde se completava a última aguada, e onde se aguardava por condições favoráveis para transpor a barra do Tejo com tempo e ventos de feição. Daí, a sua importância em termos de estratégia defensiva exterior do Porto de Lisboa. A construção sucessiva de três estruturas fortificadas de defesa entre os Séc. XV a meados do Séc. XVII, como foram a Torre Marítima de Stº. António, Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Cidadela e que se auto-articulam embora mantendo as suas características próprias, são um caso único no panorama da história da arquitetura portuguesa (*Vidé* Planta em Anexos). Daí, o sempre relevante empenho régio em fazer construir estas fortificações e os diversos projetos que os principais engenheiros e arquitetos ao serviço da Coroa delinearam, como foram os casos de Filipe Tércio, Frei Giovanni Vincenzo Casalle, Giacomo Palearo (mais conhecido por capitão Fratino), e Leonardo Turriano (RAMALHO, 2011: 34-35).

⁵⁵ A. G. S., G.A. maço 411, fl. 407 e plantas: M.P.D. maço 7, fls. 135 e M.P.D. maço 19, fl. 130

⁵⁶ Vários historiadores de arte referem-se a esta obra, como é o caso de Reynaldo dos Santos (SANTOS, s/d :198), Sousa Viterbo que referencia a João Baptista de Castro no Vol. II do seu Mappa de Portugal, a pag.377, (VITERBO, 1922 :100) A. da Rocha Brito (BRITO, 1947 :25), ou António Matos Reis (REIS, 1987 :23), que mais de novo nada referem com relação ao que neste trabalho já mencionámos.

A propósito das fortificações de costa, Juan Bautista Antonelli que tinha tido um papel importante na progressão das tropas do Duque de Alba em Setúbal, na demanda da conquista de Lisboa em 1580 afirmava que: «*era mejor tener sujeto a Portugal por medio de las voluntades, como a cualquier outro reino peninsular, que por medio de castillos, como se hacia en Nápoles, Milán o Amberes. Por ello, las fortalezas no se construían contra los portugueses, sino contra los posibles ataques ingleses*» (CÁMARA, 1998: 61) . Premonição que se veio a confirmar em 1589 com os ataques feitos às costas portuguesas e espanholas por Francis Drake, como consequência do insucesso no envio em 1588 da Invencível Armada no ataque a Inglaterra.



Fotos 8 & 9 - Forte de N.ª. Sr.ª. da Luz em Cascais

A primitiva Fortaleza de N.ª. Sr.ª. da Luz dissimulou o anterior volume da Torre de St.º. António. De planta triangular, com dois baluartes virados ao mar e um para terra, constitui um modelo onde se encontram bem expressas as “[...] *ideias inovadoras dos arquitectos italianos* [...]” (MOREIRA, 1986: 146), e que em muito moldaram o discurso da arquitetura militar dos estados modernos a partir do Séc. XVI (BOIÇA, 2011: 29-33), aventando-se a hipótese desta ter sido desenhada por Tércio, com base de numa planta de 1579 esta não aparecer representada, formulando-se a hipótese de que estaria em construção. Como se sabe, Filipe Tércio era um reputado engenheiro na corte do Cardeal D. Henrique, a quem após a morte deste, vão os governadores incumbi-lo da fortificação do reino. A apoiar esta ideia, fica a similitude desta fortaleza com Santa Catarina da Figueira da Foz, construída já no período filipino, altura em que encontrava a trabalhar naquela área, e da qual nos ocuparemos mais adiante. Existe também uma carta – planta topográfica denominada «*Descrição do Rio de Lisboa*» também de Tércio, datada de 1579-1580 e com legenda sobreposta⁵⁷ (RAMALHO, 2011: 37) (*Vidé* Plantas em Anexos). Tendo-se este modelo revelado insuficiente para os seus pressupostos desígnios de defesa da costa de Lisboa, gizam-se vários projetos para a construção de uma cidadela, sendo que

⁵⁷ *Apud* Códice da Casa Cadaval, n.º. 29, fls. 79 e 80

o de 1590 é da autoria de Filipe Tércio. Embora também houvesse propostas de outros engenheiros, a que vingou foi a de Tércio como a versão mais vantajosa.

Mas Cascais continuou a ser representada na cartografia filipina, assim como a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. A 3 de Outubro de 1594, Filipe Tércio executa a traça quer da Vila de Cascais, como da nova cidadela, que só seria completada já no reinado de D. João IV (*Vidé Planta em Anexos*). Esta planta encerra porém várias particularidades dignas de registo como: a) – é descrito o Palácio dos Condes de Monsanto, senhores de Cascais, de planta quadrangular com quatro torres angulares e pátio central do tipo “fechado para dentro ou de bloco”. Poder-se-á considerar se eventualmente não teria sido inspirado no Palácio de Corte-Real, residência de D. Cristóvão de Moura na Ribeira de Lisboa, e destruído pelo terramoto de 1755? Também Filipe I numa carta escrita de Sintra em 2 de Outubro de 1581 para as suas Infantas Meninas, se referia que tinha visitado Cascais, e que depois de desembarcar da galera *«fomos a uma casa que é boa e tem algumas salas pintadas»* (ALVAREZ, 1998: 98), e que mais não era senão as casas e jardins de D. António de Castro, senhor de Cascais. b) – Nesta planta refere-se a anotação *Villa* (*Vidé Planta em Anexos*), e que na anterior planta de Janeiro de 1594 é omissa, pelo que nos questionamos se a não ser esquecimento de Tércio ao não representar os quarteirões, já que a cidade tendia a estender-se em direção a norte, evidenciando isso sim, o projeto que se propõe para a fortaleza que se pretendia fazer, podendo-se eventualmente admitir a indicação de uma proposta de Filipe Tércio para dotar Cascais de dois polos urbanos: o existente no largo da Praia da Ribeira, com os dispositivos de artilharia militar e o “entreposto” piscatório, como inicial “centro cívico” além muralhas, e o segundo, a estruturação de uma praça em substituição desta como proposta de um novo “centro cívico”, constituindo uma nova centralidade, afastando-se assim das questões defensivas e da faina piscatória, acomodadas à centralidade existente (BOIÇA, 2011: 9-14 e 29-33).

Existe uma outra planta de Filipe Tércio e na qual se encontra sobreposta a respetiva legenda de 1579-1580 (*existente no Códice da Casa Cadaval n.º 29. Fls. 79 e 80*) Margarida Ramalho refere também o achado de uma planta inédita desta fortaleza em 2009 no Istituto Storico e di Cultura dell Arma dell Genio, em Roma no meio de outras 131 com representações de cidades não só italianas como Nápoles e da Sicília, como de outros países europeus, incluindo Portugal e Espanha, e que segundo o investigador italiano Amélio Fara, as referentes a Portugal (Cascais e Setúbal / Outão), deverão ser cópias de plantas de Giacomo Palearo, mais conhecido por capitão Fratino, que também serviu Filipe II de Espanha durante a união ibérica, assim como Filipe Tércio, tendo ambos desenhado Cascais e a sua fortaleza. Sendo assim, a proposta de Amélio Fara fará todo o sentido quanto à sua localização (RAMALHO, 2011: 37-42).

Estas plantas encontram-se no Archivo General de Simancas⁵⁸, assim como no Códice da Casa Cadaval, e constituem o segundo documento conhecido assinado pelo punho de Filipe Tércio, para além das plantas e corte do Forte de S. Filipe de Setúbal.

Sobre o Forte de S. Lourenço da Cabeça Seca (atual Farol do Bugio), a decisão de o construir coube a Tibúrcio Spannocchi, destacado para vir a Portugal em 1590 por 5 meses para fazer umas traças de fortificações, trazendo com ele fray Giovanni Vicenzio Casalle, que seria o engenheiro que se iria ocupar delas (CÁMARA, 1998: 27), e que não raro estavam os dois engenheiros em desacordo sobre a forma de construção deste Forte, como o mostra uma planta de perfis datada de 1594. Efetivamente, Spannochchi travou-se de razões com Leonardo Turriano, em que este defendia uma planta oval em detrimento da circular apresentada pelo seu contendor. Como era prática comum, os planos do Forte da Cabeça Seca foram submetidos ao Conselho de Guerra em Madrid, como se constata pela carta do Conde de Portalegre escrita por Don Juan da Silva datada de 22 de Janeiro de 1594: «[...] lleva este correo dos planos que son la planta y perfil de como ahora está la fábrica de la cabeza seca sea V.M. servido de resolverse en el modo que se proseguirla...» e que mereceu o seguinte despacho d'El-Rei: «que ya se le haga la obra por los desegnos de fray...»⁵⁹. Prevaleceu a planta circular. (Vidé Doc. N.º. 12)

A intervenção de Filipe Tércio aqui, não passou de uns debuxos de estrados em madeira onde iriam assentar os reparos das peças de artilharia que iriam guarnecer este Forte da Cabeça Seca⁶⁰. (Vidé Desenhos em Anexos).

3.1.1.5 - Forte de Peniche:

Esta fortaleza havia sido começada a erigir durante o Séc. XV por força da evolução urbanística, populacional e económica do novo porto. A sua construção sofreu várias interrupções desde então, e para além de um baluarte e de uma linha adjacente de muralhas, pouco mais havia executado⁶¹. Daí o ter-se justificado a continuidade da construção desta



Foto 10 - Forte de Peniche (1)

⁵⁸ A. G. S., G.A. Maço 398, MPD 12, 161 e MPD 31, 006

⁵⁹ A. G. S., G.A. Maço 398, fl.149 e planta: MPD, maço 12, fl. 161

⁶⁰ A. G. S., E, 416, MPD, 12, 166 (2)

⁶¹ OLIVEIRA, Catarina, 2005, DGPC, *Forte de Peniche*, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71147/> [Consulta realizada em 12/04/2016]

fortaleza, embora este projeto do arquiteto régio não tenha tido continuidade (CALADO, 1991: 114). (*Vidé Planta em Anexos*).

Efectivamente, Filipe Tércio encontra-se em Peniche em 1589, «*que lá fora pera fortificação da torre*», consolidar o Fortim e as muralhas e estudar prováveis melhoramentos⁶², mas que teve de se retirar em virtude de uma armada inglesa sob o comando do Almirante Francis Drake, com um corpo expedicionário às ordens do general Nowis, cedidas por Isabel I de Inglaterra (1558-1603), ter lá aportado a fim de fazer vingar a causa de Dom António Prior do Crato (VITERBO, 1922: 96)⁶³. Foi daqui que iniciaram a sua marcha sobre Lisboa (Maio), na tentativa infrutífera de restaurar a soberania portuguesa⁶⁴.

Pouca informação há acerca desta intervenção de Filipe Tércio no Forte de Peniche. Há porém um episódio que merece ser transcrito, baseado numa carta que o poeta André Falcão de Resende escreve a um amigo:



Foto 11 - Forte de Peniche (2)

Era esta armada de ate Cento e setenta Nauios grades epequenos com perto de vinte mil homes os mais destes Ingreses, Escoseses e outros de gente vadia de França e Frandes, com alguus poucos Espanhoes q por la andauam Portugueses, e Castelhanos. Vinha por General do mar Francisco Drach, epor General da terra Emrique Nores capitaõ Escoçes muito conhecido nas guerras de Flandres. [...] Sesta feira avinte eseis de mayo de 1589 – pareçeo ao mar a Armada Ingleza, na costa de Peniche, que vinha da Corunha (como tenho dito) elogo entrou no porto da dita Villa [...] os quaes vendo quo imigo con tamanha armada tomaua o porto e praya da Villa, adeixaraõ logo indose os mais moradores e Felipe Terçio q la fora pera fortificação da Torre⁶⁵...

3.1.1.6 - Forte de Santa Catarina da Figueira da Foz:

São escassas as informações sobre este forte. Apenas conseguimos apurar que teriam sido iniciadas nos finais do Séc. XVI as obras da fortificação integrada nas linhas de defesa constituídas pelas fortificações de Buarcos e Redondos⁶⁶.

⁶²MENDONÇA, ISABEL 1992 E SEIXAS, RAQUEL 2012, SIPA, FORTALEZA DE SÃO FRANCISCO E FRENTE ABALUARTADA DA PRAÇA DE PENICHE, DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=4063](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4063) [CONSULTA REALIZADA EM 12/04/2016]

⁶³ Reynaldo dos Santos também refere a passagem de Tércio por Peniche (SANTOS, s/d: 198).

⁶⁴ *Idem*, disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=690 [Consulta realizada em 12/04/2016]

⁶⁵ *Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, Vol. 1 – N.ºs. 1-12, Coimbra 1901 pp.13 e 15*

Margarida Ramalho também o refere, pela similaridade desta fortaleza com a de Nossa Senhora da Luz em Cascais, também esta triangular, não hesitando a atribuição da sua traça a Filipe Tércio (RAMALHO, 2011: 39).

Mais aprofundada investigação terá de ser efetuada a fim de se encontrarem novos dados.



Foto 12 - Forte de Stª. Catarina na Figueira da Foz

3.1.1.7 - Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo:

Devido ao desenvolvimento económico ligado à expansão ultramarina dos Séc. XV e XVI, animando novas atividades à volta da foz do Lima, propiciando o estuário em especial alvo de piratas e corsários, tornou-se necessário dotar a barra de elementos de defesa capazes de repelir as investidas dos indesejáveis estrangeiros. (Vidé Doc. Nº. 13).



Foto 13 - Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo
(1)

A construção da primeira torre de defesa remonta ao reinado de D. Manuel, que em 1502 a mandou erguer e guarnecer de artilharia (GUERRA, 1880: 21), mas que cedo se revelaria insuficiente. Francisco de Holanda, ao tempo de D. Sebastião (1554-1578), refere o acrescento de uma cerca externa retangular, cujos estudos preparatórios se iniciaram em 1567, sendo que as obras se iniciaram a 16 de Maio de 1568 e terminaram em Junho de 1572 (GUERRA, 1895: 131), sob traça de Simão de Ruão.

Foi Filipe Tércio enviado a Viana a fim de estudar o local e traçar o plano da nova fortaleza de Viana do Castelo, onde esteve entre Dezembro de 1588 e Março de 1589 (BATTELLI & COELHO, 1935: 56-58), como se comprova pela carta d'el-Rey de 2 de Março de 1589, que o manda visitar o forte⁶⁷, (Vidé Doc. Nº. 14) tendo eventualmente regressado a 30 de Outubro do mesmo ano já com a planta e as instruções necessárias, sendo seguido pelo mestre de campo D. Pedro (ou Pero) Vermudez de Santisso, que acompanharia as obras pelo menos até 1593, data em que começou a ser provida de artilharia. Filipe I (II de Espanha) ordenou o reforço dos dispositivos de defesa e alterações

⁶⁶ SILVA, Margarida 2004, SIPA, *Forte de Santa Catarina – Farol de Santa Catarina*, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2711 [Consulta realizada em 12/04/2016]

⁶⁷ A. G. S., G.A. maço 256 fl. 14

de traçado, com direção de um dos irmãos Fratin ou até Tibúrcio Spannochi sob a orientação, em obra, do mencionado Mestre de Campo, D. Pedro Vermudez, já referido, e que a 9 de Julho de 1589, escrevia ao Rei:

[...] Dad de todos naturales contra las arribadas de enemigos pujantes que vienen a trabajar estos Reinos – se han juntado muchas vezes a hablar en esto com diversos pareceres y juntas de todos los vecinos como suele acaecer quando las cosas se ponen a veces del pueblo y me han respondido que quiren señalar personal de la ciudad que vayan a suplicar a vuestra majestad que no les pongan castillo en ningún cabo --- esto es lo que me respondierom y despues a caso sabido tratan de pedir a Vuestra Majestad⁶⁸.

Estaria esta súplica relacionada com o facto do mestre de campo, ter mobilizado os lavradores dos arredores para o transporte de pedra e terras necessárias para as obras⁶⁹, referindo-se a este facto em carta de 1 de Julho de 1589:

[...] Y también he ordenado se junte piedra y se lleve alli una buena cantidad que hay de esta parte del Rio en unas casas antiguas del duque de Vergança que será de mucho provecho y poca coste yo se la envié a pedir por via del juez de Barcelos y luego la duquesa mando que me la dio sin com mucha voluntad que sera una grande ayuda para la guarnición [...]"

Nesta mesma carta, pede ao Rei a presença de Filipe Tércio, nestes termos:

[...]Conviene que V.M. mande luego venir a Felipe Tercio para que de orden a la perfeccion de toda esta fabrica pues sin ingeniero no se podrá bien hacer[...]

A relativa urgência na execução deste forte justifica-se pela referência que Tércio faz do encargo de fortificar a costa até à Galiza, como fizera em relação ao Algarve calculando dois meses para esta tarefa: «*sto di partita per la visitazione di quest'altra parte della costa che è di qui a Galizia, dove staró doi mesi a ritornare*⁷⁰» (REIS, 1987: 24). A causa desta celeridade toda também se prendia com o recrudescimento dos ataques ingleses, após o fracasso da Invencível Armada, dirigidas pelo temível Almirante Drake.



Foto 14 - Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo (2)

Aventa-se a hipótese de ter sido o próprio Tércio, pois a cronologia refere um intervalo entre uma deslocação ao sul do país (Agosto-Setembro) e a ida a Madrid (primeiros meses de 1590), ou senão um dos seus discípulos, a que se refere em carta de 3 de Dezembro de 1588 já citada, onde diz que do mesmo modo que fizera em relação à

⁶⁸ A. G. S., G.A., maço 267-250, fl. 143

⁶⁹ NOÉ, Paula, 1992 / 2008, SIPA, *Forte de Santiago – Castelo de Santiago*, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2215 [Consulta efectuada em 12/04/2016]

⁷⁰ *Apud* A. S. F., Urbino, fl. 276, carta 445

fortaleza do Cabo de S. Vicente, no Algarve, também no norte «*lascieró um altro mio allevato simile per la esecuzione di esse*», ou então alternativamente, poderia tratar-se de Tibúrcio Spannochi, que sucederia a Tércio na direcção da obra⁷¹(REIS, 1987: 7-10). Realmente, o perímetro definitivo da forteza corresponde ao traçado de Filipe Tércio, obra que ficou concluída em 1596⁷².

3.1.2 – Engenharia Hidráulica

3.1.2.1 – Aqueduto de S. Sebastião

Coimbra, foi sem dúvida a cidade mais frequentemente visitada por Filipe Tércio, e onde este exerceu funções quer de engenheiro como de arquiteto, na sua constante itinerância, que como referia «*ia para onde S.Mde. o mandava..*»... (VITERBO, 1922: 98).



Foto 15 - Aqueduto de S. Sebastião em Coimbra (1)

A primeira obra sinalizada nesta cidade, é referida por D. Francisco de S. Luis como tendo Tércio construído «*os arcos das agoas de Coimbra*» (BISPO-CONDE D. FRANCISCO, 1839: 2), também referido por Albrecht Haupt (HAUPT, 1910 : 250):

[...]...grandioso aqueduto, edificado em 1757 (*quereria certamente dizer 1577*) por «Filipe Tércio, italiano», na extensão de um quilómetro, ou, porventura, restabelecido em parte sobre vestígios romanos. Com simplicidade antiga, eréto sôbre possantes pilares e arcarias, parcialmente de cantaria, com singelas molduras de reforço; construído com alvenaria, a máxima parte, interrompe-o numa encruzilhada de ruas, um arco triunfal, cujo coroamento é representado por um elegantíssimo templete com uma imagem de Cristo (*ressalve-se abaixo: aliás D. Sebastião*). Por baixo as armas reais e uma cartela com inscrição. A arquitectura é tão semelhante ao estilo corrente por aqui de arte decorativa, que vêmos nesta obra autêntica de Tércio o mestre na lista dos portugueses; dos italianos coevos não encontramos na firmeza o primor destas formas a mínima reminiscência.



Foto 16 - Aqueduto de S. Sebastião em Coimbra (2)

Este aqueduto (*vulgo* também Cano Real), destinava-se a abastecer a parte alta da cidade de Coimbra, com águas captadas na vertente sobranceira à Quinta dos Crúzios, levando-as até ao Largo do Castelo. De apenas 1 quilómetro conforme referido, consta de 21 arcos bastante altos, embora atualmente já falem alguns (DIAS, s/d: 88), e que vencem a depressão entre os

⁷¹ *Apud* MAGGIOROTTI, L.A. *Architetti e Architetture militare*, Roma 1939, p.184, referindo que em 1590, Turriano teve de se deslocar de Madrid a Portugal, com o encargo de ultimar a fortaleza de Viana do Castelo, já iniciada por Tércio e continuada por Spannochi.

⁷² Referem-se também, embora sucintamente sobre esta fortaleza, Rafael Moreira (MOREIRA, 1989 : 155), Reynaldo dos Santos (SANTOS, s/d : 198), e A. da Rocha Brito (BRITO, 1947 : 25).

morros onde se situavam o Mosteiro de Santana e o Castelo. Foi construído entre 1568 e 1570, durante o reinado de D. Sebastião, pesem embora as grandes dificuldades opostas pelos crúzios e Tércio tê-lo-á melhorado em 1577. Este Aqueduto de S. Sebastião, também denominado Arcos do Jardim, por estarem situados em frente ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, exhibe por sobre o Arco de Honra duas esculturas representando do lado norte S. Roque, e do lado sul, S. Sebastião⁷³. A. da Rocha Brito sustenta que este aqueduto não deverá ser obra de Filipe Tércio, tendo em consideração a diferença cronológica entre o fim das obras (1570) e a presença do engenheiro em Portugal a partir de 1577 (BRITO, 1947: 25). No entanto, a maioria da bibliografia consultada refere-o como um dos obreiros deste magnífico trabalho de engenharia. Esperamos e desejamos que no evoluir da investigação, se consigam lograr a obtenção de documentos que esclareçam definitivamente esta dúvida, ou que possam acrescentar algo mais.

3.1.2.2 – Aqueduto de Pegões Altos

No que diz respeito a aquedutos, em que também Filipe Tércio enquanto arquiteto-mor do reino, era exímio traçador e engenheiro, o mais impressionante é sem dúvida o de Pegões Altos cujo risco foi feito em 1584, (mas as obras só começaram em 1593), e que até à sua finalização teve de ver ultrapassadas várias vicissitudes como a identificação



Foto 17 - Aqueduto de Pegões Altos, Vale dos Pegões, Tomar (1)

das nascentes, avaliação e aquisição dos terrenos, e a preparação e condução da empreitada. Este aqueduto que serve o Convento de Cristo, e é sem dúvida, o que exhibe maior monumentalidade em algumas partes do percurso de mais de 6 quilómetros, no transporte da água, em que também esta obra é demonstrativa da marca do poder real (SOROMENHO, 2009 :121).



Foto 18 - Aqueduto de Pegões Altos, Vale dos Pegões, Tomar (2)

Foram muitos os artífices que participaram na execução desta magnificente obra, entre carpinteiros, ferreiros, caeiros, cabouqueiros, serventes e outros operários especializados e aprendizes. Os pedreiros

⁷³ESTT-IPT – O Aqueduto de S. Sebastião de Coimbra, s/ autor, Disponível em: [http://portal.estt.ipt.pt/engcivil/estt3701/Geometria%20pdf/Aquedutos%20de%20Portugal%20Pdf/Aqueduto%20de%20S.Sebasti%C3%A3o%20\(Coimbra\).pdf](http://portal.estt.ipt.pt/engcivil/estt3701/Geometria%20pdf/Aquedutos%20de%20Portugal%20Pdf/Aqueduto%20de%20S.Sebasti%C3%A3o%20(Coimbra).pdf) [Consulta realizada em 22/06/2016]

participantes na construção do aqueduto foram registados em grande número. A sua atividade surge-nos em nome individual ou em sociedades de dois, três ou mais indivíduos. Destacamos dois deles: Salvador Jorge e Pêro Antunes, pela continuidade no fornecimento de varas de canalização, lajes e silhares, e a quem foram feitas quatro adjudicações. O primeiro surge numa fase da obra do troço aéreo de Pegões, e o segundo está referenciado desde 28 de Outubro de 1595 até 1600, para a realização das arcas das fontes, nascentes e edifícios⁷⁴. A adjudicação de contratos para a realização da obra foi ocorrendo consoante as necessidades de matéria-prima, apontando-se como exemplo a encomenda de cal feita a Fernão Jorge e Simão Fernandes a 15 de fevereiro de 1597⁷⁵.

Captada a água a partir de quatro diferentes nascentes, nomeadamente as do Cano e da Pipa, através da condução em mina, e as de Cú-Alagado e da Porta-de-Ferro que correspondem a mananciais de origem natural que foram escavadas na rocha⁷⁶, vence um desnível de 26,28 metros, acusando de montante para jusante em quase toda a sua extensão um desnível entre os 0,2% e 1,5% funcionando sob o princípio da força gravítica⁷⁷. Este aqueduto pretendia substituir o vigente sistema de fornecimento de água ao convento, que até ali se sustentava à base de uma série de cisternas, abertas nos principais claustros, e que se enchiam com as águas das chuvas (GRAÇA, 1991: 85).

Com uma estrutura composta por 180 arcos de volta perfeita, que na zona de maior declive sobre o Vale dos Pegões, assentam num conjunto de 16 arcos de volta quebrada, mostra também nas extremidades da estrutura duas mães-d'água rematadas exteriormente por cúpulas, e que no interior abobadado albergam uma larga bacia destinada à depuração das águas⁷⁸.

A maior dificuldade técnica consistiu na passagem da canalização pelo Vale dos Pegões, só resolvida depois da morte de Tércio pelo seu sucessor, Pero Fernandes de Torres, em que a solução encontrada, bastante complexa e que revelava um amplo domínio construtivo, na forma como o arquiteto dispôs o primeiro piso de arcos apontados de nível, de base ligeiramente rebatida, com apreciável capacidade portante, a servir de suporte a uma estrutura mais leve por onde corria a caleira, troço este balizado pelas já referidas

⁷⁴ ANTUNES, Tiago Molarinho, *O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar: análise preliminar da estrutura hidráulica*, in Revista Portuguesa de História, t. XLIII, Publ. FLUC, Coimbra 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/29873> [Consulta realizada em 16/05/2016]

⁷⁵ *Idem*, p.267

⁷⁶ *Idem*, p.271

⁷⁷ *Idem*, p.269

⁷⁸ OLIVEIRA, Catarina (2006) – *Aqueduto do Convento de Cristo*, Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70445> [Consulta realizada em 12/05/2016]

mães-d'água de volumetria cúbica e cobertura de calote hemisférica (SOROMENHO, 2009 : 121). Vieira Guimarães também se refere a esta solução assim:

[...] a 23 de Fevereiro de 1597 ao chegarem as obras do aqueduto ao maior e mais profundo vale que tinha de passar, vemos uma reunião dos tesoureiros dessas obras, os freires Lopo Salgado e Gonçalo de Resende com os vários mestres que ali andavam empregados, Pedro Antunes, Simão Gomes, Pedro Gonçalves, Mateus Fernandes, e Antão Gonçalo para estes deliberarem qual seria melhor: se trazer a água ao nível, se descer ou subir, concordando todos em a trazer ao nível mais alto, por ser mais seguro (GUIMARÃES, 1931: 106-107).

Após a morte de Tércio durante a Páscoa de 1597, foi Pedro Fernandes de Torres a prosseguir com a obra, e que chegou ao outro lado do vale em 1613, tendo sido também este o autor do elegante fontenário que se situa no pátio do Claustro de D. João III.

Chegado à cerca do convento em 1614, o aqueduto ia desembocar num tanque de rega, conhecido por “Cadeira d’El-Rei” e que ainda existe no interior da Mata dos Sete Montes, junto ao qual foi colocada uma placa comemorativa com uma inscrição latina, e que se sita afixada no alçado norte da casa da água a jusante dos Pegões, reportando-se à execução da obra (GRAÇA, 1991: 88), e onde se pode ler:

O Invictissimo e Muito Catholico Rei | D. Philippe I do nome e da Pia Venera | vel memoria com real liberdade | mandou fazer este aqueduto em | o anno de mil quinhentos e 93 | com a mesma o Agustissimo e Cris | tianismo Rei D. Philippe seu filho segundo do nome o fez acabar 1613 (ANTUNES, 2012 : 268).

Foi já sobre a direção de Diogo Marques Lucas desde 1616 (FRANÇA, 1994: 97), que a canalização foi prolongada para o edifício conventual, alcançando o lavatório do dormitório no ano seguinte, e finalmente o fontenário barroco (SEQUEIRA, 1949 :107) do claustro principal da autoria de Pero Fernandes de Torres em 1619, data em que se concluiu a obra, e a poucos dias da passagem de Filipe II em trânsito para Lisboa.

É indubitavelmente de reconhecer a perícia da tecnologia operada na construção deste Aqueduto dos Pegões Altos, por parte dos seus arquitetos e mestres-pedreiros, assim como o avançado conhecimento dos sistemas hidráulicos aplicados, que proporciona com que o aqueduto do Convento de Cristo mantenha ainda hoje as suas infraestruturas praticamente intactas (ANTUNES, 2002 :277) (*Vidé Planta em Anexos*).

3.1.3 – Arquitetura Religiosa:

3.1.3.1 – Derrube da muralha e obras na Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa

A primeira obra documentada como tendo tido a concorrência de Filipe Tércio em Portugal, foi a emissão de pareceres técnicos com vista à demolição da torre norte da Porta de Santa Catarina, em 1577 (antigamente situada defronte à entrada principal da Igreja de Nossa Senhora do Loreto da Nação Italiana), e cujo templo se encontrava encostado à muralha fernandina, *extra-muros* onde se apoiava com o seu lado direito.



Foto 19 - Igreja de N.ª. Sr.ª. do Loreto em Lisboa (1)

Foi pretensão dos italianos a abertura de um novo e largo eixo urbano que ligasse a Igreja do Loreto à Igreja de S. Roque em 1569 e a transformação da Rua do Loreto, posteriormente chamada “Rua Larga de S. Roque” que, denotavam a clarividência e as ambições da nação italiana na Lisboa do Rei D. Sebastião (1557-1578) (ALESSANDRINI & CAVI, 2014: 53). Mas para além do referido derrube da torre, impunha-se como resultado disso *«pera a dita Igreja se poder alargar e fazer na perfeição que he necessário»*. Esta obra foi ordenada por alvará régio de 10 de julho de 1573, mencionado a pag. 590 do Tomo I dos «Elementos», e que se encontra transcrita em Anexos (OLIVEIRA, 1889 :348). Nele se menciona que embora a referida torre fosse de pouca necessidade para a defesa e fortaleza da cidade, quer o provedor e oficiais italianos da Confraria de Nossa Senhora, situada na mesma Igreja, seriam obrigados a entulhar a dita Igreja até à altura que fosse necessária, para que assim ficasse a substituir como fortaleza a torre ora derrubada, elevando o telhado de modo a garantir a defesa da cidade, conforme o alvará de D. Sebastião. Também neste alvará ficou exarado que antes do derrube da torre, esta deveria ser visitada pelo mestres-de-obras da cidade que se asseguraria dos pressupostos mencionados pelo alvará real, o que veio a acontecer posteriormente.

Deste alvará foi lavrada uma provisão a 29 de Janeiro de 1577, com todas as cláusulas nelas estabelecidas, por um notário público na residência do mercador genovês Stefano Lercaro da freguesia da Sé, em que obrigavam o provedor, mordomos e irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Loreto ao cumprimento do clausulado⁷⁹.

⁷⁹ Encontra-se no Livro I de Contratos, a fs. 95, sendo que no mesmo livro mas a pg. 103, se encontra uma certidão do guarda-mor da Torre do Tombo, dr. António de Castilho, fidalgo da casa d’El-Rei, do seu desembargo e desembargador da Casa da Suplicação, datada de 5 de Fevereiro de 1577, declarando ter ali ficado arquivado outro traslado igual (OLIVEIRA, 1889 :349).

Cumpridas todas as cláusulas da provisão, e em cumprimento da última destas, teve lugar uma vistoria no dia 24 de abril de 1577, antes da demolição da torre, tendo sido lavrado um documento onde se mencionam os presentes:



Foto 20 - Igreja de N.ª. Sr.ª. do Loreto em Lisboa (2)

sõr Fernão de pina marequos, vreador desta cidade, q pr pte da cidade e comissão dela veo a dita casa a tratar com o provedor e yrmãos da confraria da dita casa [...] p^a esta vedoria mandou mais vir e forão presentes mice felipe terzo, arquiteto ytaliano e forteficador, e asi benito de morales, outrosi arquiteto, e João dolva (sic) outrosi arquiteto, e asi dom Ir^o [Girolamo] de meneses, como peritos.

Neste documento também se menciona:

[...] e sendo pr todos vto a dita torre e modelo da ygreja e a traça e pranta dela, por todos ffõy assentado que se fizesse e alomgase a dita ygreja e tabolr^o da etrada e escada, asi e da manr^a como está a traça e pranta [...](OLIVEIRA, 1889 :349)

Embora para a primeira empresa do derrube da torre, o nome de Filipe Tércio venha mencionado como tendo sido a sua prima intervenção após a sua chegada a Portugal, não nos parece haver dúvidas que também entreviu na própria Igreja de Nossa Senhora do Loreto (SEQUEIRA, 1942: 15), como atesta o traslado do documento acima, e como se provará mais adiante.

Os ricos mercadores italianos participaram na construção desta primeira igreja, apesar de manterem as suas próprias residências na Freguesia da Sé e na Rua Nova dos Mercadores na zona ribeirinha da cidade, tendo decidido investir na sua auto-representação, criando uma igreja em novo contexto de desenvolvimento urbano, numa zona onde já os Jesuítas em 1553 haviam comprado uma ermida para a promoção do culto às relíquias de S. Roque, e onde esse contexto era pontuado por três igrejas principais: Loreto, S. Roque e St^a. Maria da Misericórdia, e onde sobressaíam também os interesses imobiliários de considerável conjunto de nobres: Álvaro Pais, o Almirante Dom Francisco da Gama conde da Vidigueira (em 1543 e 1573), o conde de Vimioso, Dom João de Faro, Dom Manuel de Portugal, e Dom Henrique de Noronha com a sua esposa Dona Elena da Silva, a família Niza. De ressaltar aqui o fenómeno do “assalto às muralhas” típico da cidade renascentista europeia, cujo resultado de recuperação e adaptação das mesmas, redundou em novos edifícios tangentes, sobrepostos ou englobantes dessas mesmas muralhas. Esta Igreja de N.ª. Sr.ª. do Loreto inseriu-se pois na muralha urbana, fazendo as funções conjuntamente de templo sacro e de baluarte no local da torre demolida. (ALESSANDRINI & CAVI, 2014: 54)

A atribuição da igreja tardo-quinhentista a Filipe Tércio (c.1520-1597), é frequentemente sugerida por investigadores, na falta de outros nomes que pudessem estar

ligados à edificação. Poderá haver pois, uma duplicidade de critérios a considerar: se na descrição da igreja se torna evidente uma alta nave com arcos de berço, capelas laterais e presbitério retangular (capela-mor), que muito corresponde ao caráter funcional da arquitetura militar bem ao estilo de Tércio, por outro teremos de considerar a escassez de dados documentais que atestem a intervenção de Tércio na construção desta igreja. Estudos eruditos do Padre Sergio Filippi, sufragam a familiaridade de Tércio com a comunidade italiana e a Igreja do Loreto (ALESSANDRINI & CAVI, 2014: 62). Por outro lado, a forma arquitetónica com uma só nave e capelas laterais, que eventualmente antes seria de cruz latina com cúpula, seria a que Filipe Tércio viria a utilizar em S. Vicente de Fora, e que bem servia aos cânones da Reforma Católica, o que faz supor que tanto o arquiteto como a confraria preferiram uniformizar-se a este projeto universal, em detrimento da adoção de referências regionais da arquitetura coeva genovesa, florentina, ou lombarda. Da mesma forma, também não se encontra referência alguma à igreja-mãe, a Basílica do Loreto que havia sido concebida recentemente em Itália pelo engenheiro Domenico Fontana (1540-1607), e quando Tércio partia para Portugal, outros arquitetos da região italiana das Marcas (Francesco Boccacini, Giovan Battista Chioldi e Lattanzio Ventura), iniciavam a construção da fachada de Santa Maria do Loreto para Sisto V Peretti (1585-1590), entre 1571 e 1587. Assim, não tendo Tércio um modelo arquitetónico de referência como este, teve de se adaptar com o que encontrou *in situ*: o “estilo-chão” segundo George Kubler, e as necessidades da confraria. (ALESSANDRINI & CAVI, 2014: 63)

Escolhia assim esta confraria no final do século um conhecido arquiteto e engenheiro italiano para assim assinalar a identidade nacional italiana, a par de uma política diplomática exercida pelos coletores apostólicos enquanto seus protetores oficiais, incluindo o Papa.

Esta igreja de N^a. Sr^a. do Loreto, havia de em 1651 ser alvo de um incêndio donde só restaram as paredes exteriores, e onde nessa altura também se perderam valiosos documentos. Na posterior reconstrução, passados que foram seis anos depois do incêndio, no que respeita à obra de arquitetura, num Memorial feito à Rainha D. Luisa de Gusmão por Sebastião de Sá e Meneses, acerca de um pleito de vizinhança com o Loreto (que se guarda no arquivo da Igreja), este fidalgo ao julgar-se lesado pelos irmãos da confraria, dirigiu-se nestes termos à soberana:

Declarace mais por parte dos suplicites a V. Magde q se eles virão q avia nessecidade da d^a igr^a e não estava com toda a perfeição e arquitetura obrada por Felipe 3^o. antes de a queimarem etc [...] (SEQUEIRA, 1942 : 16)

(entenda-se 3^o. por Tércio, já que por esta data do incêndio, a Restauração já havia ocorrido). O terramoto de 1 de Novembro de 1755 não logrou atingir nem destruir a Igreja

do Loreto, tendo a sua estrutura sido poupada, mas o incêndio subsequente ateado no dia seguinte e vindo do palácio vizinho que fora do Sá e Meneses e que então era do Secretário da Guerra, consumiu a quase totalidade do seu interior, pela segunda vez, chegando até a estalar as cantarias das fachadas, do qual e mais uma vez só se aproveitaram as paredes exteriores, a traça e os labores de pedraria do segundo templo, devido a Tércio (SEQUEIRA, 1942: 16). Mais tarde novamente reinaugurada em 1785, com risco do arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819), mas já muito alterada em consequência da radical reconstrução do Bairro Alto depois do calamitoso terramoto do Dia de Todos os Santos de 1755.

3.1.3.2 – Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora

Ao longo da Idade Média, os acontecimentos importantes, eram perpetuados através de uma obra religiosa, que podia ir de um simples nicho até uma obra grandiosa.

Foi o que aconteceu por altura da conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. D. Afonso Henriques decidiu então fundar dois monumentos: S. Vicente e os Mártires. No tocante ao primeiro, na lápide levada para o local, podia ler-se: *«Este templo edificou El-Rei de Portugal Afonso I em honra da Bem-Aventurada Maria Virgem e de S. Vicente Mártir, aos onze das Calendas de Dezembro da era de 1185»* (21 de Novembro de 1147). (SILVA, 1996: 242). No local do atual mosteiro, sepultaram-se os cadáveres dos que haviam ajudado a conquistar a cidade, e este foi entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Ao longo de vários reinados, este edifício foi sendo aumentado e melhorado através das doações quer de reis como de príncipes. Como exemplo em 1275, D. Afonso III deixou mil libras em testamento ao Mosteiro, e mais tarde D. João II empenhou-se pessoalmente em várias obras de requalificação.

S. Vicente, que por estar extramuros da cidade, se chamava precisamente “de Fora”, em meados do século XVI encontrava-se em precárias condições, ameaçando ruína, apesar das constantes obras de melhoramento de que foi alvo durante os reinados de D. João III e D. Sebastião.



Foto 21 - Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa (1)

Só em 1582, Filipe I decidiu reconstruir totalmente o edifício, querendo dar-lhe a maior magnificência possível «*por ser a primeira igreja que mandava edificar em Lisboa*», e porque desejava reforçar o seu poder, intervindo através de um monumento emblemático para a história portuguesa. (SILVA, 1996: 243)

Encarrega então Filipe Tércio de traçar a planta, que certamente teria tido a influência de Juan de Herrera, de créditos firmados e arquiteto-mor do El Escorial (onde tinha desenvolvido os planos iniciais de Juan Bautista de Toledo de 1562), e que havia acompanhado Filipe II de Espanha a Portugal como «*acomodador de Sua*



Foto 22 - Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa (2)

Magestade», aquando o juramento nas Cortes de Tomar a 16 de Abril de 1581, como Filipe I de Portugal, e posterior «*joyeuse entrée*» em Lisboa a 29 de Junho do mesmo ano, como também nos vários Paços Reais, sendo que a escolha para a direção das obras recaiu em Baltazar Álvares, conforme refere Jorge Henrique Pais da Silva (SILVA, 1996: 242-243).

A primeira pedra deste novo templo foi lançada em 25 de Agosto de 1582 pelo Cardeal-Duque Alberto, governador e mais tarde Vice-Rei de Portugal após 1583, mas efetivamente os trabalhos só começaram em 1590, prolongando-se por todo o século XVII. D. Marcos da Cruz, cronista de S. Vicente, relata em 1626, a cerimónia desta forma:

[...] vestido de todo de vermelho insígnia de sua dignidade, e logo atraz o Bispo com os seus Ministros; e assi por esta ordem forão descendo por huma prancha Larga e o fundamento da torre onde já estavam Balthezar Alvarez Cavaleiro do habito de Cristo Mestre e Architecto das obras [...] e o aparelhador dellas com hua colher na mão fazendo com a cal a cama onde se avia de Lançar e enquanto o Bispo hia dizendo as Orações que ordena o Pontefical em semelhantes actos, o cardeal pegando na pedra com ajuda do Mestre, e aparelhador a pos no Lugar preparado [...] Lançada a primeira pedra fundamental se comessou logo com muito fervor a trabalhar na obra, que a Magestade Del Rey Philippe veyo a ver depois duas vezes, pagandosse muito della por ser debuxo, que elle mandara fazer por Joan Herrera seu grande architecto, aprovado por Philippe 3º. (Filipe Tércio) e outros grandes architectos, e por elle que tinha muito bom voto nestas matérias; e não se achou S. Magestade ao lançar da primeira pedra fundamental por então se achar indespuesto⁸⁰[...]

A inauguração deste edifício reconstruído e dedicado sob o duplo orago dos mártires S. Vicente e S. Sebastião, (em substituição da igreja com o mesmo nome que Afonso Álvares iniciara no Terreiro do Paço, onomástica e ainda no tempo de D. Sebastião, desmontada e cujos materiais passaram para a nova igreja em 1582), foi feita solenemente a 28 de Agosto de 1629, em dia da festa de Santo Agostinho, portanto trinta e dois anos após a morte de Filipe Tércio que tinha ocorrido a 10 de Abril de 1597. A zona nascente destinada a acolher os túmulos reais foi custeada pela Coroa espanhola e a seção

⁸⁰ CRUZ, D. Marco da, *Crónica de Sam Vicente – Catalogo dos Priores do Mosteiro de Sam Vicente*, P. II, Ms. 632, fl. 119 in CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, *O Renascimento em Coimbra – Modelos e Programas Architectónicos*, Vol. I, Coimbra 2002. Tese de Doutoramento apresentada à FLUC na especialidade de História da Arte p.527

ocidental pertencia à Ordem dos Agostinhos. Os trabalhos no claustro continuaram durante o séc. XVII e em 1704 o custo de todo o empreendimento tinha subido para cerca de 750.000 cruzados⁸¹ (KUBLER, 2005: 105).

Não é consensual entre os mais destacados historiadores de arte, sobre a verdadeira autoria deste imponente projeto, que veio a influenciar outros edifícios durante os séculos XVII e XVIII, não só em Portugal Continental como no ultramarino, quer na África Ocidental, Índia, Macau ou Brasil, mormente através da adoção da solução de duas torres no alçado principal. Esta inovadora fachada, de carácter “palaciano” com duas torres e cúpulas poligonais, solução caracteristicamente portuguesa, evoca as antigas sés românicas e as sés novas, como as de Portalegre ou Miranda do Douro. Os vãos são encimados por frontões curvos e triangulares alternados, com três janelões centrais e nichos com esculturas, para além das pilastras duplas (de que também nos referiremos mais tarde, desta vez na nave), para além de capelas laterais à face e cúpula sobre o cruzeiro (de tambor e lanternim, derrubada pelo terramoto de 1755). No piso térreo, três vãos no pano central, dão para um nártex (PEREIRA, 2014: 194-197).

Coexistem então três teses principais sobre quem foi realmente o autor do projeto final da Igreja de S. Vicente de Fora: se Herrera, Tércio ou Baltazar Álvares, ou até se todos contribuíram à sua maneira para a execução desta tão peculiar obra da nossa arquitetura portuguesa.

Segundo Soromenho⁸², citando José Eduardo Horta Correia, este propõe um programa herreriano levado a bom termo por Baltazar Álvares, sob a supervisão de Filipe Tércio, por dever do ofício que tinha desde este ano de início das obras de 1590, nomeado por alvará régio «*mestre de todas as minhas obras que se fizerem à custa da minha fazenda*», cargo herdado de António Rodrigues, e que é corroborada com apoio numa crónica de 1604, da autoria (idónea) do escritor Manuel Severim de Faria, em que aponta Filipe Tércio da autoria da obra de S. Vicente, ao escrever: «*a traça escolheu El-Rei a Philippe Tercio engenheiro que foi del Rei D. Sebastião*».

Segundo Horta Correia, o grande responsável pela concretização do programa poderá ter sido Baltazar Álvares, herdeiro da tradição nacional por via do seu tio Afonso Álvares e conhecedor da novel linguagem do *maneirismo* romano “à italiana” (ou à maneira da Roma papal), que teria aprendido em Itália, durante os anos de 1575 e 1578,

⁸¹ KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Ed. Nova Veja e Herdeiros do Autor, Lisboa 2005 p.105

⁸² SOROMENHO, Miguel, *Do Escorial a São Vicente de Fora*, Revista Monumentos, Ed. DGEMN, Lisboa Março 1995, pp. 24-26

anos em que por lá estagiou, a mando de D. Sebastião. Refere-se então este historiador desta forma sobre S. Vicente:

A igreja segue, a um tempo, o modelo de Vignola para o Gesù e o de Herrera para a Catedral de Valladolid: nave única com capelas laterais intercomunicantes e capela-mor com altar de dupla face, por detrás da qual se encontra o coro de claro sentido paladiano. Os alçados interiores são enquadrados por pares de pilastras como nos modelos italianos, mas com um particular desenho de ábaco e suportando um entablamento com cornija muito balançada.

Na cobertura da abóbada de berço desenham-se grandes e pequenos espaços de estuque preenchidos por cartelas decorativas, enquanto o cruzeiro era rematado por cúpula com tambor e lanternim, que o terramoto derrubou e constituía novidade (naquela escala) nos nossos sistemas construtivos. A iluminação por grandes janelas termais coando-se através do retábulo lembra o sistema paladiano.

A fachada flanqueada por duas torres (cujos precedentes nacionais já foram apontados) desenha-se como fachada de palácio com janelas e nichos por sobre a galilé (CORREIA, 1991 :57-58).

Também Miguel Soromenho defende o quão indiscutível é o envolvimento de Juan de Herrera na conceção da igreja lisboeta de S. Vicente de Fora, (considerando-a «a assunção de uma novidade absoluta») enaltecendo Baltazar Álvares como tendo gozado de uma apreciável liberdade de movimentos e que pôde a partir de 1597 e até à sua morte em 1624 dirigir a construção. Não podemos olvidar de que quer o El Escorial quer S. Vicente foram antes de tudo entendidos como monumentos de celebração dinástica, reservados para panteão régio, na senda de uma antiga tradição peninsular, vindo a ser utilizada posteriormente, primeiro pelos Braganças e depois pelo Patriarcado. Filipe I esperava estender ao reino português um tipo de organização muito centralizada das obras de encomenda régia, através da coordenação técnica de Herrera e com o controlo apertado do próprio Rei, e para isso em Portugal contava sobretudo com Filipe Tércio, que quisera que fosse aqui tão ambivalente como Herrera o era em Espanha, com a mesma multiplicidade de tarefas e o mesmo papel de organizador, aliada à posterior estrutura de ensino formal da arquitetura que se veio a concretizar em 1594 nos Paços da Ribeira.

Foi no ano da morte de Tércio em 1597, que por ordem expressa de Filipe I, se deveria substituir o regime de jornal pelo de empreitadas, conforme explicava o Rei, *«porque se me disse, que seria (de) mais proveito para esta fábrica»* (SOROMENHO, 1995: 26).

O que torna tão diferente a igreja de S. Vicente de Fora é de fato a junção da sua austeridade «chã» que apela a um certo nacionalismo vernacular, (patente ao nível da estrutura da fachada), com as diretivas herrerianas tendentes a afirmar uma renovada imagem construtiva, visando coroar ideologicamente o poder político dos Habsburgos. Esta obra como outras também em Lisboa (Paço Real da Ribeira, Palácio do Marquês de Castelo Melhor ou o Convento de Santos-o-Novo), receberam o influxo e monumentalidade do novo gosto italiano castelhanizado. Explorando uma tipologia conciliadora entre a doutrina tridentina de São Carlos Borromeo, a teoria arquitetónica neo-

albertiana, e a «teoria da figura cúbica» de Miguel Ângelo, resultou num gosto romano-escurialense que é, desta forma natural, transplantado oficiosamente para Portugal (SERRÃO, 2002: 203), sendo Filipe Tércio apontado como o condutor “*in loco*” deste imenso obradoiro até 1597, data em que foi substituído por Baltazar Álvares.

Será redutor não se considerar que a qualidade do risco de Herrera-Álvares-Tércio, não está aqui plasmado em todo o seu esplendor. Aliás, surpreende-nos o facto da necessidade que a historiografia da arte tem de atribuir a autoria de uma obra “somente” a um arquiteto ou engenheiro, sobretudo no séc. XVI. Alícia Câmara (CÂMARA, 1998: 121) referiu-se à intrincada relação entre engenheiros e arquitetos quando tinham de confrontar opções sobre a mesma obra, normalmente a mando d’El-Rei, sendo que nem sempre estavam de acordo, tendo o “desempate” de ser feito em instâncias superiores, através do envio das duas plantas. No fundo, a perspetiva do Rei parece-nos honrosa ao enviar um outro arquiteto à obra para uma “segunda opinião”, cujo fito mais não era do que almejar um apuro técnico de excelência para essa mesma obra.

Pais da Silva sugere uma situação de “conflito” entre uma dominante vertente «chã», (aliás pressentida por George Kubler), que liga à difusão do modelo romano (herreriano-vignolesco), e um outro modelo mais vernacular tendo em conta nas numerosas igrejas erigidas pela Companhia de Jesus, como é o caso das capelas intercomunicantes e grandes naves, substituindo o referido “estilo-chão” as célebres *hallenkirshen* e *church-boxes*, em prol de uma maior funcionalidade de acordo com as diretivas doutrinárias tridentinas da Reforma Católica.

Filipe Tércio trouxe de Itália e aplicou-o à arquitetura civil e religiosa o reflexo de uma visão clássica da simetria e harmonia de proporções a par do sentimento veneziano do espaço. É uma última palpação do Renascimento do final do século XVI, e em que desabrocha um primeiro frémito do barroquismo. (SANTOS, s/d: 198). Acrescentamos nós o muito de maneirismo que foi também incutido nestas obras.

Tendo S. Vicente de Fora a nave mais vasta e mais grandiosa de Lisboa, não hesita em reconhecer a planta a Filipe Tércio, aprovada em 1590, conservando-se esta na Academia de Belas Artes, assinada por Filipe I, com a seguinte legenda: «*Planta segunda do pavimento e oficinas do mosteiro e igreja de S. Sebastião e S. Vicente pela qual mando que se faça a obra. No Pardo XVI de Novembro de MDXC (assinado). Rey*». (SANTOS, s/d :198). Embora tivéssemos tentado obter uma cópia desta planta, aquando uma deslocação a Lisboa, não lográmos obter essa cópia da ANBL). Desta mesma planta tirou João Nunes Tinoco também uma cópia, existente igualmente na Academia. Cabe aqui questionarmo-nos: uma vez que esta é já uma segunda planta, e sabendo que o debuxo

inicial de 1582 fora apresentado por Herrera, alvitramos se não será esta a traça de Filipe Tércio?

Inspirada sem dúvida na Igreja do Gesù em Roma de Giacomo da Vignola (1507-1573), (*Vidé Planta em Anexos*), encerra várias componentes comuns: cruz latina, transepto pouco profundo (neste caso inscrito), capelas laterais enxertadas sobre o retângulo exterior e comunicantes entre si, tipicamente inacianas. Na nave, grupos de pilastras emparelhadas sobem até à cornija, e os capitéis estão ornados de setas, símbolo do martírio de S. Sebastião.

Ainda sobre a morfologia da igreja, refere-se Reynaldo dos Santos:

O sentido arquitectónico da orgânica é ainda da Renascença pela simetria das formas e harmonia de proporções, traçado clássico dos portais, janelas e tímpanos, visão frontal da fachada. É o mesmo ritmo e ordenação do pavilhão filipino do Terreiro do Paço. No interior, a arte de Tércio atinge o seu auge expressivo, na vastidão da nave, sentido de magnificência e monumentalidade do espaço, ritmo de arcos e pilastras geminadas [...] Para corrigir a monotonia do desenho dos caixotões, Tércio deu-lhes tons claros e diferentes que aligeiram a abóbada. Foram estes elementos essenciais da estrutura de S. Vicente que inspiraram as nossas igrejas do século XVIII, procurando agora já não os efeitos decorativos, mas sim os elementos como o azulejo e a talha (SANTOS, s/d: 198-199).

Kubler considera que é aceite geralmente como autor do risco Filipe Tércio, atribuindo-lhe o ónus do desenho, embora a execução da empreitada ficasse a cargo de Baltazar Álvares, sobretudo após a morte de Tércio, o que justifica as adaptações *nacionalizadas* de alguns aspetos arquitetónicos em S. Vicente de Fora, na senda da tradição de arquitetura portuguesa, distinta da espanhola.

O estilo de Tércio oscilou entre os temas palladianos como os de Torralva e Herrera, e os temas nórdicos, como os aplicados no Torreão da Ribeira, sendo que nos referidos palladianos, Filipe Tércio se tenha mantido fiel às suas raízes italianas. A utilização de um pórtico nártex na fachada e de janelas terminais nos topos do transepto inscrito, a cornija saliente, as mísulas de tríglifo, são simultaneamente reflexo de Palladio e de Herrera, tal como é o retrocoro, que penetra no retábulo-mor, resposta à funcionalidade exigida pela liturgia reformada e tridentina. Pensamos, no entanto que a solução das pilastras emparelhadas (ou duplas) sem capitel, poder-se-ão dever a Tércio, aliás como já tinham sido usadas no Torreão da Ribeira em 1582, conforme o refere Mateus do Couto no seu Tratado de Architectura do séc. XVII (*vd. Torreão da Ribeira, neste trabalho*), inovação de evidente inspiração romana, colhida em S. Pedro de Roma ou no Gesù (PEREIRA, 2014: 589-590).

3.1.3.3 – Convento da Ordem de Santiago de Palmela

Após a concessão régia do foral à vila de Palmela em 1185, o castelo é doado aos freires de Santiago em 1186, juntamente com Almada, Arruda e Alcácer do Sal, tendo por mestre D. Sancho Fernandes⁸³. Certamente que terá sido no propósito coerente da organização da defesa da



Foto 23 - Convento da Ordem de Santiago em Palmela (1)

linha do Sado, compreendida como a porta sul de Lisboa e os territórios de Riba Tejo. Após a reconquista, urgia consolidar a retaguarda contra a intenção de incursões almóadas, eventualmente com a intenção da recuperação da terra perdida a favor dos cristãos. E foi nesse sentido que estes castelos foram entregues às milícias de Santiago. No referente a Palmela e Alcácer do Sal, ambas as fortificações ofereciam vantagens estratégicas ímpares no plano de alargamento para sul: a primeira, pelo excecional domínio visual dos dois estuários e terras circundantes, por se encontrar num ponto alto, e a segunda por constituir o posto militar mais avançado na penetração a sul, e que já estaria na posse da ordem desde 1175. Estas proximidades dos territórios muçulmanos conferiam-lhe porém alguma debilidade, atendendo a que a consolidação cristã abaixo-Tejo, ainda estaria longe de ser alcançada. Em 1195, o Bispo Soeiro I, concede a Soeiro Rodrigues, comendador da Ordem de Santiago e ao prior Frei Pedro, licença para edificação de uma igreja nos arredores de Palmela, com o argumento a que se destinava à sepultura dos freires e dos seus homens: *«concedimus commendatori Domno Sueiro Roderici et Frati Petro Priori et omni conventui fratrum Militae Beati Jacobi edificandam Ecclesiam in Suburbio Palmellae ad Sepulturam fratrum et hominum suorum seu omnium populatorum supervenientium»*⁸⁴.

Nas primeiras décadas do séc. XIII dever-se-ia ter erguido a Igreja de Santa Maria, eventualmente sobre os restos de um anterior templo islâmico, facto ainda não comprovado. Confirmada é a sua menção numa relação de igrejas de 1259, assim como no catálogo de todas as igrejas que havia em Portugal de 1320-1321. Toda a fortificação recebeu obras de relevo com a construção da torre de menagem de feição gótica-primitiva, acessos ao castelo, reparação de paramentos, e a construção de várias torres, reformulando-se toda a área da alcáçova, denotando uma continuidade intensa de ocupação, ou não fosse Palmela a cabeça do ramo português da Ordem.

⁸³ FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela*, disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11712/1/Os%20Conventos%20da%20Ordem%20de%20Santiago%20em%20Palmela.pdf>, *apud Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, 1979: doc. 14, pp.22.24 [Consulta realizada em 22/06/2016]

⁸⁴ *Idem*, p.3

A partir de D. João I, o mestrado da Ordem de Santiago passa para a dinastia de Avis, através da bula *In Apostolica Dignitates Speculas*, concedida pelo Papa Martinho V,



Foto 24 - Convento da Ordem de Santiago de Palmela (2)

sendo que o Rei entregou o mestrado da ordem a Mem Roiz de Vasconcelos, facto relatado na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, assim como o envolvimento da povoação e do castelo de Palmela tanto no conflito com Castela, como na revolta de 1383-1385, que como sabemos resultou na Batalha de Aljubarrota naquele dia de 14 de Agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora, tendo-se seguido a convocação do alardo no Vale da

Vilarica, para a atribuição das honras e dignidades.

No tempo de D. Jorge, filho natural de D. João II e último mestre da ordem, o patrocínio artístico nos edifícios religiosos sob administração da Ordem foi incrementado, como o atestam os relatos das visitas, sendo que estes programas promovidos pela Ordem evidenciam uma vinculação aos antigos ideais de cavalaria.

Quando o mestrado da Ordem passou a pertencer a D. João III, esta passou a ver o seu orçamento melhorado, sendo que uma boa quota-parte das despesas se relacionava com o conforto e a higiene dos freires, moços e prior, desde o pano de linho para as sobrepeleças, o conserto de capas, o pano e a execução de toalhas, lençóis e colchões, até à lavagem da roupa de cama e à compra de alguidares para “*ensaboar os corporais*”.

Quisemos aqui enfatizar o facto de que vetusta como era esta instituição, também o eram as suas instalações, que por vários séculos e remendos sempre se conservou de cariz medieval, mesmo atendendo ao facto das suas melhorias cíclicas e pontuais.

A filiação da Ordem de Santiago ao poder real coloca-a a partir de 1580, na condição de ser directamente administrada pela coroa de Espanha, e é neste âmbito que Filipe Tércio é encarregado de elaborar a nova traça do convento de Palmela, conforme nos relata Sousa Viterbo (VITERBO, 1998: 100), relatando o teor da carta de 28 de Junho de 1610 ao bispo-capelão, em que este consultava a Mesa da Consciência e Ordens:

Senhor- O Suprior e freires do convento de Palmella da ordem de Santiago nos fizeram saber por sua carta como neste inverno ouve o dito convento algumas ruínas e que o mais que ficara estava em tal estado que avião por grande escrupollo de consciência pelo risco que suas vidas corrião de abitar nelle e pera que fosemos informados do que passava e tivéssemos disso mais larga relação elegerão em capitulo ao dito suprior e a Simão da Costa, freire do dito convento, pera virem a esta corte significarnos do grande perigo em que estavão e pedir em quanto se não acodia com brevidade a se lhe dar algum rimedio em que se pudessem recolher lhe fizesse V. Mg.de merce assignar lugar donde oudessem cõprir com suas obrigações, e pella informação que nesta mesa tivemos do dito

superior e freire e a que já tínhamos da muita necessidade que o dito convento a anos tem de se fazer como tem parecido a V. Mg.de como mestre e governador da dita ordem tem obrigação de acudir, mandamos a Filipe Tercio, engenheiro mor de V. Mg.de de acabasse de concluir com a traça do dito convento que v. Mg.de de avia tempo lhe tinha mandado fazer, ao que satisfez com brevidade com se ver primeiro nesta mesa, onde pareceo bem, e se enuia a V. Mg.de de pera a aprovar sendo servido.

E nos parece que V. Mg.de deve aver por bem pera serviço de Ds e seu e pela obrigação que tem a esta ordem de mandar com toda a brevidade possível acudir ao dito convento e mandalo fazer de novo conforme a dita traça e de maneira que se possa fazer este presente verão obra com que os ditos freires se possam em alguma maneira recolher, a tento a urgente necessidade que disso há e aver do dinheiro das terças das comendas da dita ordem trinta mil cruzados pois mais ou menos, em que se começa fazer execução, e na fabrica do dito convento oito ou des mil cruzados com que se pode fazer a maior parte da dita obra pella boa comodidade que na dita villa há de todas as achegas necessárias pera ella. Em Lixboa ao primeiro de março de 1596 annos – Bertholomeu do Valle Vieira, Marcos Teixeira, Lopo Soares dAlbergaria, dom Francisco de Lima.

Ao lado: Em carta de Sua Magestade de 13 de Maio de 96:

Vy a consulta sobre se aver de fazer de novo o convento de Palmella que estt arruinado e bem me parece que se faça e fico vendo as traças delle e em breve volas enviarei com a ordem que ouver por bem que se tenha nestas obras.(VITERBO, 1922 :100)

Sendo assim, o último convento de Palmela, resultou da assunção deste novo edifício começado a reedificar-se em 1596, e que se prolongou pela centúria seguinte.

Refere-nos Guido Battelli: «*Nel 1597 il Terzi era morto, perchè un documento in data del 2 ottobre di quell'anno ci atesta come Baltazar Álvares gli suceda nella maestranza dell' Ordine di Sant'Iago d'Avis*» (BATTELLI, 1929: 8).

Como base nisto, Tércio era o mestre das obras das Ordens de Santiago e de Avis, embora não tivéssemos tido o ensejo de encontrar uma prova documental que o confirmasse.

Numa planta dos fundos da Biblioteca Nacional, que eventualmente será de 1699, apresenta-se como a mais antiga traça conhecida deste convento de Palmela⁸⁵. Merece aqui especial atenção a demarcação do “Convento dos Freires”, que nesta altura (2ª. metade do século XVII), estava a ser construída de novo, com base no referido projeto de Filipe Tércio e que nesta altura estaria a ser alvo de algumas alterações de Baltazar Álvares, que reconhece a ruína e a falta de instalações conventuais e apoia a recomendação de avançar com as obras nos dormitórios e aposentos dos freires⁸⁶.

⁸⁵ CORREIA, João Tomás, *Livro de Várias plantas deste Reino e de Castela [entre 1699-1743]*, BNP, fls. 8v e 9.

⁸⁶ FERNANDES, s/d : 13 *apud* IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Livº.3, 1612 : fl. 84v., à esquerda, Despacho Real de 23 de Julho de 1612.

3.1.3.4 – Desenhos para a Misericórdia de Aveiro

Seria difícil a Filipe Tércio ocupar-se de outras obras que não fossem aqueles relativos aos ofícios distribuídos pela Coroa, que tinham o mérito de garantir um rendimento seguro e regular, mas nem sempre constituíam a fatia principal. Tércio já auferia os rendimentos como mestre das Obras Reais, pelo facto de ser frei com o hábito da Ordem e mestre das obras do Convento de Cristo, não esquecendo o ordenado não especificado que lhe provinham do facto de ser arquiteto da Ordem de Avis.

No entanto, as traças não contempladas nas atribuições “oficiais” dos cargos que exercia, não tendo muito tempo para acorrer a outro tipo de encomendas, sempre assoberbado e itinerante com as tarefas da Coroa conforme já referido (SOROMENHO, 2009: 95), mostravam-se como uma outra boa fonte de rendimentos, a ter em consideração que pelos desenhos e projetos que em 1585 fez para a Igreja da Misericórdia de Aveiro a pedido da Câmara Municipal, mas que não chegaram a ser executados segundo os seus planos, assacou a quantia de 7\$000 reais, à razão de 1.000 reais por dia de trabalho (SOROMENHO, 2006: 33).

3.1.4 – Arquitetura Civil:

3.1.4.1 – Torreão da Ribeira

Este edificado é sem dúvida o mais iconográfico dos trabalhos executados por Filipe Tércio, tanto pelas menções historiográficas publicadas, como pelas gravuras e pinturas em que aparece referido.

Tendo sido mandada construir por D. Manuel I em 1501 (data provável do arranque das obras) nos inícios do Séc. XVI, decidindo abandonar a antiga alcáçova lisboeta, transferindo-se para o centro económico e social da capital, e ficando por isso mais perto da dinâmica da Casa da Índia, lugar onde se geriam os destinos dos territórios ultramarinos e onde se recolhiam as exóticas e lucrativas mercadorias trazidas do Oriente, estabeleceu aqui a sua nova morada por cima do armazém, a que denominou Paço da Ribeira, transformando esta morada na mais importante residência real portuguesa, cuja torre defensiva foi da autoria de Diogo de Arruda (PEREIRA, 2011: 587).

Esta Casa Real sofreu várias fases construtivas ao longo do tempo, nalguns casos a contragosto dos nossos monarcas, como foi o caso de D. João III, que sempre que estava em Lisboa preferia com frequência outras moradas que não a Ribeira, incluindo quando se celebravam festejos que decorriam, como se o Paço da Ribeira não existisse. Mesmo assim,

como resultado do terramoto de 1531, mandou D. João III fazer várias obras aqui, por estar este edifício de entre os mais danificados, como se constata por uma carta de quitação passada a João de Castilho em que se refere «*a obra dos paços da Ribeira da cidade de Lixboa, as varamdas, sala e escada, capela, e casas da Rainha minha sobre todas muito amada e preçada mulher*»⁸⁷, na prossecução de outras obras manuelinas que alteraram a fachada visível do edifício, alteando o corpo das varandas, transformando o baluarte, e mais tarde com a destruição deste, dando-se ao edifício um aspeto mais civilista e menos militar. Foi neste período que este edifício terá sido reconfigurado com fachadas renascentistas e *loggia*.

Durante o período de regência que se seguiu por menoridade de D. Sebastião, decorreram vários eventos importantes no Paço da Ribeira nomeadamente a cerimónia de levantamento do rei e reunião de cortes, seguindo-se um segundo momento em que após o *Desejado* ter assumido o governo do reino, se alheou por completo destes Paços, passando muito pouco tempo em Lisboa (de que não gostava), suscitando várias queixas e protagonizando alguns episódios menos felizes que ficaram registados para a posteridade (SENOS, 2002 :107). Mesmo quando tinha de vir a Lisboa, ficava noutras casas ou preferia ficar nos velhos paços da alcáçova do Castelo de S. Jorge. Por conseguinte, no tocante a obras realizadas, o resultado é quase nulo, pese embora o esforço de Francisco de Holanda ao escrever *Da Fabrica que Falece à Cidade de Lisboa*, datada de 1571, (*Vidé Desenho em Anexos*) em que apresentava algumas propostas para o enobrecimento da cidade, relativamente às carências de representação monumental da monarquia.

Mas o grande impulso nas obras do Paço da Ribeira ocorreu no reinado de Filipe I, que após ter sido jurado nas Cortes de Tomar, e perante os representantes concelhios nestas Cortes que mostraram desejo em ter um «*rei natural*», entendendo-se como “residente ou presente”, quando no final de Junho de 1581 se aproximava finalmente de Lisboa, após ter visitado de caminho vários Paços, numa longa carta que dirige às filhas, refere o quanto Lisboa o maravilhou:

Desta maneira viemos até perto de Lisboa, onde o rio tem uma légua de largura. Paramos muito perto dela e de mais de cem navios de todos os feitios que ali estavam e que tinham vindo, alguns pouco antes, de muitas partes. Assim percorremos a margem de Lisboa, vendo tudo o que dá para o rio [...] reconhecendo tudo muito bem. Estava tudo cheio de gente. Fomos assim até mais abaixo de Lisboa, onde atravessámos o rio até aqui, a Almada, onde tenho uma pousada muito bonita, ainda que pequena. De todas as janelas vê-se o rio e Lisboa e as naus e, muitas vezes, galeras. Num quarto alto, onde escrevo, vê-se de uma janela Lisboa inteira, já que aqui o rio não tem mais de meia légua de largo, e de outra janela vê-se Belém e São Gião e muito mais abaixo e todos os navios que entram e saem por ele (ALVAREZ, 1998 :72-73).

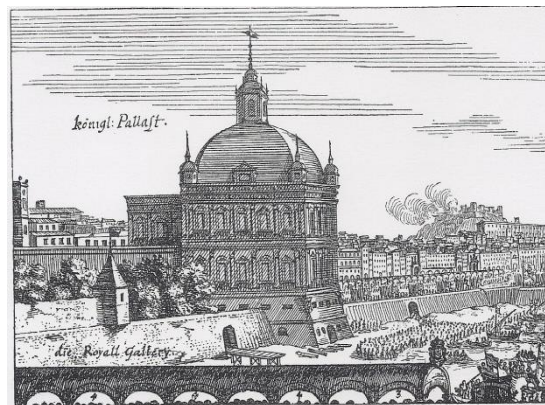
Mais adiante, refere a sua primeira visita ao Paço da Ribeira:

⁸⁷ SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Ed. Notícias, Lisboa 2002, p.96, *apud* IAN-TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro XXXIV, fls.2-2v, publicada por Viterbo 1988, Vol. I, pp.191-192

No domingo seguinte fomos [...] desembarcar em Lisboa, sem que aí o soubessem, ao cabo da varanda da minha pousada, e entrámos por aí, e vimo-la toda. Demorámos muito tempo porque é enorme, ainda que desorganizada, mas com bons corredores e vistas [...] e que com as obras que mandei fazer, que foram muitas e custaram mais do que tinha pensado, ficou boa (ALVAREZ, 1998: 74-75).

Até deixar a cidade em 1583, a *pousada* do Rei em Lisboa, será sempre nos Paços da Ribeira. A estadia do monarca aqui foi de enorme importância para a história destes Paços, face ao relativo desinteresse que por eles mostraram quer D. João III quer D. Sebastião, tendo-se o Habsburgo ocupado ativamente na reforma do seu régio aposento.

Já anteriormente, estava o Rei ciente do estado dos paços portugueses como já o referimos, tendo-os recebido de Tércio em Novembro (SOROMENHO, 2009: 70-78) em Évora e logo após ter entrado em Portugal por Elvas, a 14 de Janeiro de 1581, o rei ordenava a Duarte Castelo Branco, conde do Sabugal «que se ponha logo em effecto a obra que tenho assentado que se faça nos paços da Ribeira conforme a ordem que de ca levou



Torreão do Paço da Ribeira, HAUPT, Albecht (s/d), A *Arquitectura da Renascença em Portugal*, Ed. J. Rodrigues, Lisboa p.54

*Fellipe Terçio*⁸⁸», engenheiro que em Abril tinha informado que «se deixa de correr com a obra dos Paços por falta de dinheiro», pelo que o rei teve de dar ordens a Duarte Castelo Branco para que disponibilizasse o dinheiro necessário para as reativar e as terminar quanto antes. Das suas ordens constava a preparação da Ribeira, que julgava «mas alegre [...] que las otras, por los corredores y barandas que tiene aunque bien creo que estas escurescen algo las piezas». (SOROMENHO, 2009: 70)

Muito se escreveu já sobre a legitimidade de ser Filipe Tércio o autor do risco e das obras, ou não, ou mesmo se teria levado a empresa a efeito com outros engenheiros e/ou arquitetos, ou sob a supervisão de outrem. Parece-nos consensual que a inequívoca participação de Herrera na reconstrução da Ribeira, não desmerece o papel essencial de Tércio e de Baltazar Álvares na direção do estaleiro e na composição de pormenor dos alçados do Torreão, como refere Miguel Soromenho. Mais, em Fevereiro de 1581 este arquiteto confessava que a sua única tarefa era instalar o rei no Palácio da Ribeira e, em Maio, contava com orgulho como ele e o Rei tinham determinado a forma de «*accomodar questo palazzo*», trabalhando sobre «*le piante e profili*». (BATTELLI & COELHO, 1935: 13). (Vidé Desenhos em Anexos)

⁸⁸ SOROMENHO, 2009 :75 apud BA, *Embaixadas de Duarte Castelo Branco I*, fl. 299

Para além da carta do Rei dirigida a Duarte Castelo Branco já mencionada, em que refere taxativamente o nome de Tércio relacionado com as obras do Paço da Ribeira, também Mateus do Couto num Tratado de Arquitetura do Séc. XVII, mais precisamente de 1631, que servia de apoio às Aulas de Arquitetura da Ribeira, questionado sobre o uso extravagante de pilastras sem capitel, (SOROMENHO, 2009: 73) dá a autoria deste risco taxativamente a Filipe Tércio no que deveria ser a “versão oficial” dos factos, garantida pela sua posição de arquiteto-mor e diretor das obras: «*Phelippe Tercio, tam nomeado, também o uzou, em outro edifício principal nesta Cidade de Lx^a, q he no Forte*» (MOREIRA, 1983: 43).

Também Fernando Checa ao referir que Juan de Herrera, Filipe Tércio e Juan Bautista Antonelli foram os protagonistas dos acontecimentos arquitetónicos e de engenharia mais importantes relacionados com a estadia de Filipe II (de Espanha) em Portugal, refere que já em fevereiro de 1580, mostrando-se Antonelli perante o Duque de Alba «*que este parecia algo reticente de entender algunas particularidades de Portugal*», em dezembro do mesmo ano Filipe II determinou que «*Juan de Herrera (na sua qualidade de aposentador) reconociera las plantas de los aposentos reales que habia trazado Filippo Terzio*» (CHECA, 1992: 270).

Também, Frei Nicolau de Oliveira se refere nestes termos:

Vendo a majestade d’el-rei D. Filippe I d’este nome em Portugal, como prudentíssimo que era, de quanta importância que era a assistência da Pessoa Real n’este paço, mandou fazer, fora d’elle, no fim de um grande corredor que estava feito, um forte de pedraria, da melhor e mais perfeita obra, assi de fora como de dentro, que se sabe em Europa, d’onde não só podesse ver o que se fazia, mas também lhe ficasse servindo de maior recreação, vendo d’elle quasi todo o rio, e suas embarcações, assi como da parte do Oriente, como do Occidente.

O architecto d’este famoso torreão, que já aparece em todas as estampas dos seculos xvii e xviii, foi o insigne Filippe Tercio, ou Terzo, ou Terzi, autor de S. Roque, de S. Vicente, e de muitas obras notáveis, engenheiro italiano ao serviço de Portugal desde alguns anos, e que tendo acompanhado el-Rei D. Sebastião a Africa, lá ficara captivo algum tempo⁸⁹.

Sobre as características do edifício renovado em si, José Eduardo Horta Correia refere que pese embora o alheamento dos dois monarcas anteriores concernente ao Paço da Ribeira, Filipe II veio encontrar o seu novo reino com índices de cultura e prática arquitetónicas de altíssima qualidade, contrapondo a opinião do Duque de Alba que exprimia uma apreciação desencantada sobre os palácios da realeza portuguesa, dando razão a Francisco de Holanda.

⁸⁹ CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica das Margens do Tejo*, Imprensa Nacional, Lisboa 1893 in Recursos digitais da BNP, p. 308, disponível em: . http://purl.pt/6637/6/hg-7520-v_PDF/hg-7520-v_PDF_24-C-R0150/hg-7520-v_0000_capa1-capa4_t24-C-R0150.pdf [Consulta efetuada em 23/06/2016]

Os melhoramentos efetuados no Paço da Ribeira tentaram dignificar a imagem do poder real pela sua leitura simbólica em relação à cidade e ao Tejo, construindo onde já existia um velho forte, o célebre Torreão, que marcaria para os séculos vindouros e de forma indelével a imagem da cidade. Com evidente adequação ao “espírito do lugar”, os arquitetos de Filipe I (possivelmente Herrera), conseguiram, mesmo respeitando a sua origem militar, transformar o edifício numa original obra de arquitetura civil. O Torreão de expressão cúbica, rematado por uma grande cúpula de chumbo, desenvolveu-se em três pisos altos sobre um piso térreo abaluartado. Durante a estada do Vice-Rei Alberto (1583-1593), a arquitetura caracterizou-se por duas notas: uma modificação quantitativa, a dizer, a introdução de uma diferente noção de escala, e o retorno das velhas influências flamengas de grandes tradições entre nós, mas vindas agora por via espanhola, contrabalançando a genérica e universal influência do maneirismo italiano neste período da História (HORTA, 1991: 56-57).

Durante esta adaptação do torreão a residência real, houve que demolir uma capela, trasladando-a para outro lado, deixando-se no entanto, em seu lugar uma inscrição, como segue:

DEO OPTIMO MAXIMO
SUB HONORE DIVI THOMAE APOSTOLI
HIX REX EMMANUEL CAPELLAM REGIAM
DICAVIT, ET TRANSLATA FUIT. ANNO
M. D. LXXXI
LOCUM PROFANARI VETAT RELIGIO⁹⁰

Nuno Senos, em trabalho já aqui mencionado, provou que a extensa galeria de duas varandas sobrepostas perpendicularmente ao rio a partir da Torre, e na direção dos aposentos da Rainha, eram afinal um corpo vazado, como uma comprida galeria de circulação sem funções residenciais (futura inspiração de Tércio para a *loggia* do Paço Episcopal de Coimbra?), implantada a poente e entalada entre as muralhas dionisina e fernandina, com um baluarte à beira d’água, entretanto demolido (SENOS, 2002: 107).

Filipe II estava habituado a lidar com arquitetos – note-se a sua grande privança com Juan de Herrera, que aqui o acompanhava – dispondo até do seu próprio estirador, desenhado pelo francês Jehan Lhermite. Para a Ribeira, a ideia do Rei foi aproveitar a grande praça fechada a poente pela estrutura palaciana, manter a concentração funcional dos serviços ligados à Coroa mas em edifícios autónomos, melhorar as condições de acostagem através de um novo cais de serviço à Alfândega e, naturalmente, dotar todo este complexo de uma atualizada linguagem arquitetónica, evidenciando uma própria cultura

⁹⁰ CASTILHO, 1893 : 306 *apud Hist. Gen.*, Tomo III, p.178

familiarizada com os três princípios básicos da teoria vitruviana, a *firmitas*, a *utilitas* e a *venustas*, interessado na harmonia com correspondência entre as partes, (*Vidé* Desenhos em Anexos) evidenciando um cenário arquitetónico simétrico e homogénio (SOROMENHO, 2009: 70-78).

Assumindo que a influência de Herrera está bem patente neste projeto, (que o terramoto de 1755 se encarregou de destruir), com flagrantes semelhanças com a *lonja* de Sevilha, tendo por base o forte de base batida, aparece nas gravuras como mostrando uma original e singular solução, tendo uma enorme cúpula quadrada forrada a chumbo que George Kubler sugere ser de madeira, fixada por quatro vigas e quatro torreões angulares, coroada por outra cúpula, esta mais pequena, de secção octogonal. Aparece representado no *Civitates* de Jorge Bráunio, na época de D. João III (antes de 1557), como sendo um edifício muito mais pequeno do que o acrescento feito por Tércio, mostrando apenas três filas de janelas. O italiano aumentou o seu número para cinco eixos e introduziu um parapeito batido na base, similar com o existente na fachada sul do El Escorial. Sob a cúpula quadrada e nos dois pisos superiores alternavam as janelas de frontões triangulares ou curvos. No “*piano nobile*”, as sequências de janelas fazem lembrar as da fachada principal de S. Vicente de Fora. Kubler sustenta ainda que Filipe Tércio terá sido muito influenciado por modelos franceses em detrimento dos italianos, já que a cúpula quadrada só se tornou convencional a partir de 1600, e o único exemplar importante anterior a este palácio, foi uma casa de campo em Verneuil, perto de Senlis, iniciada cerca de 1568 e cujas imagens foram registadas em dez gravuras por Jacques Androuet du Cerceau, em 1576, cujo modelo se tornaria uma convenção corrente na arquitetura francesa, replicada mais tarde em Portugal, já no século XVIII em Maфра ou Queluz (KUBLER, 2005: 103).

Nas torres angulares do El Escorial também se exibem cúpulas, mas a sua traça é muito diferente desta do Paço da Ribeira, esta muito mais próxima do modelo francês, pelo que faz muito mais sentido achar similitudes desta com as gravuras do Palácio de Verneuil, antecipando Tércio uma futura convenção da traça palaciana europeia, através da utilização arrojada de uma forma que os desenhos dos últimos palácios de Du Cerceau lhe forneceram (KUBLER, 2005: 104).

Sobre o seu interior, pouco se sabe pela escassa documentação existente. No Archivo General de Simancas existem duas plantas com a legenda: *Planta de la torrezilla q esta al cauo dela Galeria del Palascio de Lisboa* (*Vidé* Desenhos nos Anexos), infelizmente sem menção quer da data quer do autor. Sobre o Torreão, como o descrevem fontes posteriores, compunha-se de um piso térreo dotado de canhoes, já pronto e provido de artilharia em 1584, de um “*mezzanino*”, separado dele por um cordão, onde

tinham aposentos os fidalgos da câmara, e de dois andares nobres com janelas de sacada, ocupados pela Biblioteca e Sala do Trono – a afamada “Sala dos Embaixadores”, (iluminada ao alto pelo lanternim e quatro claraboias), local onde o Rei recebia as homenagens mais solenes (MOREIRA, 1983: 44). Já referimos que à partida da Torre para norte, partiam dois andares, intermédio e superior do corpo longitudinal do Paço e que mais não eram do que um volume arquitetónico composto de uma dupla varanda sobreposta, que levariam aos espaços fechados e privados (*chambre, cabinet, garde-robe, anti-chambre, e salle*), cômodos reservados para a Família Real.

Também em Simancas, encontrámos um rascunho de um memorial dirigido a Filipe III por um teólogo a quem fora pedida a opinião sobre um Discurso enviado ao Rei por Leonardo Turriano, de cariz profundamente laudatório sobre as alegorias e mensagens a serem exibidas em novas decorações da Sala do Trono, e denominado: “*Lo que se ofrece en el Discurso de Leonardo Turriano sobre la Sala Real de la Torre de palácio de Lisboa y las empresas que estan en ella repartidas y pintadas*”, cuja referência se faz como complemento, já que este documento deverá datar de 1605 ou 1606, portanto já fora do âmbito deste nosso trabalho⁹¹.

3.1.4.2 – Ponte Real de Coimbra

Ponte mandada edificar por D. Afonso Henriques em 1118⁹², de 4 a 5 arcos muito altos, o que permitia que o seu tabuleiro por estar tão alto, nunca era atingido pelas cheias decorrentes do degelo das serras ou das chuvadas de inverno, poupando também o arrabalde citadino.

Os problemas cíclicos destas cheias e o consequente arraste de detritos, conjuntamente com as areias que eram arrastadas, destruíram os marachões, diques, estacadas e as valas, fazendo com que ao longo do tempo desaparecessem o Convento de Sant’Ana na margem esquerda a montante da ponte assim como o velho Mosteiro de S. Francisco na mesma margem a jusante da referida ponte, bem como o de S. Domingos na margem direita ao norte da ponte do qual se conservou durante algum tempo a Torre, mas que acabou por desaparecer de todo.



Ponte Real de Coimbra in
BRITO, A. da Rocha, (1947)
*Filipe Tércio e a Ponte Real de
Coimbra*, in Arquivo Coimbrão,
Vol. X, Coimbra p.8

⁹¹ A.G.S. Estado, Maço 435, fl. 195

⁹² Era MCLXX Idem Rex cepit edificare monasterium Sanctae Crucis in subúrbio Colimbrie et pontem fluminis juxta civitaten, anno regni sui quarto Chronica Gothorum in *Portugalia Monumenta Historica, Scriptores*, Vol. X, p.12 *apud* BRITO, 1947 : 1

O mesmo ocorreu com a Igreja de St^a. Justa que embora situada na baixa da cidade, também sucumbiu à fúria do Rio Mondego. Quanto ao mosteiro antigo de St^a. Clara, edificado tão longe do rio, viu-se periodicamente inundado e altamente danificado pelas terríveis cheias. A ponte, ao ficar assoreada de terra e areia, não permitia a passagem da água, provocando então as referidas cheias e danificava o cais. Esses inertes eram arrastados das encostas aquando estas eram levados pelas chuvas, pelo facto desses declives estarem desflorestados, devido a incêndios constantes (BRITO, 1947: 2-3).

Em 1506, D. Manuel I, conjuntamente com a Rainha D. Maria e o primogénito futuro D. João III (na altura com só 4 anos), e a sua numerosa comitiva visitaram a cidade, tendo-se-lhe feito ver o estado calamitoso em que se encontrava a ponte. Em 1510 encarrega o monarca Mestre Boytaca e Mestre Mateus da execução de uma nova ponte, esta magnífica com 24 arcos, e concluída em 1513 (BRITO, 1947: 4-5).

Mas a ponte, embora melhor, continuaria a sofrer das vicissitudes negativas dos invernos o que fez impor intervenções consecutivas ao longo dos tempos vindouros.

Por mandado d'El-Rei D. Filipe I, foi enviado a Coimbra Filipe Tércio, (*Vidé Doc. N.º. 14*) a fim de revistar os estragos feitos pelas cheias do Rio Mondego na ponte e nos Mosteiros de São Francisco e Santa Clara, como consta da ata da vereação que se realizou a 12 de Maio de 1583, com a presença dos vereadores presididos pelo Juiz de Fora, O Procurador-Geral da Cidade, dois representantes dos Mesteres e o Escrivão, fidalgos, cavaleiros, cidadãos e os da Casa dos Vinte e Quatro, todos chamados «*ao som da campa tangida, segundo seu bom e antigo costume*», ou não se tratasse de uma assembleia magna da Câmara de Coimbra, conforme relata o acórdão lavrado pelo secretário João Cerveira da Cunha:

Aos doze dias do mês de mayo do ano de jbc lxxxiiij anos (1583) em Coimbra a camara della onde estavam juntos o Ld^o felipe machado novais juiz de fora cõ alçada na dita cydade e g^o leitão e diogo aranha e o doutor luiz de basto vereadores e rui glz dalmd^a procurador geral e Joaõ fz e Jeronimo fe^o procuradores dos vinte e quatro do povo e assim estando juntos os fidalgos cavaleiros escudeiros e cydadões e assim os vinte e quatro dos mesteres e mais pessoas da guovernansa ahy pelo dito juiz lhe foi dito que eraõ chamados e juntos pera lhe ler huã carta de sua majestade que tinha mandado a esta camara sobre esta cydade mandar felipe terço para ver a ponte e moesteiros de São frc^o e santa clara e arabaldes e lida a dita carta pelo dito juiz e vereadores foy dito que porquanto se esperava cada dia pelo dito felipe terceo e sua m.de mandava que todos juntos em camara tratassem do que melhor convinha as ditas pontes e moesteiros porque seria opresão grande lhes pareseu a todos juntos emlegerem dous cydadõis e dous do povo pera que cõ o juiz e vereadores e c.or se ajuntassem todas as vezes que fosse nesessario cõ o dito felipe terço e tomados os votos sayraõ as mais vozes, dos cydadões antonio leitão e dioguo marmeleiro e dos mesteres antonio cordeiro e Joaõ fz ourives do que todo mandaraõ fazes este auto [...] João Cerveira da cunha escrivão da camara o spvy. Seguem-se trinta e duas assinaturas [...] (VASCONCELLOS, 1894: 90-91)

Entretanto, resolve a Câmara de Coimbra enviar um presente a Filipe Tércio, a fim de o dispor bem, e na expectativa da resolução do problema da ponte da cidade. Enfim,

política de todos os tempos, e muito usada no Município. Esta oferta consistiu num pano de linho que com o transporte para Lisboa, orçou na totalidade em 20\$700 reis (BRITO, 1947: 21). Em 18 de janeiro de 1584, o soberano envia à Câmara de Coimbra uma carta, recomendando-lhes que praticassem com Manuel de Quadros sobre a obra da ponte e do rio, que mandara ver por Filipe Tércio.

Menos de dois anos decorridos sobre a reunião magna havida na Câmara, a 17 de Janeiro de 1585, seria enviada outra carta régia ao Provedor de Miranda para lançar finta para as obras da ponte e margens do Rio Mondego, e em que refere «*que o Ryo mondego cõ as forcas das cheas dos inuernos passados aRujnara algumas partes aponte noua daparte do Moesteiro de santaclara...*» (VASCONCELLOS, 1894 : 96-98):

[...] Eque para as ditas obras contribuíssem aspeçoas preuilegiadas sem eiçeição alguma pois eraõ de calidade que a todos tocauão Evisto permy seu Requirimento antes de outro despacho mandei a Phelipe terzo meu architeto a dita çidade de Coimbra para que uísse as ditas pontes EMoesteiros [...] Edo que pareçesse e com eles assentasse fizesse traça edebuxo Edepois disso a Conta de que sepodia despender nas ditas obras, e vista adita traça econta pelos do meu Conselho Epareçendo que as ditas obras se deuião fazer mandei uir amy o dito Phelipe terzo com adita traça [...] ouue por bem que por todos estes Respeitos as diras obras sefação asy E da maneira que se contem na dita traça.

E porque a obra da ponte que he a mais jimportante e que geralm.te a todos toca foi orçada en uinte mil cruzados e para ella tenho feito merçe a dita çidade de três mil cruzados eaos dezassete mil que remanecem sehão de fintar pelas comarcas da beira, tras os montes, entre douro e minho, estremadura Epor todas as cidades e uillas elugares dellas: do Ryo tejo ae galiza e Raya dos Reynos de Castella até ao mar, vos mando que tanto que vos esta for dada com muita deligencia uades a çidade de Miranda [...]

Tiveram pois estas obras da ponte um contínuo acompanhamento por parte de Filipe Tércio e ao longo de vários anos, baseado na *traça* que delineou em 1595, (*Vidé* Doc. Nº. 15) a fim de minorar os prejuízos decorrentes das cíclicas cheias anuais do Rio Mondego, provocadas pelas chuvas de inverno (BRITO, 1947: 44).

3.1.4.3 – Crasta do Convento de Cristo em Tomar

O início da construção do Claustro maior do Convento de Cristo em Tomar, denominado de D. João III, surge-nos primeiramente pelos riscos de João de Castilho e de Pero de La Gorreta, em puro estilo da renascença, quando um novo gosto maneirista de sinal italiano se começa a impor, constituindo um “virar de página” com relação ao “estilo manuelino”(SERRÃO, 2002: 183).



Foto 25 - Crasta Principal do Convento de Cristo em Tomar (1)

O atual claustro, desenhado entre 1554 e 1558, da autoria de Diogo de Torralva, logo após ter sido designado mestre das obras do Convento de Cristo nesse ano de 1554, sucedendo a Castilho, desde logo terá “riscado” «*por especial mandado de Sua Alteza*» este grandioso claustro, cuja traça encobriu as reminiscências renascentistas de Frei António de Lisboa e do já referido João de Castilho, sendo que esta obra feita começou a ser demolida em maio desse mesmo ano. Quando em 1557 Torralva apresentou “*debuxo*” à regente D. Catarina de Áustria, certo é que a obra já iria muito avançada, o que deve ter ocorrido até 1562, data inscrita na crasta como o fecho do essencial do projeto, empresa que continuou a desenrolar-se mesmo após a morte do seu autor, por Francisco Lopes. Refere-se Vitor Serrão nestes termos:

[...] A consciência mais despojada das ordens (dórico e jónico) na relação sintática dos módulos em que se dispões os dois andares, mas escalonadas em planos distintos; a dissolução destas no recurso aos ângulos cortados por estruturas cilíndricas, envolvendo as sinuosas escadarias de acesso ao piso nobre e numa complexa (e convexa) articulação; a ambígua relação cromática, na utilização dos mármore e na labiríntica disposição das reentrâncias; e a notável disposição arritmica (dentro dessa esmagadora visão em monumentalidade que antecede a linguagem paladiana) definida entre os espaços (corredores, alas e reentrâncias), sempre numa turbulenta relação de forças comum a toda a estrutura programática, revelam-nos uma atitude esclarecida de arquitecto não-renascentista e anti-clássico [...](SERRÃO, 2002: 186)

John Bury, utilizou o epíteto: “uma verdadeira obra do *maneirismo* europeu”, enquanto Jorge Pais da Silva se refere à obra nestes termos:

[...] neste claustro pode encontrar-se outros elementos típicos do novo vocabulário artístico na sua fase internacional, alguns de nítido sabor veneziano: a sobreposição de colunas toscanas e jónicas em escalas diferentes, o conflito entre os arcos e as superfícies rectilíneas que os ladeiam (Serlio, Palladio), a surpreendente desproporção entre a altura das fachadas e o espaço que estas anteriormente delimitam, a movimentação conflituosa resultante do jogo dos volumes que sobressaem e dos espaços abertos que recuam, enfim, a severidade mais cortesã do que religiosa que do conjunto se desprende⁹³.

Estamos portanto, diante de algo excecional. O risco deste empreendimento denota uma proximidade e uma perceção de que Diogo de Torralva tivesse tido contato direto com a arquitetura atualizada do seu tempo, especialmente a do nordeste transalpino, ou até com a monumental escada dupla do Castelo de Francisco I em Chambord, aproximando-se do



Foto 26 - Crasta principal do Convento de Cristo em Tomar (2)

cortile da *Villa Imperiale* de Pesaro, obra de 1530 do arquiteto Girolamo Genga e que tinha sido desenhado por Francisco de Holanda no *Livro das Antigualhas*, e das formas de aparato cenográfico constantes dos livros III e IV de Sebastiano Serlio. Este projeto que tinha sido particularmente acarinhado por D. João III, aliás coerente com o seu desejo de fazer de Tomar algo como a “capital

⁹³ SERRÃO, 2002 :186, *apud* PAIS DA SILVA, 1958-62

espiritual” do reino, e onde ele até desejaria fazer na sua Igreja-mausoléu de N^a. Sr^a. da Conceição, cuja morte inevitavelmente ocorreria mais tarde, perdendo o arquiteto o seu protetor, sendo que a regente D. Catarina tudo fez para interromper a obra de Tomar, o que veio a suceder em 1565, quando o estaleiro da Capela-Panteão dos Jerónimos se inicia, o que ditou a sua retirada do estaleiro, impondo um desgostoso auto-exílio de Torralva para a sua herdade nos arredores de Évora, onde falece em 1566. Parece-nos um final inglório para projeto tão grandioso que se iniciara com a demolição do claustro renascentista de Castilho, e que agora seria interrompido pelas altas instâncias do poder (SERRÃO, 2002: 184-187).

Desde 1564 que Francisco Lopes tinha sido nomeado mestre das obras, e que pelos seus merecimentos, tinha sido elevado de aparelhador a mestre do Convento de Tomar, pelo que se constata por um alvará de D. Sebastião datado de 15 de abril de 1578, no qual o isenta do cargo de escrivão da companhia da ordenança da freguesia da Madalena em Tomar. Nada consta de relevante que este artista tenha efetuado enquanto exerceu funções no Convento de Cristo, sabendo-se no entanto que nesta data já era velho (GUIMARÃES, 1931: 97).

As obras do claustro só seriam retomadas em 1583 por iniciativa de Filipe I e sob a direção de Filipe Tércio, concluindo-se assim quer a cimalha e a elegante balaustrada clássica, (do Terraço dito da Cera, que surge como imposição no contrato para a execução do Aqueduto dos Pegões Altos), assim como outras partes do próprio claustro ainda faltosas, ou que se tinham deteriorado por ação do tempo e/ou ao abandono por duas décadas, e que desenvolveremos a seguir (*Vidé* Doc. N^o. 16)

Efetivamente, conforme um documento inserto na Chancelaria da Ordem de Cristo, constatamos que:

Dom Felipe &c. como governador etc. faço saber aos que esta minha carta virem que auendo eu respeito a notoriedade da suficiêcia que Frei Felipe Terci caualeiro professo da dita ordem e meu engenheiro tem na arte da architectura, ey por bem e me praz de lhe faser merce do officio de mestre das obras do conuento da uilla de Tomar, com o qual officio terá e auera em cada um anno o mantimento e ordenado e mais proes e percalços asi e da maneira que as pessoas que antes delle tiueram o dito officio por cartas dos reis destes regnos meus predecessores de gloriosa memoria, a qual merce lhe asi faço com declaração que quando no dito conuento ouuer obras correntes, será ele frei Felipe Terci obrigado a residir na dita villa e, não as auendo, uesitira as obras cada ano por três vezes.

E portanto mando aos deputados do despacho da meza da Consciencia e ordens e ao dom prior do convento de Thomar da dita villa e a quaesquer outros officiaes e pessoas, a que esta minha carta for apresentada e o conhecimento della pertencer que ajam daqui em diante ao dito frei Felipe Terci por mestre do dito conuento e lhe façã pagar seu mantimento e ordenado e mais cousas que com o dito officio lhe diretamente pertencerem sem a isso ser posto embargo nem contradicã algua, porque asi

he minha merce. Dada na cidade de Lixboa a xxii dias de janeiro – Vicente Monis a fez – ano do nascimento de nosso senhor Jhuu Xpo de j bc lxxxiiii. E eu Anrique Camelo a fiz escrever⁹⁴.

Conclui-se por este documento, que Filipe Tércio era frei da Ordem de Cristo, embora não tivéssemos encontrado alguma habilitação anterior mas que, pelo muito que tinha a fazer na itinerância constante dos seus afazeres em várias partes de Portugal, vivia fora do Convento.

Com esta nomeação, e decerto com a melhoria dos cofres da Ordem, de acordo com os frades de Cristo, e com vista a que o colega arquiteto pudesse dar provas da sua *suficiência*, concordaram em pedir a Filipe I o acabamento do claustro, conforme reza a seguinte petição:

Diz o dom prior (decerto o 13, Fr. Rafael que governou desde 1583 a 1585) e freyres do cõuento de Thomar q. elrey dõ iohão q. esta é gliã, mandou deribar a crasta principal por algumas razões q. lhe parecerão iustas e a tornou a mǎdar fazer da maneira q. ora está e q. se te gastado perto de ciqueta mil cruzados e se poderá acabar cõ seis ou sete, e porq. o q. está feito se perde e denifiqua e eles não te por onde fação as prosisões e acaso estar imperfeito pede a vosa majestade a mande acabar pois a dinheiro dos quartos e receberão merce⁹⁵.

Ao que Filipe I respondeu:

Manda ElRey nosso senõr q. nesta petição lhe fale o senõr bpõ dayão em Lisboa a xxxj de Julho de 84 – Dº da Costa.

Tendo o despacho do *dayão* sido favorável, assim como do contador e de quem fez a vistoria, que orçaram a obra de finalização da crasta em 15\$000 cruzados.

Para além da obtenção de medidas e da elaboração de uma nova planta feita por Filipe Tércio, este limitou-se a acompanhar o término do que estava incompleto, além de ter alterado a grandeza das métopas do lanço sul modificando-as do puro quadrado para quadrilongas, desde a metade do entablamento que fica por cima do arco grande sul-nascente até o do lanço pequeno sul-poente inclusive, e na tabela da parte superior da parte superior da porta de entrada da escada sul-poente, onde gravou as letras: I H V S. M^a., além de ter colocado na balaustrada do eirado as armas de *El-Rei nosso senhor*. Nem estas armas nem a balaustrada existem atualmente, por posteriormente terem sido derrubados. Na presunção de elas terem existido, a pertinente questão que se põe é se não seria por isso que este claustro também aparece nomeado por alguns historiadores como o Claustro dos Filipes? (GUIMARÃES, 1931: 101)

Foi então a 15 de junho de 1587 que nos Paços da Ribeira foi elaborado um contrato bastante detalhado do que Filipe Tércio havia de fazer para dar por completo o

⁹⁴ ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Lv. 6, fl. 275

⁹⁵ ANTT, *Convento de Cristo*, Maço 29

Claustro, e cujo teor foi publicado por Sousa Viterbo (VITERBO, 1922 :422), que se encontra reproduzido nos apêndices documentais (*Vidé* Doc. Nº. 16) e onde constavam:

- Catorze capelos que faltavam em oito abóbadas debaixo e de cima;
- As colunas toscanas estavam completas, faltando fazer doze jónicas;
- Faltavam doze pilares jónicos e dos que se juntavam a estes, faltavam quatro meios pilares;
- Nos correspondentes destes do lado de fora, faltavam nos das paredes (muros) dezanove meios pilares.
- Nos pilares que atravessavam a abóbada faltavam onze;
- Nas paredes faltavam onze portais, onde também faltavam seis arquitraves;
- Nos doze arcos do pátio faltavam três, assim como sete nas paredes (muros);
- Faltavam também sete arcos dobrados que atravessavam as abóbadas;
- Nos cantos, faltavam sete arcos;
- Nos espelhos redondos, de doze faltavam cinco;
- Um intercolúnio também estava por fazer, e faltavam três cúpulas das escadas de caracol (atualmente só existem duas, tendo uma delas sido suprimida, provavelmente na execução da planta);
- A varanda de cima também necessitava de alguns balaustres, e assim como de arquitrave e seus frisos com os respectivos quartões e cornijas;
- Na abóbada de cima, embora já feita, faltava-lhe o lageamento;
- No piso do primeiro andar (varandas), faltava serem atijoladas;
- O piso térreo também necessitava de lajes, para dar lugar ao enterramento dos frades, assim como o pátio, faltando-lhe o bocal do poço;
- Das escadas, duas também estavam por concluir: de serventia entre o piso superior e o médio, e deste para o eirado;

Mas também grande obra de Tércio foram as *Fontes*, de que nos ocuparemos mais tarde.

De referir também que a intervenção de Tércio não se limitou ao claustro, mas também a outras partes do mosteiro, conforme nos relata Maria de Lurdes Craveiro:

[...] fes (frei Adrião Mendes, 9º. Prior do convento) com este Catholico Rey que mandasse se metessem os Altares da charola por dentro das paredes, fes o altar-mor na forma que esta e fes o sacrario como vemos, fes se rodeasse a charola com os balaustres de pao santo e grades da Igreja pera o que veo Philippe tercio Engenheiro e architecto de sua Magestade fes se pintasse toda a charola e se fizesse o altar de Jesu em correspondência do de Nossa Senhora. Pedio a sua Magestade

mandasse acabar a claustro nova a qual so faltavão doze columnas no andar de cima e alguns arcos [...] fes com o mesmo Rey se comecasse a obra das fontes⁹⁶.

Concluindo o capítulo do Claustro de D. João III no Convento de Cristo em Tomar, resta-nos acrescentar que também é do italiano a autoria do lavatório que fica junto do refeitório, com data gravada em 1593, quando ainda a água não tinha chegado ao convento, o que ocorreria mais tarde, não sendo dele porém o elegante chafariz do centro do claustro cujo autor foi Pedro Fernandes de Torres, que o havia de suceder como mestre das obras do convento em 1597, após a morte de Filipe Tércio (GUIMARÃES, 1931: 105-107).

3.1.4.4 – *Loggia* do Paço Episcopal de Coimbra

Parece-nos ser consensual que a fábrica desta *loggia* se deve atribuir a Filipe Tércio, atendendo ao facto de na altura em que foi feita em 1592, se encontrar em Coimbra. O seu promotor terá sido D. Afonso de Castelo Branco (Bispo de Coimbra), que para além de outras obras procedeu à remodelação do bloco



Foto 27 - *Loggia* do Paço Episcopal de Coimbra (1)

sul do Paço, incluindo esta varanda, aberta sobre o espaço e com uma vista admirável sobre a colina e a Sé Velha até ao Rio Mondego (SANTOS, s/d:198), fechando o pátio a poente, e ligando estes dois blocos norte e sul, tendo também procedido à substituição do portal onde está visível a data da sua feitura, e onde se podem ver quer o seu brasão, quer o do seu antecessor, D. Lopo de Almeida que no início de quinhentos já havia efetuado uma grande reforma das casas, nomeadamente a mais antiga a norte, e que no séc. XIX ainda mantinha tetos “*mudéjar*”, assim como outros elementos dessa intervenção, em estilo manuelino⁹⁷.

A massa de pedra a utilizar para a construção desta *loggia*, foi retirada por Filipe Tércio do criptopórtico romano existente, o que justifica a atual estrutura metálica que pretendeu refazer (simbolicamente) as faltas desta pedra, no circuito de visita a este. Esta obra da renascença, exibindo extrema erudição, com laivos da *maniera* italiana, é sem

⁹⁶ CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, (2002) *O Renascimento em Coimbra – Modelos e Programas Arquitectónicos*, Vol. I, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Doutoramento p.512

⁹⁷ MNMC, *O Edifício e as Marcas do Tempo – O Paço Episcopal*, Disponível em: <http://www.museumachadocastro.pt/pt-PT/museu/edificio/ContentDetail.aspx> [Consulta realizada em 13/05/2016]

dúvida considerada o elemento arquitetónico mais significativo do conjunto inserido no Museu Nacional de Machado de Castro⁹⁸.



Foto 28 - Loggia do Paço Episcopal de Coimbra (2)

Quanto ao pórtico, enquanto Reynaldo dos Santos opina que: «*não vejo nenhum outro arquitecto dessa época em Portugal capaz de o conceber*», referindo-se a Filipe Tércio, esta ideia é contrariada por Maria de Lurdes Craveiro que refere que fará mais sentido a obra ser de um artista local, já que os pressupostos compositivos em que assenta ir-se-iam desenvolver na tipologia própria da cidade. A atestá-lo, os contactos

próximos entre o Bispo-Conde e Jerónimo Francisco, sendo esta parecer uma evidente possibilidade de este pelo menos ter fornecido o desenho deste portal, que como já referimos, data de 1592 (CRAVEIRO, 2002: 492).

3.1.4.5 – Colégio de Santo Agostinho, Novo ou da Sapiência

Foi Filipe Tércio mandado a Coimbra onde se encontrava a 19 de outubro de 1592, e de onde escrevia referindo que para bem efetuar o “negócio” quis também num dia ir ver a fonte e a valinha que está dentro da cerca dos religiosos de Santa Cruz, e num dos dias seguintes foi também com a câmara ver os canos e as arcas e tudo o mais necessário.



Foto 29 - Colégio de Stº. Agostinho, Novo ou da Sapiência (1)

Após estas diligências partia para Vila do Conde, como lhe mandava a carta de sua alteza, sendo que à volta já deveria estar feito o atalho após o qual acabaria o “negócio”, para o qual tinha sido mandado, conforme se constata pela carta dirigida a Diogo Velho do Conselho d’ El-Rei e Secretário de Estado, comunicando que passava por Vila do Conde onde Sua Alteza o mandava:

⁹⁸ MILHEIRO, Ana Vaz, Arquitectura: clarificar dois mil anos de história no Museu Machado de Castro, Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/clarificar-dois-mil-anos-de-historia-26241240> [Consulta realizada em 13/05/2016]

Sñor – Cheguey a esta terra de Coimbra quinta feira a noite e sexta feira dey a carta del Rey nosso S^or ao Corregidor em casa do senhor Bispo que por isso o mandou chamar, o qual pera se efetuar bem o negocio quis também uir a uer a fonte e a valinha que esta dentro da cerca dos Relligiosos de St^a. Cruz com o corregedor e Juiz de fora e outro dia foy também com a Camara a uer os cannos e as arcas e tudo o mais necessário, e do ditto senhor tiue muito boa enformação. Agora que eu tenho feito quanto se pode fazer deixo que se faça o atalho como se declara polla escriptura que com esta uai, me determinei d'ir a fazer a diligencia de Villa de Conde assi como manda a carta de s. A. e ao retorno que estará feito o ditto atalho acabarei este negocio, E outros que conforme a obrigação do meu officio espero de fazer por seruico de Deos e de s. Magestade. E não sendo esta pera mais V. m. ma fara da mostrar a S. A. a escriptura e darlhe conta de tudo, com conseruarme na sua boa graça e na de V. M. cuja Mt^o Illm^a pesoa nosso S^or &c. de Coimbra oje 19 de ottobre 1592 – B. A. M. A. V. M. M. Illm^o - Felipe Tercio. (VITERBO, 1922 :98)

Tratavam-se pois dos preparativos para a construção do Colégio Novo, da Sapiência ou de Santo Agostinho (hoje Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação), processo conturbado em que eram contendores a Universidade e os Cónegos Regulares de Santo Agostinho, e no qual nos deteremos mais pormenorizadamente a seguir (CRAVEIRO, 2002: 273). Este projeto é



Foto 30 - Colégio de St^o. Agostinho, Novo ou da Sapiência em Coimbra (2)

reconhecido como o em que Filipe Tércio exacerbou os seus dotes não só de engenheiro, aliás já reconhecidos, mas de arquiteto também ao concretizar a traça deste novo edifício, e cuja primeira pedra foi lançada, com as cerimónias costumadas, a 30 de março de 1593, com a presença do bispo D. Afonso de Castelo Branco como o descreve Fr. Nicolau de Santa Maria, (VITERBO, 1922 :100) e que nos inspira

confiança, pelo facto de ser o cronista da ordem, referindo-se a época não muito afastada:

Feita a traça do Collegio pelo famoso Architecto Felipe III & abertos os alicerces, & preparado todo o necessário pera se lançar a primeira pedra, rogou o Padre Prior geral D. Accursio ao Illustrissimo senhor Bispo Conde Dom Affonso de Castel-Branco, pera benzer, & lançar a primeira pedra, o que elle fez com toda a solemnidade, & pompa, vestido em Pontifical, assistindolhe os Conegos de sua S^e, com a sua Capella dos músicos, & foi todo o officio cantado de canto de orgão. O Pontifical, Bago, & Mitra veyo de Santa Cruz, & se fez hum termo por Notarios Apostolicos, como o senhor Bispo de Coimbra exercitaua, & fazia aquelle Pontifical a rogo, e beneplácito do Padre Prior geral, por quanto o sitio do dito Collegio nouo estava no limite da jurisdição de Santa Cruz. Assistiraõ também a este Auto, & solemnidade com o dito Prior g^eral, e seu Vigairo o Doutor Cristouão de Christo, todos os Prelados dos Mosteiros, & Collegios de Coimbra, com a principal Nobreza da Cidade. E se lançou a primeira pedra com as ceremonias costumadas em 30 de Março do anno de 1593. Sendo Summo Pontifice Clemente VIII⁹⁹.

A implantação do Colégio de Santo Agostinho coincide com a derradeira aposta régia no sentido de libertar o Paço da Universidade, abortados os projetos académicos para a Rua da Sofia e para a Alta da cidade, sendo que a última etapa na tentativa de salvaguardar a integridade do Paço com a mudança das Escolas residiu em área do Mosteiro de Santa Cruz, precisamente no mesmo local onde estes projetavam a construção

⁹⁹ SANTA MARIA, Fr. Nicolau de, *Chronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, parte II, livro X, pag. 377-378 *apud* CRAVEIRO, 2002 : 279

do seu colégio de Santo Agostinho. Estando o conflito instalado, a Universidade pretendia para aí o alargamento das Escolas em terrenos crúzios, cuja traça estava feita e nas mãos do Rei¹⁰⁰, (como a seguir se descreve), sendo que o mosteiro reivindicava o espaço para a construção do seu colégio, estando desta forma instalado o conflito:

[...] eu (o rei) tinha mandado fazer as escolas pera a dita Universidade e pera isso esta tomada e feita traça dellas e o lugar onde avião de ser tudo por meu mandado que tinha tomado e metido a mão niso como protector que sou da dita Universidade e a dita obra que hos padres de Santa Cruz ora queriaõ fazer hera em muito prejuízo das ditas escolas e traça asi por entrar e tomar muita parte do sitio e traça como do impedimento grande que lhe fazia polo que enquanto eu não mandasse ho contraio se não podia fazer nem ir com a obra por diante¹⁰¹ [...]

Estava-se pois num impasse, pois embora as obras já tivessem sido iniciadas pelos crúzios, instituiu a Universidade um pedido de embargo às mesmas, datado de 22 de dezembro de 1592 e que só seria resolvido pelo levantamento desse embargo a 20 de fevereiro do ano seguinte. Será porém de referir que o referido embargo era reforçado pelo facto do próprio Rei se constituir protetor da Universidade. Como atrás referimos, a vinda de Filipe Tércio a Coimbra em outubro de 1592, por ordem do Rei para tratar de um certo “negócio”, em que estavam envolvidos o Bispo da cidade, o Corregedor, o Juiz de Fora e a Câmara, parece-nos plausível que tenha aqui vindo para executar os planos das “*novas escolas*” (em dezembro nas mãos do Rei), construindo-as precisamente no mesmo local «*a porta noua do quintal de João de Ruão*». Naturalmente, impunha-se um carácter sigiloso, chamando-se a atenção para a «*fonte e a valinha que esta dentro da cerca dos Relligiosos de Santa Cruz [...] e os kannos e as arcas e tudo o mais necessário*». Começaram as obras em 1593 com a presença de Filipe Tércio, eventualmente proveniente do Convento de Cristo em Tomar. Acabaram sendo os crúzios os vencedores da contenda, que determinou finalmente em 1597, a entrega dos Paços à soberania da Universidade. Com demais interesses em jogo, a tutela de mais um Paço na distante cidade de Coimbra, não era já tão relevante para Filipe I que tinha optado pela centralização do poder no Torreão da Ribeira em Lisboa. Por mor disso mesmo, podia definitivamente prescindir destes atrás referidos (CRAVEIRO, 2002: 274).

Maria de Lurdes Craveiro enaltece o facto de Jerónimo Francisco, artista local, eventualmente ter sido o projetista das obras em curso aquando do embargo judicial, às quais «*tinha dado a traça*» na qualidade de arquiteto da Universidade, sendo que a 13 e 14 de janeiro de 1593, testemunhou no mosteiro de Santa Cruz, como “*mestre das obras desta vniversidade*” e “*mestre das obras da pedraria*”, contratos de arrendamento e aforamento. (CRAVEIRO, 2002: 278).

¹⁰⁰ Doc. XXXVII in CRAVEIRO, 2002 : 273

¹⁰¹ *Idem*, p. 273

Parece-nos que este mestre-de-obras não terá passado muito para além disso mesmo. No entanto, não será despiciente considerar que como amiúde ocorria, os tracistas e arquitetos locais sofriam de um síndrome de “apagamento” ou ofuscação perante os demais mais conhecidos, como Baltazar Álvares, Filipe Tércio, Gaspar João ou Diogo Marques Lucas, todos estes com intervenções na cidade de Coimbra. (CRAVEIRO, 2002: 571).

Com relação ao claustro retangular do Colégio Novo, também do “risco” de Filipe Tércio e datado de 1596, este imprime uma conceção plástica inteiramente nova, como se refere Maria de Lurdes Craveiro:

[...] Tanto os quatro alçados como as abóbadas das galerias baixas constituem aqui a mais absoluta novidade, porventura paradigmática do esforço de demarcação do mosteiro relativamente à poderosa instituição da Universidade. Com afinidades marcantes com o claustro torralviano de Tomar, o ambiente clássico que se respira em Santo Agostinho, a sua aproximação aos esquemas tratadísticos e, em particular, a Serlio e o completo afastamento da “norma” vigente na cidade que impunha repetidamente o modelo castilhiano, têm feito acreditar na palavra de frei Nicolau de Santa Maria e na identificação do espaço claustral com os desenhos eventualmente encomendados a um arquitecto com a credibilidade de Filipe Tércio [...]

Também Reynaldo dos Santos define o claustro do Colégio da seguinte forma:

[...] O claustro é de ordem dórica no primeiro piso, jónica no segundo. O ritmo do andar térreo é de arcos alternando com corpos salientes. As colunas caneladas com seu entablamento dórico enquadram portas mais baixas cujos rectângulos contrastam com os arcos amplos e altos, criando um jogo de planos e espaços que é já um anúncio de barroquismo, e revelam um mestre [...] (SANTOS, s/d: 202)

No global, e depois do Colégio de Santo Agostinho pronto, constata-se que este volta a desempenhar o papel determinante de rutura com os esquemas em uso na arquitetura de Coimbra, imprimindo um novo carácter discursivo às formas e ao espaço. Concilia-se assim, o universo versátil da “norma” de raiz italianizante com a poderosa retórica extraída dos desenhos e gravuras do norte da Europa. Trata-se pois, em resumo, de mais uma obra excecional saída da mão e da mestria de Filipe Tércio.

3.1.4.6 – Construção de um molhe em Vila do Conde

Enquanto decorriam as diligências em Coimbra relativas ao “negócio” ordenado por Sua Majestade, e conforme a carta já transcrita, deslocou-se Filipe Tércio a Vila do Conde, conforme lhe tinha sido ordenado, em novembro de 1592, afim de efetuar estudos para a realização de um molhe na barra:

[...] ya no tempo que Philipe segundo de Castela entrou neste reyno tendo notícia do dito sítio, e ao proveito que redundaria a todos seus vassallos se nelle se fabricase o dito molhe; mandou ao engenheiro Philipe Tercio que o fosse ver, e orsase o que custaria a obra a quall elle orçou em

doze mil cruzados, com um cavaleiro na ponta donde jugase quatro pessas de artilheria, pera defensão dos muitos que dentro nelle se recolhessem¹⁰² [...]

Efetivamente, a segurança das embarcações era crucial, sendo que era a Alfândega de Vila do Conde que em meados do Séc. XVI de entre todas as dos Portos de Mar do Norte do Reino, detinha um dos maiores volumes de negócios, só ultrapassada pelas do Porto e Viana do Castelo / Caminha / Esposende. O objetivo seria prover a entrada da barra de um molhe, com capacidade de bocas-de-fogo que pudesse repelir as incursões de piratas e corsários, assim como prover um local seguro de fundeação e/ou atracagem às embarcações que pretendessem procurar abrigo contra o mau tempo.

Tendo tido o acolhimento desta pretensão junto do monarca, conforme nos revelam os registos desta estada nas atas da Câmara de Vila do Conde:

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de mil e quinhentos noventa e dous anos despendeo o vreador e tesoureiro Mateus Follgueira doze mil reaes que guastou com Felliipe Tercio architecto e Sua Real Magestade que per seu mandado e requerimento desta villa veo a tomar



Foto 31 - Entrada da barra de Vila do Conde

conhecimento do sitio do molle della e com seus homes e cavallos assi na estallage como en casa particular onde o dito Felliipe Tercio pousou e foi agasalhado e com uma peça de pano de linho que se lhe deu e com o gasto de muitos dias que aqui esteve com sua gente e cavallos diguo que se gastou e despendeu com ele quatorze mil rs. (POLÓNIA, 1999: 189)

A estadia prolongada sugere uma avaliação cuidadosa da situação a intervir, (*Vidé* Doc. Nº. 17) incluindo uma outra verba referida do pagamento de 400 reais a um pedreiro por acompanhar Filipe Tércio durante dois dias a tomar as medidas dos penedos de S. Julião e do molhe.

Parece-nos que os problemas da resolução das limitações na barra já tinham suscitado o pedido de intervenção anterior, se atentarmos ao teor da seguinte carta de 1540-42:

Em a barra da dita Villa do Conde fabricou a natureza huns alicerces firmes de pedra, que fiquão em cima de agoa capazes de sobre eles se edificar um molle (sic) aonde se pode recolher, e abrigar mais de quarenta navios e galiões de quinhentas e mais toneladas, e sera de grandissima utilidade a fazenda de Vossa Magestade, e de seus vassalos, porque com eles feito, não haverá porto em toda esta costa de Portugal, que melhor seja pera tempo de Inverno; pois nelle se podem recolher os navios com ventos travessias, que são os tormentosos, com que se perdem muitos em esta costa¹⁰³ [...]

¹⁰² POLÓNIA, Amélia, *Vila do Conde um Porto Nortinho na Expansão Ultramarina Quinhentista*, FLUP Porto, 1999, p.189

¹⁰³ ANTT, *Cortes*, maço 10, doc. 74, fl. 2, *apud* POLÓNIA, 1999: 190

Pela bibliografia consultada sobre a estada de Filipe Tércio em Vila do Conde, constatamos que vários historiadores e investigadores relacionam esta estadia com as construções quer do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, quer do Aqueduto do Convento de Santa Clara, muito provavelmente baseados na publicação de Frei Francisco de S. Luis (Cardeal Saraiva)¹⁰⁴, em que referia: «*Delineou o forte de cinco baluartes, que defende a barra do Ave em Villa do Conde. Fez o grande aqueducto que traz agoa ao convento de religiosas da mesma Villa ...*». Numa mais apurada análise cronológica e historiográfica, concluímos que tal não é de considerar como tendo crédito, atendendo a que:

a) – A construção do Forte de Vila do Conde resultou de uma diligência encetada em 1567 a mando do Cardeal D. Henrique, tendente ao reforço de fortificação da costa atlântica portuguesa, e corroborada em 21 de Abril de 1570 por D. Sebastião, conforme já referido. Coube a Simão de Ruão a zona de Entre-Douro-e-Minho, tendo este determinado o local e feito a traça do forte cuja construção se terá iniciado entre 1570 e 1573. A comprová-lo, veja-se a primeira referência documental que refere a fortificação na foz do Ave a qual surge através de uma deliberação camarária de 13 de agosto de 1573¹⁰⁵, referida por Amélia Polónia.

b) – Quanto ao Aqueduto do Convento de Santa Clara, este atravessou dois períodos para a sua execução: a primeira fase de construção começou em 1628, tendo as obras sido interrompidas devido a um erro de nivelamento, tendo só sido reatadas já no século XVIII, precisamente em 19 de dezembro de 1705. Entre uma fase e a outra regista-se um interregno de cerca de 100 anos. A água chegou finalmente ao chafariz do convento a 20 de outubro de 1714. (AZEVEDO, 1988: 15-18)

Daqui se conclui que quando Filipe Tércio passou por Vila do Conde nesse novembro de 1592, já as obras do forte deveriam ir adiantadas, e atendendo à data aventada para o início da sua construção, Tércio ainda não tinha chegado a Portugal, só isso acontecendo em 1577. Quanto ao aqueduto, este só começou a ser construído em 1628, muito depois da morte do arquiteto que tinha ocorrido em 1597.

¹⁰⁴ FRANCISCO, D., Bispo Conde, *Lista de Alguns Artistas Portugueses colligida de Escriptos e Documentos*, Imprensa Nacional, Lisboa 1839 p.2; BATELLI, Guido, *Filippo Terzi architetto ed ingegnere italiano in Portogallo (1570-97)*; REIS, António dos Matos, *Filippo Terzi à luz dos documentos. A Fortaleza de Santiago da Barra em Viana do Castelo*, Viana do Castelo 1987; AZEVEDO, José de, *Subsídios para a História do Aqueduto de Vila do Conde*, Ed. Caixa de Crédito Mútuo da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, 1988, p.17; BRITO, A. da Rocha, *Filipe Tércio e a Ponte Real de Coimbra*, Arquivo Coimbrão, Vol. X, Coimbra 1947; HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Ed. J. Rodrigues & C^a. , Lisboa s/d, p.62; SANTOS, s/d : 198; VITERBO, 1922: 93; SEQUEIRA, Gustavo Matos, *Felipe Terzi e a Igreja Lisboeta de Nossa Senhora do Loreto*, Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa 1942, p.14

¹⁰⁵ *Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde*, Livro 21 do registo de Atas das sessões da Câmara (1571-1578), fl.189v-191 apud POLONIA, 1999 : 212

Certamente que não podemos excluir a hipótese de Filipe Tércio enquanto pousou em Vila do Conde, ter emitido pareceres técnicos, quer na construção do forte, quer eventualmente dos planos do aqueduto se os houvesse, o que não faz destes o seu autor. No fundo, o seu prestígio como um dos principais agentes da fortificação costeira do reino, primeiro com D. Sebastião, a seguir com D. Henrique e depois com D. Filipe I, assim o impunham.

3.1.5 – Arquitetura Efémera

Embora os tratados dos arquitetos renascentistas não considerassem toda a sorte de trabalhos de organização espacial e de mobiliário efémero, quer associados às grandes festividades públicas de contexto urbano, aos atos rituais da monarquia, ou mesmo às celebrações mais graves que envolviam a morte dos mais poderosos, quer até à reabilitação de aposentos, facto era que estes eram chamados por vezes à prestação de uma habilidade artesanal menos exigente do que a da arte da construção, mas em que não se podia prescindir dos conhecimentos teóricos e da cultura escrita nos tratados seguidos por estes arquitetos.

Foi assim também com Filipe Tércio, a quem couberam algumas destas obras efémeras a começar pela adaptação e melhoramento dos Paços Reais em que Filipe II ficaria instalado, tendo-se por isso particularmente interessado nos finais de 1580 quando solicitou ao velho Duque de Alba, D. Fernando Álvaro de Toledo y Pimentel, (o *glorioso* vencedor da Batalha de Alcântara, ocorrida a 25 de agosto), informações fiáveis sobre os paços reais portugueses.



Palácio dos Estaus, in NEVES, André Lemoine, (2009), *Território, O Pensamento sobre a cidade do Renascimento e seus reflexos em Portugal, séculos XV-XVIII*, Humanae, Vol. 1, nº. 3, pp.27-43, disponível em:
<http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3ci bi/documentos/104f.pdf> (2), vendo-se do lado direito o Hospital de Todos-os-Santos

Assim que Lisboa foi tomada,

tratou-se imediatamente de avaliar o estado dos paços reais conforme referido, fazendo-se os levantamentos necessários para os novos projetos. Enquanto a Juan Bautista Antonelli tinha sido alocada a responsabilidade do levantamento das plantas das casas e alcáçova do Castelo de Lisboa, a Filipe Tércio couberam as plantas da Ribeira e dos Estaus, no Rossio de Lisboa, sendo que a Baltazar Álvares, as de Almeirim e Salvaterra, cujas obras haviam de decorrer paralelas, com Sintra também incluída.

Quanto ao Palácio dos Estaus, (já inexistente, tendo em seu lugar o Teatro Nacional



Palácio dos Estaus, disponível em:

[https://www.google.pt/search?q=palacio+dos+estaus&biw=1350&bih=646&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi2xoGrxaDOAhWIWRQKHbX8B2AQsAQIIQ#imgsrc=8FTR6F-yQx08EM%3A\(1\)](https://www.google.pt/search?q=palacio+dos+estaus&biw=1350&bih=646&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi2xoGrxaDOAhWIWRQKHbX8B2AQsAQIIQ#imgsrc=8FTR6F-yQx08EM%3A(1))

D. Maria II), na sequência da adaptação realizada de forma intermitente desde 1594, para instalação das casas e cárceres do Tribunal do Santo Ofício para as Oficinas Gerais, foram seguidos os riscos primeiro de Filipe Tércio, depois de Nicolau de Frias, e posteriormente ainda por Mateus do Couto, este desde 1634. Tércio entregou-lhe os planos pretendidos em Évora, esclarecendo o duque em cartas datadas de 13 e 18 de novembro:

[...] *las del Rusio y la marina saco el, y la del castillo saco Juan Bautista Antonelli. También lleva la de Salvatierra; la de Almerin no la há podido llevar, porque aquel mozo de camara del Rey D. Sebastian, que envie a sacar esta de Salvatierra se há detenido tanto que no há tenido tiempo de ir a Almerin.*

Logo em dezembro deste ano, Filipe II determinou que «*Juan de Herrera reconociera las plantas de los aposentos reales que habia trazado Filippo Terzio*». Este arquiteto-mor, autor do El Escorial, havia acompanhado o rei nesta viagem, e que esteve encarregue de supervisionar a instalação da Corte nos palácios de Lisboa.

Inicialmente, o Rei Filipe II, desejara que as cortes se reunissem em Lisboa, como o mencionava na carta convocatória para aqueles que eram chamados em que deviam reunir-se na «*cidade de Lixboa do fim do mês de janeiro por diante*». Contudo os surtos de peste que atingiram a corte e a cidade, fizeram com que se pensasse em reunir os Três Estados do Reino em Évora, Abrantes, Elvas ou Tomar, tendo esta última localidade reunido o consenso. Já por este mesmo motivo da peste em Lisboa, Filipe II se vira impedido de habitar no Palácio de Lisboa, para o qual logo após ter entrado em Portugal por Elvas a 14 de janeiro de 1581, o rei ordenava a Duarte Castelo Branco, conde do Sabugal, «*que se ponha logo em effecto a obra que tenho assentado que se faça nos Paços da Ribeira conforme a ordem que de ca levou Felipe Terçio*». Sobre esta obra já anteriormente nos referimos. Sendo assim, depois de no seu percurso ter primeiramente estabelecido residência em Abrantes, para onde Tércio havia sido chamado a fim de arranjar o palácio a esse fim destinado, e que a isso se referiu numa carta ao Duque de Urbino de 20 de Fevereiro de 1581: «*... por agora fará residência a maior parte do tempo em Abrantes, que é um local que dista de Tomar nove milhas, onde fui chamado nos dias passados, e intervim nas ordens dadas para acomodar a habitação de S. Majestade...*» (BATTELLI & COELHO, 1935 :10)

A escolha definitiva do Rei recaiu sobre Tomar, para o qual lhe foram preparados aposentos de acordo.

Um dos cavaleiros que acompanhavam D. Filipe II, Isidro Velasquez, deixou-nos este testemunho sobre as obras de adaptação aqui efetuadas por Tércio:

El pátio principal, aposento de S.M., está por acabar; su primero fundamento é bueno y ben obrado... Neste pátio referido, donde se hizo el edicto, havia un sitio grande, destechado y mal compuesto, que, reparado, se hizo uma compartida pieza de tan ayrosa proporcion que a todos ojos agradava. Y aunque se acaba de la obra e traça que ahora lleva, non le hará su mas artificio de mas agradable viso, que el que le presto el remiendo [...]

A preparação da Sala do Capítulo no Convento de Cristo em Tomar, ao longo do mês de abril de 1581, para a reunião das cortes que haveriam de entronizar Filipe II como Rei de Portugal e confirmariam a união ibérica, implicou por força das circunstâncias políticas que a envolveram, uma cuidada atenção, em que o Rei se envolveu diretamente até nos pormenores, preocupando-se até em providenciar os bancos corridos onde se deviam sentar os representantes dos Três Estados e outras dignidades. As paredes foram guarnecidas por tapeçarias alusivas à conquista de Tunes pertencentes ao espólio da infanta D. Maria, e a cobrir esta sala, que se encontrava a céu aberto, (por terem sido interrompidas as obras após a morte de Diogo de Torralva), foi encontrada uma solução, cobrindo-a totalmente com velas de navios forradas com seda e tapeçarias. (SOROMENHO, 2009: 84). O juramento teve lugar num domingo, 16 de abril «... em riba diante do convento de Tomar em riba dos degraos, sendo tudo armado ricamente toda a historia de tunes que forão da infanta dona Maria». Já anteriormente, de Elvas, a 1 de fevereiro de 1581, o Rei tinha ordenado a Bernardim de Távora que fizesse com que o tesoureiro da tapeçaria levasse ao convento tudo o que fosse necessário para seu ornamento e, em especial, «porque o dito capitullo he descoberto e se há de cobrir com vellas e forrar o tecto por baixo dellas com tepaçaria ou panos de seda se os ouver na tapeçaria ou no tesouro». Por Filipe Tércio foi também encontrada uma elegante perspectiva de madeira concluindo a fachada, modificando e agraciando o desenho original.

Não nos cabe aqui descrever minuciosamente a cerimónia, mas tão só enaltecer o quanto a intervenção de Filipe Tércio contribuiu para a solenidade do ato.

A intervenção de Filipe Tércio no melhoramento dos paços reais é assinalada frequentemente, como a que fez aos paços de Sintra, conforme carta do Duque de Alba ao Rei de 16 de maio de 1581: (Vidé Doc. Nº. 18)

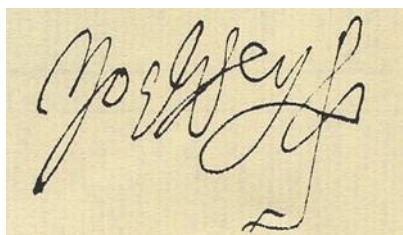


Foto 32 - Documento assinado por Filipe II de juramento nas Cortes de Tomar (AGS)

... Juan de Herrera y Felipe Tercio han ido a Cintra en veniendo se le dará a Herrera la provision de V.M. se les proveera de todo lo que huvieren menester para que se acabe la obra de los palacios de V.M.¹⁰⁶.

As Entradas Régias, constituíam o mais complexo dos programas de arquiteturas efémeras da Época Moderna, e uma dos mais significativos exercícios simbólicos da autoridade real, que recebia o preito da cidade e dos seus habitantes organizados em nações ou em grupos corporativos, seguindo o anterior preceito medieval das confrarias mesteirais, mas visto agora como ato voluntário de submissão ao rei, pela celebração das excelências e virtudes do soberano e da Monarquia, numa exposição de imagens alegóricas bem codificadas e seguindo um fio narrativo previamente estabelecido, não excluindo até algumas reivindicações das populações urbanas. Estas Entradas, assumiam uma importância política impressionante, por serem necessárias à confirmação dos direitos municipais por parte dos reis, dos príncipes e dos governantes, designadas na Flandres por *Blidge Inkomst*.

A entrada de Filipe I em Lisboa, marcada para o dia 29 de junho de 1581, após as Cortes de Tomar, passando por Santarém, Almeirim, Salvaterra de Magos e Vila Franca (onde aproveitou para visitar alguns edifícios régios), detendo-se finalmente em Almada, foi um acontecimento singular, preparado em toda a minúcia por Filipe Tércio, que se lamentava do facto de que S. Majestade «*o ter posto em mim só tal empresa*», referindo também «*ordenando-me que a todo o custo procurasse que todas as coisas estivessem em ordem para aquele dia, e que eu fizesse qualquer outras coisas que dissessem respeito a essa mesma entrada*», tendo-se El-Rei referido em duas das suas cartas, uma das quais do mês de maio, em que se queixava da falta de inspiração para os aparatos, sobretudo destinados a um rei que tinha já visto na Flandres “*tanti ingegnosi ornament*”.



Assinatura de Filipe II in AGS, PTR-
LEG, maço 26, fl. 36, Yo El Rey f

(BATTELLI & COELHO, 1935 :13)

Nesta “entrada”, sabe-se da montagem de um grande arco de triunfo pela nação flamenga em frente ao paço real de Lisboa. Aqui, foi feita a “entrega das chaves” da cidade, hábito que ainda prevalece em Portugal, e que na Flandres se designava por “*eedafleging*”. Seguiu-se um outro grande arco erguido pela nação alemã à entrada do Terreiro do Paço para quem desembarcasse, que se destacava pelas suas generosas dimensões, e que insistia na importância do componente dinástico (através das figuras de Filipe o Formoso, o Imperador Carlos V, Filipe II e o príncipe Don Diego, da casa dos Habsburgo). E o rei desembarcou num cais de madeira disposto neste local e que antecedia uma falsa fachada edificada no cais da alfândega, sobre um palanque

¹⁰⁶ A.G.S., E, Mç. 425, fls. 307 a 310

construído como uma fortaleza escarpada. Seguiram-se então, as iniciativas protocolares de estilo, com vereadores, o procurador da cidade, o vedor das obras, juízes do cível e do crime, representantes dos mesteres, almotacés e outros funcionários. Filipe I passaria depois pelo arco dos mercadores, e posteriormente por uma infinidade de outros aparatos distribuídos ao longo do percurso acertado, na sua maioria construídos a expensas das corporações mestreiras da cidade.

Em carta para o Ducado de Urbino dá notícia em 13 de fevereiro de 1588 da organização da que chamou a Invencível Armada, assinalando a 27 do mesmo mês os preparativos, e a 15 de abril das dificuldades para a sua largada. Já em carta anterior de 30 de janeiro de 1588, Tércio se referia a 300 armas de artilharia fabricadas sob a sua direção.

Em carta expedida de Madrid, a 19 de abril de 1597, o Embaixador B. Machio informa o Duque de Urbino:

[...]S. M. (Filipe II) volse tra l'altre cose vedere il disegno delle colonne per um letto richissimo, che credo li mandassi il povero Commendator Terzi [...] (BATTELLI & COELHO, 1935 :90).

Mas Tércio não chegaria a ver executados nem as colunas, nem o rico leito que desenhara para o monarca, pois faleceu em 10 de abril de 1597. A ter sido concluído e utilizado por Filipe II, o majestoso leito que o artista desenhara, acolheu o último sono do monarca a quem dedicadamente serviu e que tão magnanimamente soube reconhecer o valor do insigne arquiteto e engenheiro, pois Filipe II viria a falecer em 1598.

4 – Outras Obras Atribuídas

4.1 – Arquitetura Religiosa

4.1.1 – Igreja de S. Roque do Colégio da Companhia de Jesus em Lisboa

Esta Igreja que se tornou a Igreja-Mãe dos Jesuítas foi encomendada por D. João III para ser uma igreja-salão, na tradição das *hallenkirchen*,

assim que os padres da Companhia de Jesus se deram conta que o velho Convento de Santo Antão, onde se albergavam, não era suficiente para acolher todos aqueles fiéis que buscavam o seu ministério, e que passa oficialmente para a posse da Companhia em 1 de outubro de 1553 (PEREIRA, 2013: 221). Embora começado em 1565, o projeto seria alterado em 1567 a instâncias de D. Henrique e de Afonso Álvares em favor da planta de uma só nave, ladeada de capelas, «y conforme a esta intencion se trouxeron de Roma



Foto 33 - Igreja de S. Roque em Lisboa (1)



Foto 34 - Igreja de S. Roque em Lisboa (2)

ciertos diseños», obtidos em 1564 pelo padre Manuel Godinho, e como ainda hoje pode ser constatado. Esta mudança refletia a mudança de gosto arquitetónico da corte portuguesa, preferindo agora as igrejas cripto-colaterais em detrimento das igrejas-salões, tendo após a morte de Afonso Álvares, a obra sido continuada pelo seu sobrinho Baltazar Álvares. Embora esta igreja já estivesse pronta para o culto em 1573, sabendo-se que em 1575 a igreja estava construída até à cornija principal (HAUPT, 1910: 71), sendo que o trabalho da cobertura tinha sido interrompido pela morte de D. Sebastião, tendo sido só retomado após 1582, aquando a planta da abóbada ter sido abandonada a favor de uma outra cobertura de pendurais de madeira, desenhada pelo arquiteto de Filipe I, Filipe Tércio, o qual também teria aperfeiçoado a fachada em 1586¹⁰⁷, cuja armação feita em carvalho da Prússia, foi a primeira do seu género em Portugal, sendo que os seus doze suportes de 72 póis (97 palmos) sustentavam a empena e o teto, pintado entre 1588 e 1590, e que se estende a toda a nave¹⁰⁸, segundo nos relata o padre Baltazar Telles, na *Crónica da Companhia de Jesus*.

Sabemos todavia que o edifício, exteriormente, sofreu bastante com o terramoto de 1755, mas refere Viterbo: «*se a frontaria não nos impressiona como outras obras do famoso arquitecto*», o interior é sumamente agradável e de formoso desenho (VITERBO, 1922: 101). Convém aqui talvez relembrar que a contenção e simplicidade exterior dos templos tridentinos, contrastava com a sumptuosidade e luminosidades interiores, que pretendia sugerir a riqueza da alma em Cristo.

4.1.2 – Igreja do Convento da Cartuxa em Évora

Foi em 15 de dezembro de 1598, que um grupo de frades cartuxos provenientes da Catalunha ocupou o edifício ainda não concluído do primeiro convento em Portugal desta ordem, sob a invocação de Santa Maria *Scala Coeli* (escada do céu). Havia sido intenção do arcebispo de Évora,



Foto 35 - Igreja do Convento da Cartuxa em Évora (1)

¹⁰⁷ HAUPT, 1910 :86 *apud* RODRIGUES, F., *HCI*, II:1, p.182

¹⁰⁸ *Idem*, p.86 *apud* TELES, Baltazar, *Chronica da Companhia*, 1647, II, 110, e reproduzida na *História dos Mosteiros*, I, 1950, 224-5

D. Teotónio de Bragança já em 1583, quando em carta enviada ao papa Gregório XIII, manifestava o desejo de introduzir a Ordem da Cartuxa ou de S. Bruno em Portugal, a expensas suas.

Efetivamente, a encomenda do primeiro projeto para o conjunto deste enorme convento extramuros da Cartuxa data precisamente de 1588, tendo o arcebispo encarregado uma traça ao engenheiro italiano Tibúrcio Spannochi e cuja proposta não teria merecido o total agrado do seu encomendador.

Data de 1587 a troca de correspondência de Filipe Tércio com D. Teotónio de Bragança, sucessor do Cardeal D. Henrique na diocese de Évora¹⁰⁹.

E teria sido mercê desses contactos que foram pedidos planos alternativos quer a Tércio quer ao arquiteto Francisco de Mora (que Kubler identifica como sendo Juan Gomez de Mora), discípulo de Juan de Herrera, e que também estes foram recusados, optando-se finalmente pelos *debuxos* apresentados por outro engenheiro italiano, o padre servita Giovanni Vincenzo Casalle (1539-1593), que foi o seu trabalho de maior vulto realizado em terras lusas, e que tinha vindo a Portugal a mando de Filipe II, provindo de



Foto 36 - Igreja do Convento da Cartuxa em Évora (2)

Nápoles, acompanhado do seu sobrinho Alexandre Massay que havia de continuar a obra do Forte do Pessegueiro já referido (após o abandono deste por Filipe Tércio), a fim de tratar da defesa da barra do Tejo, e que foi o autor da traça do Forte da Cabeça Seca (hoje denominado Farol do Bugio) (SOROMENHO, 1999: 9), e que veio a morrer em Coimbra em 1593, com 54 anos de idade.

Não cremos ser descabido alvitrar que o desenho da fachada definitiva (e que foi alterada comparando-a com o projeto original), toda de mármore de Estremoz, não tivesse a mão de Filipe Tércio, se a compararmos com outras suas obras, e que devido à morte prematura de fray Vicenzo Casalle, terá sido entretanto o projeto continuado por Nicolau de Frias.

De uma pasta existente em Madrid¹¹⁰, os projetos de Spannochi e Tércio não constam desta (deveriam ser os fls. 48, 49 e 50, embora constem do índice), mas os de

¹⁰⁹ REIS, António Matos, *Filippo Terzi à luz dos documentos – A Fortaleza da Barra em Viana do Castelo*, 1987, p.21 *apud* LAVAGNINO, Emilio, *Gli Artisti Italiani in Portogallo*, Toma 1940, 9.68

¹¹⁰ BNE, sección de Belas Artes, 16-49. Um índice do *portfolio* em português, feito no século XVII, enumera 96 folhas (das quais três faltavam em 1963)

Mora ainda se conservam nela (fls. 51 a 54), bem como a planta para o mosteiro e igreja dos Cartuxos de S. Cruz de Jerusalém, em Roma. (KUBLER, 2005: 112-114)

4.1.3 – Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia

Data de 1537 a constituição de uma nova confraria em alternativa ao Mosteiro de São Salvador de Grijó, esta situada sobre a escarpa da Serra do Pilar, dominando a margem e que desde há muito estavam nas mãos dos Agostinhos¹¹¹. Adicionando-se mais terras adquiridas em 1541

foi Frei Brás de Barros (também mencionado Brás de Braga), a quem coube o início da construção de um novo convento, segundo plantas de Diogo de Castilho, compreendendo uma igreja, claustro, refeitório e uma escola. Também João de Ruão forneceu desenhos para a construção de um hospício. No entanto, a igreja aparece descrita em 1549 como tendo sido planeada por Frei Brás *«que a construiu redonda, ao estilo mais recente»*, planos estes que só veriam a sua viabilidade após 1598. A campanha do claustro que decorreu entre 1576 e 1583, havia sido realizado sob a direção de João Lopes e Jerónimo



Foto 37 - Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia (1)



Foto 38 - Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia (2)

Luís.

A historiografia refere Filipe Tércio como interveniente na planta da igreja, embora em 1598 este já tivesse falecido, precisamente em 10 de abril de 1597 em Lisboa, o que não quer dizer que esta planta já não estivesse antes feita. Pais da Silva (SILVA, 1996: 170-171) menciona-o também citando Reynaldo dos Santos, (SANTOS, 1953: 17) baseado sobretudo no cariz muito preso a convenções renascentistas desta igreja de planta circular, na senda das aparecidas em Itália pelas mãos de Leonardo da Vinci e Bramante, como a de Santa Maria Rotonda em Roma, e que em Portugal só encontra par na Igreja do Bom Jesus de Valverde, nos arredores de Évora, talvez de Manuel Pires e datada de 1564. Embora este tipo de planta fosse utilizado com grande frequência na Europa, esta solução entre nós foi inédita, e tendo em conta a complexidade e a elegância desta, poder-se-á aventar que o seu autor não terá sido português. Refere que, com base numa carta de

¹¹¹ KUBLER, 2005 : 90, *apud* MARIA, Frei Nicolau de Santa, (1668) *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes*, Lisboa

Frei Brás de Braga, quando em 1550 se fizeram alterações aos projetos iniciais de Diogo de Castilho e João de Ruão, optou-se por um muito mais amplo e que é o atual, com igreja e claustro circulares, seguindo o exemplo dos do Palácio de Carlos V em Granada, de Pedro de Manchuca.

Mesmo considerando como provável que esta igreja tenha sofrido uma intervenção posterior, talvez levada a efeito por artistas nacionais, o desenho do seu interior revela a regularidade do desenho de Tércio, visível através do risco das suas pilastras e capitéis, além de outros motivos decorativos como a abóbada, e que fazem recordar S. Vicente de Fora, sendo que o conceito espacial que a colunata jónica traduz, está mais no espírito da arte de Tércio, que na dos nossos arquitetos.

Mas uma coisa é alvitrar autorias por idiosincrasias comparativas, outra são os documentos. E neste aspeto, Eugénio Andrea da Cunha e Freitas não duvida em afirmar que o Filipe Tércio nada teve a ver com a construção desta Igreja do Mosteiro da Serra do Pilar. Consultados os livros da Receita e Despesa do Salvador, a partir de 1567, neles constam pagamentos efetuados a Jerónimo Luis e a João Lopes, Quanto a Tércio, refere-se Freitas assim:

Mas de quem seria o risco? Parece-me que tem de se afastar a autoria a Filipe Tércio: não há nos pormenorizados registos conventuais a mais pequena alusão a este arquitecto italiano, e não é de admitir que, sendo traça de obra tão importante, aqui não assistisse, e nem sequer uma vez viesse vê-la. Porque se tivesse vindo à Serra, não deixariam os *Livros da Receita e Despesa* de acusar algum gasto com essa visita. (FREITAS et al, 1984: 10)

Concluiremos então que, embora atribuído, este mosteiro agostinho da Serra do Pilar dos finais do século XVI, não poderá ter sido riscado pelo Filipe Tércio, sendo por isso obra de artistas portugueses.

4.1.4 – Convento dos Marianos de Santos em Lisboa

Foi em 1581 que o Padre Ambrósio Mariano chegou a Portugal trazendo consigo a Ordem dos Carmelitas Descalços seguidores de Santa Teresa.

O lugar de Santos revelou-se o sítio apropriado para a construção de um convento, pois aludia ao início da era cristã, ligando-se ao episódio dos Santos Mártires de Lisboa – Veríssimo, Júlia e Máximo.



Foto 39 - Convento dos Marianos de Santos (1)

Devoto de Nossa Senhora dos Remédios, iniciou-se a construção a 27 de setembro de 1606, beneficiando da doação anual de 100\$000 reis da parte de D. Filipe I que compreendeu a importância e a nobreza dos Marianos. Nos dias de hoje, está ocupado por uma “guest-house”.



Foto 40 - Convento dos Marianos de Santos (2)

Com base em notas contratuais de vários tabeliães de Lisboa, encontrou Vitor Serrão (SERRÃO, 2002: 219) ligação entre Filipe Tércio

e este Convento que, começaria a ser construído nove anos após a morte deste. Nada mais encontrámos que nos ajudasse a corroborar esta menção, abrindo-se por isso uma futura oportunidade para desbravar outros caminhos que confirmem a ligação do arquiteto com esta instituição religiosa.

4.1.5 – Convento do Desterro em Lisboa

Esta será talvez a obra menos documentada a que nos referimos, datada de 1591. Refere-a a ele George Kubler (KUBLER, 2005: 115) citando o *Guia de Portugal*, e nada mais. Pais da Silva escreve: «*Quanto à Igreja de Santa Maria do Desterro, de Lisboa, também de Baltazar Álvares, o caso é diferente: aqui o autor*



Foto 41 - Convento do Desterro em Lisboa (1)

está mais próximo de Tércio não só pela monumentalidade que imprimiu aos arcos que dão para as capelas mas também, no exterior, pela reprodução do arcaboço da igreja de S. Vicente». (SILVA, 1996: 173)

Uma explicação melhor encontramos numa Actas da Reunião Internacional de História da Medicina em Lisboa de 11 a 13 de outubro de 2001, embora não refira as fontes documentais, o que nos suscita alguma reserva. O artigo refere que o atual Hospital de Nossa Senhora do Desterro está situado no que antes foi um convento cisterciense, de onde lhe provém o nome. Este convento da Congregação de S. Bernardo ou de Alcobaça teve a sua fundação no dia 8 de abril de 1591, comprovado por uma lápide encontrada em 1970 no desativado Hospital de S. Lázaro. Embora o autor do projeto não seja conhecido, este é atribuído ou a Filipe Tércio ou a Baltazar Álvares, autor também do Convento de Santo Antão-o-Novo, atual Hospital de S. José.



Foto 42 - Convento do Desterro em Lisboa (2)

Quando às linhas arquitetónicas, este exhibe um cariz pós-renascentista, de três pisos, compreendendo um dormitório de tetos abobadados. Da portaria do convento, correspondente ao segundo piso, passava-se para o claustro quadrado, composto por quatro grandes pilares sobre os quais assentavam três arcos encimados por almofadas triangulares de mármore vermelho. Quanto à fachada principal e entrada do Convento, tinha sido projetada para albergar a igreja de uma só nave e seis capelas laterais. O interior do templo dedicado a Nossa Senhora do Desterro, nunca terá sido terminado, embora a dada altura estas obras faltosas tenham sido patrocinadas quer por D. João VI (1656-1683), quer por D. Pedro II (1683-1706), ambos devotos de S. Bernardo¹¹².

4.1.6 – Colégio de Santo Antão-o-Novo em Lisboa

Esta igreja de Santo Antão ficou destruída por força do terramoto de 1755, apenas sobrevivendo a sacristia, atualmente transformada em capela do Hospital de S. José. Esta igreja tinha sido construída entre 1613 e 1653, após cíclicas mudanças do projeto.



Foto 43 - Santo Antão-o-Novo em Lisboa (1)

As valas das fundações, assim como a primeira pedra haviam sido lançadas em 11 de maio de 1579, seguindo os alvires do Cardeal-Rei D. Henrique e de Baltazar Álvares. Os planos deste colégio eram megalómanos pela sua despropositada imponência, motivando até manifestações populares de desagrado e protesto, até os Jesuítas suspenderem a execução da obra, considerando o projeto desadequado não só para o local, como para a própria Companhia de Jesus. Ofendeu-se D. Henrique com tal crítica ao seu projeto, concedendo um subsídio anual de 400\$000 cruzados para o reatamento das obras segundo a traça original. Após a morte do rei em 1580, mandaram os Jesuítas executar um plano mais simples da autoria de um dos seus, Silvestre Jorge, entrado na Companhia em 1550 como pedreiro, tornando-se posteriormente arquiteto e construtor da mesma, sendo

¹¹² PINA, Madalena Esperança e SILVA, Susana Maia e, O Desterro de Convento Seiscentista a Hospital Civil – Quatro Séculos de História, disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4901/1/Actas%20Lx%20Desterro.pdf>. [Consulta efetuada em 28.06.2016]



Foto 44 - Santo Antão-o-Novo em Lisboa (2)

ordenado em 1575. Esta nova traça tornar-se-ia mais simples, de acordo com a intenção inaciana. Este risco de Silvestre Jorge sofreu posteriormente duas alterações, uma em 1592 por José Valeriani, arquiteto jesuíta italiano, que foi preterida a favor de uma outra da autoria de Filipe Tércio. (MARKL & DIAS, 1983: 316).

Em 1593 foram inaugurados os edifícios do colégio, apenas compreendendo uma terça parte que já estava concluída, que incluía uma igreja provisória de três naves. E foi mercê de uma avultada doação da Condessa de Linhares que permitiu a construção de uma imponente igreja que, como já referido começou a ser construída em 1613, tendo sido terminada em 1653, não se sabendo em concreto o seu autor, que poderá ter sido Baltazar Álvares, Filipe Tércio ou um outro arquiteto jesuíta (KUBLER, 2005: 108).

Decerto sabe-se que prevaleceram as alterações finais de 1592 segundo o risco de Tércio. No ano seguinte o colégio estava apto para ser ocupado, mas as obras foram interrompidas até 1601, reatando-se novamente para a construção da igreja já atrás mencionada. O orientador da obra terá sido o sucessor de Filipe Tércio como «arquiteto-mor», o beneditino Frei Leonardo Turriani (KUBLER, 2005: 166).

4.1.7 – Ermida de Nossa Senhora da Conceição em Tomar

Esta magnífica ermida construída «ao romano», foi construída primeiramente por João de Castilho e Pedro de Agorreta em 1551-1552, continuada em 1560 por Diogo de Torralva, e terminada posteriormente por Filipe Tércio¹¹³.



Foto 45 - Ermida de N.ª. Sr.ª. da Conceição em Tomar

Considerada como uma jóia do renascimento europeu pela sua intrigante perfeição, especialmente no interior, encerra uma harmonia sem par na arquitetura portuguesa e peninsular. Atribuída a Castilho com a assistência de Agorreta, com os acabamentos executados por Torralva numa primeira fase,

¹¹³ PEREIRA, Paulo, (2014) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates / Círculo de Leitores, Lisboa, p.543

a conclusão do coroamento foi da responsabilidade de Tércio que concluiu o edifício (PEREIRA, 2014 : 544).

Considerada uma obra em que se denota uma linguagem renascentista internacional, e que parece resultar da adoção de propostas eruditas com base na tratadística renascentista italiana, especialmente em modelos colhidos dos mausoléus paleocristãos romanos, constatável na edição do *De architettura* de Vitrúvio, por Cesare Cesariano, (*Vidé* gravura da Portada em Anexos), tinha sido projetado *ad initio* para mausoléu real de D. João III, acabou por não o ser por vontade da mulher e Rainha D. Catarina da Áustria que achou o panteão real do Mosteiro dos Jerónimos mais condizente com a dignidade exigida para última morada da pessoa real.

Para finalizar este capítulo, cumpre-nos esclarecer que outras obras surgem mencionadas como tendo tido a concorrência de Filipe Tércio, mas que por falta de sustentação documental credível, nos imiscuímos aqui de as mencionar.

5 – Conclusão e Considerações Finais

Finalizado este trabalho, estamos em crer ter conseguido os objectivos gisados, pelo menos ao nível do conhecimento que se nos apresentou. cremos em consciência ter contribuído com um passo mais (por pequeno que fosse no universo do que ainda há para descobrir), no acréscimo desse conhecimento dentro da temática a que nos propusemos.

Quanto às metodologias seguidas, não surgiram casuísticamente nem gratuitamente. Basearam-se em critérios de boas práticas na apresentação de trabalhos académicos similares e exemplares. Em documentos anexos, optámos por incluir alguns já transcritos e publicados, rendendo a devida vénia aos seus autores, paralelamente aos que por nós foram também transcritos e traduzidos, para que houvesse uma maior coerência a complementar o raciocínio da obra no seu todo.

Através da nossa investigação, ficámos a saber do percurso de Filipe Tércio, quer em Itália, quer em Portugal, das suas motivações (quiçá, necessidade) para vir trabalhar ao serviço de D. Sebastião, do seu infortúnio como cativo em Alcácer-Quibir e o seu regresso de volta à Coroa Portuguesa. Das obras realizadas, e algumas confirmações das que até agora lhe estavam somente atribuídas. Constatamos o reconhecimento do seu trabalho através de compensações financeiras, como de bens, assim como de títulos nobiliários. A versatilidade do seu trabalho, que se estendia transversalmente pelos vários trabalhos de engenharia e arquitectura. A verdade é que embora primeiramente contratado como engenheiro militar numa primeira fase, revelou-se mais tarde um excelente arquitecto, subscrevendo várias obras de sua autoria nos campos mais diversos. Embora vários historiadores definam o Filipe Tércio como um continuador das obras de outros, como exemplo: o Forte de Nossa Senhora da Luz em Cascais, o Forte de Santiago da Barra em Viana do Castelo, o Aqueduto de S. Sebastião, a Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa, o Torreão da Ribeira ou a finalização da Crasta Principal do Convento de Cristo em Tomar, isso – na nossa opinião – não o menospreza, tendo em consideração o contexto profissional, social e cultural envolvente à época em que os engenheiros se movimentavam, como desenvolvemos no ponto 2. deste trabalho. Temos outrossim, de valorizar que as ordens tratadísticas usadas como base na fortificação militar de Urbino, muito avançadas para a época e no contexto europeu, foram concretizadas *in loco* por Filipe Tércio, avançando posteriormente e naturalmente para um estilo “*maneirista*”, já a roçar o pré-barroquismo.

Reynaldo dos Santos dá-nos uma perspectiva que corroboramos, e que atesta até que ponto Tércio foi importante para o seu tempo, já que, sem o saber, iria fechar um ciclo. Assim, no século XVI, a influência do Renascimento italiano na arquitectura portuguesa,

evoluciona através dos escultores franceses que alguns se tornaram arquitectos: Diogo e João de Castilho ou Jerónimo de Ruão, assim como outros associados; no segundo ciclo dominam os arquitectos portugueses como o Miguel de Arruda, Diogo de Torralva que muito se inspirou em Sérlio, e Afonso Álvares. O terceiro ciclo foi o de Filipe Tércio, já de uma gritante influência italiana, e que tão bela obra nos legou. Este período intercalar, medeou os dois séculos de românico e o que se seguiu, o barroco. Facto é que excluindo as obras seguidas por Nicolau de Frias, Baltazar Álvares, que foi o arquitecto dos Jesuítas ou Diogo Marques Lucas, arquitecto dos beneditinos, um século inteiro transcorrerá, até começarmos a ver as primeiras obras do barroco.

Durante a consulta bibliográfica e electrónica desenvolvida, deparamo-nos com vários critérios de avaliação do personagem, consoante os vários autores. Se os houve simpáticos, também os houve menos agradáveis e subjetivos. Prevaleceu de nossa parte e somente, o rigor histórico e a isenção na análise, tendo em conta mais do que a subjetividade, fatos e contextos, evitando erróneos juízos de carácter, mas privilegiando o legado deixado, e obviamente as atitudes.

Concretizando estas considerações finais, e sem querermos ser juízes em causa própria, podemos adiantar que nos sentimos recompensados pelo esforço dispendido ao longo da duração deste trabalho, por tudo aquilo em que nos sentimos ressarcidos por termos levado esta nau a bom porto, pelo sorriso esboçado quando algo de novo descobrimos, pelo brilho nos olhos ao descobrir fatos inéditos, e pela convicção sincera que cumprimos os pressupostos apontados como objectivos no início deste, sempre com muito entusiasmo e alegria.

E, porque o que tem de ser, como se diz, tem muita força, permitir-me-ão o parafrasear do grande escritor e poeta argentino Jorge Luis Borges: um livro não se acaba...abandona-se!

6 – Referências bibliográficas

6.1 – Levantamento de fontes documentais utilizadas na bibliografia sobre Filipe Tércio¹¹⁴

6.1.2 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, l. 24, fl.47
ANTT, *Chancelaria de Filipe I, Doações*, l. 16, fl. 407
ANTT, *Coleção especial*, cx. 27
ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, l. 10, fl. 270.
ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, Liv. 31, fl. 11v.
ANTT, *Mitra Patriarcal de Lisboa*, Vol. 18, fl. 34
ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Lv. 6, fl. 275
ANTT, *Convento de Cristo*, Maço 29
ANTT, *Ordem de Cristo*, Liv. 47, fl. 38v
ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1ª., maço 28, Doc. 116
ANTT, *Cortes*, maço 10, doc. 74, fl. 13
ANTT, *Cortes*, maço 10, doc. 74, fl. 2
ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Liv. 4, fl. 180
ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Liv. 6, fl. 275 e 275v.
ANTT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, Lv. 9, fl. 441
ANTT, *Convento de Tomar*, mç. 29, nº. 870

6.1.3 – Archivo General de Simancas

A.G.S. M.P.&D, Mç.07, Fl.135
A.G.S. Maço 402, fol. 39
A.G.S., G.A. Maço 327 fl. 10
A.G.S., M.P. y D. VII-135 e M.P.D. 19, 130 (corte)
A.G.S. G.A., Maço 402, fl.112-115. Ainda sobre estes desenhos: maço 377, fl.28 e maço 411, fl.407
A. G. S., G.A. Maço 411, fl. 407 e plantas: M.P.& D. maço 7, fls. 135 e M.P.D. maço 19, fl. 130
A.G.S. G.A. Maço 398, MPD 12, 161 e MPD 31, 006
A.G.S. ,G.A. Maço 398, fl.149 e planta: MPD, maço 12, fl. 161
A.G.S. E, 416, MPD, 12, 166 (2)
A.G.S. G.A. Maço 256 fl. 14
A.G.S. G.A. Maço 267-250, fl. 143
A.G.S. Estado, Maço 435, fl. 195
A.G.S. G.A., Mç. 327, fl. 10
A.G.S. G.A. Mç. 411, fl.407
A.G.S. G.A. Mç. 398, fl. 149
A.G.S. E, Mç. 416, fls. 170 e 171
A.G.S. G.A. Mç. 256, fl. 14
A.G.S. G.A. Mç. 250, fl.138
A.G.S. E, Mç. 425, fls. 307 a 310

6.1.4 – Archivo di Stato de Firenze

A.S.F. *Urbino* filza. 141 carta 879
A.S.F. *Urbino*, f. 253, c.314
A.S.F. *Urbino*, f. 253, c.313
A.S.F. *Urbino*, f. 253, carta 331

¹¹⁴ Inclui as fontes inéditas consultadas pelo autor.

A.S.F. *Urbino*, f. 253, c. 332
 A.S.F. *Urbino*, f. 275, c. 580
 A.S.F. *Urbino*, f. 275, c. 752
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 163
 A.S.F. *Urbino*, f.276, c. 290 e 295
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 316 e 335
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 282
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 308
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 335
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 316
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 333
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 393
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 424
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 445
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 445
 A.S.F. *Urbino*, f. 158, c. 997
 A.S.F. *Urbino*, f. 186, c. 792
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, c. 14
 A.S.F. *Urbino*, f. 189, c. 641
 A.S.F. *Urbino*, f. 185, c. 981
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, carta 316
 A.S.F. *Urbino*, f.276, carta 335
 A.S.F. *Urbino*, f.276, carta 333
 A.S.F. *Urbino*, f. 276, carta 445

6.1.5 – Biblioteca Oliveriana de Pesaro

B.O.P. Ms. 1063_2_c.124r, Ms. 1063_2_c. 124v. e 125r, e Ms. 1063_2_c. 125v.
 B.O.P. f. 426, c. 378
 B.O.P. f. 426, c. 385
 B.O.P. f. 399, c. 88

6.1.6 – Arquivo Municipal de Vila do Conde / Cedopormar

AMVC, A-73, fl. 1-1v.
 PT, AMVC-AM / Cedopormar / DIRASS – PROJINV – NIVCQ / 3-7 / 1573 / 040, NI-21, fls.189v-191
 AMVC, NI-1709, fls. 88v, 89, 89v. e 90

6.1.7 – Biblioteca Municipal do Porto

Corpus Codicum, Vol. 4, pp.109-110

6.2 – Fontes electrónicas

ANTUNES, Tiago Molarinho, *O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar*: análise preliminar da estrutura hidráulica, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLIII, Publ. FLUC, Coimbra 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/29873> [Consulta realizada em 16/05/2016]

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, (2007) *Entre teoria e prática – A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII*, disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/271> [Consulta efetuada em 17.09.2015]

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Descrição Histórica das Margens do Tejo, Imprensa Nacional, Lisboa 1893 in Recursos digitais da BNP, p. 308, disponível em: .
http://purl.pt/6637/6/hg-7520-v_PDF/hg-7520-v_PDF_24-C-R0150/hg-7520-v_0000_capa1-capa4_t24-C-R0150.pdf [Consulta efetuada em 23/06/2016]

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, (2010) *Learning Architecture: Early Modern Apprenticeships in Portugal*, (trad. Karen Bennett) in 1st International Meeting EAHN, Guimarães, e disponível em:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/encontros/725_Conceicao_EAHN_LearningArchitecture.pdf, [Consulta realizada em 29.05.2016]

CRUZ, Carlos Luis M. C. da, s/d, *Fort of São Filipe de Setúbal*, disponível em:
http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=670 [Consulta efectuada em 10/04/2016]

ESTT-IPT – *O Aqueduto de S. Sebastião de Coimbra*, s/ autor, Disponível em:
[http://portal.estt.ipt.pt/engcivil/estt3701/Geometria%20pdf/Aquedutos%20de%20Portugal%20Pdf/Aqueduto%20de%20S.Sebasti%C3%A3o%20\(Coimbra\).pdf](http://portal.estt.ipt.pt/engcivil/estt3701/Geometria%20pdf/Aquedutos%20de%20Portugal%20Pdf/Aqueduto%20de%20S.Sebasti%C3%A3o%20(Coimbra).pdf) [Consulta realizada em 22/06/2016]

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela*, disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11712/1/Os%20Conventos%20da%20Ordem%20de%20Santiago%20em%20Palmela.pdf> apud Documentos de D. Sancho I, Coimbra, 1979: doc. 14, pp.22.24 [Consulta realizada em 22/06/2016]

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte, *Estudos de embadometria, estereometria e as ordens de arquitectura*, disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-terzi.html>. [Consulta realizada em 24/07/2016]

LOEWEN, Andrea Buchidid, *Estilo Desornamentado, Arquitetura-Chã: alguns aspectos do Renascimento na Península Ibérica*, disponível em:
<http://revistas.usp.br/posfan/article/viewFile/43745/47367>, [Consulta efectuada em 28.05.2016]

MENDONÇA, Isabel, 1992, SIPA, *Forte do Pessegueiro*, disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4092 [Consulta realizada em 09/04/2016]

Idem, MENDONÇA, Isabel, disponível em :
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4092 [Consulta realizada em 09/04/2016]

MENDONÇA, ISABEL 1992 E SEIXAS, RAQUEL 2012, SIPA, *FORTALEZA DE SÃO FRANCISCO E FRENTE ABALUARTADA DA PRAÇA DE PENICHE*, DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=4063](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?ID=4063)
[CONSULTA REALIZADA EM 12/04/2016]

Idem, disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=690 [Consulta realizada em 12/04/2016]

MILHEIRO, Ana Vaz, *Arquitectura: clarificar dois mil anos de história no Museu Machado de Castro*, Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/clarificar-dois-mil-anos-de-historia-26241240> [Consulta realizada em 13/05/2016]

MNMC, *O Edifício e as Marcas do Tempo – O Paço Episcopal*, Disponível em: <http://www.museummachadocastro.pt/pt-PT/museu/edificio/ContentDetail.aspx> [Consulta realizada em 13/05/2016]

NOÉ, Paula, 1992 / 2008, SIPA, *Forte de Santiago – Castelo de Santiago*, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2215 [Consulta efectuada em 12/04/2016]

OLIVEIRA, Catarina, 2005, DGPC, *Forte de Peniche*, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71147/> [Consulta realizada em 12/04/2016]

OLIVEIRA, Catarina, 2006, DGPC, *Forte do Pessegueiro*, incluindo a ilha do mesmo nome, abrangendo o Forte da Ilha de Dentro, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74610/> [Consulta realizada em 09/04/016]

OLIVEIRA, Catarina (2006) – *Aqueduto do Convento de Cristo*, Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70445> [Consulta realizada em 12/05/2016]

PINA, Madalena Esperança e SILVA, Susana Maia e, *O Desterro de Convento Seiscentista a Hospital Civil – Quatro Séculos de História*, disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4901/1/Actas%20Lx%20Desterro.pdf>. [Consulta efetuada em 28.06.2016]

RIBEIRO, Ruben, (2014) *A Barra da Cidade do Porto – Breves apontamentos do século XVII*, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12130.pdf>. [Consulta efectuada em 10.06.2016]

SILVA, Margarida 2004, SIPA, *Forte de Santa Catarina – Farol de Santa Catarina*, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2711 [Consulta realizada em 12/04/2016]

SML, *Igreja da Cartuxa («Scala coeli»)*, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69782> [Consulta realizada em 23/06/2016]

SOARES, Ricardo e NAVARRO, Sara, *Fortes do Pessegueiro*, s/d, disponível em: <http://fotoarchaeology.blogspot.pt/2010/09/pessegueiro.html> [Consulta realizada em 09/04/2016]

VENTURI, Luciano Baffioni, *Filippo Terzi, grande architetto del 1500*, disponível em: <http://www.lospecchiodellacitta.it/articolo.asp?tit=Aprile%202005&titolo=Aprile%202005%20/%20Lettere%20e%20Arti&id1=100&Numero=0&IDAnno=0&Azione=Find&ID=4645>, [Consulta efectuada em 11/07/2016]

6.3 – Bibliografia

ABREU, Susana Matos, (2011) *Teoria & crítica na raiz do arquitecto de matriz vitruviana em Portugal: 1521-1557 : a questão das origens entre o desígnio e a matéria*, Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto .

ALESSANDRINI, Nunziatella e CAVI, Sabina de, (2014) *A Antiga Igreja de Nossa Senhora do Loreto da Nação Italiana em Lisboa (1518-1651)* in Estudos de Lisboa nº. 11, IHA, FCSH-UNL, Lisboa

ALMEIDA, Pedro Brochado de, (2002) *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras, O Litoral em Perspectiva Histórica (Sec. XVI a XVIII)*, Instituto de História Moderna, Porto

ÁLVAREZ, Fernando Bouza (org.), (1998) *Cartas para Duas Infantas Meninas – Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as suas Filhas (1581-1583)*, Publ. Dom Quixote, Lisboa

- ALVAREZ, Giulio Bresciani, (1965) *Atti del XI Congresso di Storia dell' Architettura*, 6-13 de Março de 1959, Ed. Centro di Studi per la Storia dell' Architettura, Roma
- ARCHIVO BIBLIOGRAPHICO da Biblioteca da Universidade de Coimbra (s/a) (1901), Ed. Imprensa da Universidade, Coimbra
- AZEVEDO, José de, (s/d) *Subsídios para a História do Aqueduto de Vila do Conde*, Ed. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Póvoa de Varzim e Vila do Conde
- BISPO CONDE, D. FRANCISCO, (1839) *Lista de Alguns Artistas Portuguezes*, Imprensa Nacional, Lisboa
- BATELLI, Guido, (1929) *Filippo Terzi – Architetto ed Ingegnere Italiano in Portogallo*, Separata da Revista Biblos, Vol. V, nºs. 7 e 8, Coimbra Editora, Coimbra
- BATTELLI, Guido e COELHO, Henrique Trindade, (1935) *Filippo Terzi Architetto e Ingegnere Militare in Portogallo (1577-97)*, Alfani e Venturi
- BATTISTI, Engénio, (1984) *O Renascimento e Maneirismo*, Ed. Verbo, Lisboa
- BOIÇA, Joaquim M.F., (2011) *As fortificações na costa de Cascais (séculos XV-XX)* in Revista Monumentos, Nº. 31, Ed. IHRU, Lisboa
- BOUZA, Fernando, (2010) *D. Filipe I*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa
- BRITO, A. da Rocha, (1947) *Filipe Tércio e a Ponte Real de Coimbra* in Arquivo Coimbrão, Vol. X, Coimbra 1947
- CALADO, Mariano, (1991) *Peniche: na história e na lenda*, 4ª. Edição, Leiria
- CÁMARA, Alicia, (1998) *Fortificación y Ciudad en los reinos de Felipe II*, Ed. Nerea, Madrid
- CHECA, Fernando, (1992) *Felipe II Mecenas de Las Artes*, Ed. Nerea, Madrid
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares (2015), *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*, Nota de Rodapé Edições, Paris
- CONTI, Flavio, (1999) *Como Reconhecer a arte do Renascimento*, Ed. 70, Lisboa
- CORREIA, Joaquim Manuel da Silva e GUEDES, Natália Brito Correia, *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, Livros Horizonte, Lisboa
- CORREIA, José Eduardo Horta, (1991) *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Ed. Presença, Lisboa

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, (2002) *O Renascimento em Coimbra – Modelos e Programas Arquitectónicos*, Vol. I, Coimbra. Tese de Doutoramento apresentada à FLUC na especialidade de História da Arte

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, (2009) *Arte Portuguesa – A Arquitectura “ao romano”*, Vol. 9 in RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX*, Fubu Editores, Lisboa

DIAS, Pedro, (s/d) *Coimbra – Guia para uma Visita*, Ed. Epartur, Coimbra

FERREIRA, Mons. J. Augusto, (1923) *Villa do Conde e seu Alfoz*, Ed. Marques Abreu, Porto

FRANÇA, José-Augusto, (1994) *Tomar*, Ed. Presença, Lisboa

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, VILA, Romero, GONÇALVES, A. Nogueira, (1984) *O Mosteiro da Serra do Pilar*, Ed. Gab. De Hist. E Arqueologia de V.N.de Gaia, CMVNGaia

GRAÇA, Luis Maria Pedrosa dos Santos, (1991) *Convento de Cristo*, Ed. Maфра:Elo, Lisboa

GUIMARÃES, Bertino Daciano R.S. e FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, (1953) *Subsídios para uma Monografia de Vila do Conde*, 1º. Volume, Ed. Junta de Província do Douro Litoral, Porto

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA BRASILEIRA, Vol. 31, Ed. Enciclopédia, Lisboa – Rio de Janeiro

GUERRA, Luis de Figueiredo da, (1880) *História da Cidade de Viana do Castelo extrahida dos documentos exixtentes na Camara Municipal do dito concelho e vários outros particulares coligidos por...* Manuscrito existente no Arquivo Histórico Municipal de Viana do Castelo e publicado em folhetim na «Aurora do Lima».

GUERRA, Luis de Figueiredo da, (1895) *Archivo Viannense*, Volume I (1891-1895), Viana do Castelo

GUIMARÃES, Vieira, (1931) *O Claustro de D. João III em Thomar*, Ed. Pátria, Gaia

HAUPT, Albrecht, (1910) *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Ed. J.Rodrigues, Lisboa

- KUBLER, George, (2005) *A Arquitectura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Ed. Nova Veja e Herdeiros do Autor, Lisboa
- MARKL, Dagoberto L., e DIAS, Pedro, (1983) *A Arquitectura e a Escultura Renascença e Maneirista* in SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, Vol. 4, Ed. Alfa, Lisboa
- MARKL, Dagoberto, (1986) *História da Arte em Portugal – O Renascimento*, Vol. 6, Ed. Publ. Alfa, Lisboa
- MOREIRA, Rafael, (1983) *O Torreão do Paço da Ribeira*, Revista Mundo da Arte, separata do n.º 14, Lisboa
- MOREIRA, Rafael, (1986) *A Arquitectura Militar in História da Arte em Portugal*, Vol. 7, Ed. Alfa, Lisboa
- MOREIRA, Rafael, (1989) *Portugal no Mundo – História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publ. Alfa, Lisboa
- MOREIRA, Rafael, (1998) *Um Tratado de Arquitectura do Século XVI (1576-1579)*, in Colectânea de Estudos – Universo Urbanístico Português 1415-1822, Ed. CNCDP, Lisboa
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, (1889) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª Parte, Tomo V, Lisboa
- PEREIRA, José Costa (coord.) et all, (1985) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, Publ. Alfa, Lisboa
- PEREIRA, Paulo, (2006) *História da Arte Portuguesa – Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)*, Vol. 06, Lisboa
- PEREIRA, Paulo, (2014a) *Renascimento – Decifrar a Arte em Portugal*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa
- PEREIRA, Paulo, (2014b) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates / Círculo de Leitores, Lisboa
- PINTO, Ana Lúcia, MEIRELES, Fernanda, CAMBOTAS, Manuela Cernadas, (2006) *História da Arte ocidental e portuguesa, das origens ao final do século XX*, 2.ª. Edição, Ed. Porto Editora, Porto

POLÓNIA, Amélia, (1999) *Vila do Conde um Porto Nortinho na Expansão Ultramarina Quinhentista*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RAMALHO, Margarida de Magalhães, (2011) *A Defesa de Cascais*, in Revista Monumentos N.º. 31, Ed. IHRU, Lisboa

REIS, António Matos, (1987) *Filippo Terzi à Luz dos Documentos – A Fortaleza de Santiago da Barra em Viana do Castelo*, Viana do Castelo

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, (1996) *Manuel Fernandes da Silva – Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*, Ed. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão :4, Porto

REIS, António Matos, (1987) *Filippo Terzi à Luz dos Documentos – A Fortaleza da Barra em Viana do Castelo*, Viana do Castelo

RIBEIRO, José António Salazar, (2014) *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde*, Trabalho académico no âmbito da UC de Arquitectura Contemporânea, Espaço Urbano e Intervenções no Património, FLUP, Porto

SANTOS, Reynaldo dos, (s/d) *Oito Séculos de Arte Portuguesa – História e Espírito*, 2.º. Volume, Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa

SANTOS, Reynaldo dos, (1951) *A Vinda de Filipe Tércio para Portugal* in Belas Artes, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, n.º. 3, 2.ª. Série, Lisboa

SANTOS, Reynaldo dos, (1953) *História da Arte em Portugal*, Vol. III, Porto

SENOS, Nuno, (2002) *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Ed. Notícias, Lisboa

SEQUEIRA, Gustavo Matos, (1942) *Felipe Terzi e a Igreja Lisboeta de Nossa Senhora do Loreto* in Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes X, Lisboa

SEQUEIRA, Gustavo Matos, (1949) *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém*, Vol. 3, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa

SERRÃO, Joel, (dir.) (1971) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, Iniciativas Editoriais, Lisboa

SERRÃO, Vítor, (1986) *História da Arte em Portugal – O Maneirismo*, Vol. 7, Publ. Alfa, Lisboa

- SERRÃO, Vítor, (2002) *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*, Ed. Presença, Barcarena
- SILVA, Jorge Henrique Pais da Silva, (1996) *Estudos sobre o Maneirismo*, 3ª. Edição, Ed. Estampa, Lisboa
- SOROMENHO, Miguel, (1995) *Do Escorial a São Vicente de Fora*, Revista Monumentos, Ed. DGEMN, Lisboa
- SOROMENHO, Miguel, (1999) *As possíveis fontes tipológicas da fachada da Igreja*, in Revista Monumentos Nº. 10, Ed. DGEMN, Lisboa
- SOROMENHO, Miguel, (2006) *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), Vol. VI, *Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa
- SOROMENHO, Miguel, (2009) *A Arquitectura do Ciclo Filipino*, in *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX*, Fubu Editores SA, Lisboa
- TEDESCO, Giovanni Battista, (2011) Nicolau Nasoni – Formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723), Tese de doutoramento em História de Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, (1999) *O Urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*, Ed. Livros Horizonte
- TEXEIRA, Pedro, (1634) *El Atlas del Rey Planeta – La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, Ed. Nerea (2002), San Sebastian, Espanha
- VASCONCELLOS, António Garcia Ribeiro de, (1844) *A Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão / Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*, Vol. II, Ed. Imprensa da Universidade, Coimbra
- VASCONCELLOS, Padre Dr. Ribeiro de, (1894) *Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão*, Vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra
- VITERBO, Sousa, (1922) *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa
- VOLPE, Gianni, (2002) *Della Rovere nell' Italia delle Corte – Luoghi e Opere d' Arte, Filippo Terzi architetto delle fabbriche ducali*, Ed. QuattroVenti, Urbino

Anexo 1: Documentos	Pág.
Doc. Nº. 1 – História de Pesaro (inédito - traduzido).	123
Doc. Nº. 2 – Carta de Filipe Tércio à Madre Abadessa do Mosteiro do Corpo de Cristo em Pesaro (publicado - traduzido).	125
Doc. Nº. 3 – Carta de mercê do Cardeal D. Henrique a outorgar tença e hábito de Cristo a Filipe Tércio (publicado).	127
Doc. Nº. 4 – Cartas do Duque de Urbino ao Embaixador Católico em Roma e a Filipe Tércio (publicado - traduzido).	128
Doc. Nº. 5 – Carta de nomeação como mestre das obras do Convento de Tomar (publicado)	129
Doc. Nº. 6 - Alvará de nomeação como « <i>mestre de todas as minhas obras que se fizerem à custa da minha fazenda</i> » (publicado)	130
Doc. Nº. 7 - Alvará real para o juiz de fora mandar fazer demarcação, Medição e tombo de todos os bens e propriedades da comenda de Santa Luzia (publicado)	131
Doc. Nº. 8 – Alvará de mercê a Diogo Marques Lucas para aprender arquitetura (publicado)	132
Doc. Nº. 9 - Mercê de 300 cruzados a Filipe Tércio, em bens tomados para a Fazenda Real (publicado)	133
Doc. Nº. 10 – Carta do Conde de Fuentes ao Rei sobre o Forte de S. Filipe de Setúbal (inédito – traduzido).	134
Doc. Nº. 11 – Carta por mando do Conde de Portalegre ao Rei acerca do Forte de S. Filipe de Setúbal (inédito – traduzido)	135
Doc. Nº. 12 – Carta do Conde de Portalegre D. João da Silva ao Rei Filipe I, sobre o Forte da Cabeça Seca (inédito – traduzido)	136
Doc. Nº. 13 – Carta do Rei a Filipe Tércio sobre o Forte de Santiago (inédito – traduzido).	137
Doc. Nº. 14 – Carta de Pedro Bermudez ao Rei sobre o Forte de Viana (inédito – traduzido)	138
Doc. Nº. 15 – Carta do Rei sobre as obras da Ponte Real de Coimbra e o lançamento da finta (publicado)	139
Doc. Nº. 16 - Contrato da crasta do Convento de Tomar (publicado)	141
Doc. Nº. 17 – AMVC, NI-1709 – Cofre do Sobejo das Sizas 1592 (inédito).	144
Doc. Nº. 18 – Cartas do Duque de Alba ao Rei Filipe II (inédito – traduzido).	145

Doc. Nº. 1

s/d

Historia de Pesaro – Terzi Cav. Filippo – Ingeniere ed Soldado Excelente

B.O.P. - Ms. 1063_2_c.124r, Ms. 1063_2_c. 124v. e 125r, e Ms. 1063_2_c. 125v.

Crónica de L. Zacconi sobre o percurso de vida do Filipe Tércio

O Cavalheiro Filipe Tércio condecorado pela Ordem da Cruz de Cristo de Portugal, sabe-se que não teve a sua origem em Pesaro, mas em Bolonha, como bem avisa Antonio Masini na [...] Bolonha Perlustrada (obra do Massini) [...] ao Alessandro Allegruccio Notário de Pisa num [...] de Junho de 1570, foi todavia Nobre Pesarense inscrito no seu Conselho no ano de 1571, como bem se conhece do Espelho dos Conselheiros de Pesaro do ano de 1580.

Atribui-se a este entre outras ciências a Arquitetura, o seu Duque Guidobaldo Della Rovere Senhor tão iluminado, e de um gosto assim refinado em todas as coisas. As belas artes, são de opinião, que o chamasse a si, para querer servir-se dele na qualidade de Arquiteto e de Engenheiro, não só para si, mas ainda pela Duquesa Vittoria Farnese sua Consorte.

Ao Tércio fazem grandíssima honra dois testemunhos, em do Gallucci no seu Panegírico de [...] e o outro do Vincenzo Scampoli no seu Discurso Apologético pela Milícia Eclesial em 167. As palavras do primeiro são iguais aos dos outros tendo em comum as armas e o engenho que foram igualmente engenheiros e soldados de valor singular, e entre estes o Filipe Tércio em Portugal muito querido ao Rei D. Sebastião, que morreu em África contra os Mouros.

O Scampoli deixou escritas estas precisas palavras:

Aquele Filipe Tércio, que arrolou-se em Portugal e em África como veríssimo triário¹¹⁵ e foi assim aceite na profissão pelo Rei Sebastião, quanto nunca foi o Pollione para o Augusto, e teve fama na Mauritânia onde combateu com o seu Senhor, fazendo custar o seu sangue a caro preço de imensas vidas Maometanas, no fim por acerto do destino morreu, faltou cada vez o nome de vitorioso e invicto, Porque a Coroa desta vitória diz o Hector no Homero dá-vos a própria vida daquele soldado que espalha vigorosamente em batalha o próprio sangue. A passagem do Tércio para Portugal à volta de 1578, e as suas aventuras militares podem ver-se no capítulo 11. Da terceira parte, onde o Cav.ro Gallucci acima mencionado trata dos milagres feitos em comum pelas duas beatas Felice e Serafina, Mulher do Alessandro Sforza. Depois estão reportadas duas cartas do Tércio, nas quais nos é oferecido um precioso relatório dos vários acidentes da sua vida e nos vem dito, que do seu desenho e disposição foram posicionadas no seu lugar as duas arcas de mármore na Igreja Interior do Corpus Dei para a B.B. Felice e Serafina, das quais tive a graça, que se fala naquelas compridas cartas reportadas por mim no meu abecedário arquitetónico, quando aí mencionei o Tércio para gb. As cartas foram impressas pelo Gallucci a _57: e fazem sair as lágrimas em sentir as misérias, onde se encontrava este Cavalheiro escravo dos Turcos, e a sua libertação por lhe terem aparecido estas beatas para o tirar desta escravidão. Podem bem imaginar, quanto esperasse o Tércio em favor da Cristandade fabricando fortalezas e fazendo mil obras naqueles Conventos fechados, dos quais agora se perdeu a memória. Aqui em Pesaro conta o Cav.ro Zacconi naquele Capítulo dos lugares deliciosos feitos pelos soberanos Duques em Loria Curina, agora Magazeno, em que a obra do Teatro Público foi começada pelo Duque Guidobaldo em 1541 segundo o modelo e desenho do Senhor Filipe Tércio Engenheiro por ele muito amado, e em tal profissão muito experimentado.

Se isso fosse verdade, como não me parece haver dúvida, sabemos o tempo aproximadamente em que o Tércio veio para Pesaro e começou a trabalhar para o embelezamento da cidade. No ano de 1564 foi ampliada a Praça de Pesaro com [...] no chão.

¹¹⁵ Combatente de terceira linha;

As casas do Marquês Del Monte, do que se falam vários números públicos documentados ao longo daquele ano.

Estimo, que também nesta obra o Tércio teria algum encargo, como teve certamente aquela de fazer a linda e bem-disposta fachada da “*Loggeria*” Ducal na praça em frente à Corte, nas casas que agora são do Hospital dos Marqueses de Baviera; A qual fabrica dá muito brilho para toda a praça, ou para a cidade inteira por ser feita perfeitamente como colina na mais elegante regra de arquitetura.

Se tudo isto fosse verdade, e que me foi comunicado pelo doutíssimo meu bom patrão e amo Doutor Cosimo Betti de Orciano já tenente aqui em Pesaro, e agora auditor em Génova, ele assegura-me que vem comprovado por documentos públicos existentes na Secretaria do Prior daquela ilustre terra, o magnífico e bem ordenado Campanário de Orciano foi obra e desenho do Tércio, antes da sua estadia em Portugal. Muitas mais coisas com certeza ele terá feito, porque esteve por muitos anos ao serviço de Filippo II Rei de Espanha e Portugal na qualidade de seu arquiteto maior por todo o tempo da sua vida que se prolongou depois de muitos desastres sofridos nas guerras e na escravidão até ao dia 10 do Mês de Abril de 1597, como encontrei anotado nos nossos Livros Públicos com estas palavras: (Dnus) Philippus Terzius X Abril 1597 obit Lisboa Arquiteto major do Reino Católico. Teve dois filhos o Cav.ro Alfonso condecorado pela mesma Ordem da Cruz de Cristo, e Taddeo que aqui a seguir irei mencionar.

Tanto do Cav.ro Filippo, como do Cav.ro Alfonso, como foram honrados pela Cruz de Portugal, fez palavra Lodovico Agostini ba sua VI Giornata Soriana no fim.

Doc. Nº. 2

1579, Março, 23

Carta de Filipe Tércio para a Madre Abadessa do Mosteiro do Corpo de Cristo em Pesaro
GALLUCI, Agostino, *Vita delle Sante Felice e Serafina*; Ingolstad 1637, pp. 248 e segs.¹¹⁶

À M. R. MADRE ABADESSA E IRMÃS EM CRISTO, AS FREIRAS DO
MOSTEIRO DO CORPO DE CRISTO EM PESARO, MINHAS
SENHORAS.

Da Corte de Portugal em Lisboa,
23 de março de 1579

Nesta minha servidão régia, tive por momento principal a guerra de África, na Barbária, onde se deu o infeliz e repentino feito de armas com a morte daqueles três Reis de coroa¹, Duques e Marqueses, Condes e outros homens não comuns, como o mundo o sabe; e aqueles que viveram e mal viveram e que não foram feridos, foram aprisionados pelos inimigos, e verdadeiramente cruéis inimigos de nós, cristãos, que na verdade a nação turca não é tão cruel quanto o são aqueles cães.

Quis Deus, em tal horrível tempestade de artilharia, de arcabuzadas e de ferro, preservar-me, desde que eu fizesse cada obra da minha parte, fosse para cumprir as minhas obrigações, como para terminar a vida, e não ficar, como fiquei, no número dos mal vivos, feridos e prisioneiros dos inimigos, com aquela má vida e paixão de ânimo que pode ocorrer a um homem infeliz, pela suspeita que teria que ficar sempre escravo, com as diligências que fazia o novo Rei dos Mouros² para ter-me nas suas mãos; de modo a que melhor teria sido a morte que encontrar-me naqueles termos em que me encontrava.

Ao oitavo dia, depois deste infeliz sucesso, tendo eu já melhorado das feridas, tratado com sumo de ervas e sal, tiraram-me de Alcassaro³ e conduziram-me a Tetuão, que por mar dista três milhas, e por terra cheguei à terra do meu Rei⁴, em cujo local me venderam a quatro judeus, trinta e dois escudos; e eu, pelo cerco que me faziam as pressões do seu Rei, rendi-me, para não ser conhecido. Entretanto negocieei com os Judeus, e dando-lhes cem ducados, fizeram-me em conjunto com o Mouro, a quantia de 200, e oferecida a fiança com letras de câmbio para assegurar os ditos dinheiros⁵, estava à espera, assim como muitos outros esperavam, da licença do Rei deles para me ir para terra de cristãos. Com isto alongando-se no tempo, e chegado a 20 de fevereiro, fui um dia denunciado ao alcaide, que é o governante da dita Tetuão, talvez por um mau cristão, o qual (se bem que tudo negou) para se assegurar, fez pôr-me os ferros, e tinha-me nos cepos dia e noite com bons guardas, fazendo encontrar todos os italianos que lá estavam, para aí me descobrirem. Ora vejam vossas Reverências a que termos estava reduzido, que na verdade das coisas porque passei, como eu disse, nenhuma me passava mais pela alma do que esta, pensando que deveria viver estes poucos anos para fazer fortalezas contra os Cristãos, uma vez que me queriam para Arace⁶.

Enquanto estava em tanto desagrado, e que do Rei se aguardavam os delegados para me conduzirem até lá, decidi tentar a fuga, por meio de dois escravos, velhos de muitos anos, que eu já tinha feito resgatar, e depois de ter acordado com eles sobre o modo como se devia fazer e do tempo, que foi no dia de S. Matias⁷; o dia seguinte, que era o designado, chegada a hora, estava com o ânimo ambíguo pensando no grande suplício que iria padecer se não fosse bem-sucedido o plano, e que por isso

¹¹⁶ Esta carta aparece descrita na obra de BATTELLI & COELHO 1935: 3;

não me conseguia decidir, e a hora designada era chegada, onde perdia a ocasião e a comodidade.

Neste ponto e momento apareceram-me aquelas santas Freiras⁸ - e juro-Lhe que desde que estou fora da pátria e com tantos trabalhos passados, nunca me lembrei nem tampouco tinha pensado nelas, - e foram as nossas beatas Felice e Serafina, precisamente na disposição em que se encontravam na igreja enquanto eu as acomodava, como o sabem V. R., e disseram-me: «segue o teu pensamento, que agora te favorecerá a servidão prestada ao nosso mosteiro de Pesaro». Pelo que agradei a Deus bendito é às Beatas, e com o maior ânimo do mundo fui até ao local designado, que era próximo, e aí fiquei oito dias sob a palha, recebendo víveres dos dois escravos supracitados, e enquanto estive lá, e na descida de noite pelas muralhas e pelo caminho até Ceuta, estive sempre voltado com o coração a Deus, e com as Beatas na minha mente, como as terei eternamente.

Assim me conduzi à terra dos Cristãos, fiquei livre das mãos daqueles cães, e louvei a Deus, e agradei àquelas santas Freiras, às quais estou agradecido por tal, que à primeira ocasião darei a minha particular devoção.

No entanto não quis deixar de Lhe dar conta em particular, por meio deste correio, que o Rei meu Senhor⁹, manda em todos estes países, e para suplicar a V. R. Que ao ter esta minha (carta) me ajude a rezar a Deus e a dar graças àquelas Santas Freiras. E com reverência beijo-Lhe as devotas mãos.

Dev. Servidor
Filipe Tércio

1 Alude à batalha de Alcácer Quibir (4 de agosto de 1578) onde morreram o Rei Don Sebastião, o Sultão de Marrocos Mulei Maluc, e o pretendente à sua coroa, Mulei Mahomed, aliado dos portugueses, que vendo a derrota destes se pôs em fuga e afogou-se no rio Macassin.

2 Ahmed, irmão de Mulei Maluc.

3 Alcácer Quibir, onde se deu a batalha.

4 Ceuta, que nesse momento pertencia aos portugueses.

5 A quantia foi paga pelo Tesouro Real, por ordem do Cardeal Rei D. Henrique, tio e sucessor de Dom Sebastião. «Tereis cuidado à lembrança de mandardes saber de Felipe Tercio, que é um engenheiro italiano, que ia no exército do Senhor Rei, meu sobrinho, que Deus tem, e fareis resgatar logo, porque é homem útil, e que convem para o serviço da sua profissão». Também Bernardo Maschio, Embaixador do Duque de Urbino em Madrid, assegura, com carta de 14-X-1578, «que à quantia destinada ao Sr. Filipe Tércio foi dada imediatamente provisão». (Urbino, Fila 274, carta 75)

6 El Arisch, fortaleza na costa marroquina, cujas obras o novo sultão teria de bom grado entregue a Tércio.

7 24 de fevereiro

8 Beata Felice, fundadora do Convento do «Corpus Domine» em Pesaro, e beata Serafina, freira do mesmo convento, e cujos corpos estiveram longamente expostos à veneração dos fiéis na igreja do Mosteiro, sob os altares e nas urnas desenhadas por Tércio, e mais tarde foram transportadas para o *Duomo*, onde se encontram até hoje.

9 O Cardeal Henrique, já lembrado

(*) Esta carta aparece descrita na obra de BATTELLI & COELHO 1935 : 3

Doc. N.º 3

1579, Junho, 27

Carta do Cardeal D. Henrique concedendo a Filipe Tércio uma tença anual de 20\$000 rs, e o hábito de Cristo

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 4, fl. 180

«Dom Enrique &c. como gouernador &c. faço saber aos que esta carta virem que auendo eu respeito ao bom seruiço que Felipe Tercio, engenheiro italiano, fez ao senhor Rei meu sobrinho, que Deus tem, na jornada dafrica e aos muitos perigos que se na dita jornada pos e ser nella captiuo, ey por bem e me praz fazerlhe merce de XX rs de tença em cada hum anno com o abito da dita ordem que já tem, os quaes terá e avera de minha fazenda do primeiro dia do mês de janeiro do ano que vem de mil bc e oitenta em diante e serlheã pagos no meu thesoureiro mór ou quem seu cargo servir. E portanto mando aos vedores de minha fazenda lhe fação assentar os ditos XX rs no Liuro da Fazenda da ordem e de janeiro do ano que vem em diante levar cada ano no caderno das tenças do abyto para lhe serem pagos no meu thesoureiro mór e por quanto eu lhe fis esta merce aos vinte e sete dias do mês de maio deste presente ano de jbc lxxix do qual dia em diante lhe pertence aver a dita tença mandei pagar per hum meu aluara ao dito Felipe Tercio em Sebastiam Pirez da Gama que serue de meu thesoureiro mór doze mil rs que lhe montã aver des os ditos vinte e sete dias de maio ate finz de dezembro deste presente anno a respeito dos ditos XX rs por ano. E per firmeza de tudo lhe mandei dar esta minha carta de padrão por mim asinada e asellada do selo pendente da dyta ordem. Simão Borrallho a fez em Lisboa aos xxbij dias do mês de junho anno do nascimento de nosso senhor Jhuu Xpo de j bc lxxix. Eu Bertolomeu Froez a fiz escrever».

Nota: Esta carta de mercê encontra-se também transcrita em VITERBO, 1922 : 94

Doc. Nº. 4

s/d

Cartas enviadas pelo Duque de Urbino ao Embaixador Católico em Roma e a Filipe Tércio acerca do estojo de desenho

B.O.P. f. 399, c. 88

Embaixador Católico,

O Cav.ro Filipe Tércio, engenheiro de S.M. em Portugal, que foi criado nesta casa, tinha-me pedido a mim que instrísse o seu filho para mandar fazer uns compassos de desenho e outros ferros para o Sereníssimo Cardeal Alberto, Arquiduque de Áustria, e sabendo do mestre que os faz que não poderia ser servido senão com muita dificuldade e com muito tempo, pelo desejo que tenho de satisfazer aquele Príncipe, também nas pequenas coisas e na singular observância da minha servitude, decidi enviar-lhe algumas peças que tinha comigo, e porque noutras vezes que precisei de enviar alguma coisa para aqueles lugares, chegava sempre mal e atrasada, movido pela sólida confiança que sei poder ter na cortesia de V.E. venho pela presente suplicar que me faça o favor dessa graça, de enviar-lhe e boa entrega, na primeira ocasião que ocorrer, e que para tal efeito deixo das suas mãos, o qual desejo que me desculpe pelo incómodo, atribuindo a tudo o grande desejo que tenho de servir sempre V.E. para coisas maiores; e com o beijar-lhe a mão, rezo que Deus conceda para si contentamento e compita felicidade.

FRANCISCUS MARIA DUX.

Cav. Filipe Tércio,

Tendo entendido que o vosso filho tratava de mandar fazer um estojo para o Sereníssimo Cardeal Alberto Arquiduque de Áustria, e sabendo que não iria conseguir obtê-lo se não com dificuldade e tempos longos, decidi-me de enviar-vos um que tinha, espero que goste a oferta da minha parte, e irei ficar muito contente ao saber que também terá ficado satisfeito e que tudo se tenha realizado conforme o seu desejo e gosto. Desejo pois, que nesta ocasião rendais um amplo testemunho a S.A. do meu singular resguardo e minha servitude para com ele, e do desejo afetuoso que tenho de ser alguma vez favorecido por algum seu mandamento, para poder demonstrar-lhe com fatos, e com certeza aspiro muito em vir a ser um Príncipe de qualidade como ele, e por muito mérito e valor que pertence à Sereníssima sua pessoa, pela qual não existirá ninguém que o supere em devoção, e não deixareis de representar este meu afeto na forma que da vossa muita benevolência prometo que realmente este encargo será de muito prazer.

Eu sei que a minha boa vontade vos é bem conhecida e não precisa que diga mais nada, mas restando com o desejo que possa exercita-la em coisas que sejam de satisfação, vou acabar, rogando a Deus que vos faça sempre contentes.

FRANCISCUS MARIA DUX.

Doc. Nº. 5

1584, Janeiro, 22

Carta de Filipe I com a mercê do ofício de mestre-de-obras do Convento de Tomar
ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 6, fl. 275 e 275v.

«Dom Felipe &c. como gouervador etc. faço saber aos que esta minha carta virem que auendo eu respeito a notoriedade da suficiêcia que frei Felipe Terci caualeiro professo da dita ordem e meu engenheiro tem na arte da architectura, ey por bem e me praz de lhe faser merce do officio de mestre de obras do conuento da uilla de Tomar, com o qual officio terá e auera em cada hum anno o mantimento e ordenado e mais proes e percalços asi e da maneira que as pessoas que antes delle tiueram o dito officcio por cartas dos reis destes regnos meus predecessores de gloriosa memoria, a qual merce lhe asi faço com declaração que quando no dito couento ouuer obras correntes, sera elle frei Felipe Terci obrigado a residir na dita villa e, não as auendo, uesitara as obras cada anno por três vezes. E portanto mando aos deputados do despacho da meza da Consciencia e ordens e ao dom prior do convento de Thomar da dita villa e a quaesquer outros officiaes e pessoas, a que esta minha carta for apresentada e o conhecimento della pertencer que ajam daqui em diante ao dito frei Felipe Terci por mestre do dito conuento que lhe façã pagar seu mantimento e ordenado e mais cousas que com o dito officio lhe diretamente pertencerem sem lhe a iso ser posto embargo nem contradicção alguma, porque asi he minha merce. Dada na cidade de Lisboa a xxii dias de janeiro – Vicente Monis a fez – ano do nascimento de noso senhor Jhuu Xpo de j bc lxxxiiii. E eu Anrique Camelo a fiz escreuer».

Nota: Esta carta de mercê encontra-se também transcrita em VITERBO, 1922: 96

Doc. N.º 6

1590, junho 28

Alvará de nomeação como «*mestre de todas as minhas obras que se fizerem à custa da minha fazenda*»

ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, lv. 24, fl. 47

«Eu elRey faço saber aos que este aluará virem que avendo respeito aos seruiços que me tem feitos filipe tercio meu Architecto e engenheiro e a sua sufficiência e boas partes á boa conta que de si tem dado nas cousas de sua proffissão em que me serue ey por bem e me praz de lhe fazer merce do cargo de mestre de todas as minhas obras que se fizerem a custa de minha fazenda para que o tenha a sirua assy e da maneira que o seruio Antonio rōiz per cujo falecimento vagou, e isto em quanto eu o ouuer por bem e não mandar o contrário e cō declaração que o dito filipe tercio não entenderá se não naquelas obras que eu mandar e ouuer por bem cō o qual offício terá e averá o ordenado que lhe será declarado por outra minha provisão que será outro tanto como cō elle tinha o dito Antonio rōiz, e mando a gonçallo piz carualho fidalgo de minha casa provedor de minhas obras que lhe de a posse do dito officio e lho deixe servir e aver o dito ordenado e todos os prois e percalços que lhe diretamente pertencem dandolhe primeiramente juramento dos evangelhos que o sirua bem e verdadeira (sic) guardando em tudo meu seruiço e as partes seu direito, da qual posse e juramento se fara assento nas costas deste que ey por bem que valha e eu Duarte correa o fiz em lix^a. a xx biij de Junho de mil bc l R e esta merce fiz ao dito felipe tercio ao primeiro de março deste anno e eu lopo soares o fiz escreuer»

Doc. Nº. 7

1593, abril 28

Alvará real para o juiz de fora mandar fazer demarcação, medição e tombo de todos os bens e propriedades da comenda de Santa Luzia.

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, lv. 10, fl. 270

«Eu ElRei &c. como gouernador &c. faço saber a uos juis de fora da uila de Trancoso que auendo eu respeito ao que na pitição atras escrita diz frey Filipe Tercio, caualeiro professo da ditta ordem, comendador da comenda de Santa Lusua extramuros da ditta uila, e visto o que alega ei por bem e me pras que façais demarcação, medição e tombo de todos os bens e propriedades que estiuerm em uossa comarca que pertencerem a dita comenda, e ei por bem que seja escriuão do dito tombo hum dos escrivães que comuosoq seruem qual uos melhor parecer, pelo que uos mando que uades em pessoa a pegar e uer os ditos bens, propriedades, sendo presente o dito escriuão sendo as partes a que toquar citadas e requeridas para a ditta demarcação e os ouuireis sobre isso com o procurador do ditto frei Filipe Tercio e assim tomareis verdadeira imformação dos lugares por onde os ditos bens correm e porpriedades partem e demarquarão asim por testemunhas antigas dynas d fee com juramento como per tombos e escrituras se os ai ouuer e disto tudo fareis loguo medir e demarquar per marquos e deuisoms aquelas cousas em que não ouuer duuida e de que as partes forem contentes e no que a ouuer detriminareis o que for justiça, dando apelação e agrauo nos casos em que couber e da midição e demarcasão que asim fazerdes fareis autos publicuos com declarasão das propriedades que forem e das pessoas que as trazem e em coamtas uidas e por que titulo lhe são fatiozim ou uidas e dos foros e direitos que delas pagam e a quem e como e dos lugares aonde estão e com quem partem e confrontão e com todas as outras declarações necessárias para o que uereis as escreturas dos bens da ditta comenda e das partes e quaisquer outras que necessárias forem e se para o cazo desta demarcasão for citado alguém pera ser parte per este dou pera iso licença, nos coais autos uos asinareis com as partes e testemunhas que estiuerm presentes pelos ditos autos. E conforme a eles fara o dito escriuão hum liuro de tombo de todos os ditos bens e propriedades e da midição e demarcasão deles, as folhas do qual serão todas numeradas e asinadas por uos; no fim do qual fareis hum asiento, em que declareis quantas folhas forem e comesão todas numeradas e asinadas por uos, o qual liuro do ditto tonbo mandareis dar e entregar ao procurador do ditto frei Filipe Tercio pera o ter em toda a boa guarda, e querendo algumas partes os treslado que a elas tocar dos ditos autos lho mandareis outrosi dar, e este aluara tresladara o ditto escriuão no princípio dos dittos autos que fizer e no dito liuro do tombo que asim ade dar pera se em todo o tempo vir a saber como se fez por meu mandado: comprio asi e me pras que ualha como carta feita em meu nome por mim asinada sem embargo da ordenação do segundo liuro titolo uinte que o contrario dispõe. Jorge Coelho dandrade o fez em Lyxboa a uintoito dias do mês de abril de mil quinhentos nouenta e três anos».

Doc. Nº. 8

1594, setembro, 14

Alvará de nomeação de Diogo Marques Lucas para um dos «*três lugares para aprender architectura*»

ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, Lv. 31, fl. 11v.

«Eu el Rei faço saber aos que este aluará uirem que eu ey por bem de fazer merce a Diogo Marquez de huu dos trez lugares que ora ordenei de pessoas naturais deste Reynno para auerem daprender Architectura com Filipe Tercio, mestre de minhas obras, e assistirem sempre com elle ou qualquer outro mestre de minhas obras, que lhe for mandado, e aprenderá geumitria de Johão Bautista Labanha, cormografo mor destes Reinnos e averá de ordenado cada anno emquanto estiuier no dito lugar vinte mil reis, que lhe serão pagos com certidão do prouedor de minhas obras de como he contino no dito estudo e asistencia, e mando ao vedor da minha fazenda que ora eh e ao diante for que lhe faça assentar os ditos vinte mil rs. No Livro das ordinarias della, e despachar cada anno para lugar onde deles aja bom pagamento com declaração que lhe serão pagos com a dita certidão do prouedor das obras, e este ei por bem que valha &c. João Aluarez o fez em Lx^a. a xiiij de setembro de mil bc lriiij (1594). Sebastião Perestrello o fes escreuer».

Nota: Esta carta de mercê encontra-se também transcrita em VITERBO, 1922 : 13

Doc N.º. 9

1583, novembro 27

Mercê de 300 cruzados a Filipe Tércio, em bens tomados para a fazenda real

ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, Lv. 9, fl. 441

“Eu el Rey faço saber aos que este alluara virem que eu ey por bem e me praz fazer merce a felipe tercio de trezentos cruzados por esta vez somente em propriedades e fazemdas que sejam tomadas e arrematadas para a minha fazenda asy nesta cidade de Lix^a. como em quasquer luguares e partes fora della que já estiverem asentadas e lamçadas nos liuros dos meus próprios dos contos do Rejno e das comarq^{as}. homde lhe has taes propriedades forem dadas, a qual mercê lhe asy fiz a xxbiiij dias do mês doutubro deste ano presente, pelo que mando ao comtador mor dos ditos contos e aos comtadores de minha fazenda desta cidade de Lix^a. e sua comarq^a. e de quaesquer outras comarquas do Reyno que semdolhe este alluara presentado por parte do dito filipe tercio fação peramte sy vor o Lro. Dos próprios de cada hua das ditas comarquas e avemdo nelles asentados quaesquer bees e fazendas que se tomassem he arrematasem para minha fazenda como dito he os dem ao dito filipe tercio nas mesmas comtías em que os para mym tomarão e arrematarão a comta destes trezentos cruzados de que lhe faço merce em próprios e lhe pasem dyso suas cartas em que declarem as propriedades e fazendas que lhe asy em cada hua das ditas comarquas derem e cujas forão e por que diuidas ou causas se tomarão para minha fazenda e em quanta comtia vada hua e homde estão e asi confrontações dellas nas quaes cartas iraa treladado este meu alluara e sendo feytas na maneyra sobredita e assinadas pelos ditos comtadores ey por bem que o dito filipe tercio tenha e haja e pesua as propriedades he fazemdas que lhe asy derem e lhe seja dada a posse dellas a elle hou a seu certo procurador poemdose primeiro verbas nos hasentos dos ditos bees e propriedades nos liuros dos próprios e asy neste alluara de como lhe por elle forão dadas as comtas de trezentos cruzados de que lhe asy fiz merce em fazemdas de próprios e por esta causa as taes fazemdas não são já minhas nem dos ditos próprios nem me pertemce cousa alguma dellas e nas ditas cartas se fará declaração de como se poserão nos liuros dos próprios e neste aluara as taes verbas e que outras taes se porão no L^o. dos próprios dos contos pelo comtador mor deles estamdo as taes propriedades hasemtadas nelles do que pasará sua certidão nas costas de cada hua das taes cartas e dahy em diante as deixem aver ao dito Filipe tercio ter pesuir aproveytar vender dar doar e fazer dellas e nellas o que lhe aprouuer como de cousa sua própria liure he desembarguada e como a mim pertemcião e puderião pertemcer delle e seus herdeiros ou outras pessoas e que por qualquer via vierem tenham as ditas cartas por tijolo dellas e mando a quaesquer minhas justiças oficiaes e pessoas a quem forem presentadas que lhas cumprão e guardem e fação inteiramente comprir e guardar como nellas he comtheudo sem duuida nem contradyção que lhe a iso seja posta e estando algumas das ditas propriedades lamçadas no sumario da fazenda para rendimento dellas he leuado nos cadernos do assemtamento dos almoxarifados ou casa de meus direitos mamdo aos vedores de minha fazemda que as fação descarregar do dito sumario xom as declarações necessárias para que não possa ir ou ser mais em tempo algu nos ditos cadernos e este alluara ey por bem que valha &c. na forma. João de torres a fez em Lixboa a xxbij de novembro de j bc lxxxiiij e eu dioguo velho a fiz escrever».

Doc. Nº. 10

1592, novembro 30

Carta do Conde de Fuentes ao Rei sobre o Forte de S. Filipe de Setúbal

A.G.S., G.A., mç. 327, fl. 10

Ao Rei nosso Senhor

Em mão de Andrés Prada seu secretário

[...] Anteriormente dei conta a V.M. de que se estavam a averiguar as queixas de Don Luis de Analos, castelhano do Castelo de S. Filipe de Setúbal apresentou e como lhe tenha dito que não se fosse embora até que se retificassem os [...], não o fez e que assim parecia que o cardeal-arquiduque que fosse o auditor que lhe traria [...] agora que finalmente e que tendo sido notificado a ele e sua senhoria que se achavam aqui não saíssem desta cidade enquanto não se retificassem os [...] disse-me que não lhe podia ordenar aquilo e que no seu castelo deveria de estar e assim tendo enviado o capitão de Quintanilha para que dessa forma estivesse ali para a guarda e custódia daquela força [...] O capitão Don Alfonso de Alfaro disse-me que tinha ordens de V.M. para mim com relação a uns armazéns que há na casa do cais do carvão e também o nome de fray Juan Vicencio Casal, e com ele e Filipe Tércio, fui ver e parece-me que não só é necessário cobri-lo para que as coisas da artilharia que ali estão em mau recato, mais para que não apodreçam e que não podem estar noutras partes e para que não venham abaixo outros armazéns [...]

A V.M. como seus vassalos e de Cristandade que é necessária.

Em Lisboa, 30 de novembro de 1592

Conde de Fuentes

Doc. Nº. 11

1594, Setembro 28

Carta por mando do Conde de Portalegre ao Rei acerca do Forte de S. Filipe de Setúbal

A.G.S., G.A., Mç. 411, fl.407

Ao Conselho de Guerra sobre o novo traçado no Castelo de S. Filipe de Setúbal

Senhor,

Tendo sido ordenado ao Conde de Portalegre que voltasse a rever e ver os trabalhos constantes do envio de Filipe Tércio (subentendam-se as plantas) do que convém aumentar no Castelo de S. Filipe de Setúbal, não só para a sua fortificação, como para alargar o alojamento da gente de guerra que ali serve, respondi a V.M. em carta de 17 deste mês que não haverá coisa que seja para mudar nem excluir da dita traça, e assim conviria que V.M. resolvesse já que aqui não se descobriu nenhum defeito e tendo-o o Conselho visto, pareceu-lhe bem.

Consultado V.M. e se concordar que sobre a primeira consulta isto fique visto o que lhe parecer sobre se se executa a dita traça provisionando para ela trinta e um mil e tantos reais, e mais não se oferecendo agora do que o traçado, V.M. mandará sobre o que mais for.

Resposta do Rei (ao lado):

A 28 de outubro de 1594: O Conselho de Guerra sobre as novas traças no Castelo de S. Filipe de Setúbal

Prada trate com o Laguna e aprovisione esta quantidade e com ela se prossiga a obra conforme o plano f (Rei)

Doc.Nº. 12

1594, janeiro 22

Carta do Conde de Portalegre D. João da Silva do Rei Filipe I sobre a Cabeça Seca
A.G.S., G.A., Mç. 398, fl. 149

[...] leva este correio os planos que são a planta e perfil de como está
agora a fábrica da Cabeça Seca para que V.M. resolva o modo da obra prosseguir.

Resposta do Rei (ao lado):

Que se faça e se continue a obra de acordo com os desenhos do fray (Vicenzo
Casalle)

Nota: Há um outro documento sobre este Forte da Cabeça Seca, que trata de
assuntos complementares (A.G.S., E, Mç. 416, fls. 170 e 171).

Doc.Nº. 13

1589, março 2

Carta do Rei a Filipe Tércio sobre o Forte de Santiago em Viana do Lima

A.G.S., G.A., Mç. 256, fl. 14

A Filipe Tércio a 2 de março de 1589 – Resposta

[...] 20 do passado sabendo e entendendo tudo o que a carta dizia e o cuidado em que [...] amigo, continuará assim e entretanto com o meu sobrinho acordei não enviar mais nada, pois o mestre de campo Pedro Vermudez está a tratar da defesa do Forte de Viana e está satisfeito com os fornecimentos. Que eu [...] a Filipe Tércio.

De Madrid, a 2 de março de 1589 anos, eu o Rei

Por ordem do Rei

Andrés de Prada por indicação de don pedro de Vasquez

Doc. Nº. 14

1589, julho 1

Carta de Pedro Bermudez ao Rei sobre o Forte de Viana

A.G.S., G.A., Mç. 250, fl.138

Naquilo que V.M. me diz na carta de 12 passado, era da sua real vontade acabar o castelo de Viana, e que antes que entre o inverno.

De seguro se sabe que convém que se façam os alojamentos para os soldados tendo em consideração que a dita vila fique livre do presídio (?) e que avisasse quanto tinha custado a artilharia, abastecimentos e munições.

De primeiro digo que convém por agora é prover com vinte mil ducados para que com eles se vá prosseguindo a obra e conseguindo sem perdas de tempo a quantidade de pedra e cal, e depois de receber a carta de V.M. fiz sair três navios, adiantando-lhes dinheiro do serial (?), com a confiança de que como me diz V.M. o mandará prover de seguida.

E também ordenei que se junte pedra e que se retire dali uma boa quantidade que há nesta parte do rio, numas casas antigas do Duque de Bragança e que serão de muito proveito e pouco custo, que tinha mandado pedir através do juiz de Barcelos e logo a duquesa mandou que a dessem, embora contrariada, mas que será uma grande ajuda para a guarnição e isto se irá fazendo até que V.M. aprovisione e também convém haver provisão de madeira para as caixas.

Convém que V.M. mande logo vir o Filipe Tércio para que dê ordem e perfeição de toda esta fábrica, pois sem engenheiro nada de bom se pode fazer.

Também é necessário que V.M. mande o vedor e o pagador para que assistam pessoalmente à obra, contas e despesas e caso eles não possam, convém a V.M. mandar nomear alguém que com salário o faça.

Será justo que haja sempre dentro do castelo carne e peixe salgado, biscoito, azeite e vinagre que dê para seis meses, abastecendo-se de mais quando for necessário, pois não se perderá nada.

A artilharia que coloquei no forte e a mais que será necessária e outras coisas que V.M. verá [...]

Pedro Vermudez

Nota: Outros documentos referentes ao Forte de Viana, também podem ser consultados em:

A.G.S., G.A., Mç. 250, Fls. 139, 140, 141, 142, 143, 144 e 145

Doc. Nº. 15

1595, outubro 11

Carta do Rei sobre as obras da Ponte Real de Coimbra e o lançamento da finta

Publicada por BRITO, A. da Rocha, Arquivo Coimbrão, BMC, Vol. X Coimbra 1947, pp.38-40 (Registo – Tomo VIII, fl. 97 v.

Bacharel Gonçalo Vaz Barriga e a quem nosso cargo servir eu el rei vos envio muito saudar eu fui informado que o Rio Mondego com a força das cheias dos invernos tinha arruinado nessa cidade de Coimbra a ponte nova da parte do Mosteiro de Santa Clara e abalados alguns talhamares da ponte velha que com isso ficaram de maneira que se tem receio de qualquer cheia que vier os levar de todo e que convém muito ao bem comum destes reinos dar-se-lhe remédio com muita brevidade por serem a estrada mais frequentada da gente que neles há e para com mais consideração se entender neste negócio mandei a Filipe Tércio, meu arquiteto fosse à dita cidade de Coimbra, visse as ditas pontes e a necessidade que havia do reparo e obra delas e tratasse do que nisso convinha, não somente com os oficiais da Câmara e povo da dita Cidade, mas com outras pessoas que nisso não eram partes e tivessem conhecimento daquelas matérias e do que com eles assentasse, fizesse traça, e a conta do que conforme a ela poderiam custar as obras e reparo das ditas pontes, do que satisfez, orçando a obra delas em vinte mil cruzados e vista por mim a dita traça e as informações que se houveram, pareceu que as ditas obras se deviam fazer pela dita traça e havendo respeito este negócio ser de tanta importância e de qualidade que não sofre dilação e ao muito que cumpre ao bem destes reinos consertarem se as pontes com efeito pelo grande prejuízo que poderia proceder de vir a ponte velha a cair, que se não poderia remediar, senão em tempo mui largo com grande trabalho e muita despesa, ei por bem e me praz que as ditas obras se façam assim e de maneira que se contém na dita traça e porque pelo muito que a todos toca é justo que paguem e contribuam para ela todos os estados, pois é cousa tão necessária e de obrigação tão geral houve por bem que de minha fazenda se dessem para as ditas obras três mil cruzados e que os desassete mil se fintasse por todas as comarcas destes reinos assim pelos eclesiásticos regulares, seculares como comendadores, mosteiros e pessoas privilegiadas, posto que os seus privilégios sejam incorporados em direito porque como estas obras toquem a todos tão particularmente, nenhuma pessoa deve ser escusa de contribuir para elas, pelo que vos mando que tanto que vos esta for dada, desocupando-vos de todo outro negócio, façais a dita finta nessa comarca e cidade de Coimbra, na forma adiante declarada para que vos mando que antes de entenderdes na dita finta leveis a carta que com esta vos será dada ao bispo conde a quem escrevo em conformidade disto e lhe direis de minha parte o muito que vai na brevidade deste negócio, pedindo-lhe queira logo nomear duas pessoas eclesiásticas que convosco e outras duas da governança que a câmara dessa cidade elegerá conforme ao que nisso lhe tenho escrito, façam a conta do que nessa comarca e bispado da dita cidade se deverão dar a parte do eclesiástico e das mais pessoas privilegiadas por qualquer modo que seja e isto da quantia que por outra minha provisão vos será declarada e tanto que o bispo conde nomear as ditas duas pessoas e em comarca forem eleitas as outras duas, fareis todos a computação do que deve ficar à parte do eclesiástico em que uns e outros trabalhareis quanto em vós for por vos concordar: e tanto que assentardes o que cabe ao eclesiástico para com ele haver de contribuir o fareis saber ao bispo para com sua ordem corra a contribuição dos eclesiásticos, sem vós mais nisso intervirdes que em receber a quantia que lhe couber, que vos entregarão as pessoas que para isso o dito bispo ordenar, a qual entregareis no cofre que para despesas das ditas obras mandei se pusesse no Mosteiro de Santa Cruz e sucedendo que não concordarem as pessoas eclesiásticas convosco e com os deputados da

comarca, acudireis ao bispo para que vos concorde e estando ainda discordes, fareis contudo o dito lançamento e apontareis uns e outros por escrito as razões que tiverdes para não concordar, fazendo de tudo autos bem declarados que me enviareis para eu o mandar ver e se prover o que for justiça e sereis advertido façais com muita diligência logo juntar toda a mais quantia de dinheiro tirada a parte do eclesiástico que couber ao secular e fareis execução nos bens e rendas de todos os moradores dessa comarca e bispado que nele vivem, inda que estejam ausentes executando os seus feitores e rendeiros sem mais eles nem suas pessoas serem requeridas e tereis cuidado de me avisar particularmente do que nisto fizerdes, procurando com toda diligência acabar este negócio como de vos confio. Escrita em Lisboa. Pe. Da Costa o fez a vinte e três de agosto de mil quinhentos e noventa e cinco. Rey.

Doc. Nº. 16

1587, junho 15

Contrato da crasta do Convento de Tomar

ANTT, Convento de Tomar, mç. 29, nº. 870

«Saibão quantos este estromento de concerto e obrigação virem que no año do nascimento de nosso sñor Jesu Xpõ de mil quinhentos oitenta e sete años aos quinze dias do mês de junho na cidade de Lix^a. nos paços da Ribeira na mesa da consciência estando ahi presentes o sñor Bpo Dayão e os señores Doutores Antonio toscano, Antonio Dalmeida, e Marcos texeira deputados della, e felipe tercio engenheiro de sua mag.de e mestre das obras do conuento de Thomar pareceram ahi presentes Baltezar marinho e Simão guomes moradores em Thomar, e disseram que eles facião lanço, como de feito loguo fizeram na obra da claustra do comuento de Thomar que esta por acabar, A qual he a conteúda neste contrato abaixo declarado em contia de quinze mil cruzados em dinheiro de contado que lhe seriam paguos na maneira e com as cõdições neste contrato declaradas Aqual obra q assi estaa por fazer na dita claustra he a seguinte Item ase de acabar a dita claustra assi e da maneira que estaa aparte feita em aqual faltão e se hão de fazer as peças aqui nomeadas. Item doze colunas das gramdes de Ordem jónico com bases e capiteis. Item doze pillares quadrados dos arquos que estão entre as colunas com bases e capiteis. Item quatro meios pillares que fazem encontro aos decima cõ bases e capiteis. Item desanoue meios pillares no muro que outrosi fazem encontro aos ditos acima com bases e capiteis. Item onze pillares quadrados de baixo dos arquos, que atrauesão abobada da claustra com bases e capiteis. Item doze portaes na parede. Item seis arcitraues nas paredes que fazem emcontro aos acima declarados. Item três arquos do pateo. Item sete arquos dos muros que também fazem emcontro aos acima ditos. Item sete arquos dobrados que atrauesão as abobadas da claustra com seus compartimentos de pedraria. Item catorze capellos das ditas abobadas com seus cruzeiros e compartimentos de pedraria. Item sete arquos nos cantos da claustra. Item cinco espelhos redondos nas frontarias do pateo de pedra laurados. Item hum interculuno com portas. Item três cupullas que vão dos torreginos nos cantos doa caracóis das meias laranjas. Item os balaustres que faltão pera adita varanda decima. Item as arcitraves das colunas. Item os frisos com seus quartõis e cornijas. Item alem das peças declaradas no Rol atras se hão de fazer mais Item pera de todo se acabar a dita claustra em perfeiçam tudo o que está desenhado no debuxo de felippe tercio mestre das ditas obras com as pirâmides cruses e Armas del Rey nosso sñr. Item hase de lagear a claustra de cima da abobada que ade seruir de eyrado com lageas que vedem, há agoa iuntas a meyo fio. Item hão de se ladrilhar as varandas que estão ao chão do dormitório de ladrilho cortado Rozado mtº bem feito. Item hão se de lagear as varandas em baixo nos lugares onde ade auer enterramentos dos padres na forma que for desenhado na dita traça. Item há se de lagear o pateo e fazer o bocal do poço com lageas de pedraria. Item hão se de guarnecer as varandas todas dalto a baixo muito bem feitas. Item hão se mais de fazer de nouo conforme a traça de felippe tercio mestre das ditas obras três escadas. Comuem a saber hua eu parte do Refeitorio e vai parar na varanda do dormitório, e a outra de fronte desta pera seruiço da varanda de baixo do meyo que vem parar no canto da claustra onde está a servuntia do coro, e a outra que parte da uaranda do meio por cima desta atras dita e vaj parar no eyrado de cima onde estaa o remate, as quaes hão de ser todas de degraõs de pedraria com suas abobadas de tijollo com suas faixas de pedraria donde se começam fazer as uoltas das ditas abobadas reuocadas e guarnecidas com seus pillares e arcos de pedraria nos princíprios, e nos cabos. Item ase de fazer o lavatório no canto da claustra iunto do Refeitorio conforme a traça delle. Item ase de alimpar a obra que esta perfeita de pedraria

descada ou da maneira que melhor for. Item hão de se guarnecer as varandas todas de Alto abaixo toda a obra daluenaria e abobadas que nellas se contem. E todas estas sobre ditas obras os ditos empreiteiros Baltazar marinho e Simão guomes serão obrigados a fazer tudo a sua custa de pedraria e aluenaria cal, área, carreto, e arranquar a pedra da pedreir^a, feitio das mãos, ferragem, e todas as mais achegas que forem necessárias pera a dita obra com condição que seja feita de boõs materiães assi de pedraria laurada como de boa cal terçada conforme ao Regimento das obras Reaes, e a dita pedraria laurada será de boõs leitões e com seus tirões e homde for necessário pera perpetuidade della e conforme ao que esta acima declarado que he aparte que esta feita, e não estando conforme a ella serão obrigados a desmanchala e fazella de nouo o que sera julgado pelos juizes do officio em presemsa do dito felippe tercio. Aqual obra se obrigaram eles empreiteiros a fazer por preço de quinze mil cruzados que lhe seram paguos pelo tesoureiro dos três quartos das comendas que hora he e ao deante for da maneira que abaixo se declara. E assim toda a pedraria que ficar da obra assi laurada como por laurar sera dos ditos empreiteiros sem por isto se lhe descontar cousa dos ditos quinze mil cruzados e assi todos os instrumentos que se acharem he os ouuer das prouvisões que se fizeram quando se fazia adita obra asim de ferramenta como de cordas aparelhos, madeira, carros de badouras, Rodas de guindaste pera guindar as pedras lhe seram emprestados até offim da dita obra, das quaes cousas tornarão som.te as que fiquarem, e dos que se gastarem daram descarguo de como se gastaram na dita obra e todas as ajudas e poderes se lhe darão que forem necessários como em obra de sua mag.de assi em carretos como em todas s outras cousas pertencentes a ella pelos preços da terra e que as justiças lhes fação dar por seu dinheiro as achegas que pera a obra ouuerem mister assi como he custume nas obras que sua mag.de manda fazer. E os paguamentos se lhes farão da maneira seguinte .ss. cento e cincoenta mil rs dante mão, os quaes lhes serão descontados no fim da dita obra. E os mais se lhe irão fazendo feria por feria conforme a despesa que se fizer cada somana, E a emformação que do menejo della dará felippe tercio mestre das ditas obras assi de achegas como de jornaes no que se terá conta pella Ordem dos sñores deputados da mesa da consciencia. E porque sua mag.de quer eu se faça esta obra com toda a brevidade possiuel serão obrigados os ditos empreiteiros a residir na dita villa e não ter nem tomar outra obrigação até a obra acabada e a por todos os officiaes e achegas que nella couberem e como for ordenado pelo dito felippe tercio, os quaes empreiteiros não abrirão mão desta obra com todos os officiaes necesários até se acabar de todo sobpena de se acabar a sua custa delles, o que fara cumprir o dito felippe tercio per os officiaes que lhe parecer, E pelos ditos empreiteiros Baltazar marinho e simão guomes foy dito que eles aceitauão a obra neste contrato declarado conforme a traça que tem bem vista della pelo preço e contia dos ditos quinze mil cruzados os quaes ahi seram paguos em dinheiro de contado na maneira que fica dito pera o que se obrigarão persi e per seus bens moues e de Raiz auidos e por auer de tudo cumprir e fazer adita obra n maneira e conforme a traça e debuxo della e Ordem que pera isso lhes sera dada por felippe tercio mestre dellas pera o que disserão que Renunciaurão juizes de seus foros e se obrigauão responder diante do Juiz da Ordem ou de quem os sñores deputados da mesa da consciencia mandarem. E visto pelo sñor Bpo dayão e mais deputados da mesa como as ditas obras andarão em pregão e como os ditos empreiteiros Baltazar marinho e simão guomes fizeram lança nellas dos ditos quinze mill cruzados que foy o menor preço que hos outros officiaes fizeram pelas informações que se tem de suas habilidades e suficiẽcia e como consta das diligencias que disto se fizeram na villa de Thomar e em outras partes conforme as obrigações deste contrato se obrigarão os sobre ditos sñores deputados em nome de sua mag.de athe fazerem cumprir assi e de maneira que se nelle contem e de tudo mandarão fazer este contrato e Registrar no liuro da Ordem

ahonde assinarão com os ditos officiaes empreiteiros Baltazar marinho e Simão guomes. E eu tabalião ho aceito em nome das pessoas ausentes aque toquar testemunhas que forão presentes felippe tercio atras nomeado. E manael teixeira Rey darmas morador em Thomar que disserão que bem conhecião os ditos officiaes ambos. E posto que este estromento se continuou aod quinze dias do mês de junho asinou e outorgouse aos desanoue dagosto do dito mês (sic) e ano. Testemunhas os sobreditos. E eu pero Thome tabalião publico de notas por el Rey nosso sñor nesta cidade de Lix^a. e seus termos que este estromento em minha nota fiz. E della a fiz aqui tresladar per licença que pera isso tenho, E ho concertey e sobrescreui e asinei de meu publico sinal que tal he. pagou deste com notada quatrocentos rs.».

Doc.Nº. 17

1592, novembro, 28

Sobre a passagem de Filipe Tércio por Vila do Conde para um molhe

AMVC, NI-1709, Cofre do Sobejo das Sizas fls. 88v, 89, 89v. e 90

Fólio 88v

Aos vinte e oito dias do mes de novembro de mil quinhentos noventa e dous anos em Villa de Conde des pendeo o vreador e tesoureiro /

Fólio 89

Novecentos e quarenta reais que deu a Miguel Roiz (Rodrigues) procurador do concelho que foi eleito para hir ao Porto a aludir aos negoceos da villa sobre as liberdades della e sobre os feitos de fã e outros negoceos que na cidade do Porto se aviaram por mandado dos juízes e vreadores Paullo de Beça Coelho escrivão da Câmara desta Villa o escrevi.

Aos vinte e oito dias do mes de novembro de mil quinhentos noventa e dous anos despendeo o vreador e tesoureiro Mateus Folgueira doze mil reais que guastou com Fellipe Tercio Arquitecto de sua Real /

Fólio 89v

Magestade que per seu mandado e Requerimento desta villa veo a tomar conhecimento do sitio do molhe della e com seus homes e cavaleos assi na estallage como em casa particular aonde o dito Fellipe Teresio pousou e foi agasalhado e com huã peça de pano de linho que se lhe deu e com o gasto de muitos dias que aqui esteve com sua gente e cavallos diguo que se gastou e despendeo com elle quatorze mil reais Paullo de Beça Coelho escrivão da camara desta dita villa o escrevi.

Aos vinte e oito dias do mes de /

Fólio 90

novembro de mil quinhentos noventa e dous anos despendeo o vreador e tesoureiro quatro mil e quatrocentos reais que mandou por ordem dos juízes e vreadores a Guaspar de Beça Barros procurador desta villa que com negoceos della andava na corte em requerimento e quaes quatro mil e quatrocentos levou Francisco de Faria Lugo morador na dita Villa Paulo de Beça Coelho escrivão da Camara o escrevi. Aos vinte e oito dias do mes de novembro de mil quinhentos noventa e dous anos em villa de Conde despendeo o vreador tesoureiro dous mil reais que [...]

Doc Nº. 18

1581, maio, 16 e 21

Cartas do Duque de Alba ao Rei Filipe II

A.G.S., E, Mç. 425, fls. 307 a 310

A Sereníssima Real Majestade Católica

Nosso Senhor

Nas mãos de Gabriel de Cayas

Lisboa, a Sua Majestade 1581

Do Duque de Alba a 16 de Maio de 1581. Respondida a 21 do mesmo.

[...] O Herrera esteve hoje comigo e disse-me que a obra se iria começar e que V.M. estava ao corrente de algumas coisas no tocante ao aposento e ao caminho que V.M. haveria de fazer e que já estavam prontos, pedi-lhe que me entregasse e que agora envio a V.M. este correio sem algo mais a acrescentar ao que já foi dito.

Que Nossa Senhora a Sereníssima Católica pessoa real guarde a V.M. como é mister.

De Lisboa a 16 de maio de 1581

A S. Majestade Real Católica

Nosso Senhor

Em mãos de Gabriel de Cayas

Do duque de Alba em 21 de maio de 1581

Recebi a carta de V.M. de 17, e no que toca ao aposento, já escrevi a Cayas dizendo-lhe da ordem de V.M. para que se fizesse, mas não vieram os aposentadores a dar-me conta do que já tinham feito e quando vierem se verão as salas e de que maneira se irão repartir, que serão o mais recolhidas que se puderem fazer, mesmo após as ordens que V.M. mandou, será impossível fazer-se o aposento junto a umas casas em que as cavalariaças darão muito trabalho por estarem inacabadas como serão necessárias para a utilização de V.M. para que melhor se acomode. Far-se-á o que se puder e disso avisarei V.M.

Juan de Herrera e Filipe Tércio foram a Cintra e quando voltarem se dará a Herrera a provisão de V.M. e se providenciará de tudo o que for necessário para que se acabe a obra dos palácios de V.M.

Os de Palmela não vieram ter comigo e verei o que se poderá fazer e o que pretendem, já que o que tinham dito a V.M. era que eles foram os primeiros que se puseram ao seu serviço e obediência, e agora é muito diferente, porque depois do exército ter passado por ali, eles saíram daquela vila para roubar alguns equipamentos militares que tinham ficado para trás.

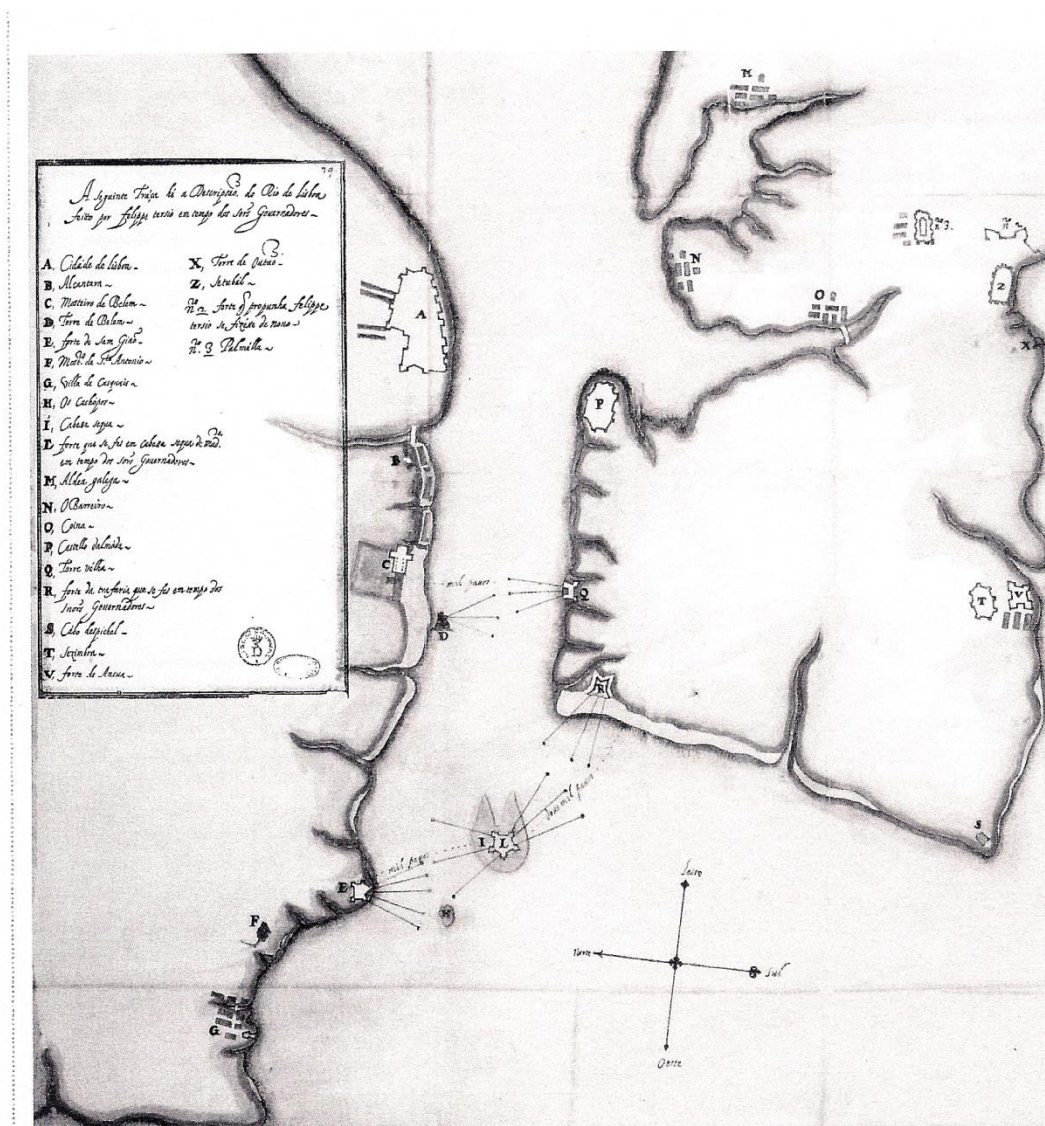
Nosso Senhor a S. C. Real pessoa guarde V.M. e lhe dê largos anos como de cristandade a seus criados e vassalos, como é mister.

De Lisboa a 21 de maio de 1581 [...]

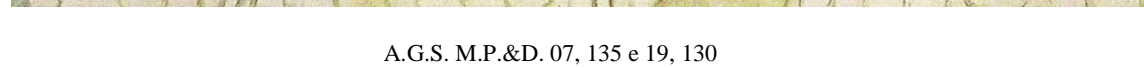
Anexo 2 – Cartas, plantas, desenhos e gravuras

2.1 – Cartas

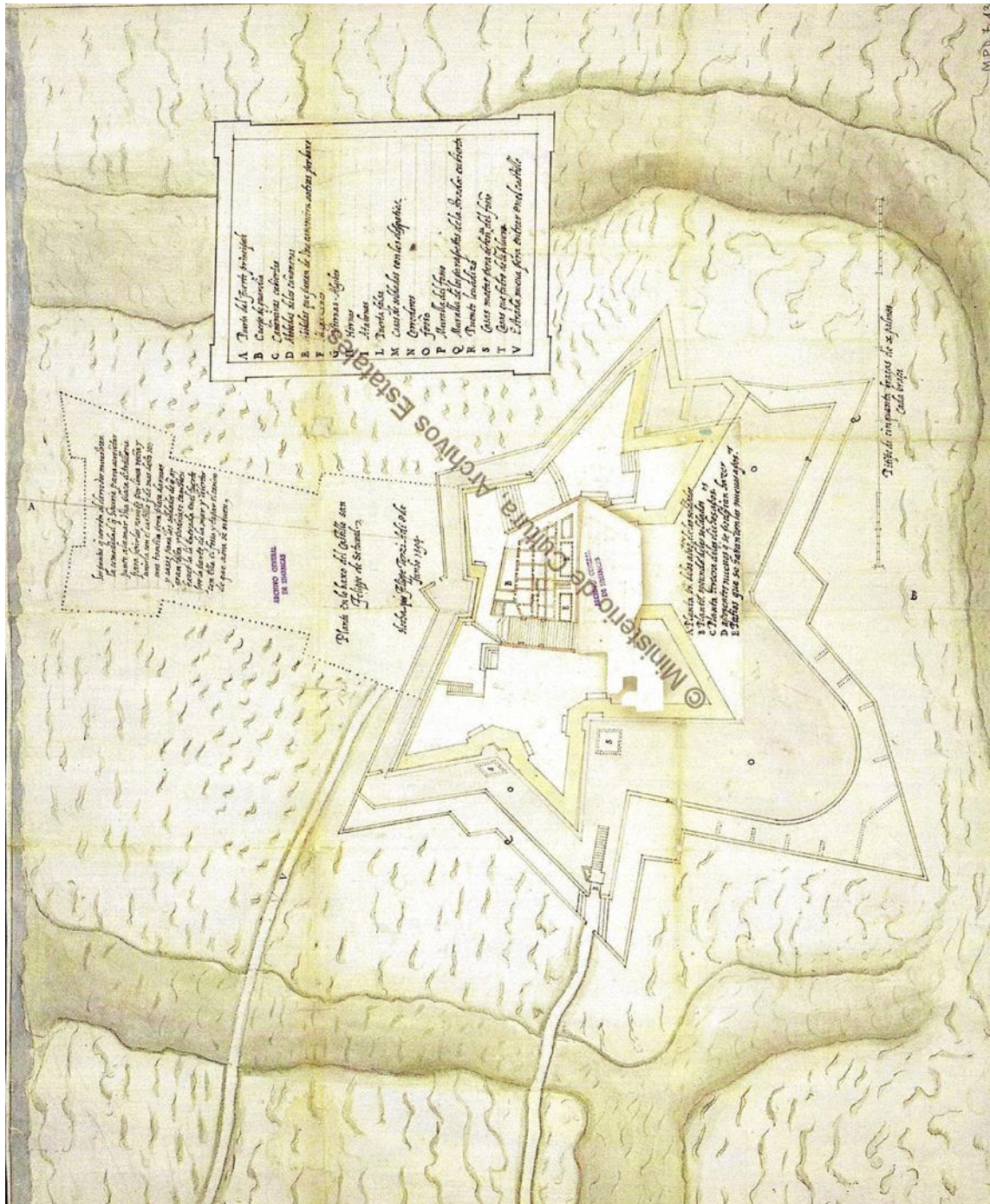
Descrição do Rio de Lisboa (1579-1580)



Códice da Casa Cadaval n.º 29, fls. 79 e 80 in RAMALHO, Margarida de Magalhães, (2001) *A Defesa de Cascais*, Revista Monumentos, N.º. 31, Lisboa p.37

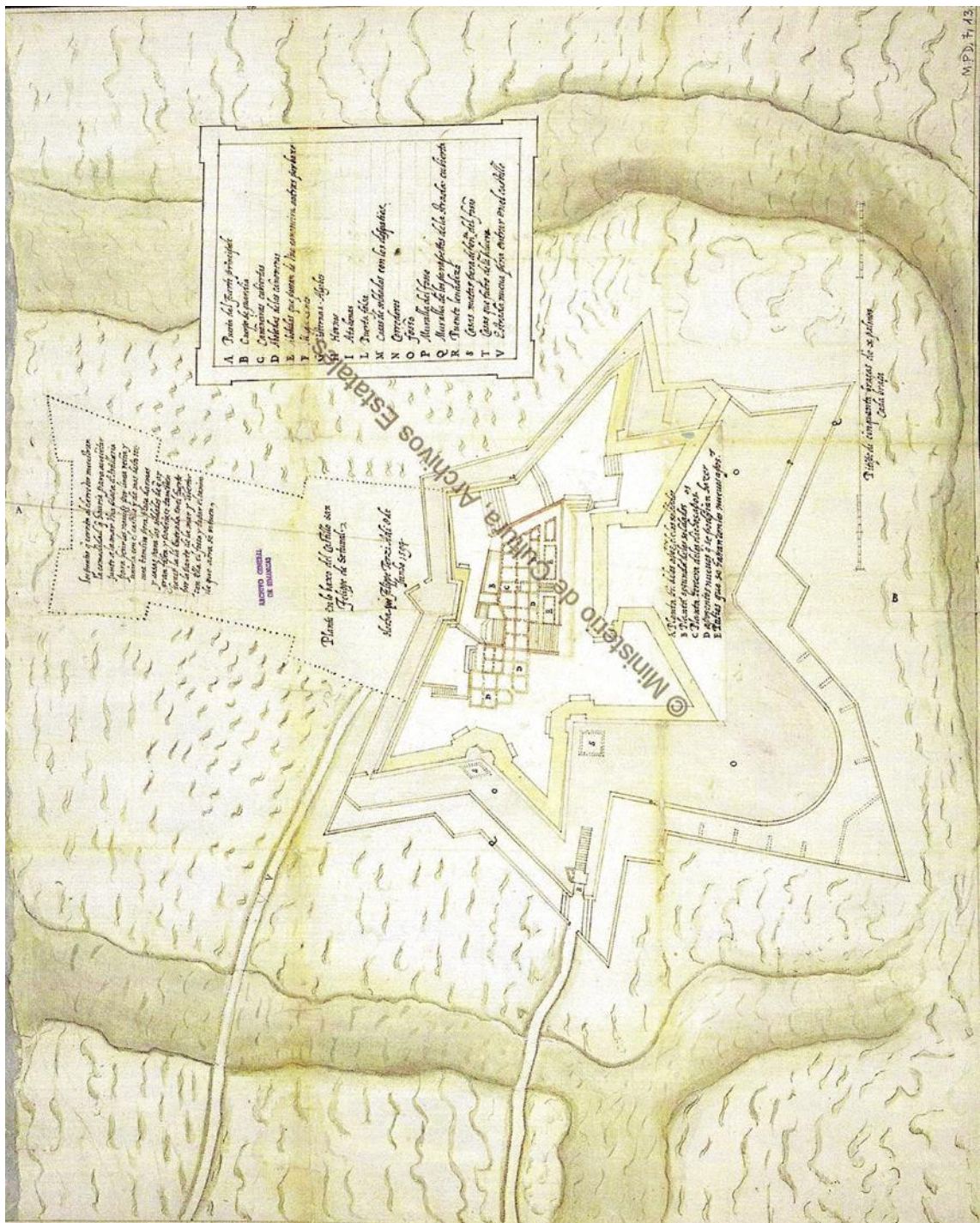


Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (2/6)



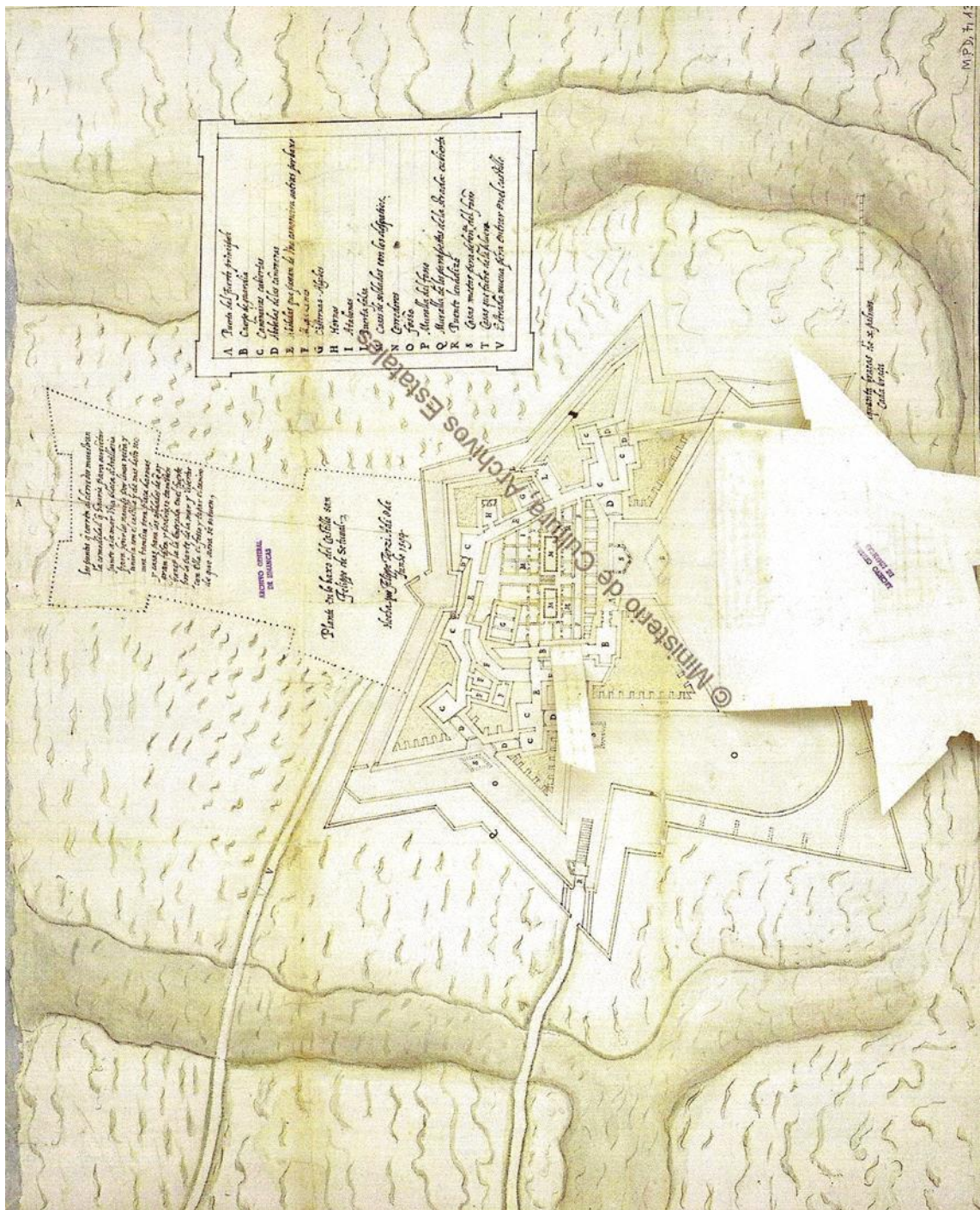
A.G.S. M.P.&D. 07, 135 e 19, 130

Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (3/6)



A.G.S. M.P.&D. 07, 135 e 19, 130

Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (4/6)



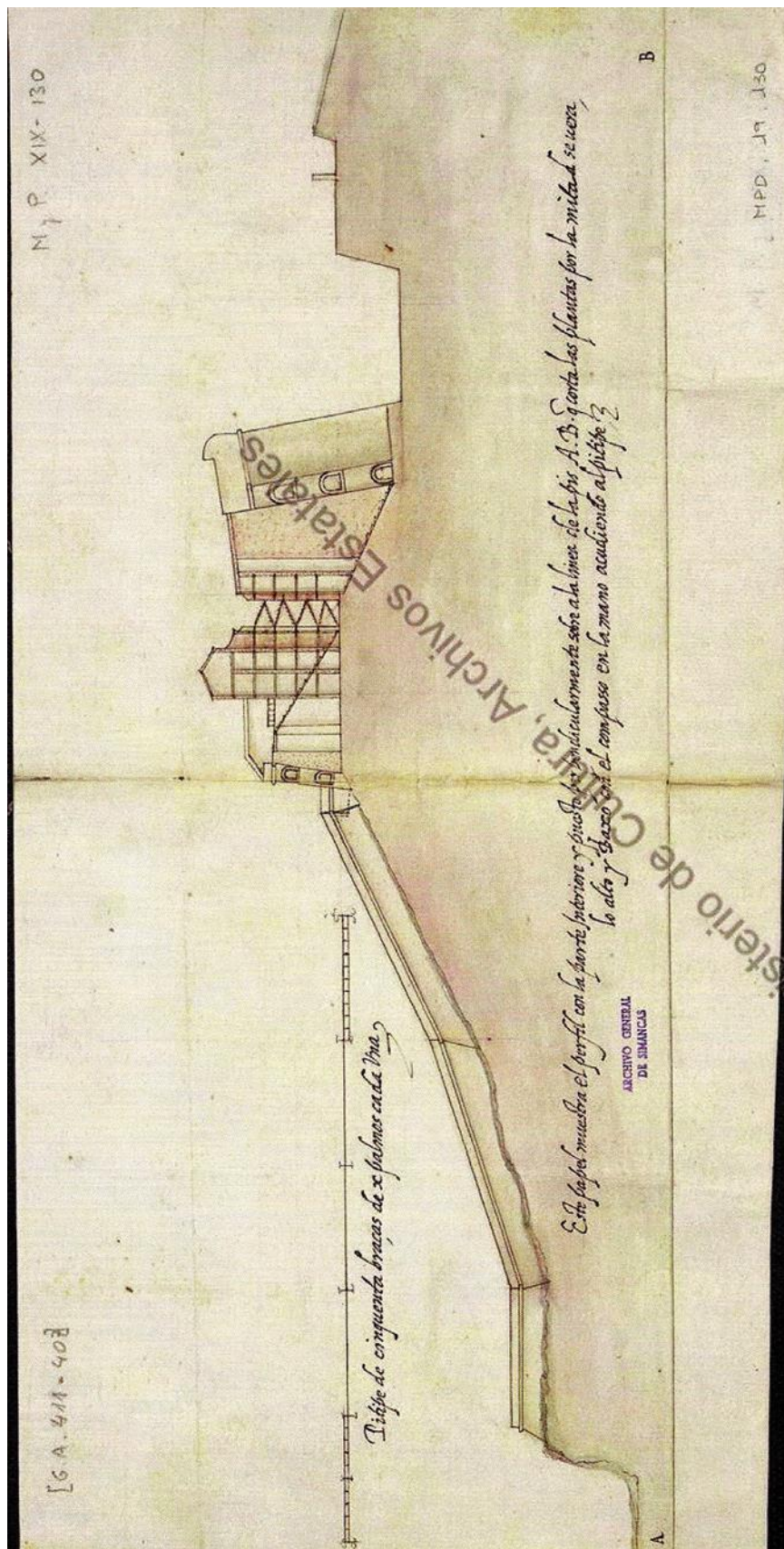
A.G.S. M.P.&D. 07, 135 e 19, 130

Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (5/6)



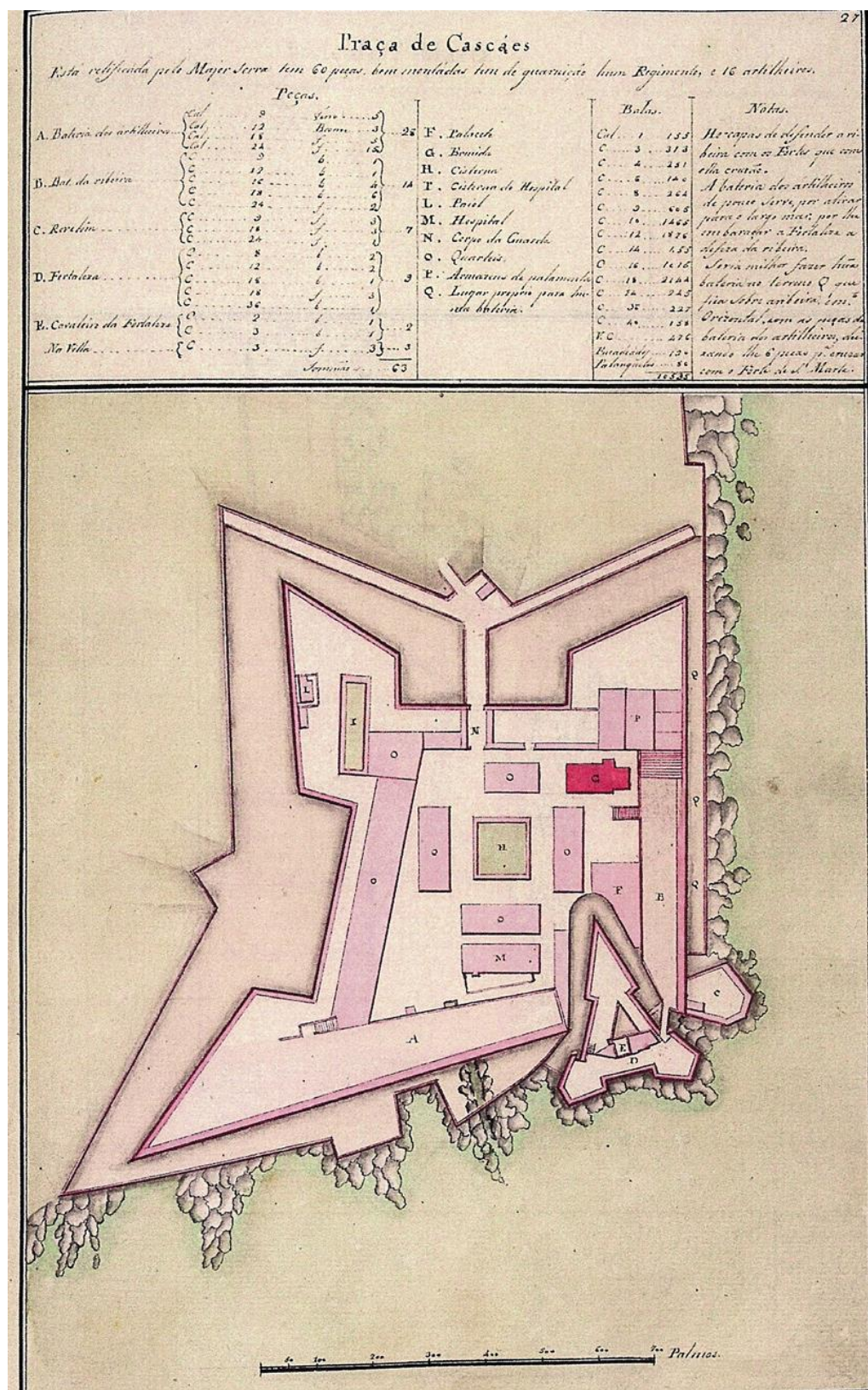
A.G.S. M.P.&D. 07, 135 e 19, 130

Forte de S. Filipe de Setúbal e corte (6/6)

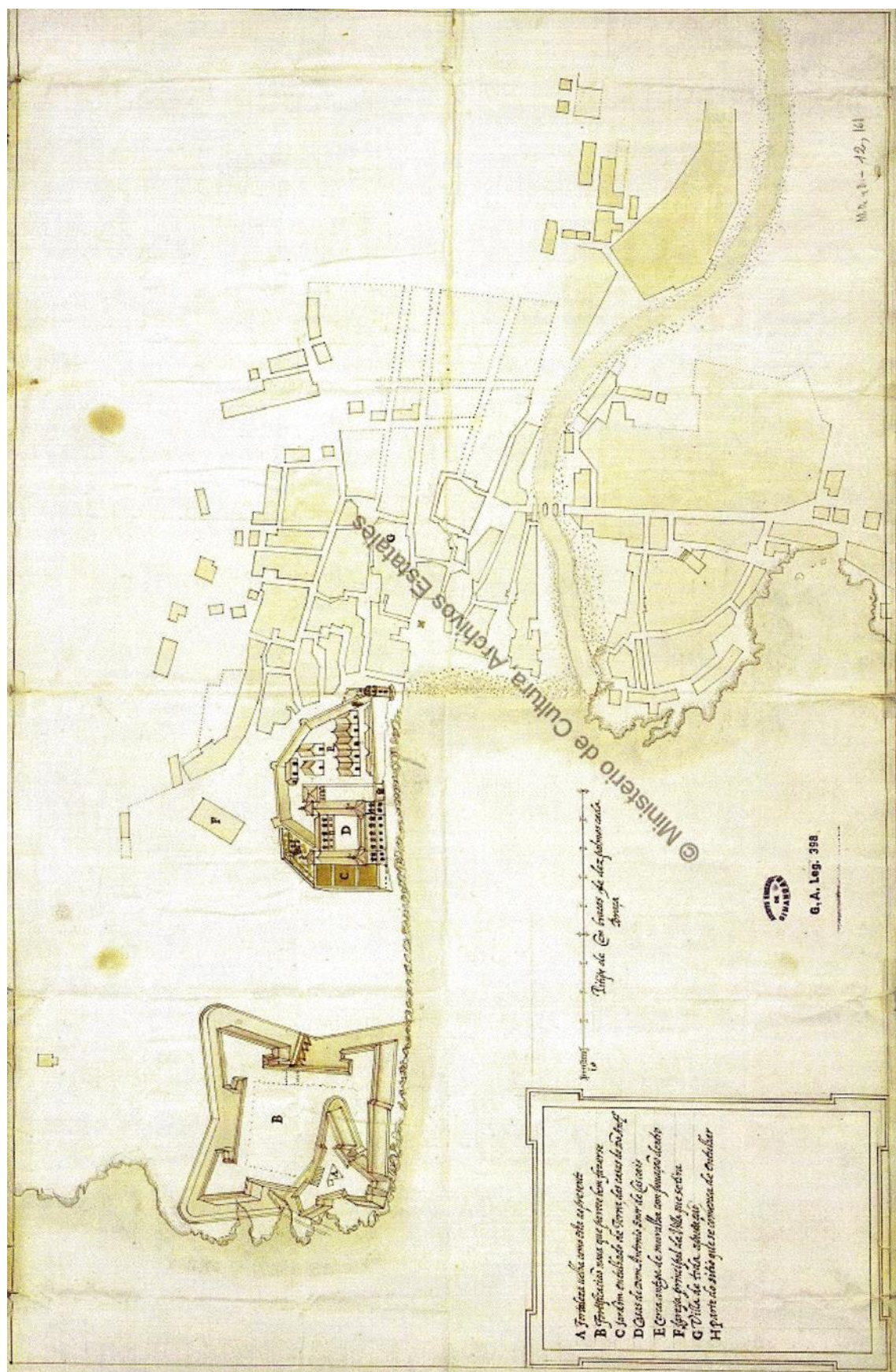


A.G.S. M.P.&D. 07, 135 e 19, 130

Forte de Nossa Senhora da Luz de Cascais

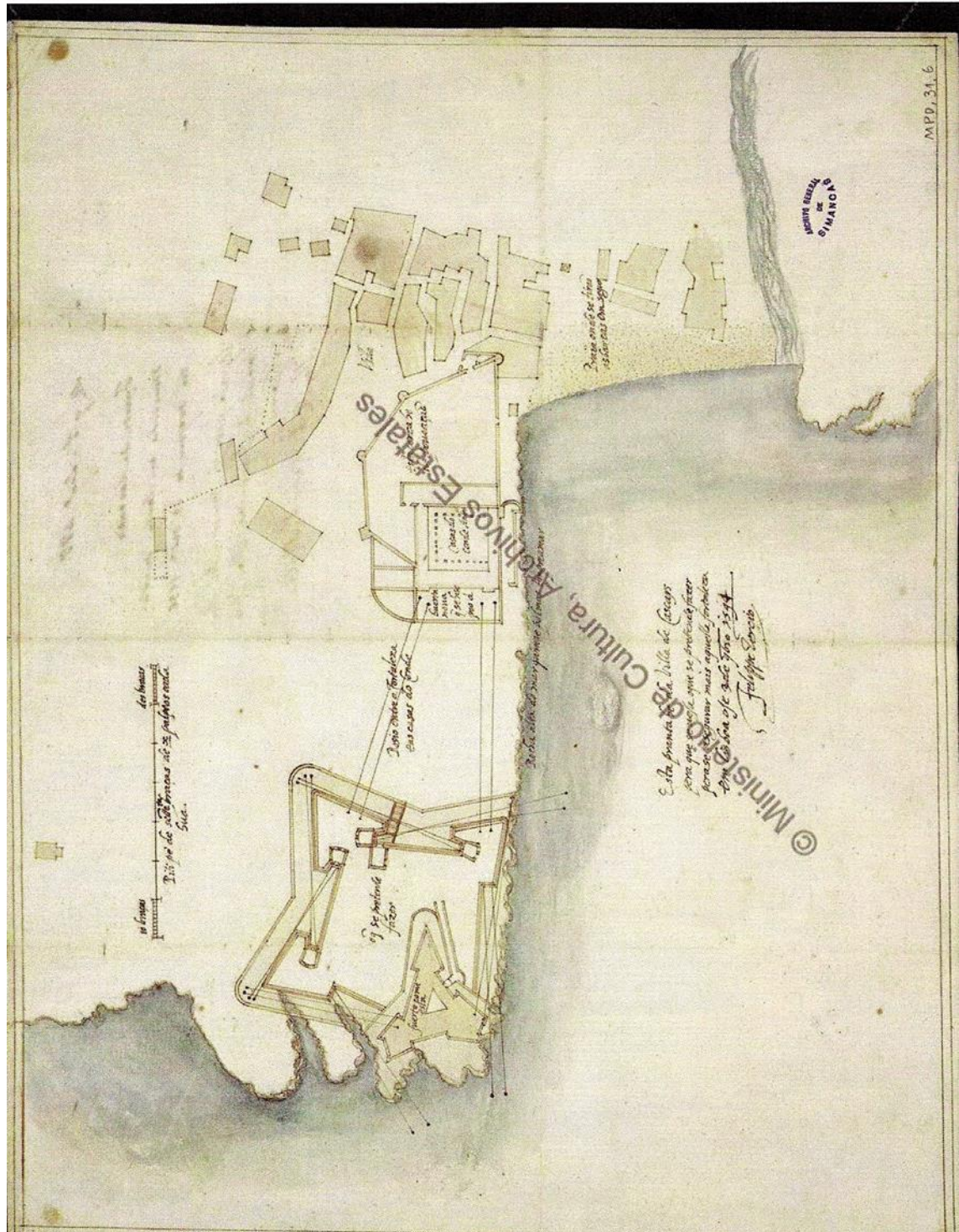


Planta de Cascaes (1/2)



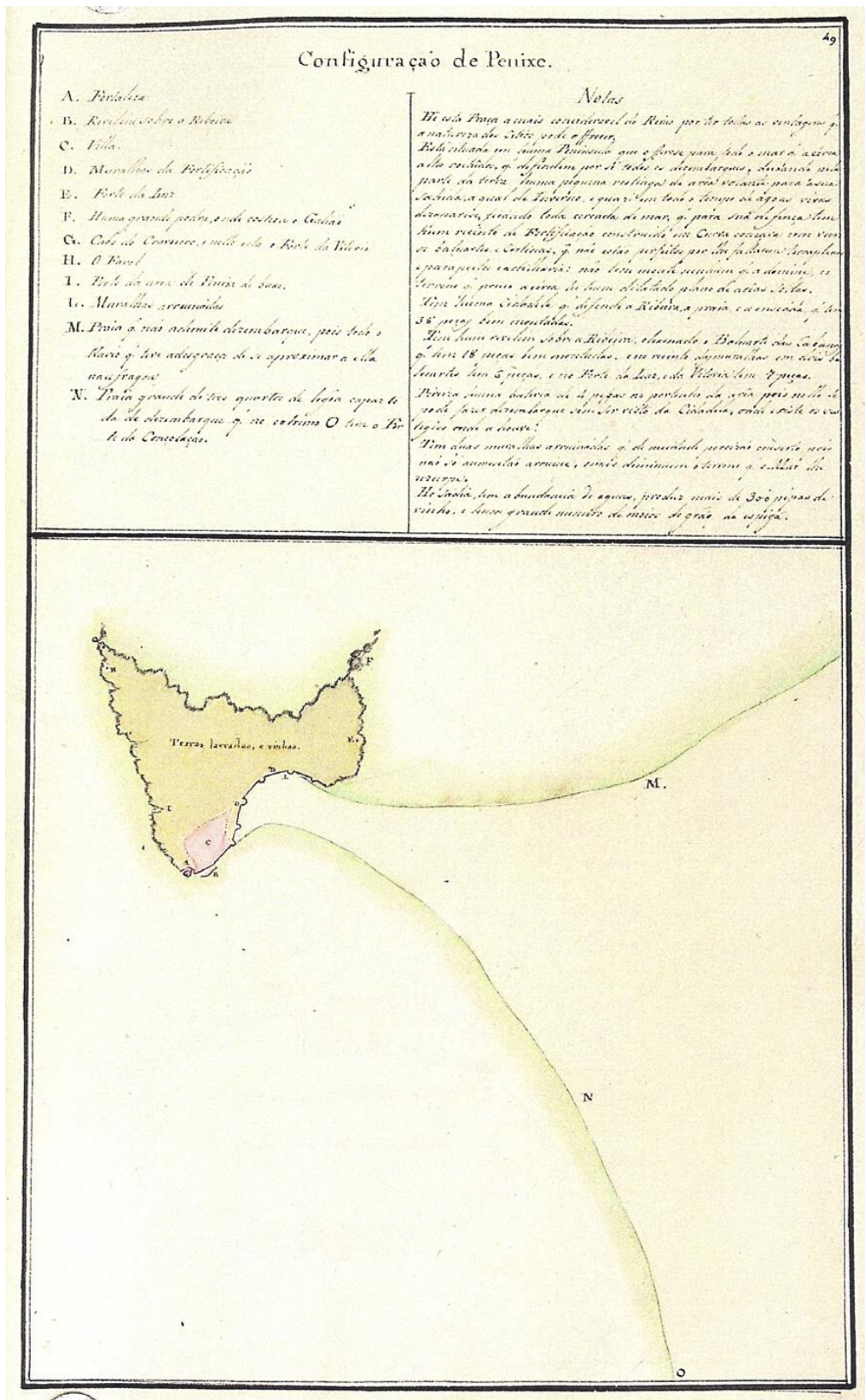
A.G.S. M.P.&D, 12,161

Planta de Cascaes (2/2)



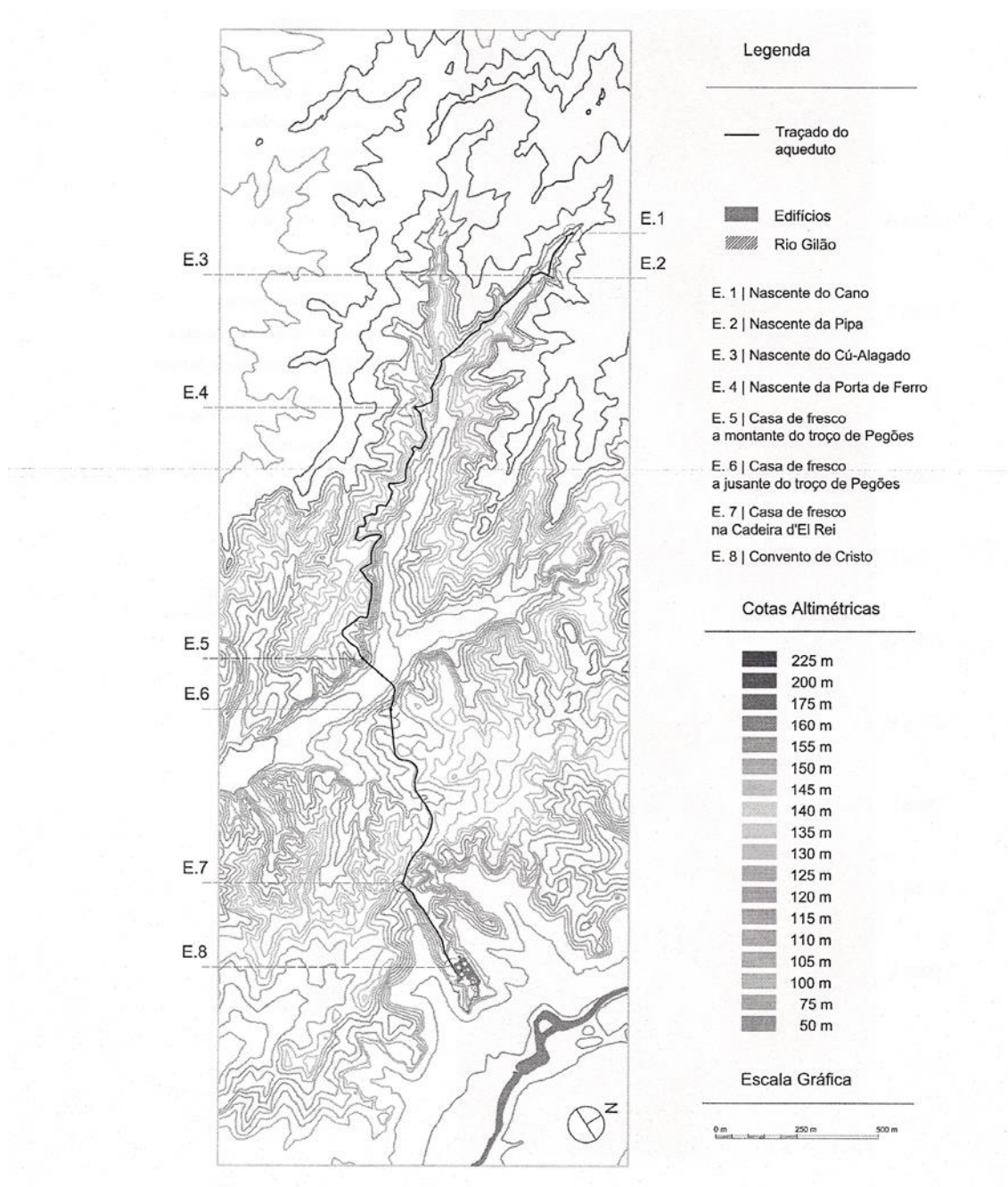
A.G.S. M.P.&D, 31, 006

Planta Topográfica de Peniche destacando o Forte



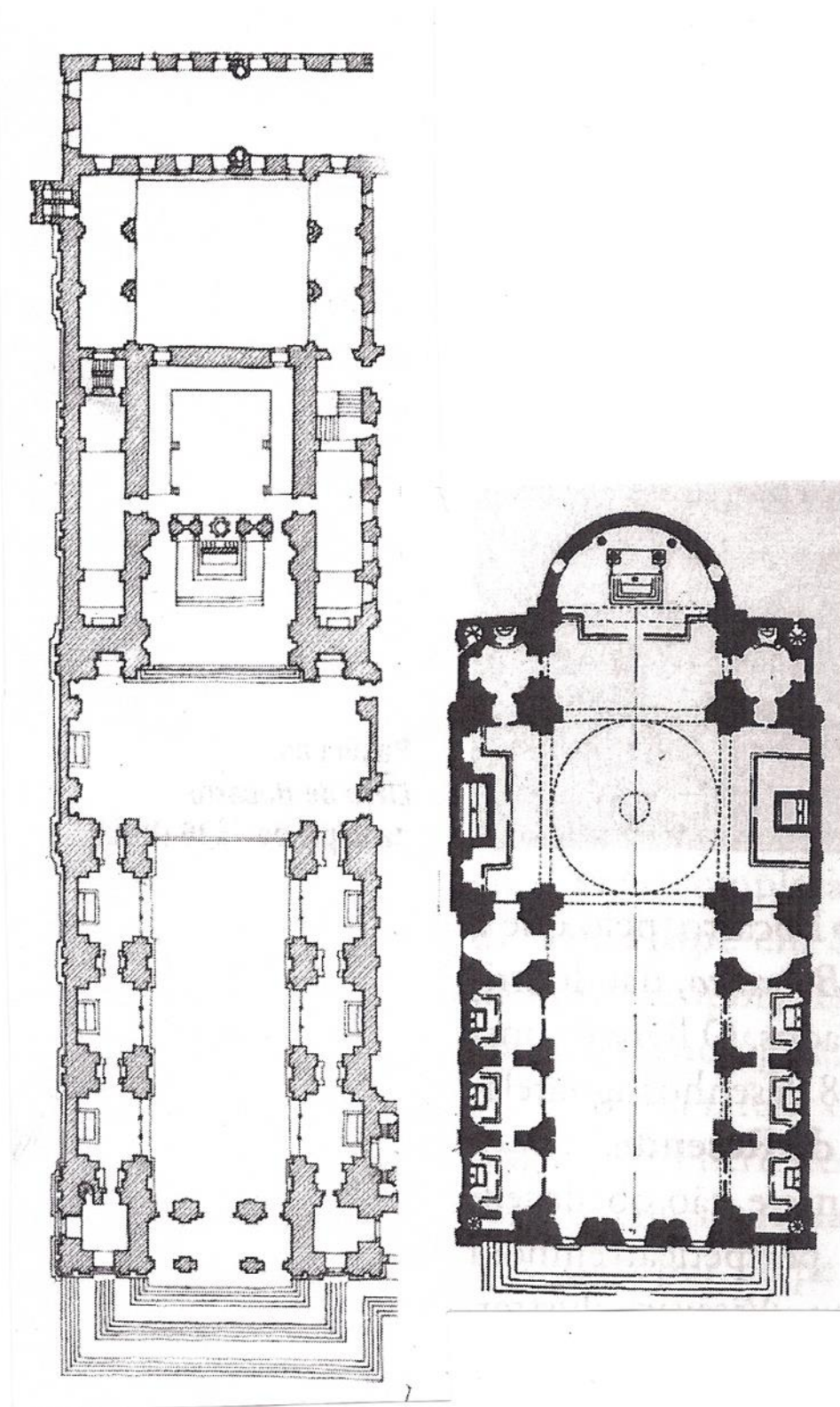
SERRA, Maximiano José da, (1796) *Plantas dos Fortes e Fortalezas da Costa do Norte do Reino de Portugal*
in BPMP MS 49 40

Reconhecimento do Aqueduto de Pegões Altos na morfologia do terreno



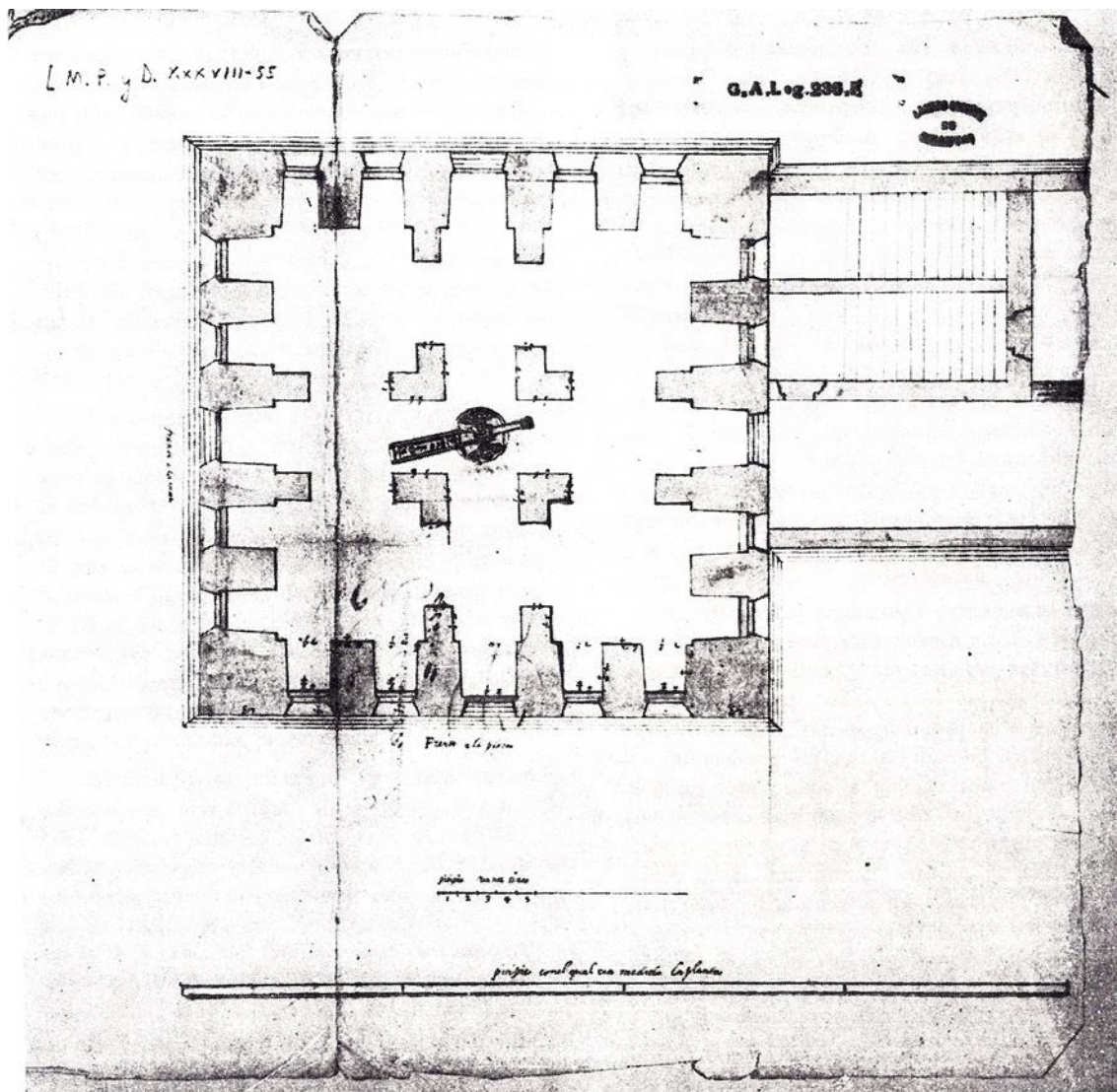
ANTUNES, Tiago Molarinho (2012) *O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar: análise preliminar da estrutura hidráulica*, Publ. pela FLUC, IHES, Coimbra

Plantas comparativas da Igreja de S. Vicente de Fora e Igreja de Gesù em Roma



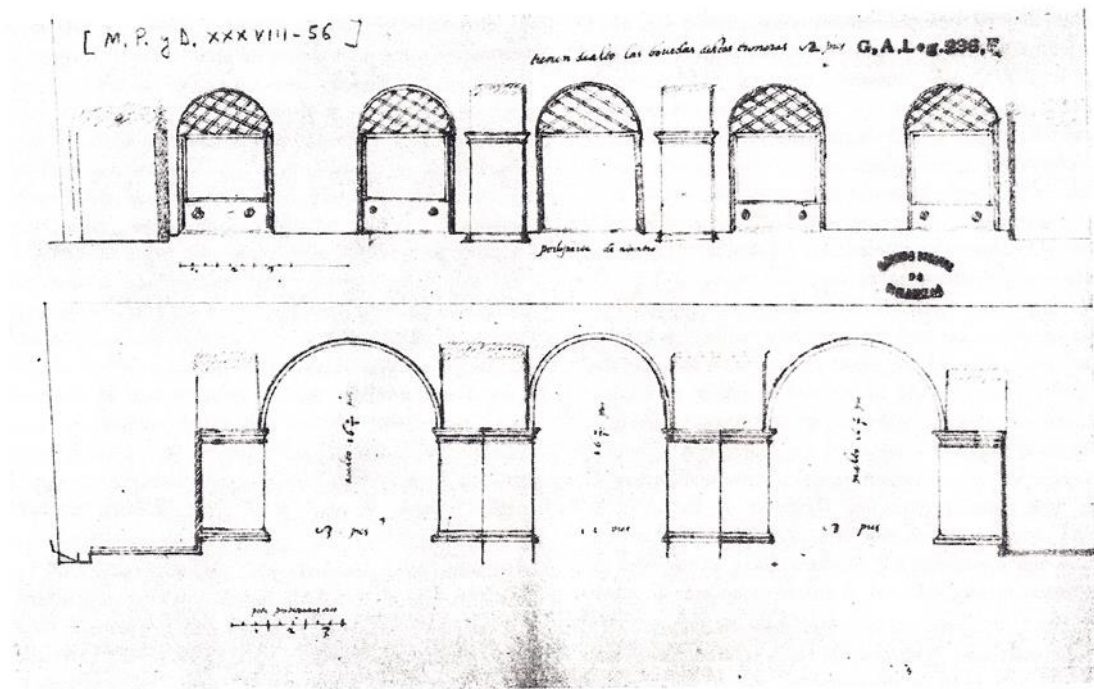
PEREIRA, Paulo, (2011) *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.590

Torreão da Ribeira (1/2)



MOREIRA, Rafael, (1983) *O Torreão do Paço da Ribeira* in *Mundo da Arte*, Separata do N.º. 14, Lisboa

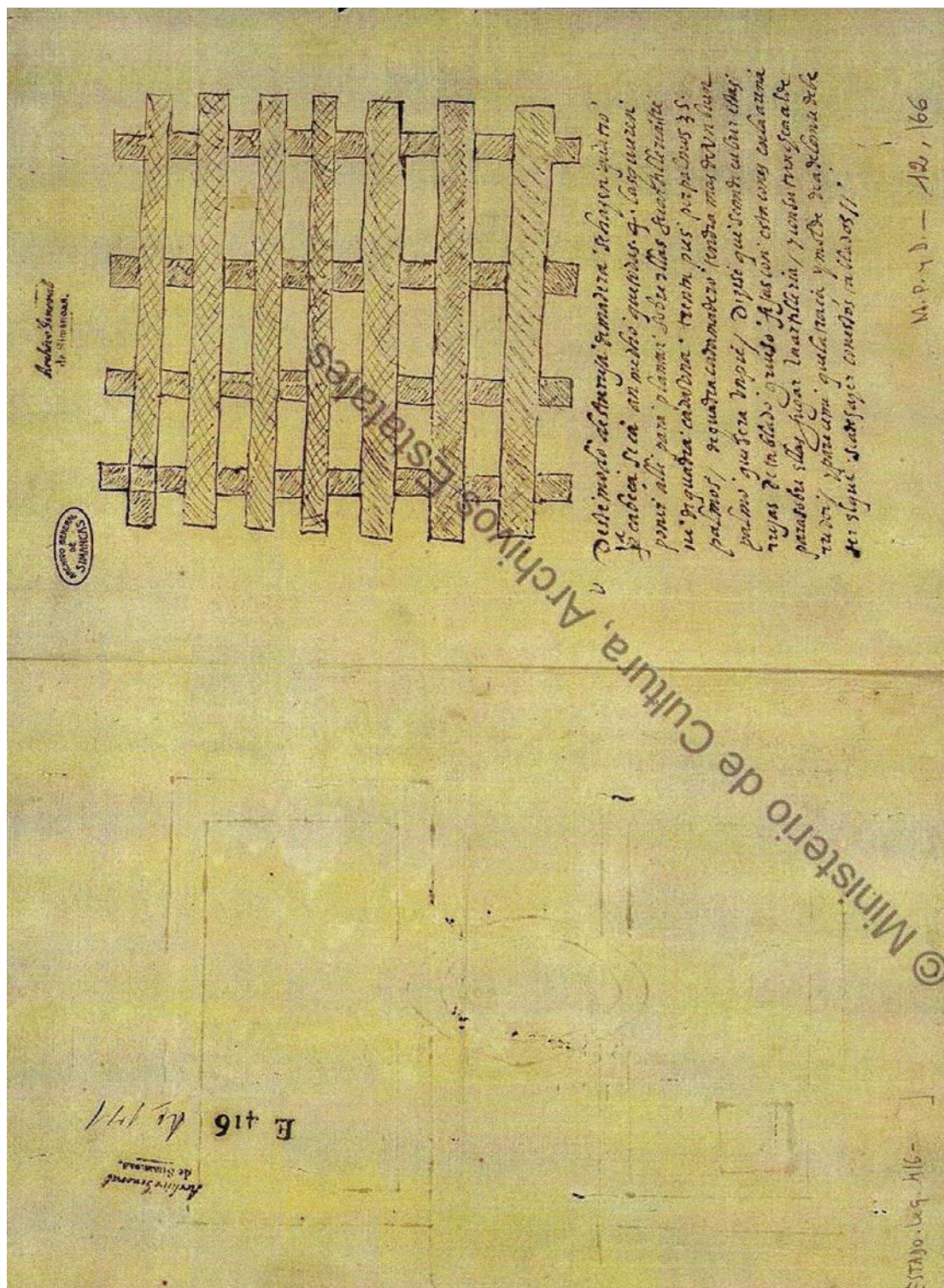
Torreão da Ribeira (2/2)



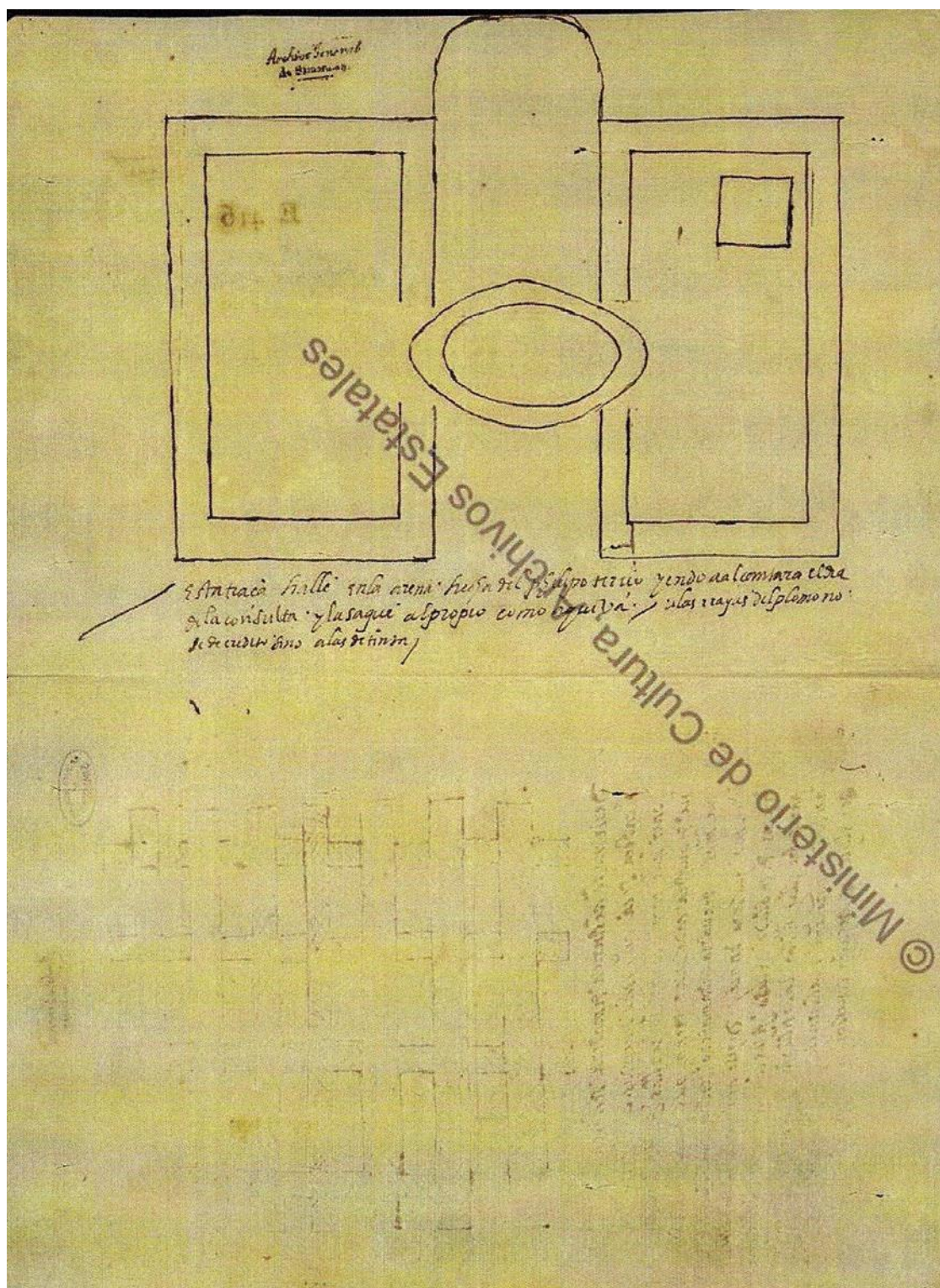
MOREIRA, Rafael, (1983) *O Torreão do Paço da Ribeira in Mundo da Arte*, Separata do N.º. 14, Lisboa

2.3 - Desenhos:

Tablado de Madeira para artilharia no Forte da Cabeça Seca (1/2)



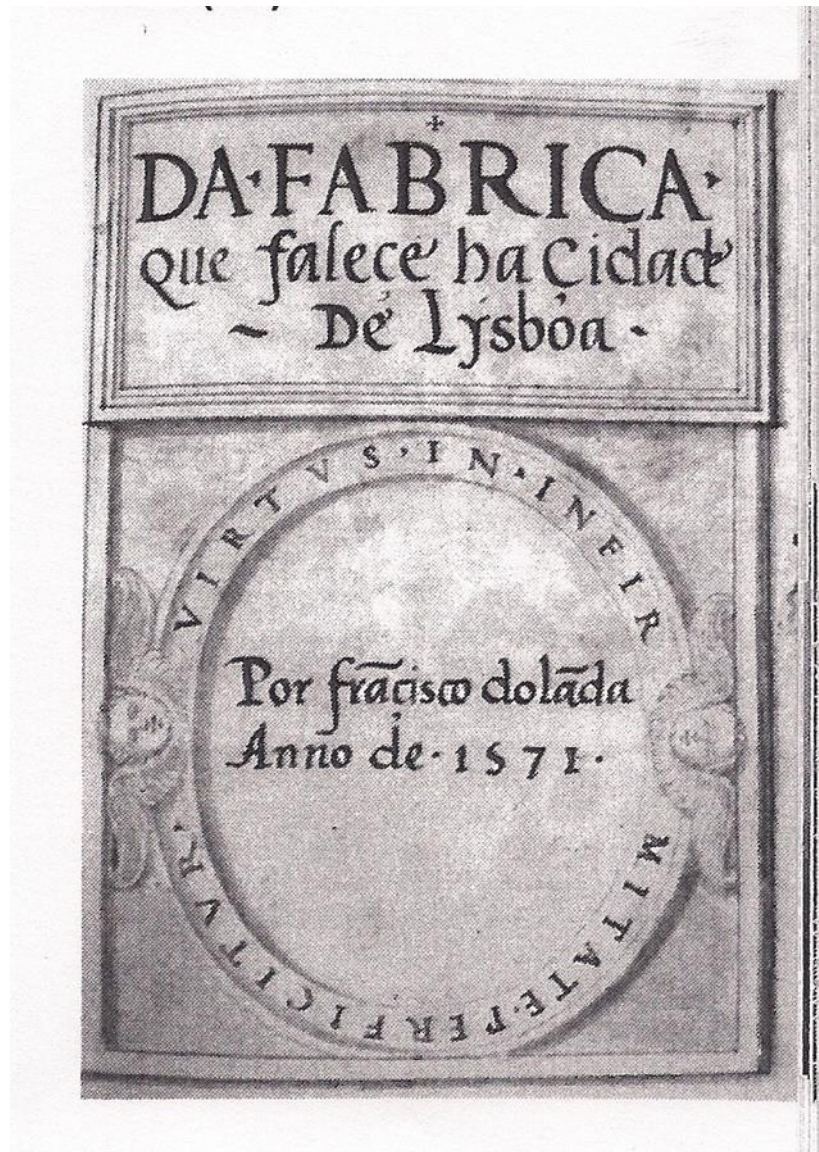
Tablado de Madeira para artilharia no Forte da Cabeça Seca (2/2)



A.G.S. M.P.&D., 12, 166

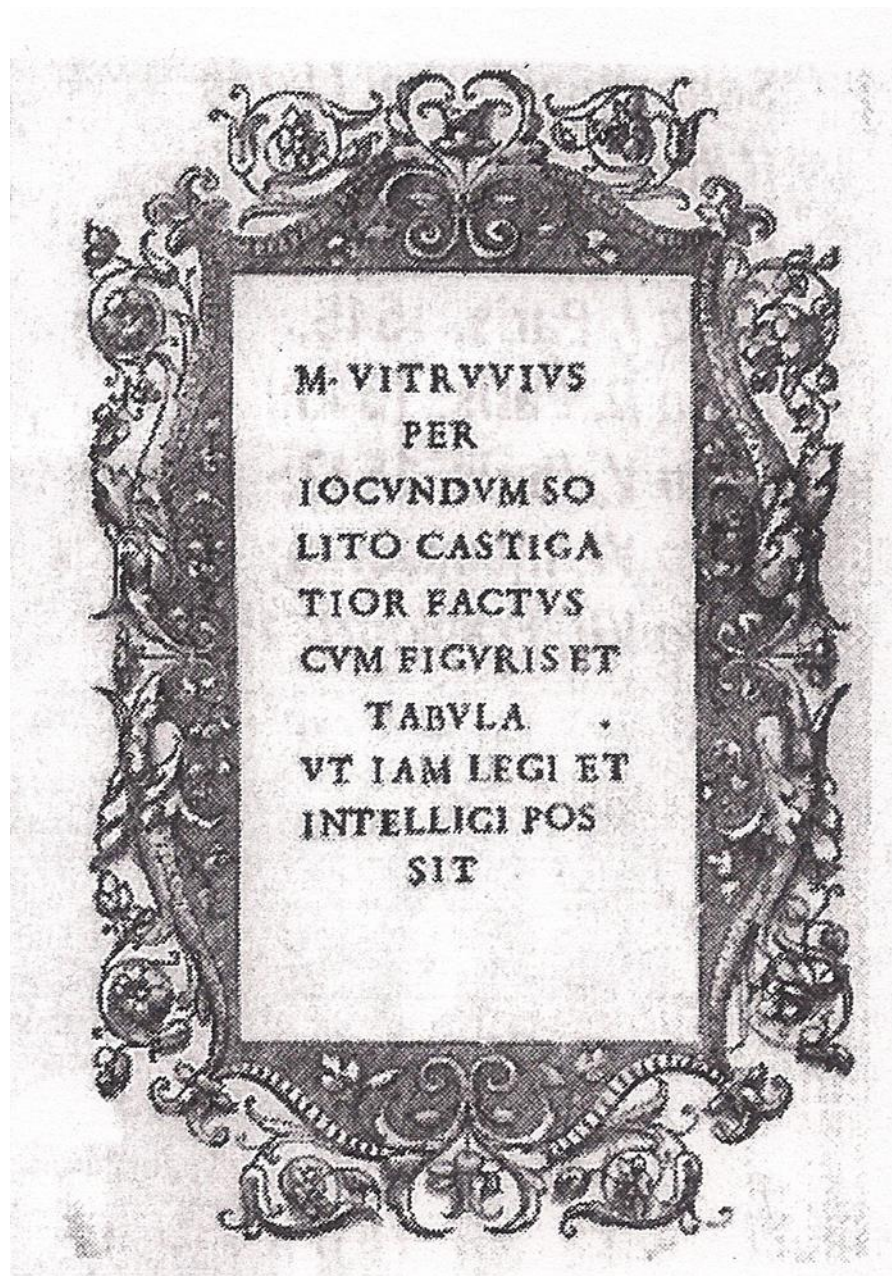
2.4 - Gravuras

Frontespício do livro *Da Fabrica que falece há Cidade de Lisboa* (1571)



PEREIRA, Paulo (2011), *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.585

Portada do livro *De architettura*, de Vitrúvio, (1511)



PEREIRA, Paulo (2011), *Arte Portuguesa – História Essencial*, Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa p.557

Proémio do Tratado de Architectura *Proposições Matemáticas* de António
Rodrigues (1579)

